

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

**O ESTADO E A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO
URBANO:**
a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os
impactos no espaço urbano de Florianópolis.

MARIA DA GRAÇA AGOSTINHO FACCIO

sob orientação de

Luís Fugazzola Pimenta

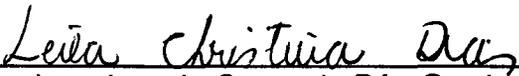
Florianópolis

1997

**O ESTADO E A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO:
a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os
impactos no espaço urbano de Florianópolis**

MARIA DA GRAÇA AGOSTINHO FACCIÓ

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.



Coordenadora do Curso de Pós-Graduação
em Geografia

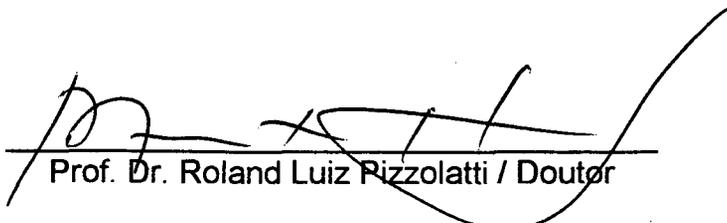
APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM : 31/03/1997



Prof. M. Sc. Luis Fugazzola Pimenta / Mestre
Orientador



Prof. Dr. Fernando Ponte de Souza / Doutor



Prof. Dr. Roland Luiz Rizzolatti / Doutor

Às minhas filhas,

Camila e Luísa

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho. Gostaria de destacar as contribuições anônimas de muitos servidores públicos, memórias vivas, que possibilitaram, em grande parte, a reconstituição da história do Estado em Santa Catarina. Quero expressar meu respeito a essas pessoas que desempenham com profissionalismo a atividade do serviço público constantemente negligenciada pelos governantes.

Ao Professor Luís Fugazzola Pimenta, meu orientador, cuja especial contribuição tornou possível esse trabalho.

Aos membros da comissão examinadora, Prof. Dr. Fernando Ponte de Souza e Prof. Dr. Roland Luiz Pizzolatti, meus sinceros agradecimentos.

Ao Professor C. G. Galvan, pelo apoio e orientação inicial. À Ana, colega de mestrado, pelo apoio amigo. Agradeço a colaboração de Ariane e Adriano na produção da cartografia e de Célia, responsável pela revisão final.

Nesse trabalho contei com o apoio fundamental de meus pais, Luis e Lucinda, a eles dedico minha gratidão. Agradeço o apoio de Zulmira, Sílvia e Laís. Em especial, agradeço ao Odilon pelo apoio e tolerância nesse período de muitas ausências e à Camila pelo sorriso constante apesar das ausências da mãe.

SUMÁRIO

Lista de Mapas	7
Lista de Quadros.....	8
Lista de Tabelas	9
Resumo	10
Abstract.....	11
Introdução	13
1. A formação do espaço urbano de Florianópolis.....	18
1.1. Dois séculos de dificuldades.....	18
1.2. Florianópolis na Primeira República	23
1.3. Os Anos 30 a 50: um período de isolamento	26
2. A presença do Estado na urbanização e industrialização brasileira: a grande expansão do Estado nas décadas de 60 e 70	35
2.1. A urbanização pré-industrial brasileira.....	35
2.2. O período Vargas.....	42
2.3. Os anos 50.....	46
2.4. O período militar: a grande expansão do Estado.....	51
3. O crescimento do aparelho de Estado em Santa Catarina	59
3.1. A presença do Estado: do período colonial à Primeira República	60
3.2. O crescimento do Estado no período Vargas	65
3.3. O Governo de Irineu Bornhausen e outros	67
3.4. O Governo de Celso Ramos e outros	71
3.5. O Governo de Colombo Salles e outros	78
3.6. A criação das instituições públicas federais.....	84
3.6.1. A criação da UFSC	87
3.6.2. A transferência da Eletrosul.....	89
3.7. O crescimento dos servidores públicos estaduais e federais	93
3.7.1. Administração estadual.....	94
3.7.2. Administração federal	98

4. As localizações do aparelho de Estado no espaço urbano de Florianópolis	101
4.1. A centralidade política da Praça XV de Novembro	103
4.2. As localizações do aparelho do Estado na década de 70	110
4.2.1. A praça Cívica.....	110
4.2.2 O bairro da Trindade: a implantação do Campus Universitário da UFSC....	112
4.2.3. A implantação da Eletrosul no bairro do Pantanal.....	116
4.2.4. O bairro do Itacorubi e as empresas públicas agrícolas	119
4.3. Os investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos urbanos	123
4.4. Situação atual das localizações das sedes dos órgãos públicos estaduais e federais	128
5. A transformação do espaço urbano de Florianópolis	133
5.1. Crescimento populacional.....	134
5. 2. Expansão urbana.....	140
Conclusão.....	153
Anexo	157
Referências Bibliográficas	183

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização da área urbana de Florianópolis e principais Localidades.....	12
Mapa 2	Localização dos bairros de Florianópolis em 1994.....	17
Mapa 3	Situação da malha urbana de Florianópolis em 1938.....	29
Mapa 4A	Situação da malha urbana de Florianópolis em 1957.....	31
Mapa 4B	Situação da malha urbana de Florianópolis em 1957.....	32
Mapa 5	Localização do aparelho de Estado no espaço urbano de Florianópolis até 1938.....	106
Mapa 6	Localização do aparelho de Estado no espaço urbano de Florianópolis entre 1938 e 1957.....	108
Mapa 7	Localização do aparelho de Estado no espaço urbano de Florianópolis entre 1957 e 1969.....	109
Mapa 8	Localização do aparelho de Estado no espaço urbano de Florianópolis entre 1969 e 1978.....	111
Mapa 9	Localização do aparelho de Estado no espaço urbano de Florianópolis entre 1978 e 1994.....	113
Mapa10A	Localização das principais sedes dos órgãos públicos estadual e federal no espaço urbano de Florianópolis em 1995/96.....	131
Mapa10B	Localização das principais sedes dos órgãos públicos estadual e federal no espaço urbano de Florianópolis em 1995/96.....	132
Mapa11A	Situação da malha urbana de Florianópolis em 1969.....	143
Mapa11B	Situação da malha urbana de Florianópolis em 1969.....	144
Mapa12A	Situação da malha urbana de Florianópolis em 1978.....	147
Mapa12B	Situação da malha urbana de Florianópolis em 1978.....	148
Mapa13A	Situação da malha urbana de Florianópolis em 1994.....	151
Mapa13B	Situação da malha urbana de Florianópolis em 1994.....	152

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Reconstituição do crescimento do aparelho de Estado do Governo do Estado de Santa Catarina, pela ordem da data de criação dos órgãos.....	157
Quadro 2	Estrutura administrativa do Governo Estadual de Santa Catarina estabelecida pela lei estadual nº 4547/70.....	166
Quadro 3	Estrutura administrativa do Governo Estadual, em 1995.....	168
Quadro 4	Órgãos federais em Santa Catarina, em 1995/1996	170
Quadro 5	Número de servidores públicos estaduais, em 1973	171
Quadro 6	Servidores públicos ativos estaduais por órgãos da administração estadual direta, em 1995/96	172
Quadro 7	Servidores públicos estaduais ativos por autarquias, fundações e empresas públicas, em 1996	173
Quadro 8	Servidores públicos estaduais nos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e Tribunal de Contas do Estado, em 1996 ...	174
Quadro 9	Servidores em órgãos, localizados em Florianópolis, cuja função não é administrativa, mas é um serviço estadual, em 1995/96	174
Quadro10	Servidores da ACARESC / EPAGRI em Santa Catarina e em Florianópolis, na sede administrativa.....	174
Quadro11	Servidores do BESC em Santa Catarina e em Florianópolis, na sede administrativa	175
Quadro12	Servidores ativos por órgão público federal em Santa Catarina e Florianópolis e ano de criação, em 1995/96	175
Quadro13	Reconstituição histórica e localização atual das principais sedes dos órgãos públicos estaduais	176
Quadro 14	Reconstituição histórica e localização atual das principais sedes dos órgãos públicos federais.....	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Órgãos públicos estaduais criados por períodos	75
Tabela 2	Funcionários da Eletrosul por período de contratação	92
Tabela 3	Servidores públicos estaduais ativos em Santa Catarina e em Florianópolis (lotados nas sedes centrais), por grupos de órgãos, em 1995/96	95
Tabela 4	Servidores públicos estaduais na administração direta, dados comparativos de 1973 e 1995/1996.....	96
Tabela 5	Órgãos públicos da administração indireta (autarquias, fundações e empresas), em 1995/96, por período de criação	97
Tabela 6	Servidores públicos estaduais da administração indireta, em 1995/96, por período de criação do órgão	98
Tabela 7	Órgãos públicos federais, em 1995/1996, por período de criação	99
Tabela 8	Servidores públicos federais em 1995/96, por período de criação dos órgãos	99
Tabela 9	Número de servidores da Telesc	100
Tabela10	Condição de instalação dos órgãos públicos em Florianópolis	128
Tabela11	Sedes dos órgãos públicos estaduais e federais em 1995/1996, por período de construção	129
Tabela12	População e taxa de crescimento anual de Florianópolis e municípios vizinhos	135
Tabela13	População não natural dos municípios do Aglomerado Urbano de Florianópolis em relação à sua população total.....	137
Tabela 1 do anexo	População de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu por distrito	182

RESUMO

O trabalho tem como objetivo central verificar a influência do Estado no processo de transformação do espaço urbano de Florianópolis, especificamente a partir da década de 60, quando ocorreu um forte crescimento da estrutura administrativa do governo federal e estadual repercutindo sobre a organização e crescimento do espaço urbano da cidade.

No período militar, especialmente entre 1968 e final da década de 70, ocorreu uma intensificação do processo de expansão do Estado, que vinha se desenvolvendo desde a década de 30, no Brasil, visando dar condições para o desenvolvimento da indústria brasileira. Em Santa Catarina, as primeiras iniciativas no sentido de criar as condições para o desenvolvimento da indústria catarinense ocorreram na década de 50, mas foi no Governo de Celso Ramos, 1961-1965, que as ações governamentais se intensificaram, sendo ampliadas, na década de 70, a partir da nova conjuntura nacional, sob o regime militar.

Durante esse período, muitos órgãos públicos foram criados em consequência da ampliação das funções do Estado, nas questões sociais e, principalmente, nas questões econômicas. O enorme crescimento do aparelho do Estado refletiu na dinâmica urbana de Florianópolis. Uma das expressões espaciais desse processo foi as construções das sedes administrativas dos órgãos públicos, localizados na capital catarinense. Em Florianópolis concentraram-se, ainda, os recursos financeiros, os grandes investimentos em infra-estrutura e o corpo administrativo, técnico e científico do Estado. Assim, o crescimento do Estado, nas décadas de 60 e 70, impôs um ritmo de crescimento urbano para Florianópolis, até então inédito na história da cidade.

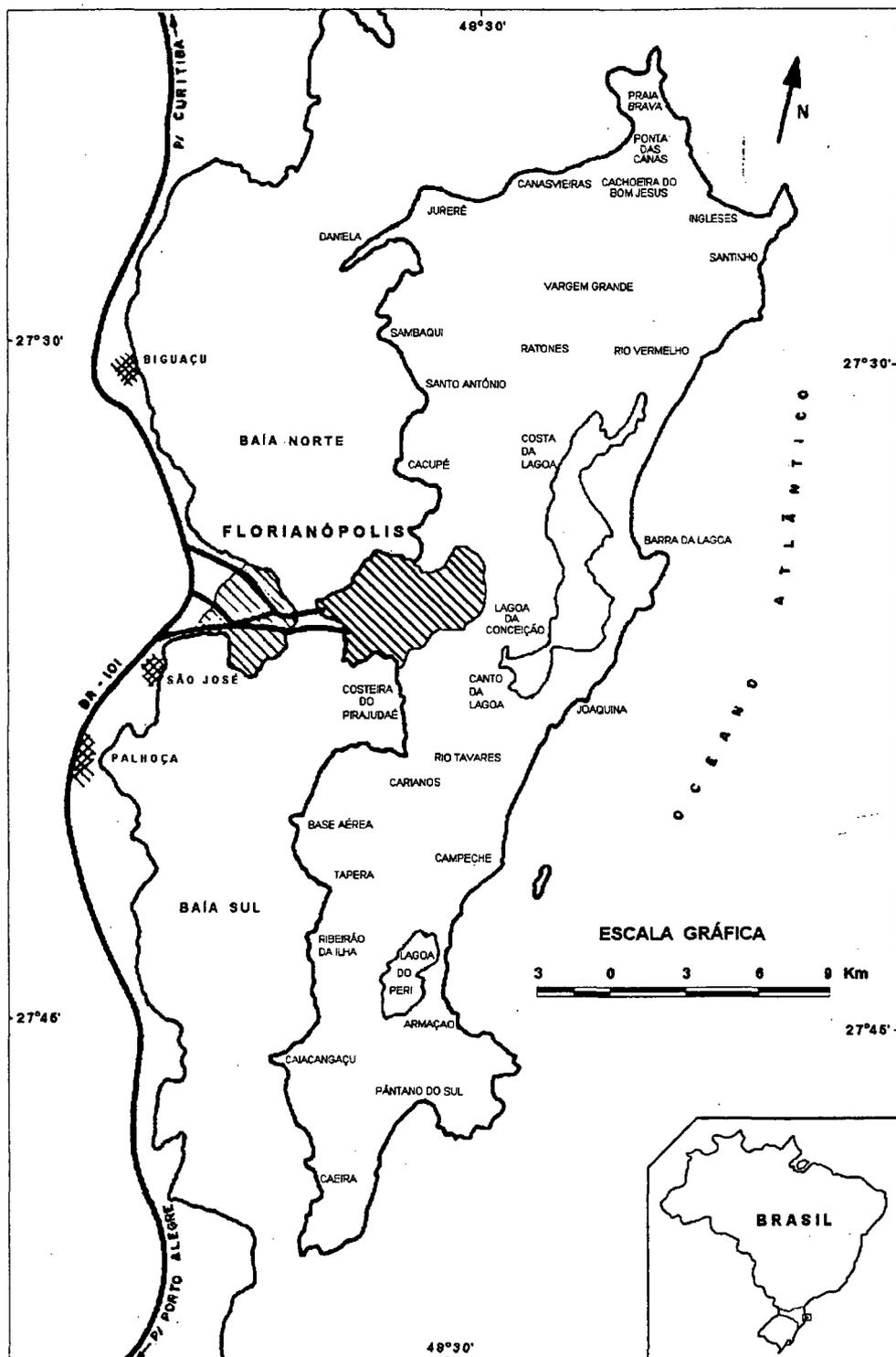
ABSTRACT

This work has the main purpose of verifying the influence of the State on the urban space transformation process occurred in Florianópolis-SC, specifically from the sixties on, when there has been a strong improvement on the manager structure of federal and state government which affected the city urban space growing and organization.

During the militar period, specially between 1968 and the end of decade of 70, State expansion process was intense. In Brazil this process has been occurring since the thirties in order to give conditions to brazilian industry improvement. In Santa Catarina the first initiatives which aimed to create conditions for the state industry development only occurred during the fifties but it was during the government of Celso Ramos (1961-1965) that government actions were intensified, being amplified during the seventies, in accordance with the new national situation, under militar rules.

During this time, and as a consequence of the expansion of the State role, many public units were created, mainly to take care of social and economical areas. The huge enlargement of the State establishment has reflected itself on the urban dynamics of Florianópolis. One of these space expressions of that process was the construction of public units managment sites, located at the state capital. Still in Florianópolis financial resources and the big investments used for infrastructure, as well as State administrative, technical and scientific staff were located. Therefore, State development, during the sixties and seventies, has imposed an urban growing rythm to Florianópolis which was till then unprecedented in the city history.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA URBANA DE FLORIANÓPOLIS E PRINCIPAIS LOCALIDADES



Fonte : CONAGESA - Consulta nacional sobre gestão de saneamento e do meio ambiente

INTRODUÇÃO

A questão do Estado, no presente trabalho, apresenta-se relacionada a uma forma particular de estruturação da sociedade capitalista em um contexto histórico específico.¹ Assim, procurou-se compreender as transformações ocorridas no espaço urbano de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina a partir da expansão do Estado no Brasil, especialmente, nos anos que se seguiram a 1964. Procurou-se relacionar a forma assumida pelo Estado, em uma sociedade como a brasileira e em um determinado período, com a produção do espaço urbano.

Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, teve um processo histórico bastante peculiar. Desde a sua fundação passou por uma série de dificuldades para se constituir em um centro urbano. A pequena vila de N. S. do Desterro, no período colonial, tornou-se cidade de Desterro, no Império, e na virada do século recebeu o nome de Florianópolis. A capital de Santa Catarina, historicamente, desenvolveu-se deslocada do centro político e econômico brasileiro.

As principais capitais brasileiras iniciaram, em meados do século XX, um intenso processo de metropolização. Em geral, essas metrópoles que surgiram com a intensificação do desenvolvimento da indústria no Brasil, desempenharam, no período econômico anterior, um importante papel de centro comercial da produção agrícola para a exportação, ganhando dimensões urbanas significativas.

No território catarinense não se desenvolveu nenhum produto agrícola em grande escala para o mercado interno ou externo, portanto, não ocorreu, como em outras regiões brasileiras, nenhum processo, mais significativo, de acumulação de riquezas. Nessas condições, até o início da industrialização no Estado de Santa Catarina, as cidades catarinenses tiveram pouca expressão econômica e pequenas dimensões urbanas, especialmente a capital Florianópolis.

¹Segundo Martins, a questão do Estado só ganha sentido teórico e prático se relacionada às formas históricas concretas de organização e funcionamento do mercado e do sistema produtivo, da estruturação das classes e das condições em que representam seus interesses, dos graus da autonomia assumida pela dimensão política e do novo papel das burocracias nas diferentes sociedades capitalistas contemporâneas. (1985:18)

No século XIX, a capital catarinense, então Desterro, viveu um período econômico mais dinâmico com o crescimento do comércio de atacado por via marítima. Nesse período, o território catarinense ampliou a sua área de povoamento, antes restrita ao litoral. As regiões Norte, Vale do Itajaí e Sul receberam significativos contingentes populacionais com a chegada de imigrantes, principalmente, alemães e italianos.

Nessas regiões, no final do século XIX, iniciou-se um processo de industrialização. Na primeira metade do século XX, as regiões do Vale do Itajaí e Nordeste do estado, centralizadas pelas cidades de Blumenau e Joinville, haviam desenvolvido um parque industrial bastante razoável, integrando-se no processo de industrialização do país. Florianópolis, mais uma vez deslocada do eixo econômico do estado e do país, entrou a partir da década de 30 em um período de estagnação, principalmente econômica, em consequência do declínio das atividades comercial e portuária.

A partir da década de 50, as principais capitais brasileiras apresentavam um intenso processo de crescimento urbano. Ao contrário, Florianópolis, como decorrência das suas condições econômicas, era uma cidade com pouca expressão nacional. A capital catarinense viveu, assim, um período de grande isolamento, que pode ser verificado no fato de que entre o fim das atividades do porto, em meados da década de 60, até o asfaltamento da rodovia BR-101, o único meio de ligação, por terra, com outras cidades e estados era uma rudimentar estrada sem pavimentação. Por vezes, o trajeto dessa estrada ocorria pela praia, que em tempos de maré alta inviabilizava a sua travessia.

Desde a década de 30, a economia urbana de Florianópolis vinha sendo apoiada, quase exclusivamente, na função de sede de governo, tal função não alterou substancialmente a dinâmica urbana da cidade até a década de 60.

O papel que o Estado vinha desempenhando desde 1930, de forma ainda incipiente, visava a criação das condições necessárias para o desenvolvimento da indústria no Brasil. Nesse sentido, o Estado não se limitou a garantir apenas as condições sociais externas necessárias à produção capitalista, mas passou a atuar diretamente no sistema produtivo, tornando-se ao mesmo tempo promotor e ator da industrialização. No período militar, a ação do Estado, que havia sido ampliada na década de 50, ganhou proporções inéditas no Brasil.

O Estado tornou-se a fonte mais importante de capital de investimento, atuando em setores fundamentais para a superação dos entraves ao pleno desenvolvimento da indústria, pela falta de capacidade do capital nacional e pelo desinteresse do capital estrangeiro. Para viabilizar tais funções criou-se um complexo aparelho de Estado. Nunca antes, na história brasileira, foram criados tantas empresas e órgãos governamentais.

A enorme expansão do Estado nesse período, provocou profundas repercussões no espaço urbano de Florianópolis. Tais repercussões ocorreram de forma tão intensa e visível justamente pelo fato da cidade não ter desenvolvido nenhuma outra função econômica de maior importância que a função de sede de governo. Segundo Singer, “é impossível compreender uma cidade sem situá-la no contexto da rede urbana à qual pertence e sem determinar as funções especializadas que ela exerce. É o número e importância de tais funções que determinam o tamanho da cidade, o vigor de sua economia e suas perspectivas de desenvolvimento.”² (1985:144)

Assim, para compreender as transformações ocorridas no espaço urbano de Florianópolis, a partir da década de 60, primeiramente, procurou-se resgatar o processo histórico da formação do espaço urbano de Florianópolis. Esse resgate histórico, elaborado no primeiro capítulo, justifica-se na medida que os impactos no espaço urbano, causados pela expansão do Estado, ocorreram de forma diferenciada em contextos históricos distintos.

No segundo capítulo, fez-se o caminho inverso, buscou-se inserir as particularidades de um lugar em um contexto histórico mais amplo. Assim, procurou-se analisar o espaço urbano de Florianópolis em relação ao processo de urbanização e industrialização brasileira e catarinense, destacando o papel desempenhado pelo Estado nesses processos. Concluiu-se o capítulo buscando fornecer um ponto de vista das dimensões assumidas pela expansão do Estado no Brasil, pós-64.

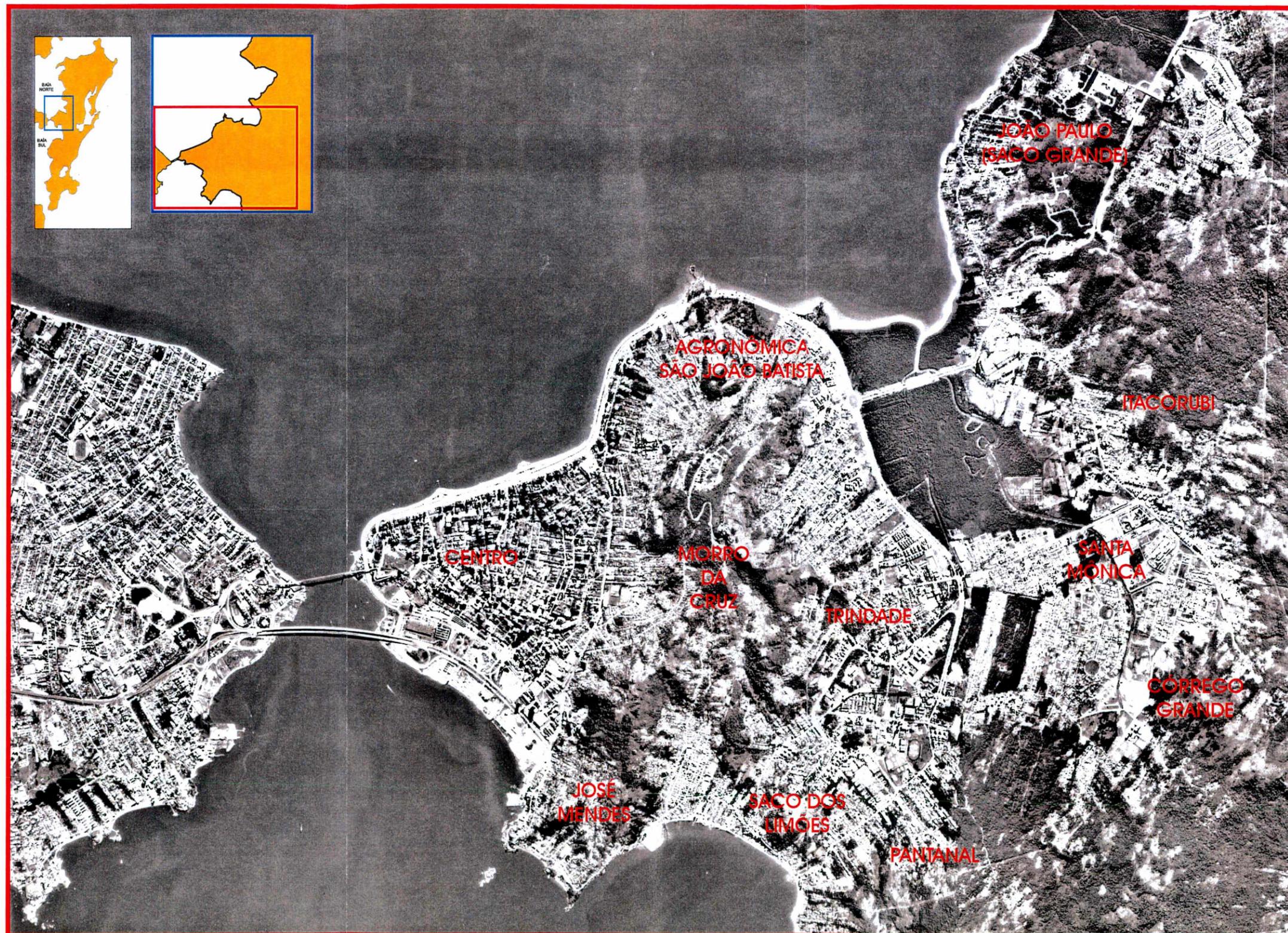
²Segundo Paul Singer, as funções econômicas da cidade estão relacionadas com as atividades industriais, comerciais, de serviços de toda espécie, inclusive religiosos, administrativos, militares, entre outros. As cidades inseridas numa determinada rede urbana, exercem, conforme o seu tamanho, apenas algumas dessas funções, portanto, cada cidade “tende a se especializar em uma ou várias funções, em parte devido à sua localização geográfica em relação à rede de transporte, em parte devido ao tipo de atividades que se desenvolvem em seu “hinterland” e, em parte, finalmente, devido ao acaso, isto é, a uma grande quantidade de razões que desafiam a análise...”. (Singer, 1985:139-141)

O crescimento do aparelho do Estado em Santa Catarina, nos níveis de governo estadual e federal foi abordado no terceiro capítulo. Procurou-se fazer uma reconstituição histórica desse crescimento desde o período colonial até a grande expansão do Estado nas décadas de 60 e 70. Elaborou-se, ainda, uma análise sobre o crescimento dos servidores públicos em Santa Catarina, e a concentração dos servidores em Florianópolis, enquanto cidade centro de gestão.

No capítulo seguinte foi feita uma análise sobre as localizações do aparelho de Estado em Florianópolis. No espaço urbano da capital foram concentradas as sedes dos órgãos governamentais, o corpo de servidores públicos, além de diversos equipamentos públicos e infra-estrutura urbana. Neste sentido, o espaço urbano da cidade foi marcado pela presença do Estado.

O quinto e último capítulo, mostra os impactos provocados no espaço urbano de Florianópolis a partir da grande expansão do Estado. A ampliação e localização dos diversos órgãos públicos na capital catarinense, principalmente na década de 70, constituíram-se em um dos elementos principais de transformação do seu espaço urbano. Em nenhum outro momento da história de Florianópolis a presença do aparelho de Estado transformou tanto o espaço urbano da cidade como nas décadas de 70 e 80.

BAIRROS DE FLORIANÓPOLIS



Fonte: IPUF, Levantamento Aerofotogramétrico 1994

A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS: Breve resgate histórico

1.1. Dois séculos de dificuldades

“A póvoa de Desterro teve seus fundamentos em torno da ermida que, no alto da pequena colina, o fundador construiu. Mas cresceu na rampa suave que descia até a praia, onde as choupanas se levantaram de pau a pique, cobertas de folhas, olhando quase todas para a capelinha de Nossa Senhora do Desterro que as protegia com o seu olhar e animava os moradores com seu sorriso, quando saíam para o mar, em busca do peixe, ou quando se embrenhavam pela mata que começava logo adiante, à procura da caça ou frutos silvestres”. (Cabral, in: Peluso, 1991a:312)

Apesar da descrição quase poética de Oswaldo Cabral sobre a pequena povoação fundada, em meados do século XVII, podemos dizer que a formação do espaço urbano³ de Florianópolis ocorreu sob muitas dificuldades, começando com a trágica morte do fundador Dias Velho, e posterior abandono da Ilha pela sua família, juntamente com o grupo de colonizadores vindos com o fundador. A povoação ficou reduzida a um pequeno agrupamento de pescadores e esta situação de abandono e isolamento permaneceu por mais de meio século, até a criação da Capitânia de Santa Catarina e a vinda do Brigadeiro Silva Paes, sendo seu primeiro governador, em 1738.

Um viajante, que esteve em Desterro em 1712, fez um relato das condições de vida da população de Desterro: estavam eles em “tão grande carência de todas as comodidades da vida que, em troca dos víveres que traziam ... não aceitavam dinheiro, dando mais importância a um pedaço de pano ou fazenda para se cobrir, protegendo-os da penúria do tempo.” (Frézier, in: Peluso, 1991a:322) Não havia circulação de dinheiro,

³ Analisar o espaço urbano significa compreender o espaço concreto, expresso na materialidade da cidade, e a sua “interatividade” com o espaço abstrato, expresso nas relações sociais, econômicas e políticas. “O urbano nasce, pois, do processo de se conferir sentido ao espaço, construí-lo como o lugar dos processos econômicos, sociais e simbólicos”. (Pechman, 1991)

apenas troca em espécie, consequência de uma economia local baseada na produção de subsistência.

A Coroa Portuguesa decidiu criar a Capitania de Santa Catarina, transformando a Ilha de Santa Catarina em um ponto fortificado, como parte de um sistema de ações estratégicas, cujo objetivo era o domínio das terras ao sul até o Estuário do Rio da Prata.⁴ tornando-a base de apoio à penetração lusitana no Sul. Esse fato provocou profundas transformações no pequeno povoado de N. S. do Desterro. Para a Ilha são transferidos contingentes militares. A fixação da tropa e das famílias dos oficiais e a incorporação administrativa e política da vila no sistema colonial, alteraram substancialmente a estrutura econômica, social e espacial da comunidade de pequenos agricultores e pescadores. (Silva,1978:54)

A reduzida e pobre população local tinha muitas dificuldades de produzir o suficiente para manter a sobrecarga demográfica provocada pela vinda de contingentes militares; por outro lado, o abastecimento da tropa, com produtos importados, era praticamente impossível. Assim, entre 1748 e 1756, chegam cerca de 4.929 imigrantes açorianos à Ilha de Santa Catarina através do porto da Vila de Desterro. (Cabral, 1970:35)

As razões que motivaram a imigração, nesse período, foram: povoar para conquistar, manter as tropas militares e aliviar a pressão demográfica no Arquipélago dos Açores, com escassez de terras agriculturáveis. Os imigrantes açorianos recrutados eram na sua ampla maioria camponeses ou pescadores pobres. Os lotes coloniais, que receberam ao chegar, além de muito pequenos, foram mal distribuídos. E ainda, acrescentando a todas essas dificuldades e privações, os açorianos nas terras catarinenses sofreram mais agudamente o peso do “estatuto colonial”, expresso nos constantes recrutamentos para atividades militares e embargos de mercadorias para manter as tropas, atendendo à função central dessa área: a defesa e expansão do domínio português no extremo sul. (Silva, 1978: 55)

Até então os únicos recursos financeiros que entravam no núcleo urbano de Desterro eram os vencimentos dos funcionários e os soldos da tropa, uns e outros

⁴Ver mais sobre esse assunto no Capítulo 2.

pagamentos relativos à administração e defesa militar. Posteriormente, com a chegada dos imigrantes açorianos, surgiu um comércio de produtos agrícolas excedentes, que trouxe novos recursos financeiros à economia local. Surgiram as freguesias da Trindade, Lagoa, Santo Antônio, São João do Rio Vermelho, Canasvieiras e Ribeirão da Ilha, localizadas na Ilha. No lado continental, destacaram-se São José e Palhoça. Essas povoações comunicavam-se com a capital Desterro “por meio de pequenas embarcações que singravam a baía”.⁵(Peluso,1991a:315)

Outro registro de um viajante, em 1763, constatava que em Desterro, ainda havia gente muito pobre. Andavam “descalços, cabeça descoberta e muito mal penteados...” e ainda destacava a existência de uma elite local formada pelos funcionários públicos, que haviam se tornado constantes em Desterro. (Berger, in: Peluso, 1991a: 323)

A Ilha possuía, no final do século XVIII, um “apreciável desenvolvimento agrícola”⁶. (Mira, 1920: 62-66) A produção de excedentes possibilitou que, em Desterro, se desenvolvessem relações de mercado, constituindo-se em um centro urbano com uma relativa influência regional.⁷ No entanto, esse princípio de desenvolvimento urbano recebeu um profundo golpe.

A invasão espanhola, em 1777, deu início a um novo período de estagnação da vila, que segundo Pereira, se estendeu até as primeiras décadas do século XIX. (1974: 44-46) Este fato foi constatado por La Perouse, em 1785, que descreveu Desterro como uma região muito pobre.⁸

Embora houvesse um certo dinamismo no comércio, com exportação de produtos agrícolas da região através do porto de Desterro, a maior parte da população urbana era

⁵Os portos de São José e Palhoça foram os principais pontos de ligação entre as colônias vizinhas do continente e a capital. O comércio, por via marítima de produtos alimentícios, vindos das colônias vizinhas para o abastecimento da capital ampliou-se com o estabelecimento das colônias de imigrantes alemães em São Pedro de Alcântara.

⁶Na região de Desterro produzia-se café, açúcar, algodão, trigo, entre outros. Além da pesca e da indústria doméstica, com produção de tecidos de algodão e linho, para tal, as casas possuíam um pequeno tear. (Mira, 1920: 62-66)

⁷Este período, teria sido, segundo Pereira, “o primeiro surto de desenvolvimento da vila”. (1974)

⁸“As habitações, tanto na ilha como no continente, estão todas à beira do mar; os bosques que as cercam tem um aroma delicioso devido à grande quantidade de laranjeiras, árvores e arbustos aromáticos de que estão cheios. Apesar de tantas vantagens, a região é muito pobre e tem falta absoluta de objetos manufaturados, de modo que os camponeses se encontram quase nus ou cobertos de andrajos (roupa esfarrapada, trapos); suas terras, que seriam muito próprias para o cultivo da cana-de-açúcar, não podem ser aproveitadas por falta de escravos, pois não são suficientemente ricos para comprá-los” (Berger, in: Peluso, 1991a:323)

pobre⁹, vivendo à margem da economia da vila, prestando serviços ocasionais. “Inicialmente, essa população estava localizada na área central do núcleo urbano, mas com a instalação dos comerciantes na vila, se deslocaram para áreas periféricas, bairros pobres, a oeste da praça central. Esses teriam sido os bairros mais sujos de Desterro.” (Peluso, 1991a:343)

Com a Independência do Brasil, em 1822, foi criada a Província de Santa Catarina, que teve Desterro como capital. A vila foi elevada à categoria de cidade por decreto de Dom Pedro I, como todas as capitais das Províncias recém criadas. Desterro tornou-se cidade e capital da Província muito mais pela sua condição histórica de capital e localização estratégica do que pela sua importância enquanto núcleo urbano. Nesse período, a cidade possuía cerca de 4.336 habitantes e 1000 casas. (Peluso, 1991a)

Apesar de todas as dificuldades, o comércio iniciou um processo de crescimento, tornando-se a principal atividade econômica de Desterro no século XIX.¹⁰ A elite local era constituída de comerciantes, armadores e alguns funcionários públicos. Constituíam-se em um círculo bastante reduzido e de pouco significado, no entanto, alguns desses acumularam uma certa riqueza.¹¹

Desterro era uma cidade pobre, apesar do desenvolvimento do comércio no século XIX. Segundo Peluso, “a maior parte da população empregava-se nos trabalhos que surgiam no atendimento à população do próprio núcleo, atividades bem modestas como distribuição de água, lenha e principalmente nos serviços que surgiam na praia, onde chegavam as pequenas embarcações com os moradores da região que procuravam

⁹Segundo o relatório do governador da Capitania, tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro, de 1796, a população da capital era de 3.757 habitantes, desses 995 eram escravos, além de um contingente de 1.027 militares. Havia um comércio bastante diversificado, com várias lojas de artigos variados, que vendiam gêneros alimentícios. Possuía ainda, vários artífices como alfaiates, sapateiros, entre outros. Exportava produtos variados como farinha de mandioca, arroz, aguardente, melado, açúcar, azeite de peixe, entre outros. O porto, no ano em questão, havia recebido 116 navios provenientes do Rio de Janeiro e outros portos brasileiros. No entanto, “seria muito melhor o comércio desta ilha”, escreve o governador, “se não fosse a estagnação em que a tem posto a falta de dinheiro da Tropa... O atraso de oitenta e dois meses de soldo que se devem à referida Tropa, faz com que ela se veja oprimida de dívidas que não pode pagar aos mercadores.” (Laytano, in: Peluso, 1991a: 324)

¹⁰Desterro vivia do comércio, fornecendo bens e serviços à população dos arredores, tanto da ilha como do continente, e exportando, para outros portos, os produtos da sua região. Outra fonte de receita da vila era o governo, através dos pagamentos que fazia aos seus funcionários e aos oficiais e soldados da guarnição militar.” (Peluso, 1991a:326)

Sobre o dinamismo do comércio de Desterro no século XIX, ver: Hübener, Laura M. *O comércio na cidade do Destêrro*, sec XIX. Florianópolis: Ed. UFSC.

¹¹“Os membros das firmas exportadoras e importadoras, os agricultores que abasteciam o mercado dos produtos exportáveis e de consumo da vila, os armadores, os quais mantinham as relações entre a vila e o restante do país, além dos funcionários públicos e os militares eram as pessoas abastadas.” (Cabral, in: Peluso, 1991a:326-327)

vender seus produtos e adquirir os bens de que necessitavam, e onde, também se realizavam a carga e a descarga dos produtos relacionados a outros portos.” (Peluso, 1991a:326)

Era na praia do mercado que se localizava o centro dinâmico do comércio popular de Desterro.¹² Ali que se concentrava “a massa da população sem meio de vida definido, sempre pronta a ocorrer a qualquer lugar em que surgisse possibilidade de ganho”, esses eram os pobres de Desterro, e que constituíam a maioria da população. Peluso alerta para o fato de que não se pode compreender o funcionamento de Desterro, baseado no comércio da produção das pequenas propriedades em que predominava a agricultura de subsistência, sem se admitir que a maior parte da sua população exercia atividades à margem das que economicamente mantinham o núcleo urbano. (Peluso,1991a:327)

O crescimento econômico não refletiu em aumento da população de Desterro, no século XIX, consequência da lentidão de todos os processos econômicos e sociais que acompanharam a vida da capital. Além disso, Desterro teria sido vítima de várias epidemias. (Peluso, 1991a:329)

O porto de Desterro manteve-se, até o final do império, em posição de destaque no movimento comercial da Província. “Entretanto, o mesmo não oferecia mais condições técnicas para [receber] uma série de embarcações que, com o avanço tecnológico, haviam ampliado seu calado”, intensificando-se, posteriormente, a exportação direta a partir de cada porto do litoral catarinense. (Hübner, in: Peluso,1991a:329) Com o princípio do declínio do movimento do porto, iniciou-se, paralelamente, um lento processo de declínio da atividade comercial em Desterro.

¹²“Ali chegavam as canoas com produtos que eram expostos à venda em esteiras estendidas na areia. O peixe era vendido nas canoas, depois nas bancas. Ponto de convergência desses produtores, que diretamente vendiam os gêneros que traziam, era para ali que se viam atraídos os moradores, a fim de mais barato adquirirem as necessidades de sua mesa - a farinha, os legumes, as frutas, as caças, os peixes”. (Cabral, in: Peluso,1991a:327)

1.2. Florianópolis na Primeira República

Com a criação da República, em 1889, Florianópolis sediou o movimento de resistência ao governo de Marechal Floriano Peixoto, que foi violentamente derrotado. Esse fato teria implicado em um aumento da distância política entre a capital catarinense e a metrópole carioca e na diminuição dos recursos financeiros do Governo Central para a cidade. Posteriormente, a antiga denominação de Nossa Senhora do Desterro foi mudada para Florianópolis, em 1894, constituindo-se em uma polêmica homenagem ao Marechal Floriano Peixoto.

Florianópolis, na virada do século, mostrou um desenvolvimento econômico e um aumento populacional muito pequenos, ao contrário de outras regiões do Estado de Santa Catarina, como as regiões de imigração alemã no Vale do Itajaí e nordeste do estado, as regiões sul e planalto, que nesse período apresentavam um crescente desenvolvimento econômico¹³. Segundo Cardoso e Ianni (1960:98), o contraste entre as áreas prósperas do interior e as áreas pobres do litoral catarinense era flagrante. No decorrer das duas primeiras décadas, Florianópolis manteve sua estrutura econômica sem grandes modificações. Sua base econômica continuou a ser o comércio¹⁴ e, secundariamente, a administração pública, os dois setores responsáveis pela entrada da maior parte dos recursos financeiros que mantinham o núcleo urbano.

A medida que crescia o desenvolvimento econômico geral do estado, Florianópolis beneficiava-se desse desenvolvimento como sede político-administrativa de Santa Catarina, absorvendo uma porção dos recursos econômicos e financeiros do Estado. Como capital, sediava o aparelho burocrático estatal e, à medida que esse crescia, aumentava a população da cidade e com esta as necessidades econômicas a serem

¹³Durante o início do século XX, "o processo de industrialização incipiente de algumas áreas de colonização intensificou-se; a economia extrativa, tanto do mate como a de produtos minerais (por exemplo, a do carvão que começou a desenvolver-se no século XX) permitiu também que novas áreas do Estado fossem exploradas vantajosamente do ponto de vista econômico; a pecuária do planalto continuou em expansão. Através desses ramos de atividade, setores apreciáveis do interior do Estado integraram-se na economia do país..." (Cardoso e Ianni, 1960:97)

¹⁴"Além do comércio de exportação de produtos para o mercado interno [do país], a que davam lugar as atividades da sua região, havia também exportação para o exterior, que cresceu nos anos subsequentes, e mais o comércio proveniente de fornecimento de bens à sua região, cuja população recorria aos serviços existentes na cidade. Em 1914, Florianópolis possuía 606 casas comerciais." (Peluso, 1991a:329) A indústria era, basicamente, de bens de consumo. As indústrias que se destacaram nesse período, pertenciam à família Hoepke, eram a fábrica de pregos (1896), o estaleiro da Arataca (1907) e a fábrica de rendas e bordados Hoepke (1917). A família Hoepke, no século passado havia se destacado como principal empresa de comércio atacadista, possuindo seus próprios navios para essa atividade.

satisfeitas. Todo um mercado de serviços e de produção de bens de consumo perecíveis desenvolveram-se ou expandiram-se.¹⁵ Além disso, parte das rendas estaduais foram carregadas através do pagamento dos salários do funcionalismo¹⁶. “Esses fatores todos, em medida desigual, operaram em Florianópolis, atenuando os efeitos negativos que o deslocamento do eixo econômico do Estado para outras áreas poderia ter acarretado à economia da cidade.” (Cardoso e Ianni, 1960:99)

Além disso, a Primeira República foi um período marcado por ações governamentais de reforma urbana. Nas grandes cidades como Rio de Janeiro foram realizados importantes projetos de reconstrução do espaço urbano que influenciaram as ações governamentais em outras capitais do país. “Nesta fase, a preocupação dos ‘planejadores sem planos’, grupo constituído basicamente por médicos e engenheiros, foi higienizar disciplinarmente a cidade e as moradias populares, bem como produzir nova simbologia urbana requerida pelas elites em ascensão.” Essas intervenções urbanas “visavam realizar uma reforma social, entendida tanto como a transformação do quadro material de vida da população, quanto como a promoção de transformações dos seus hábitos e valores culturais” (Ribeiro e Cardoso, 1990:9)

Em Florianópolis, as elites locais apregoavam a necessidade de se promover uma remodelação urbana e social, com o objetivo de mudar a realidade da cidade, constituindo uma prática que perpassou os vários momentos em que se processaram as tentativas de reformas na capital catarinense no decorrer da Primeira República.¹⁷ (Araújo, 1989:14)

A partir das reformas urbanas promovidas pelo Estado na capital, ocorreu “uma significativa transfiguração da paisagem da cidade e dos usos e concepções relativos à vida urbana.” (Araújo, 1989:19) Estão entre essas reformas a construção da Avenida

¹⁵“Mesmo com seu pequeno crescimento, a capital catarinense apresentou neste período uma crescente diversificação social, advinda principalmente do comércio (em grande parte voltado para o abastecimento interno da cidade), de suas funções como sede administrativa e por toda uma camada de funcionários do Estado, bacharéis, profissionais autônomos, ... pequenos proprietários, etc., que passaram a gravitar em torno das novas elites que assumiram o controle do aparelho de Estado em Santa Catarina.” (Araújo, 1989:11 e 12)

¹⁶Além disso, os cargos mais altamente remunerados, geralmente, são lotados na capital.

¹⁷Uma série de práticas e discursos, com base nas concepções, valores de um cientificismo médico-higienista, formaram uma imagem desqualificadora, da população da ilha e do litoral catarinense. Uma “imagem de indolência, atraso, incapacidade”, caracterizavam os segmentos despossuídos da população da cidade, formados em grande parte por descendentes dos imigrantes açorianos que ali chegaram por volta da metade do século XVIII. (Araújo, 1989:13)

Hercílio Luz e da Ponte Hercílio Luz, ampliação dos serviços de água e esgoto, entre outros.

Os discursos sobre a construção da Ponte Hercílio Luz passavam a idéia de que ela seria o elo de ligação e integração da capital ao Estado de Santa Catarina. No entanto, a sua realização gerou mudanças muito mais a nível local do que estadual. A pretendida integração com o interior do estado não ocorreu tão imediatamente, pois não havia o suporte viário que concluísse a ligação entre Ponte e as outras regiões catarinenses.

Os laços entre Florianópolis e sua região estreitaram-se com a construção da Ponte Hercílio Luz. A facilidade de acesso, decorrente da criação de linhas de ônibus em toda a região ligando à capital, resultou em uma procura maior, pela população da região, de bens e serviços oferecidos pela cidade. As estradas foram melhoradas, o que possibilitou um contato maior entre a capital e as pequenas cidades e vilas mais próximas. Florianópolis permaneceu como o lugar central de sua região, agora ligada por estradas. (Peluso: 1991a,331) As relações entre Florianópolis e outras partes do País ou mesmo outros países, ainda, mantiveram-se por via marítima, através de seu porto.

A nível intra-urbano, a Ponte provocou mudanças na organização interna da cidade. Ocorreu uma grande preocupação dos órgãos públicos em relação à abertura das vias de acesso, que propiciariam um maior desenvolvimento da Ilha. As ruas Felipe Schmidt e Conselheiro Mafra, bem como a avenida Rio Branco, na área central, foram ligadas à cabeceira da ponte, que passou a exercer parte da função até então desempenhada pela praça central perto do mar, referente à chegada e à saída da população da cidade e visitantes na Ilha. Como consequência o cemitério público, localizado na área da cabeceira da ponte, foi transferido, em 1925, para a área do Itacorubi. (Peluso, 1991a:318)

A parte continental da cidade recebeu pouco cuidado do poder público. O traçado viário do distrito de João Pessoa, atual bairro do Estreito, então pertencente a São José, foi ligado à Ponte Hercílio Luz. Foram feitas as ligações por estradas entre Florianópolis e as cidades vizinhas, Biguaçu e São José. Essas estradas serviram de eixos de expansão urbana, onde, a partir dessas vias principais, ruas foram sendo abertas sem controle público. (Andrade, 1978:117)

1.3. Os Anos 30 a 50: um longo período de isolamento.

Desde o final do século XIX, havia se iniciado, em Florianópolis um lento processo de declínio dos transportes e do comércio por via marítima, que provocou, por sua vez, o declínio do seu porto. A partir da década de 30, com a ascensão do meio de transporte por via rodoviária a nível nacional, como parte da política de integração nacional, esse processo foi acelerado, fazendo com que, nos 30 anos seguintes, desaparecesse por completo o sistema de transportes por via marítima em Florianópolis.¹⁸

Em paralelo, a cidade, que possuía precaríssimas ligações por terra com centros urbanos de outros estados e, principalmente, com o interior do Estado de Santa Catarina, entrou em um período de estagnação econômica e profundo isolamento. Cabendo ressaltar que outras regiões do estado desde o começo do século estavam ligadas com portos em ascensão como o porto de Itajaí, ou centros urbanos importantes do país através de estradas de ferro, sem qualquer ligação direta com a capital catarinense. Por exemplo, em 1907, iniciava-se, em Blumenau, a construção da Estrada de Ferro Santa Catarina. As cidades de Mafra e Porto União, na região norte do estado, desde o início do século estavam ligadas por estradas de ferro a Curitiba, capital do Paraná. (Peluso,1991b)

Os recursos financeiros que dinamizaram a economia urbana de Florianópolis, ocorreram, historicamente, através do comércio de atacado e varejo e pelo fato de ser uma capital regional. Como sede do governo da Capitania, Província e, posteriormente, Estado de Santa Catarina, concentrou recursos financeiros, investimentos e pessoal. “O esquema, apoiado na exportação da produção regional e na renda oriunda dos pagamentos de serviços pelo Governo - funcionários e tropas militares - manteve-se no século XIX e se sustentou até a década de trinta do séc. XX.” (Peluso, 1991a:341) O comércio de exportação, cujo crescimento superou o setor de serviços ligados ao Estado, no século XIX, entrou em declínio a partir da década de 30.

¹⁸O Porto de Florianópolis foi desativado definitivamente em 1964.

A crise econômica que Florianópolis enfrentou nesse período, com o fim do comércio de exportação, foi tão grande que Peluso questiona-se sobre qual a razão que fez com que a cidade não desaparecesse, sendo ela uma cidade marítima e comercial. Como ocorreu com Tijucas, cidade litorânea próxima à capital, que também vivia do comércio exportador com um dinâmico porto no século passado, que com o declínio econômico chegou a perder parte da sua população. (1991a:344)

Ao contrário do que ocorreu com Tijucas, o processo de decadência do comércio exportador, em Florianópolis foi lento e durou quase três décadas. E ainda, a cidade conseguiu manter as atividades relativas às funções de lugar central da sua região e de capital do Estado.¹⁹ “Florianópolis tinha alcançado já o tamanho capaz de sustentar atividades variadas de serviços de atendimento à sua própria população e, por último, as novas tarefas do governo ... , criando serviços voltados para o campo social, passaram a empregar pessoas de vencimentos relativamente elevados, que concorreram para manter o movimento interno.” (Peluso,1991a:344)

O porto de Florianópolis ainda era, nos anos 30, frequentado por pequenas embarcações à vela. O transporte dos produtos da região para a capital era mais econômico por via marítima através de lanchões, em razão das más condições das estradas e pela cobrança de frete rodoviário. Porém, nesse período, o governo federal determinou normas regulamentando as atividades marítimas, que inviabilizaram a pequena navegação costeira. As “velas brancas” nas baías desapareceram. Fato que certamente atingiu a economia regional e atingiu, diretamente, o segmento mais pobre da população de Florianópolis, “pois a praia do mercado perdeu sua clientela e os homens que conseguiam ali ganhar algum dinheiro foram forçados a procurar outra atividade.” (Peluso,1991a:332-333)

Outro fato que teria influenciado as condições econômicas, sociais e políticas, pós-30, foi a oposição a Getúlio Vargas exercida por setores da política catarinense. Esse fato teria trazido consequências de “influência negativa” para Florianópolis. (Pereira, 1974:55) Além do fato de que, no período de governo Vargas, ocorreu uma forte concentração de investimentos especialmente na região sudeste do país.

¹⁹ “Assim, a capital do Estado, com um hinterland pobre deslocada dos novos centros dinâmicos da economia catarinense não desenvolveu nenhuma riqueza; contudo, na condição de centro político-administrativo e contando

Nos anos 40 e 50, “Florianópolis foi uma cidade sonolenta”, seu porto entrou em decadência, não possuindo mais importância econômica. Em 1938, a área urbana estava restrita a área central em torno da praça XV de Novembro. (*Mapa3*) As atividades de sede do governo do Estado se constituíram na principal função econômica que ocupava seus habitantes. Ao mesmo tempo, apareciam as constantes ameaças de transferência da capital para o interior do Estado. (*O Estado*,14/mai/1976:31)

A cidade de Florianópolis manteve um relativo crescimento urbano, entre as décadas de 30 e 50, principalmente, como consequência do crescimento do aparelho de Estado, tanto federal como estadual. A partir da política implementada por Vargas, o Estado passou a atuar no sentido de viabilizar o desenvolvimento da indústria brasileira. Nesse primeiro momento, em que o Estado promoveu a regulamentação das relações entre capital e trabalho, ampliaram-se as suas funções especialmente na área da previdência e assistência social.²⁰

Dois edifícios públicos federais foram construídos, na década de 40: a primeira sede do Banco do Brasil, na Praça XV de Novembro e a sede do IPASE - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, na Praça Pereira Oliveira. Esses edifícios constituíram-se em elementos marcantes na paisagem urbana, especialmente a sede do IPASE, que, com cinco pavimentos, foi um dos primeiros edifícios construído na cidade.

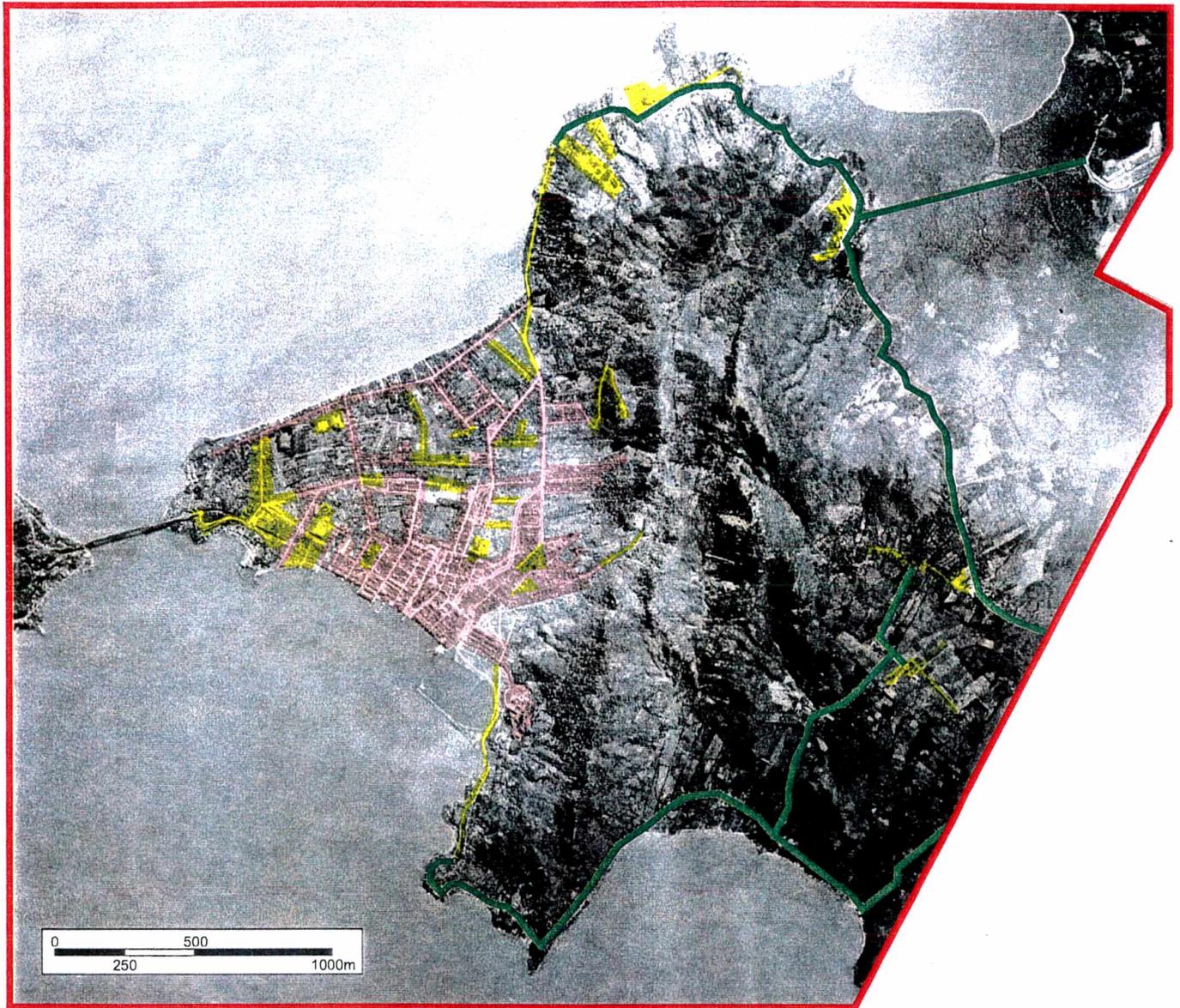
O governo estadual, além de promover a ampliação dos órgãos de governo, construiu no bairro da Agrônômica a sede do órgão de assistência a menores, o “Abrigo de Menores”, criado em 1935. Florianópolis recebeu, ainda, vários investimentos públicos, com profundas modificações a nível intra-urbano.

ainda com uma maior organização comercial, observou um crescimento cumulativo da sua estrutura urbana, em função do próprio desenvolvimento da economia catarinense” (Silva,1978: 85)

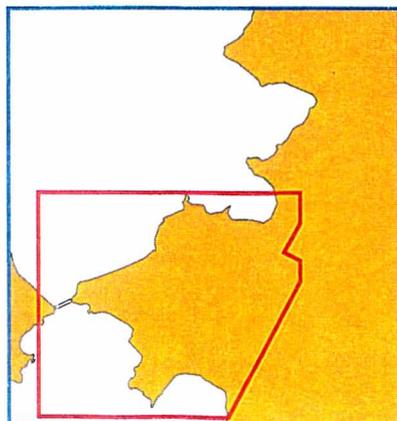
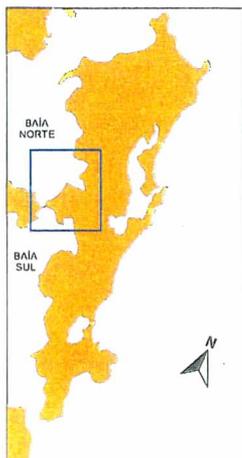
²⁰Ver Capítulo 2

SITUAÇÃO DA MALHA URBANA DE FLORIANÓPOLIS EM 1938

(Estudo da área de influência das localizações do aparelho de Estado)



Base Cartográfica: SEPLAN, Levantamento Aerofotogramétrico 1938



LEGENDA

-  Área Urbana Ocupada
-  Área em Expansão Urbana
-  Vias Rurais

Nesse período, foi construída a avenida Mauro Ramos, “uma das intervenções do governo no plano urbano que mais influência teve sobre a cidade” (Peluso, 1991a:319) Essa avenida constituiu-se em um importante eixo de ligação entre o lado sul e norte do triângulo central, margeando o Morro do Antão. A construção da avenida possibilitou a abertura de novas áreas de crescimento e saneamento urbano, ampliando a malha urbana da cidade. Até então havia apenas uma ligação direta entre a parte sul e norte da península insular que era feita pela atual Rua Esteves Júnior, antiga ligação entre o centro da cidade e o forte de São Francisco, localizado no lado norte. (*Mapa 4A*)

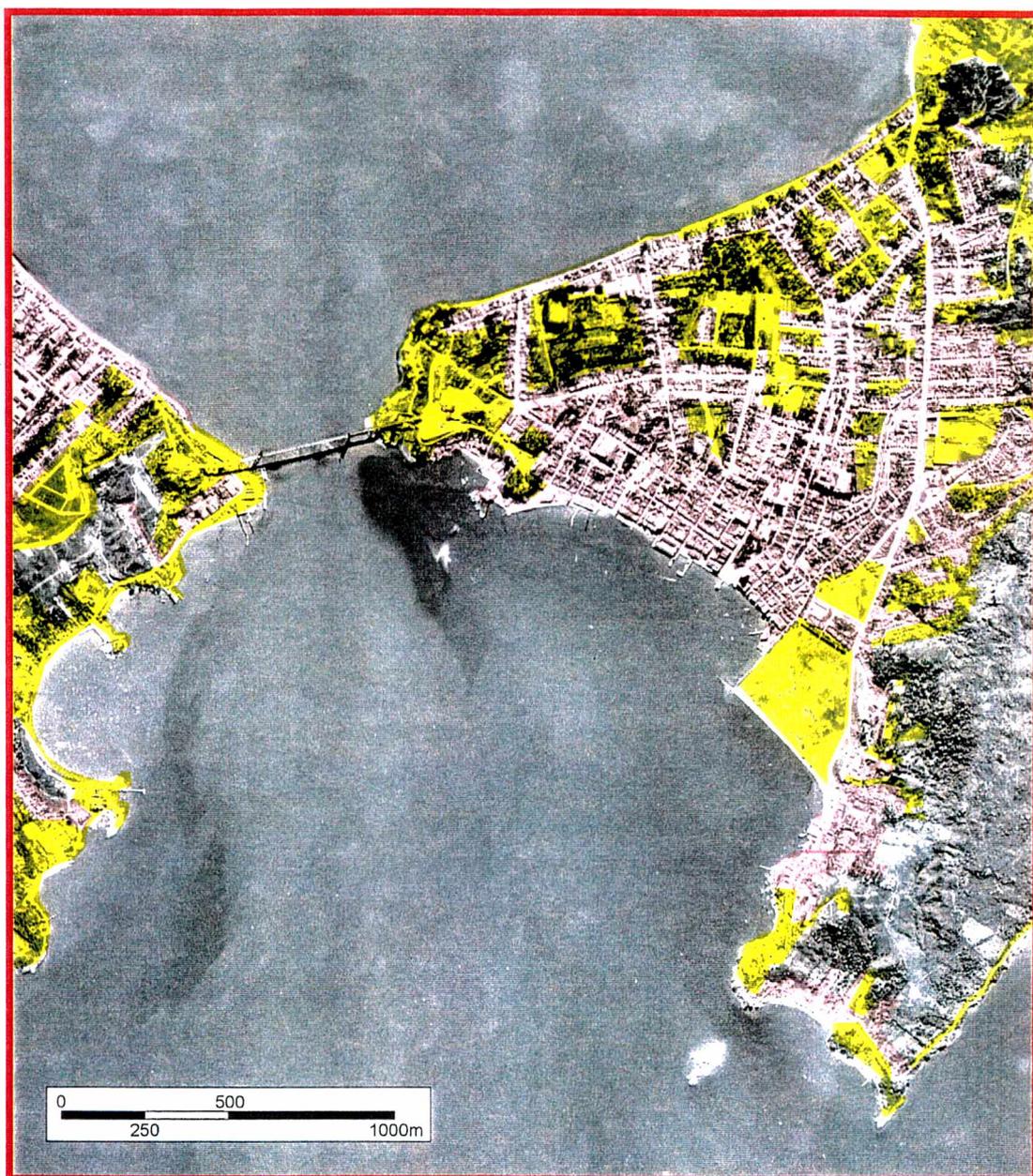
Nos anos 40, foi construída a primeira pista de pouso onde hoje fica a Base Aérea, e em suas adjacências foi se desenvolvendo o atual aeroporto. E na década seguinte, novos serviços de luz e água foram instalados.

A evolução do plano urbano, nos anos cinquenta, consistiu na ampliação do processo de expansão urbana no lado norte do triângulo central através das divisões das antigas chácaras. O município controlava o processo de divisão dessas áreas quando tratava-se de diversas propriedades, como ocorreu, por exemplo, com a abertura, em 1958, da Avenida Othon Gama D’Éça e a Avenida Prefeito Osmar Cunha, ligando o centro da cidade com as áreas ao norte da península. Com a instalação do 5º Distrito Naval e a vila de oficiais dessa unidade da Marinha de Guerra, na Agrônômica, intensificaram-se a divisão de chácaras na encosta do morro do Antão e as baixadas começaram a ser aterradas e loteadas. (Peluso,1991a:319) (*Mapas 4A e 4B*)

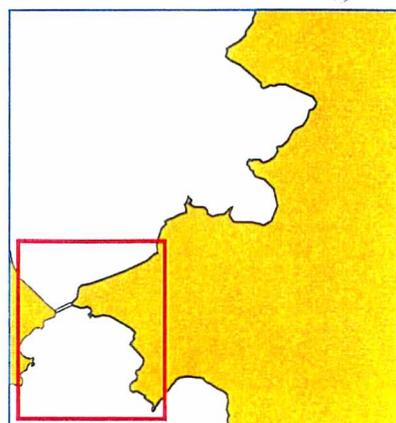
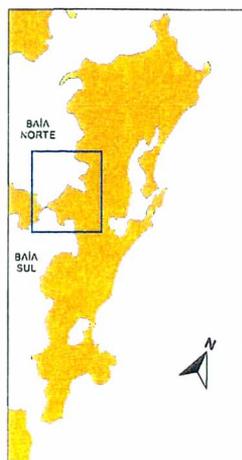
Nas décadas de 40 e 50, teve início um processo de verticalização do centro da cidade, bastante tímido inicialmente. Com exceção da construção de dois hotéis, os prédios de maior gabarito construídos nesse período eram prédios públicos.

SITUAÇÃO DA MALHA URBANA DE FLORIANÓPOLIS EM 1957

(Estudo da área de influência das localizações do aparelho de Estado)



Base Cartográfica: SEPLAN, Levantamento Aerofotogramétrico 1957

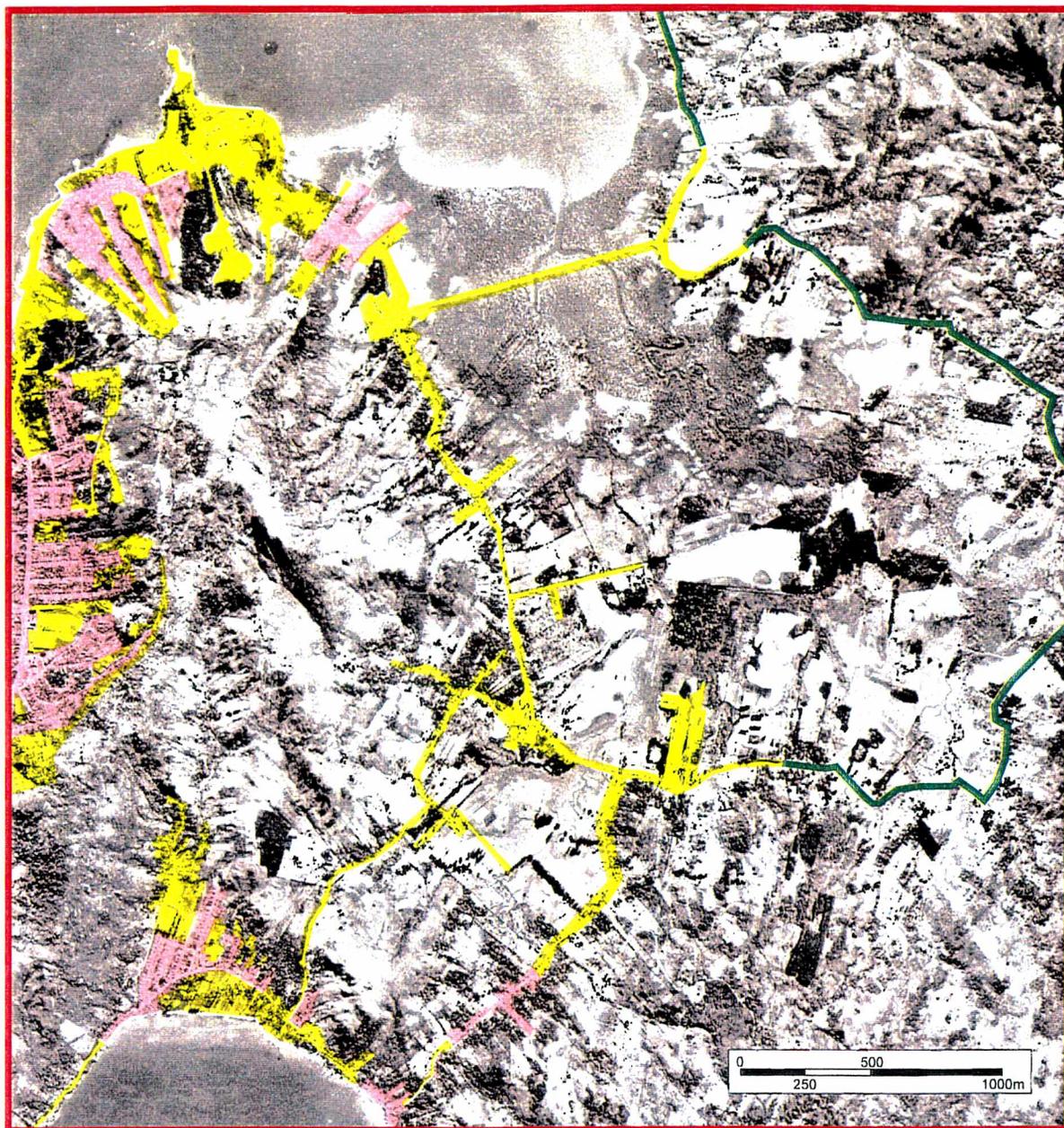


LEGENDA

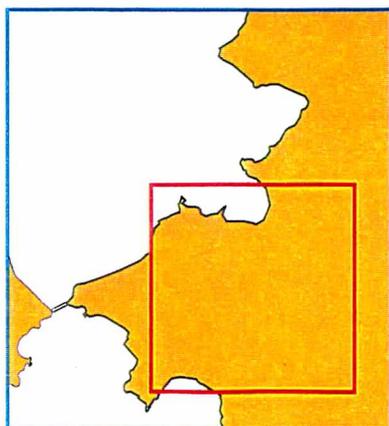
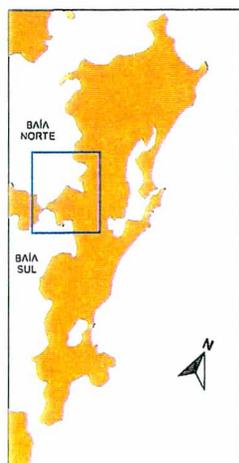
- Área Urbana Ocupada
- Área em Expansão Urbana

SITUAÇÃO DA MALHA URBANA DE FLORIANÓPOLIS EM 1957

(Estudo da área de influência das localizações do aparelho de Estado)



Base Cartográfica: SEPLAN, Levantamento Aerofotogramétrico 1957



LEGENDA

-  Área Urbana Ocupada
-  Área em Expansão Urbana
-  Vias Rurais

Nesse período, os bairros de Coqueiros e Bom Abrigo começaram a exercer forte atração sobre as pessoas de renda mais alta, o que foi facilitado pela presença da ponte Hercílio Luz e pelo maior uso do automóvel. Porém, os congestionamentos que se formaram na Ponte Hercílio Luz, nos anos sessenta, diminuíram este movimento de expansão para o continente, principalmente, como área de moradia.²¹

Apesar dos vários investimentos públicos e também do próprio crescimento do aparelho de Estado, Florianópolis não havia desenvolvido uma significativa dinâmica urbana. O porto de Florianópolis possuía um movimento em constante declínio. Os dados de crescimento da população urbana, em 1950, tampouco refletiam a realidade, pois estavam contidos dados da anexação de área continental ao município de Florianópolis e de alguns distritos da ilha que antes não eram considerados.²²

No final da década de 60, com exceção das estradas de acesso ao aeroporto e de acesso ao Morro da Lagoa que eram pavimentadas por paralelepípedo, todas as vias no interior da Ilha de Santa Catarina não possuíam pavimentação. (Sugai,1994:104)

A sociedade local ressentiu-se desse período de estagnação econômica e isolamento. Segundo Pereira, a Ponte Hercílio Luz não havia trazido o “progresso aspirado” e constatava-se que, entre 1925 e 1950, as mudanças tinham sido tão pequenas que passaram despercebidas. (1974:52-53) A implantação da Br-282 teria sido o fator responsável pela baixa concentração urbana em Florianópolis e pelo fato da capital não ter se tornado uma zona de polarização do Estado de Santa Catarina. (Silva,1978 e Peluso, 1991a)

Entretanto, o espaço urbano de Florianópolis, no final da década de 50, foi resultado de um longo processo histórico, como vimos anteriormente, que resultou, entre outros elementos na formação de um centro urbano de porte reduzido. A cidade possuía, em 1959, uma população de 98.520 habitantes e, se somarmos a população dos

²¹Esse movimento em direção aos bairros de Coqueiros e Bom Abrigo só foi retomado com a construção da ponte Colombo Machado Salles. Com a construção da ponte também aumentou a procura por outras áreas localizadas no continente entre Florianópolis e a Br-101 e por residências nas cidades de São José, Palhoça e Biguaçu. (Peluso, 1991a: 331)

²²Sobre o elevado aumento populacional de 1940 para 1950, registrado no Censo de 1950, “deve-se ao fato deste último ter incluído, na população da capital, os habitantes das vilas de João Pessoa, Saco dos Limões e Trindade, incorporadas, então, ao distrito da sede de Florianópolis.” (Peluso, 1991a:7) A vila de João Pessoa, atual bairro do Estreito, incorporada à Florianópolis pertencia ao município de São José.

municípios que constituem, atualmente, o Aglomerado Urbano de Florianópolis²³ teria um total de 148.074 habitantes.²⁴

Para efeito de comparação, as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro possuíam, em 1960, 4.791.000 e 4.862.000 habitantes, respectivamente. As regiões metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba, capitais dos estados vizinhos do Estado de Santa Catarina, possuíam, nesse mesmo período, 1.029.000 e 470.000 habitantes, respectivamente. (Taschner, 1992:87)

A partir da década de 30, com a atividade comercial em decadência, a função urbana de sede de governo assumiu uma posição principal no contexto urbano de Florianópolis. Porém, apesar das mudanças ocorridas nesse período, Florianópolis continuou sendo uma capital de Estado com pouca expressão no contexto estadual e nacional.

No entanto, como veremos nos capítulos seguintes, foi a partir do extraordinário crescimento do Estado nas décadas de 60 e principalmente na década de 70, que a capital Florianópolis teve um enorme crescimento urbano, em relação à sua estrutura urbana anterior, com profundas mudanças sociais, econômicas e culturais.

²³Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu.

²⁴Dados do Censo Demográfico do IBGE de 1960.

A PRESENÇA DO ESTADO NA URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: a grande expansão do Estado nas décadas de 60 e 70.

2.1. A urbanização pré-industrial brasileira

A formação do urbano no Brasil constituiu-se no primeiro momento de diferenciação entre os processos de urbanização das principais regiões brasileiras e do Estado de Santa Catarina. A característica da rede urbana catarinense decorreu, inicialmente, do processo de povoamento do seu território distinto do processo de povoamento das principais regiões brasileiras.

“O fato de um país ou uma região apresentar numerosas cidades, a maioria pequenas, um número menor de médias e apenas algumas grandes, se deve a razões históricas, que decorrem do processo de povoamento do território. Uma vez estabelecido um certo número de núcleos urbanos, cada um deles tende a se especializar em uma ou várias funções, em parte devido à sua localização geográfica em relação à rede de transporte, em parte devido ao tipo de atividades que se desenvolvem em seu “hinterland” e, em parte, finalmente, devido ao acaso, isto é, a uma grande quantidade de razões que desafiam a análise: caráter e providência de sua população, incidentes políticos, alterações em outras partes da economia e uma miríade de outros fatos que podem contribuir para que determinada cidade se torne um importante centro industrial, ao passo que as demais não passem de centros comerciais médios e pequenos.”
(Singer, 1985:141)

A origem do processo de urbanização brasileira está no caráter monocultor da agricultura para exportação. Ao contrário de uma imensa cadeia de cidades de tamanhos diferenciados, o caráter autárquico da produção agrícola para exportação abortou um processo de urbanização em torno das próprias regiões produtoras dos bens primários de exportação. Este fato gerou um padrão de urbanização muito pobre, ou seja, formou uma rede urbana com extrema polarização em torno de poucas cidades com grande concentração populacional separadas por enormes distâncias despovoadas.

Assim, as cidades brasileiras surgiram ao longo da costa litorânea, no período colonial, como ponto de saída dos produtos para exportação e de entrada para as mercadorias vindas da metrópole. Nessas cidades também se localizaram os aparelhos de Estado, apesar do caráter agroexportador da economia no Brasil.

Segundo Oliveira, nas cidades foram localizadas as sedes do controle, seja burocrático, seja do capital comercial e é, justamente, esse caráter de sede do capital comercial que responde, na maioria dos casos, pelo caráter que a urbanização toma no Brasil Colônia e depois com o país independente. Portanto, o crescimento das cidades a partir da industrialização, “não se explica se não se tiver em conta a sua função [anterior] de sede do capital comercial. Portanto, essa urbanização precedeu, sob muitos aspectos, uma nova urbanização que se redefiniu a partir do momento em que a cidade passa a ser também a sede do aparelho produtivo, a sede da indústria propriamente dita.” (1982:37-41)

Assim, o papel que as cidades desempenharam e a dimensão que adquiriram, no período colonial, foi a base para o processo, posterior, de urbanização brasileira. Ou seja, algumas cidades cresceram a partir da atividade de comércio da produção agrícola para exportação e ganharam dimensões urbanas significativas. Essas cidades constituíram-se em bases urbanas no processo posterior de urbanização a partir do desenvolvimento da indústria no Brasil, momento em que se tornaram grandes metrópoles.

A formação do urbano no território catarinense teve uma trajetória distinta do padrão de urbanização que se estabeleceu, de um modo geral, no Brasil. A economia de Santa Catarina por não ter desenvolvido, no período colonial, uma produção agrícola para exportação, como ocorreu nas principais regiões brasileiras, gerou cidades com pouca expressão econômica e de pequenas dimensões urbanas, ao contrário das principais cidades brasileiras, que faziam a ligação da produção agroexportadora com a circulação internacional de mercadorias.²⁵

²⁵“A economia catarinense não desenvolveu nenhuma fonte de riqueza estável no período colonial, pois não foi organizada em função de um produto de exportação; mesmo a sua inserção no mercado dos pólos da economia agroexportadora foi muito limitada. Assim sendo, não se acumulou um excedente capitalizado em dada área, capaz de engendrar um processo de desenvolvimento ou mesmo de constituir um núcleo urbano de maiores dimensões.” (Silva, 1978:51 e 58)

A região sul do Brasil, em especial o território catarinense²⁶, permaneceu, durante o período colonial, à margem da economia e da política nacional.²⁷ Desde a colonização, a produção dessa área visou o mercado interno da colônia, organizando-se como uma economia subsidiária da economia colonial, essa voltada para o mercado internacional.

Ao contrário das principais cidades brasileiras com funções de sede do capital comercial, a vila de Desterro, capital da Capitania de Santa Catarina, no século XVIII possuía uma função militar estratégica. A sua importância estava ligada à questão da conquista das terras do “Novo Mundo“. A partir do Tratado de Tordesilhas (1494), Portugal e Espanha, buscavam a conquista e ampliação de sua soberania na América. Nesse sentido, disputavam entre si o domínio do Estuário do Rio da Prata, por sua importância econômica, baseada, principalmente, na exportação de ouro e prata, desde o século XVI.

A Ilha de Santa Catarina situava-se, geograficamente, entre as duas maiores cidades litorâneas da América do Sul no Atlântico, Rio de Janeiro e Buenos Aires, cada qual sendo o principal centro urbano dos impérios rivais. Navegadores espanhóis frequentavam a costa catarinense que a tinham como domínio da Coroa Espanhola. Por sua vez os portugueses reputavam o Estuário do Rio da Prata como limite sul do Brasil.

A Coroa Portuguesa, como parte de uma série de ações visando o domínio e a manutenção das terras ao sul até o Estuário do Rio da Prata, decidiu criar, em 1738, a Capitania de Santa Catarina e promover a imigração açoriana²⁸, como vimos no capítulo

²⁶ O território catarinense era constituído no período colonial pela Capitania de Santa Catarina, formada no início do século XVIII. Abrangia, então, apenas a região do litoral, tendo a Serra do Mar como limite. A colonização dessa área havia iniciado no século anterior, a partir da fundação das povoadas de São Francisco (1676), Desterro (1651, data provável) e Laguna (1645) pelos Vicentistas, sendo reforçada, em meados do século XVIII, pela imigração açoriana. Lages, fundada, em 1767, pela ação do governo da Capitania de São Paulo e a região do planalto foram incorporados ao território catarinense somente em 1820, com a constituição da Província de Santa Catarina, “com fraco intercâmbio entre litoral e o planalto, prendendo-se, até 1840, no campo religioso-eclesiástico ao Bispado de São Paulo, e a sua dependência econômica está relacionada à feira de Sorocaba, até 1850.” (Piazza, 1982)

²⁷ “Santa Catarina constituiu, no período colonial, zona de transição (do mesmo modo que o Paraná e o Rio Grande do Sul) entre dois focos importantes de colonização e povoamento: São Vicente (e São Paulo) ao norte e o Estuário do Prata ao sul.” (Singer, 1977:81-82)

²⁸ A corte portuguesa desenvolveu uma série de ações político-diplomáticas “da mais ampla envergadura” visando a afirmação de seu território: “De um lado, todo o processo de reconhecimento geográfico do território efetivamente ocupado pelos luso-brasileiros, através da missão astronômica-cartográfica dos ‘padres matemáticos’, Diogo Soares e Domingos Capasi. De outro lado, a ação de fortificação do Brasil Meridional, desde o Rio de Janeiro até a Colônia do Sacramento, com a fundação fortificada da barra do Rio Grande, a ereção do sistema de fortificações da Ilha de Santa Catarina e a criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina, sob a égide do Brigadeiro José da Silva Paes, bem como o povoamento açoriano, promovido pela Coroa Portuguesa, para o Brasil Meridional.” (Piazza, 1982:41)

anterior. Seu território foi constituído pela Ilha de Santa Catarina e o continente fronteiro²⁹, terras essas que pertenciam, anteriormente, à Capitania de São Paulo. Coube a Desterro a função de capital, entretanto, era um centro urbano de importância insignificante³⁰ (Peluso, 1991a: 313-314)

No século XVIII, Desterro era uma povoação militar, cuja função principal era político-administrativa. O crescimento do pessoal militar e de funcionários públicos, paralelamente à imigração açoriana e aumento da produção rural, contribuíram para que Desterro, no final do período colonial, desenvolvesse algumas relações de mercado, possuindo um centro urbano com uma relativa influência regional.

Após a independência, a Província de Santa Catarina possuía ainda um dinamismo econômico muito limitado. Os três portos do litoral - Desterro, Laguna e São Francisco - apesar de estarem ligados administrativamente, desde a criação da Capitania, tinham parcela de sua população envolvida numa economia de subsistência, razão pela qual não mantinham significativas relações econômicas. Lages, que passou a pertencer à jurisdição da Província, estava isolada do litoral, pois mantinha relações econômicas, ligada à criação e ao comércio do gado, através do "Caminho do Sul", entre Rio Grande e São Paulo. As primeiras iniciativas no sentido de incorporar Lages ao território catarinense ocorreram, ainda, no final do século XVIII, quando foi determinado ao Governador da Capitania de Santa Catarina a abertura da ligação entre Desterro e Lages, mas no entanto, o caminho concluído em 1790 foi abandonado a partir de 1800.

O processo histórico de ocupação do território catarinense, conjugado às suas condições geográficas³¹ conduziu à formação de zonas economicamente autônomas, cada uma contando com uma capital regional. (Singer, 1977:82-83) Essa característica foi a base para a formação da rede urbana catarinense.

²⁹O limite territorial entre a Capitania Ilha de Santa Catarina e a Capitania de São Paulo estava representado por um "marco" divisor localizado 18 léguas após a Vila de São José, no sentido leste-oeste.

³⁰Com a criação da Capitania de Santa Catarina Desterro foi elevada a categoria de vila, em 1726. Mas até então, Desterro pertencia ao termo de Laguna. Assim, "não obstante esta inferioridade, a Ilha de Santa Catarina veio a ser Capitania, com Desterro por sua capital." (Peluso, 1991a:313-314)

"As vilas litorâneas de Laguna e São Francisco do Sul foram colocadas sob a jurisdição do governo da dita Capitania, sediado em Desterro" (Hübener e Barreto,s/d)

³¹ "Considerando-se que portos e rios formam as principais vias de penetração do território, antes da abertura de caminhos pelo homem, verifica-se, pelo esboço geográfico acima, que Santa Catarina, em vez de ser unificada pelas vias naturais, é antes dilacerada por elas em zonas independentes, com pouca ou nenhuma comunicação entre si." (Singer, 1977: 81)

Nos séculos XVII e XVIII, o processo de povoamento e colonização da Capitania de Santa Catarina, “se fez no sentido vertical [norte-sul], tanto no litoral como no planalto” (Hübener e Barreto, s/d), não havendo um processo de integração do território catarinense.³²

No século XIX e início do nosso século, o processo de colonização catarinense com imigrantes vindos da Europa possibilitou a ocupação de parcela significativa do território catarinense que até então, estava limitado à região litoral, possuindo, em 1774 e 1800, uma população de 9.058 e 21.068 habitantes, respectivamente.

A colonização, no século XIX, ocorreu, principalmente, a partir da vinda de imigrantes alemães e italianos. Os vários grupos de imigrantes estabeleceram-se, principalmente, nas regiões ao norte e ao sul de Florianópolis. Nas regiões norte e Vale do Itajaí, a colonização foi feita, em sua maioria, por imigrantes alemães. Ao sul, na região do Vale do Tubarão, assentaram-se os imigrantes italianos.³³

No início do século XX, o movimento colonizador concluiu o povoamento do território catarinense com a ocupação do oeste. A bacia do Uruguai foi sendo povoada por correntes migratórias vindas dos núcleos de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul. (Singer,1977:82)

Com isso, concluiu-se a colonização do território catarinense. A população catarinense passou de 66.218 habitantes, em 1840, antes da intensificação do processo de colonização, para 668.743 habitantes, em 1920, quando entra em declínio o processo de imigração.³⁴

³²“Assim, a ação portuguesa no povoamento do atual espaço catarinense se fez do norte para o sul (sentido vertical) e em momentos diversos, daí resultando o aparecimento de duas áreas isoladas entre si: o litoral e o planalto. Este isolamento entre duas áreas vai dar origem a um processo de integração, que tem se estendido até os dias atuais”. (Hübener e Barreto,s/d)

³³ O primeiro núcleo de colonização alemã surgiu em 1829: São Pedro de Alcântara, próximo a Florianópolis. Depois foram fundadas as cidades de Joinville, ao norte do estado, e Blumenau, na região do Vale do Itajaí, em 1850 e Brusque, no Itajaí-Mirim, em 1860. Os imigrantes Italianos chegaram a Santa Catarina, em 1836, fundando as colônias ‘Nova Itália e ‘Nova Trento’, às margens do rio Tijucas. Mas o principal centro de colonização italiana estabeleceu-se no vale do Tubarão, onde, a partir de 1875, surgiram Criciúma e Urussanga. Imigrantes italianos também povoaram o Vale do Itajaí, a partir de 1875, misturando-se com a população germânica ali estabelecida. (Singer, 1977:82)

³⁴“Entre 1860 e 1960 a população catarinense multiplicou-se presumivelmente por 22”. (Singer, 1977:83)

No decorrer do século XIX, o porto de Desterro havia se tornado o mais importante dentre os portos da Província, Laguna, São Francisco e, mais tarde, Tijucas e Itajaí. Através do porto da capital convergiam os produtos de outras partes da Província, para abastecimento de Desterro e outros mercados fora da Província, tornando-o um entreposto razoável.³⁵ Também pelo porto de Desterro chegavam as mercadorias importadas para abastecer toda a região. (Cabral, in: Peluso, 1991a:328)

Com isso, a cidade de Desterro, desenvolveu, no decorrer do século XIX, uma dinâmica urbana a partir de um significativo crescimento do comércio. Mas, apesar do comércio na capital catarinense ter alcançado um dinamismo bastante expressivo, a área de mercado sob sua influência estava limitada à sua região, Ilha e as áreas continentais mais próximas, constituindo-se num mercado local.³⁶ Em paralelo, a recém-colonizada região do Vale do Itajaí, comandada por Blumenau, já havia no final do século XIX iniciado um processo de industrialização, desenvolvendo-se enormemente no século seguinte.

O Estado de Santa Catarina, assim constituído com a proclamação da República, teve seus limites territoriais definidos, após o desfecho da questão do Condestado, em 1916. No entanto, a “integração político-administrativa” do estado ocorreu na prática, em 1929, quando o então governador Adolfo Konder promoveu uma viagem através do território catarinense. O percurso da viagem iniciou em Florianópolis e concluiu-se com a chegada ao extremo-oeste catarinense. Uma “verdadeira epopéia” para a época, mas cabe ressaltar que esse fato não se constituiu em uma “integração social e econômica” do estado. (Piazza, 1970)

A busca de soluções para essa integração foi objeto de preocupação dos vários Presidentes da Província e de muitos Governadores do Estado de Santa Catarina, que desenvolveram, para tanto, planos e reivindicações nesse sentido. Entretanto, como constatou Hübener e Barreto (s/d), “a posição adotada pelos governantes, em sua grande maioria, parece ter se transformado em discurso político sem a necessária sustentação

³⁵Pelo porto de Desterro saíam as mercadorias para os mercados de Rio Grande, Rio da Prata, Montevideu e Buenos Aires. Para o norte tinham o destino da Corte, até mesmo Bahia e Pernambuco. (Cabral, in: Peluso, 1991a:328)

³⁶Os produtos importados, através do porto de Desterro, destinavam-se ao consumo da capital e das cidades e vilas situadas no seu raio de ação. Os produtos exportados, como farinha de mandioca, mel, cera, couro e madeira, provinham, principalmente, das áreas continentais próximas, passando pelo porto da capital, local onde se realizavam as transações comerciais. (Dias, in: Peluso, 1991a: 331)

que permitisse a concretização efetiva do intento.” Mesmo porque não ocorreu uma relação econômica entre as regiões catarinenses capaz de possibilitar a integração do território catarinense.

Assim, a formação da rede urbana do Estado de Santa Catarina não criou uma zona de concentração urbana, como é o caso de outros estados brasileiros como São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco. Cada cidade catarinense, relativamente grande, tornou-se cabeça de zona mais ou menos independente. E ainda, como destacou Singer, “Florianópolis, apesar de capital do Estado, encabeça uma zona economicamente inexpressiva, na qual não há mais nenhuma aglomeração urbana de vulto.” (Singer,1977:83)

2.2. O período Vargas

“Desde fins do século XIX o eixo da sociedade brasileira deslocava-se do nordeste para o centro-sul. No início, esse eixo estava simbolizado na cana e no café, como duas economias ‘tropicais’ da maior importância. Uma simbolizava a Colônia e o Império. A outra passava a influenciar e simbolizar a República. Depois, de forma cada vez mais acentuada ao longo da República, esse eixo passou a estar simbolizado na indústria. Uma indústria que povoa a cidade e invade o campo, provoca migrações e generaliza a luta pela terra, desenvolve as classes sociais e recria as diferenças raciais, recobre povoados, vilarejos e comunidades, dando passo ao mercado, à mercadoria, ao lucro, aos ritmos do capital, aos princípios do contrato. Aos poucos, o Brasil fica paulista, isto é, capitalista. E assim se recriam as diversidades e desigualdades regionais, nas quais sobressaem o nordeste e o centro-sul.” (Ianni, 1992:175 e 176)

Os acontecimentos políticos de 1930 caracterizaram-se pela derrubada da oligarquia cafeeira do poder e ascensão de uma coligação de classes, representada por políticos oriundos, principalmente, do Nordeste e Rio Grande do Sul, regiões periféricas à economia cafeeira localizada na região de São Paulo. A aliança política em ascensão estava formada pelas oligarquias rurais regionais e pela nascente burguesia industrial. Esses setores defendiam um maior incentivo a produção voltada para o mercado interno, em oposição a política existente até então que privilegiava a produção voltada para o mercado externo.

Essa nova aliança política, chefiada por Getúlio Vargas, iniciou um processo de “unificação do mercado nacional, tanto física quanto política”, criando as condições para uma crescente concentração espacial do capital³⁷, antes impedida pela fragmentação regional do mercado. A concentração espacial do capital, causada pelas chamadas economias externas, ocorreu, principalmente, em São Paulo, entre outras razões, porque a capital paulista já possuía o maior parque industrial do país, desenvolvido a partir do grande mercado regional formado pela cafeicultura³⁸. (Singer, 1985:123-124)

³⁷“Na medida em que as empresas se concentram espacialmente, o mercado para cada uma se amplia, possibilitando assim maior concentração empresarial do capital e na medida em que esta se dá as vantagens da concentração espacial se acentuam.” (Singer, 1985:124)

³⁸ O desenvolvimento da economia de exportação criou um mercado interno que propiciou a existência de um setor industrial. O café, e sua política protecionista, promoveu a modernização de vários setores como o desenvolvimento ferroviário e a rede bancária, fornecendo as bases para o crescimento industrial, principalmente na região de São Paulo. Ao mesmo tempo a cada crise do café, culminando com a crise mundial de 1929-30, o capital acumulado anteriormente foi reinvestido na produção industrial. (Rezende, 1982:35)

Aos poucos a burguesia industrial passou a ser hegemônica em relação ao setor produtivo, às relações de produção e ao Estado.³⁹ A indústria ganhou impulso a partir da produção para substituição dos produtos importados, voltada para o mercado interno. O Estado garantiu as condições iniciais necessárias à acumulação do capital industrial. O papel do Estado consistiu, inicialmente, em promover a regulamentação das relações entre capital e trabalho⁴⁰ e em transferir excedentes dos grupos ligados à produção agroexportadora para os grupos industriais emergentes.⁴¹

Através de políticas sociais, privilegiando o trabalhador urbano, o Estado atuou, especialmente, na previdência e assistência social e na garantia de um padrão de reprodução social, através de políticas que garantissem moradia, alimentação e educação para o trabalhador.⁴²

Assim, o Estado criou as condições para o surgimento de aglomerações urbanas com um mínimo de complexidade, comparáveis às dos países centrais, e esse objetivo foi alcançado concentrando investimentos públicos em alguns centros urbanos. A política urbana adotada reforçou a tendência a uma grande concentração urbana em São Paulo e Rio de Janeiro, desencadeando um volume considerável de contradições sociais e espaciais nessas cidades.

O Estado teve suas funções ampliadas, para garantir as condições para o desenvolvimento da indústria no Brasil. Além de promover a regulamentação das relações entre capital e trabalho, no período de governo Vargas, foram feitas as primeiras iniciativas do Estado no sentido de atuar diretamente no setor produtivo.

Em Santa Catarina, o processo de industrialização teve início sintonizado com os acontecimentos nacionais. No período colonial, Santa Catarina, representada pelo papel

³⁹Ver Singer, 1985 e Schmidt e Farret, 1986.

⁴⁰Segundo Oliveira, esse foi o aspecto mais crucial da relação entre o Estado e o urbano no Brasil nesse período. O urbano, nesse caso, foi essa intervenção do Estado nas relações capital-trabalho, criando, com isso, pela primeira vez, um mercado de trabalho, ou melhor um mercado de força de trabalho. Um mercado que praticamente inexistia no Brasil, pois anteriormente, tinha-se ou o trabalho compulsório, trabalho escravo, ou um mercado de trabalho cativo. (1982)

⁴¹Segundo Oliveira "O Estado vai direcionar a potência do seu poder de coerção extra-econômica,...vai tentar mudar o padrão de acumulação, em outras palavras, vai fazer a famosa transposição de excedentes de uns grupos sociais para outros, penalizando a produção agroexportadora e direcionando os seus mecanismos e os seus aparelhos de Estado para potencializar a acumulação industrial"...(1982:44)

⁴²Ver Ribeiro e Cardoso, 1994:82.

que desempenhou Desterro no contexto da economia colonial, manteve-se isolada da economia e da política nacional. É importante destacar que esse isolamento regional, longe de ser um “problema” da cidade de Desterro, foi uma das características da própria formação da sociedade brasileira.⁴³

Entretanto, na década de 30, Santa Catarina já possuía um parque industrial bastante razoável, localizado, especialmente, nas regiões do Vale do Itajaí e nordeste do estado comandadas pelas cidades de Blumenau e Joinville, respectivamente. A indústria, nessas regiões colonizadas por imigrantes alemães, deu início a partir da década de 1880 e, num primeiro momento, desenvolveu-se principalmente em função do mercado local. No início do século XX, concluíram-se vários empreendimentos - rede de estradas, estradas de ferro, bancos e usinas de energia elétrica - que haveriam de proporcionar as condições para um novo impulso industrializador.

No período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e nas décadas seguintes, as empresas de Blumenau passaram a abastecer o mercado nacional⁴⁴. Nessa etapa, a expansão das empresas adquiriu nova dimensão, integrando-se no processo de industrialização do país. (Singer, 1977)

Por outro lado, Florianópolis, havia desenvolvido, no decorrer do século XIX, o comércio de atacado e varejo tornando-se uma atividade mais intensa ao final desse século e início do século XX. A principal casa comercial da capital, a Casa Hoepcke, abastecia-se diretamente no Rio de Janeiro e até na Alemanha e distribuía suas mercadorias por meio de barcos, para o litoral catarinense e litoral paranaense, inclusive, abastecendo Curitiba e Ponta Grossa. (Silva, 1978: 73) Portanto, o raio de mercado centralizado por Florianópolis ampliava-se para além de sua base local.

⁴³Segundo Ianni, “não é demais lembrar que algumas das raízes da questão nacional se localizam na história dos ciclos e épocas da economia brasileira. A economia primária exportadora, que predominou ao longo dos séculos XVI ao XX, assinala alguns dos traços marcantes dessa problemática. Estabelece as bases das diversidades e desigualdades sociais, econômicas e outras que aparecem como locais, estaduais, regionais e raciais. ... É aí que se enraíza o desenvolvimento desigual e contraditório, característico da economia e sociedade no Brasil. ...É como se fosse um caleidoscópio de tempos e lugares.” (Ianni,1992:167)

⁴⁴A condição de sucesso da penetração no mercado nacional, segundo Singer, das empresas que atingiram o estágio de “grande indústria”, possuindo participação ponderável no mercado nacional, foram aquelas que desempenharam papel pioneiro em ramos virgens ou quase virgens no Brasil, não concorrendo com as indústrias com sede no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Exemplo disso foram as tecelagens e malharias de Blumenau. (Singer, 1977:130)

No entanto, com a consolidação da colonização das regiões catarinenses do Vale do Itajaí, Norte, Sul e por último o Oeste, desenvolveram-se, nessas regiões, centros comerciais e industriais, como Blumenau, Itajaí, Joinville, Tubarão e Criciúma, independentes da capital catarinense. O comércio com sede em Florianópolis perdia pouco a pouco as suas áreas de mercado.

Paralelamente, Porto Alegre e Curitiba cresciam rapidamente, alargando a sua área comercial, que após 1930, juntamente com a de São Paulo, iria se estender sobre parte do território catarinense. Dias constatou, em 1947, que o comércio atacadista de Florianópolis estava em visível declínio, isso porque estava “sofrendo a competição crescente da distribuição direta feita pelas fontes produtoras e também de concorrentes estabelecidos em praças de maior movimento, como São Paulo, Rio, Curitiba e Porto Alegre.” E acrescenta que as áreas tributárias da praça de Florianópolis, com a melhoria das rodovias e com o desenvolvimento do transporte motorizado, foram “invadidas” pelos atacadistas de outras praças, os quais, especializados e movimentando maiores capitais, competiam vantajosamente com os atacadistas locais.⁴⁵ (Dias, in: Peluso,1991a:337)

Até então, Florianópolis mantinha-se como o maior centro comercial do Estado, com alguma centralidade sobre o litoral catarinense, pois possuía um porto para onde convergiam as importações e, apesar de seu reduzido dinamismo econômico e pequena dimensão, ainda era a maior cidade de Santa Catarina. Após 1930, o comércio marítimo em Florianópolis foi pouco a pouco desaparecendo enquanto principal função econômica da cidade.

Em paralelo, a função de sede do governo passou a ter cada vez mais importância no contexto urbano de Florianópolis. No entanto, o período entre as décadas de 30 e 50, constituiu-se em um momento de transição bastante difícil, a cidade viveu um período de estagnação, principalmente econômica.

⁴⁵Peluso também analisa esse período: “O mercado para a produção agrícola da região, ilha e continente, estava, até os anos quarenta, em Florianópolis. Comerciantes da capital adquiriam a produção que os atacadistas do interior conduziam em carroças, depois em caminhões, e exportavam para outros portos o que a cidade não consumia. Com o melhoramento das estradas, já na década de trinta, atacadistas de outras áreas penetravam na região de Florianópolis, movimento que foi se intensificando daí em diante. Ao mesmo tempo os próprios comerciantes da região começaram a colocar suas mercadorias em outras áreas, e depois da implantação da Br-101, já com frotas de caminhões e armazéns em pontos favoráveis, passaram a adquirir a produção agrícola e transportá-la para o mercado de São Paulo. Aos atacadistas de Florianópolis restou o abastecimento da capital e do pequeno comércio da região, que depende, inteiramente, do transporte rodoviário.” (Peluso,1991a: 337-338)

O governo federal, na década de 40, tomou iniciativas no sentido de buscar a integração do mercado nacional, nesse sentido, viabilizou a elaboração do Plano Rodoviário Nacional (1944), adotando critérios principalmente econômicos para a implantação das rodovias federais. Assim, em Santa Catarina foram projetadas e implantadas as duas principais rodovias do estado, as atuais BR-116 e BR-101⁴⁶, que percorrem o território catarinense no sentido norte-sul, configurando-se em rodovias de passagem pelo estado.

Portanto, as principais rodovias de Santa Catarina não convergiram para a capital do estado como ocorreu em outros estados brasileiros, cujas capitais constituíram-se em importantes centros de produção e distribuição, herança dos períodos anteriores. Ao contrário, Florianópolis estava deslocada do eixo econômico do estado.

Tendo em vista a “reação de Santa Catarina”, foi incluída no Plano Rodoviário uma via de ligação transversal, ligando Florianópolis a Lages e ao Oeste, uma antiga reivindicação do estado⁴⁷. Todavia, a partir de 1945, a programação previamente traçada assumiu tratamento prioritário, postergando-se a referida rodovia. Assumiu caráter de urgência a reconstrução da estrada Rio de Janeiro-São Paulo-Curitiba, a construção da estrada Curitiba-Lages e a melhoria do trajeto Lages-Porto Alegre. (Silva, 1978:82)

O traçado das rodovias tornou mais visível a não integração do Estado de Santa Catarina pelo fato de que as regiões catarinenses possuíam as limitadas relações econômicas entre si. A partir da década de 1950, ampliou-se a crescente unificação do mercado nacional, aumentando a especialização das regiões de Santa Catarina e a relação dessas regiões com o mercado nacional.

2.3. Os anos 50

As condições para o desenvolvimento da indústria no Brasil levaram à formação de grandes concentrações urbanas, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Isto porque, como vimos, com a consolidação de um mercado de âmbito nacional as unidades de produção das indústrias de transformação que operavam em escala nacional

⁴⁶A BR-101 em Santa Catarina foi asfaltada somente em 1971.

⁴⁷Trata-se da atual BR-282.

tenderam a localizar-se nos centros mais populosos do Sudeste, orientando-se pela acessibilidade à parcela mais substancial do mercado e beneficiando-se das vantagens de aglomeração.

As políticas governamentais, até então adotadas, reforçaram ainda mais esse padrão de crescimento urbano. O papel do Estado na economia serviu para intensificar o já pronunciado desequilíbrio regional e para estimular a supremacia do Sudeste.

A década de 50, especialmente o Governo de Juscelino Kubitschek, caracterizou-se pela implantação de indústrias de bens de consumo duráveis, dentre essas, a indústria automobilística⁴⁸ e pela abertura da economia brasileira para os investimentos de capital estrangeiro.

A partir desse período, a tendência à concentração espacial das indústrias e, em consequência, à concentração urbana ampliou-se. Segundo Singer, os novos ramos industriais surgiram fortemente concentrados e a maior parte dos estabelecimentos foi localizada na área metropolitana de São Paulo ou em suas imediações. Por sua vez, a concentração de atividades industriais condicionou uma expansão extraordinária de atividades terciárias na região. No entanto, às vantagens efetivas da aglomeração corresponderam também desvantagens. Com isso, surgiram graves problemas urbanos, como abastecimento de água, transporte coletivo, saneamento, poluição, entre muitos outros. (1985:124-125)

O desenvolvimentismo foi a ideologia que mais diretamente influenciou a ação governamental nos anos 50. Segundo Mantega, o papel do Estado surgiu, neste momento, com importância decisiva para o pretendido desenvolvimento econômico brasileiro. Assim, "para transformar os países periféricos, em grande medida ainda agroexportadores, em nações desenvolvidas e com maior autonomia, dizia essa doutrina, era preciso incrementar a participação do Estado na economia por meio do planejamento global, de modo a facilitar o advento da industrialização nacional. Nesse sentido, o desenvolvimentismo não se limitou às fronteiras da produção teórica acadêmica, mas

⁴⁸Esse período foi caracterizado como de "industrialização restritiva", onde a solução para a criação de um mercado consumidor para os bens duráveis passa a ser a concentração de renda nas camadas mais altas e não a ampliação desse mercado consumidor. (Cardoso, in:Rezende, 1982:48)

enveredou para o campo da política econômica e do planejamento governamental, inspirando a formulação de 'planos de desenvolvimento'. " (Mantega,1987:23)

Nesse sentido, o governo de Juscelino Kubitschek, elaborou o "Plano de Metas 1956-1961"⁴⁹. Frente às debilidades das burguesias nacionais, o Estado interviu atuando na produção direta, através do setor produtivo estatal e na articulação geral da economia, através do planejamento.

A industrialização, até esse período, concentrou-se sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo, gerando um sem número de contradições sociais e espaciais. Aliado a isso, ocorreu o esgotamento das fronteiras econômicas que se haviam localizado, durante séculos, junto à costa brasileira. No final da década de 50, estimulada pelo "Plano de Metas", ampliou-se a integração do território nacional, através da implantação da rede rodoviária, consolidando o mercado nacional, centralizado, principalmente por São Paulo.

A década de 50 representou para Santa Catarina uma inserção ainda maior dos seus setores produtivos no mercado nacional. Uma das principais cidades industriais do estado, Blumenau, prosseguia em ritmo intenso a sua expansão industrial, centrada no setor têxtil e de confecções. Enquanto Joinville, outro centro industrial importante do estado, destacava-se pela diversidade dos ramos industriais e pela especialidade na indústria metal-mecânica e bens de consumo duráveis, tipo de indústria em ascensão no país, no final da década 50.

Em termos de rede urbana, consolidou-se a forma de organização do espaço regional e urbana que havia anteriormente, ou seja, regiões que se formaram de forma quase autônomas, não estabeleceram fortes vínculos entre si, especialmente, econômico. Por outro lado, as principais regiões produtoras, como o Vale do Itajaí e Nordeste, vão manter vínculos econômicos diretos com o mercado nacional, centralizado pela região sudeste do país.

⁴⁹Tratava-se de um "ambicioso programa setorial de desenvolvimento, apoiado por investimentos públicos e privados nas áreas de infra-estrutura, indústrias básicas e de bens de consumo duráveis, recursos humanos e, a mais controversa de todas as metas, a construção da nova capital, Brasília. O Plano, via privilégios cambiais e creditícios, incentivos fiscais, liberalização na remessa de lucros, etc., abria setores inteiros da economia nacional para o capital multinacional. (Lafer; Mello, in: Schmidt e Farret, 1986:19)

A formação econômica e social do Estado de Santa Catarina não gerou uma zona de forte concentração urbana. As principais cidades catarinenses surgiram a partir do desenvolvimento de suas respectivas regiões, tornando-se importantes “cabeças de zonas”⁵⁰. Como nesse contexto não se formou uma “grande cidade” em Santa Catarina, nenhum dos seus centros urbanos, especialmente a capital, desenvolveu um setor terciário significativo, capaz de polarizar o Estado. Assim, as capitais dos estados vizinhos, Porto Alegre e Curitiba, oferecendo serviços especializados, exerceram, desse ponto de vista, uma forte polarização sobre o território catarinense.

Com o crescimento do mercado nacional e o desenvolvimento do transporte rodoviário, expresso concretamente em Santa Catarina pela pavimentação da BR-116, o comércio por vias internas assumiu a absoluta primazia no quadro das relações comerciais do Estado. (Silva,1978:103) Florianópolis, que desde a década de 30 havia ficado deslocada do eixo econômico do estado, na década de 50 ficou deslocada do principal eixo rodoviário do estado.

Na década de 50, acentuou-se o declínio econômico de Florianópolis. O comércio atacadista, importante atividade desde o século XIX, perdeu espaço para concorrentes mais capitalizados de outras regiões e estados. O movimento do porto de Florianópolis diminuía ano a ano, parando definitivamente em meados da década de 60. O porto de Florianópolis perdeu importância para o porto de Itajaí, que escoava, especialmente, a produção da região industrial do Vale do Itajaí. Esses fatos agravaram as condições de isolamento em que se encontrava Florianópolis. A única ligação da cidade com outros municípios e estados ocorria através de uma precária estrada de terra, a atual Br-101 que teve o seu asfaltamento concluído somente em 1971. No entanto, Florianópolis mantém um crescimento urbano relativo devido à progressiva ampliação das funções do Estado.

A questão da ligação entre o litoral e o interior catarinense como vimos, não é recente, remonta ao início do século XIX. Constatou-se, portanto, através do tempo, a “formação de um ideário” difundido, principalmente, por líderes políticos de que a integração catarinense dependeria da efetiva interligação leste-oeste.

⁵⁰Expressão utilizada por Paul Singer (1977)

Influenciados por esse ideário, políticos e teóricos acreditavam que, com a implantação de uma rodovia percorrendo o Estado de Santa Catarina no sentido leste-oeste, haveria de se alcançar a integração do território catarinense até mesmo o desenvolvimento econômico do estado. Segundo Silva (1978:105), as relações da capital com o planalto e oeste permaneciam muito limitadas, porque a BR-282, “historicamente reclamada” não havia sido efetivamente implantada. Para Peluso (1991:33), “esta rodovia, que ligará o extremo oeste catarinense a Florianópolis, irá permitir a plena função da capital no comando da rede urbana estadual. A hierarquização das cidades é fundamental para seu desenvolvimento, e o acesso direto da capital aos pontos importantes da rede é condição primordial para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.”

O fato é que já no século XVIII, quando foi aberto o caminho que ligava a capital a Lages, após dez anos de uso essa ligação deixou de existir. O caminho foi abandonado pela falta de relações entre esses dois lugares que garantissem a sua manutenção.⁵¹ E ainda, o Estado de Santa Catarina teve um importante desenvolvimento econômico independente da implantação da rodovia BR-282.

No decorrer da década de 50, o desenvolvimento econômico de Santa Catarina encontrava-se em um impasse. O fornecimento de energia elétrica e o transporte constituíam-se em um ponto de estrangulamento do crescimento da indústria, principalmente da região do Vale do Itajaí. Nesse período, a ação do Estado no sentido de garantir as condições para o desenvolvimento da indústria, ocorreu, principalmente, através dos governos estaduais. Os governos de Irineu Bornhausen (1952-56) e Jorge Lacerda/Heriberto Hülse (1957-60) iniciaram várias ações governamentais para solucionar os problemas com infra-estrutura, entre esses, o fornecimento de energia elétrica, até então sob responsabilidade de empresas privadas.⁵²

⁵¹ “Com efeito, não tendo havido, no caso catarinense, de imediato, formas de ocupação ao longo do caminho, que garantissem a subsistência e o repouso daqueles que dele se utilizavam, tornou-se impossível a manutenção do trajeto em cujo percurso eram gastos de sete a oito dias.” (Hübener e Barreto,s/d)

⁵²Ver mais sobre o assunto no Capítulo 3.

2.4. O período militar: a grande expansão do Estado

Segundo Martins, *“O Estado que emerge no Brasil a partir da Revolução de 30, e se consolida no curso do processo de industrialização, é um Estado que não se limita a garantir a ordem capitalista (quer dizer: manter as condições sociais externas necessárias à produção capitalista), mas que passa atuar internamente ao sistema de produção para organizar a acumulação, tornando-se ao mesmo tempo promotor e ator da industrialização. Essa ação do Estado, que se anuncia ainda de forma mais ou menos incipiente nos anos 30-40 (as iniciativas no campo da siderurgia e do petróleo sob o primeiro Governo Vargas, por exemplo), tornar-se-á cada vez mais importante e cada vez mais evidente, a partir da década de 50, pelo papel por ele desempenhado na efetiva constituição (porque gerando seu próprio mercado) de um sistema industrial no país.”* (1985:33-34)

No período pós-64, como veremos adiante, ocorreu uma enorme expansão do Estado no Brasil. A ação do Estado enquanto “ator” da industrialização ganhou proporções inéditas no Brasil. Nunca antes na história brasileira foram criados tantas empresas e órgãos governamentais.

No ano de 1964, o movimento contra-revolucionário liderado por militares tomou o poder e instalou um regime autoritário no País. O Golpe Militar foi apoiado por uma aliança política que “compunha-se de interesses altamente internacionalizados, setores militares que enfatizavam uma ideologia de ‘segurança nacional’, interesses industriais conservadores e estratos tecnocráticos.” (Schmidt e Farret, 1986:23)

O primeiro presidente militar a assumir o governo foi o General Humberto Castello Branco (1964-1967). Esse governo tinha características liberais, esperava basear o desenvolvimento econômico do Brasil no internacionalismo e no liberalismo e, ainda, procurou fazer algumas tentativas de modificar a tendência de maior presença estatal na economia, inclusive com iniciativas de privatização de algumas empresas estatais. O desastroso desempenho da economia brasileira de 1964 a 1967 descreditou o liberalismo econômico, fortalecendo uma outra tendência: a de uma maior intervenção e participação do Estado na economia. (Evans, 1980:191)

Em 1968, Costa e Silva (1968-1969) assumiu o governo, que caracterizou-se pela retomada do desenvolvimento econômico. O plano de governo de Costa e Silva criticava a política adotada por Castello Branco que estabelecia o controle dos gastos de governo e tentativa de combater a inflação com a diminuição do ritmo de crescimento econômico.

O General Emílio G. Médici iniciou seu período de governo em 1970, em meio ao “milagre econômico”, quando o Brasil viveu um período de crescimento econômico acelerado. Seu plano de governo, o I PND - Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento⁵³, procurou projetar o País como futura potência mundial. O Plano caracterizava-se por uma forte intervenção estatal, marcada pelo centralismo e pelo caráter tecnocrático do governo. Nesse momento, o país vivia sob uma forte repressão, com a imprensa e os dissidentes sob controle de ordem policial.

Em março de 1974, assumiu o governo o General Ernesto Geisel. Seu plano de governo, o II PND, na mesma linha de continuidade do I PND, estabelecia como metas mais gerais a consolidação de uma economia industrializada. Para tanto, o governo deveria prover bases infra-estruturais para o aumento da atividade das empresas nacionais privadas. No entanto, Geisel assume o governo dentro de um contexto internacional bastante distinto do período anterior. A crise internacional do petróleo abre um período recessivo a nível mundial.

A alta do preço do petróleo em 1974 gerou uma profunda crise, especialmente nos países importadores de petróleo. O Governo Geisel decidiu levar adiante o desenvolvimento da economia brasileira em meio à crise, respondendo ao estrangulamento externo através da reestruturação do aparelho produtivo. A “estratégia de

⁵³A seguir temos uma síntese das principais metas traçadas pelo I PND: 1) “O desenvolvimento geral das forças produtivas deveria ser atingido através do fortalecimento da competição econômica, como modo de assegurar a eficiência, bem como a integração entre setores públicos e privados, entre as regiões e entre trabalhadores e capitalistas.” 2) “A modernização das empresas privadas deveria ser apoiada pelo investimento público, como meio de aumentar sua competitividade frente às multinacionais.” 3) “O setor público deveria atingir altos padrões de produtividade, para auxiliar no desencadeamento de uma nova onda de crescimento econômico.” 4) Agentes financeiros deveriam ser mobilizados para capturar a riqueza disponível socialmente, com vistas a transformá-la em capital produtivo.” 5) Deveria ser desenhada uma nova política tecnológica.” 6) “A política educacional deveria atingir a expansão necessária para a integração de um contingente urbano, bem como servir de instrumento hábil para a expansão econômica.” 7) O governo deveria investir pesadamente em infra-estrutura, no sentido de atrair novos investimentos de capital privado. 8) Deveria ser planejada uma nova estratégia de desenvolvimento regional.” 9) “O governo deveria deslanchar um programa de abertura à participação social, através da criação de fundos especiais (PIS, PASEP, FUNRURAL, etc.) para garantir a plena integração da população nos benefícios do desenvolvimento.” 10) O governo deveria estabelecer uma nova política para aumentar as exportações, no sentido de acumular divisas estrangeiras necessárias para cobrir as necessidades de importação de bens de capital, principalmente.” (Schmidt, 1983:106-107)

74” significou a recusa do caminho do ajustamento da economia, mediante políticas de desaquecimento, acompanhadas da elevação gradual dos preços dos derivados de petróleo, caminhos tomados por outros países como EUA, Alemanha e Holanda. O governo brasileiro reiterou sua opção, datada de meados dos anos 60, pelo crescimento com endividamento externo, “a economia brasileira foi levada a ingressar num longo período ‘em marcha forçada’”. (Castro e Souza, 1985)

Portanto, o Governo Geisel estabeleceu como objetivos a consolidação de uma economia moderna, mediante a implantação de novos setores, a criação e adaptação de tecnologias; o ajustamento às novas realidades da economia mundial, com a perspectiva de “assegurar a transição ao estágio superior do desenvolvimento” e estabeleceu novos esforços do sentido da Integração Nacional. Segundo o II PND, para alcançar tais objetivos seria necessário a presença ativa do Estado. (Castro e Souza, 1985)

Desde a década de 50 e especialmente no período do “milagre”, entre os anos de 1968 e 1973, a economia vinha sendo liderada pelas indústrias produtoras de bens de consumo duráveis, especialmente pela indústria automobilística. Após 1974, a indústria automobilística deixou de merecer atenção prioritária por parte do governo. Os setores privilegiados pelo governo passaram a ser aqueles vitais para o desenvolvimento econômico do Brasil e para resolver o déficit da balança comercial, tais como a metalurgia e a petroquímica e ainda a nova política buscava superar a atrofia dos setores de insumos básicos e de bens de capital. (Castro e Souza, 1985)

A política pós-64, especialmente a partir de 1968, colocou as empresas estatais com papel de destaque no processo de industrialização brasileira. As empresas estatais surgiram, pois, “como os instrumentos mais eficientes para a promoção de uma lógica nacionalista da acumulação, isto é, uma lógica que dá à acumulação nacional prioridade sobre a maximização global. O crescimento do setor estatal foi a mais substancial modificação estrutural da propriedade da indústria, durante o período do ‘milagre’. Em termos quantitativos, o Estado tornou-se a fonte mais importante de capital de investimento. Mais crucialmente ainda, as empresas estatais tiveram papéis-chaves no rompimento dos estrangulamentos que o capital nacional era incapaz de superar e o capital estrangeiro não se dispunha a enfrentar independentemente.” (Evans, 1980:238)

Segundo Martins, a expansão recente do Estado se realizou através de um movimento integrado tanto por “forças centrípetas”, com concentração de recursos financeiros e de decisões normativas ao nível do Governo Federal, como por “forças centrífugas”, com a criação de agências relativamente independentes e/ou dotadas de autonomia relativa para a alocação desses recursos e aplicação dessas decisões. (Martins,1985:43)

Com relação à primeira força, cabe destacar que no período de 1960-1975 houve um enorme crescimento da capacidade extrativa do Estado, que ocorreu basicamente de duas formas: pelo aperfeiçoamento de seu aparelho arrecadador e pela criação de novas fontes de recursos⁵⁴. Essas duas formas de arrecadação constituíram “a ‘base material’ de natureza financeira que arma o aparelho do Estado e dimensiona seu papel de agente econômico e de promotor do desenvolvimento. (Martins,1985:44) Isso sem falar dos recursos adquiridos através de empréstimos financeiros externos, ampliando enormemente o processo de endividamento externo brasileiro.

Como consequência da política de concentração dos recursos financeiros, ocorreu uma tendência para a centralização pela União da tarefa da arrecadação tributária em plano nacional, passando a recolher tributos que antes eram arrecadados diretamente pelos estados e municípios. Com isso ocorreu uma diminuição da capacidade de autonomia, especialmente das administrações dos municípios e uma centralização cada vez maior do poder localizado nas capitais federal e estaduais.

Segundo Schmidt (1986:39), “dentro do emergente federalismo fiscal, o município pode controlar não mais de 15% de todas as taxas coletadas em seu território, enquanto 55% e 30% vão para o governo federal e para o Governo estadual, respectivamente.” Esta seria uma das características marcantes da questão urbana no Brasil, no período do autoritarismo, cuja razão estaria em tentar coordenar investimentos públicos e lutas contra gastos inflacionários feitos pelas autoridades locais.

A segunda forma que assumiu a expansão do Estado foi através de sua “ação empresarial”. Segundo Martins (1985:57), essa ação deve ser entendida “como a exploração da atividade econômica (produtora e/ou comercializadora de bens e serviços)

⁵⁴Luciano Martins em “Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64” traz um estudo detalhado sobre a criação de novas fontes de recursos pelo Estado no período pós-64.

realizada por 'empresas governamentais'⁵⁵. As situações que, historicamente, condicionaram as iniciativas do Estado no campo da ação empresarial foram a falta de capacidade do setor privado nacional; o desinteresse do capitalismo internacional para realização de empreendimentos dos quais dependia o avanço posterior do sistema produtivo (caso da siderurgia); consciência, formada em setores com inserção no sistema de poder, quanto à necessidade de ser exercido controle nacional sobre recursos estratégicos do país (caso do petróleo e recursos minerais) e por último, o financiamento externo para realizações de infra-estrutura que exigia uma contrapartida de recursos em moeda nacional que só o Estado podia reunir (caso do BNDE). (Martins,1985:59)

Foi nesse contexto histórico que surgiram empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, em 1942, a PETROBRÁS em 1953, BNDE em 1952, ELETROBRÁS em 1961. As empresas estatais criadas nas décadas de 40 e 50 chegaram à maturidade em fins da década de 60. A PETROBRÁS havia se transformado numa das cem maiores empresas do mundo e a maior da América Latina. A Companhia Siderúrgica Nacional - CSN e várias companhias estatais de energia elétrica também obtiveram desempenhos impressionantes. (Evans,1980:192)

A partir de meados dos anos 60, ocorreu a maior expansão do Estado. Em 1976, existiam cerca de 600 empresas governamentais, da União, estados e municípios⁵⁶. Desse total 60% foram criadas no período de 1966 a 1976, se considerarmos apenas as empresas da União esse índice sobe para 68,9%. (Martins,1985:60-62) Evans também constatou que, sob os militares, o número de empresas estatais cresceu mais rapidamente do que em qualquer outro período. (1980)

No entanto, a expansão do Estado não se deu apenas em termos numéricos, com a criação de novas empresas em diferentes setores, como a Embratel e Telebrás, em telecomunicações, a Embraer, na produção de aviões, entre outros, mas um certo número de empresas tornou-se grande empresa, tendendo até à formação de conglomerados, como foi o caso da PETROBRÁS.

⁵⁵As empresas governamentais podem assumir duas formas básicas: empresas públicas e sociedades de economia mista. (Martins, 1985:57)

⁵⁶Estes dados, utilizados por Martins tem como fonte a revista Visão, agosto de 1976. O autor alerta sobre um problema para o estudo da expansão do Estado no Brasil e diz que "a despeito da clivagem de opiniões e da controvérsia sobre o fundo do problema, parece existir uma concordância básica sobre pelo menos uma coisa: a precariedade dos dados existentes (inclusive fontes oficiais) sobre as proporções reais do fenômeno". (Martins, 1985: 41)

O Estado, através dos governos militares, esteve também presente na definição de políticas urbanas. Segundo Schmidt (1983), após março de 1964, pela primeira vez na história brasileira uma política urbana de base nacional foi desenhada. A política urbana começou como política habitacional e desenvolveu-se rapidamente. Foram criados em 1964, o BNH - Banco Nacional da Habitação e o SFH - Sistema Federal de Habitação. O BNH, até 1967, aplicou seus recursos em construção de habitação. Após essa data, começou a operar programas de desenvolvimento urbano, investiu em programas de saneamento, transporte, equipamentos comunitários e urbanização. Em paralelo, foi criado também o SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo para tratamento dos emergentes problemas urbanos, sendo que uma de suas principais tarefas era de fornecer assistência técnica para instituições envolvidas em elaborar planos de desenvolvimento local, dentro e fora do setor governamental.

Em 1973, foram criadas institucionalmente as regiões metropolitanas e, em 1974, no governo de Geisel, foi criada a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - CNPU, cujo objetivo era de combate aos desequilíbrios entre as diferentes regiões, para criar uma ordem capitalista mais integrada. (Schmidt, 1983)

Um dos resultados do processo de industrialização brasileira foi uma intensa urbanização, chegando aos anos 80 com uma concentração populacional de 70% dos habitantes nos centros urbanos, e ainda, com metade dessa população urbana concentrada nas grandes áreas metropolitanas, em condições de miséria urbana, gerando problemas urbanos de toda ordem.⁵⁷

Em Santa Catarina, não foi criada pelo governo federal nenhuma região metropolitana, mesmo porque ela não existia de fato. A rede urbana catarinense consolidou-se de forma mais equilibrada em termos de distribuição populacional no seu território. No entanto, isso não significou que não houvessem problemas urbanos em Santa Catarina, pois esses não são gerados, exclusivamente, pela concentração urbana. Esse fenômeno apenas tornou mais intenso um problema que é um produto das contradições do avanço das relações capitalistas. E, o que vimos acontecer nas últimas

⁵⁷Os problemas urbanos surgidos, nas últimas décadas, principalmente nos anos 70 e 80, com a intensificação da urbanização brasileira, cuja principal característica é a concentração urbana, foram objetos de intensos estudos,

décadas, foi o agravamento dos problemas urbanos e a sua ampliação para além das grandes cidades, tornando-se presente nas médias e pequenas cidades brasileiras.

As cidades catarinenses “cabeças de zonas” desenvolveram-se e consolidaram-se enquanto importantes centros regionais. A capital desenvolveu sua função de sede de governo, tornando-se um importante centro administrativo, não somente no sentido burocrático, mas também tornou-se um centro de pesquisa, ensino e assistência técnica, a partir da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e de algumas empresas governamentais.

A ação governamental em Santa Catarina no campo da “ação empresarial” havia dados os seus primeiros passos na década de 50 com os governos de Irineu Bornhausen (1952-56) e Jorge Lacerda/Heriberto Hülse (1957-60), principalmente no setor de energia elétrica. No entanto, no Governo de Celso Ramos (1961-1965) adotou-se uma ação de governo planejada, herança do período de governo de Juscelino Kubitschek. O aparelho de Estado tornou-se mais complexo e por iniciativa do governo estadual, foram criados um banco estadual e fundos de recursos para financiar o desenvolvimento da economia catarinense. No Governo Celso Ramos, a empresa governamental de energia elétrica, a Celesc, incorporou todas as empresas regionais fornecedoras de energia elétrica, passando a centralizar o fornecimento de energia elétrica para todo o Estado de Santa Catarina.⁵⁸

Os governos seguintes, de Colombo Salles e Antônio Carlos Konder Reis, tiveram influência direta dos governos militares de Médici e Geisel. Seguindo a mesma tendência a nível federal, o aparelho de Estado em Santa Catarina teve, igualmente, uma expansão extraordinária nesse período. A expansão do Estado, nas décadas de 60 e 70, e as suas consequências sobre o espaço urbano de Florianópolis, como veremos nos próximos capítulos, foram enormes.

Na década de 80, as condições políticas e econômicas para o imenso crescimento do Estado desapareceram. Tais condições surgiram no período do “milagre brasileiro”, entre 1968 e 1973, e foi ampliado pela política econômica adotada pelo governo Geisel,

havendo uma vastíssima bibliografia sobre o assunto. Não vamos nos aprofundar nesse assunto, pois não é o objetivo da pesquisa.

⁵⁸Ver capítulo 3.

que adiou, em parte, através de um forte endividamento externo, as consequências da crise mundial, aberta em 1973, pela profunda recessão mundial e pelo choque do petróleo. Assim, no decorrer da década de 80, em meio à crise, uma tendência política de concepção neoliberal ganhou força. Essa política defendeu e implantou entre outras questões⁵⁹ a redução da ação do Estado, especialmente, na economia.

⁵⁹ “pregava a regeneração da economia através de políticas de austeridades e da implantação de uma autêntica economia de mercado, isenta de interferências do Estado, aberta à competição internacional e guiada por preços livremente estabelecidos.” (Castro e Souza, 1985)

O CRESCIMENTO DO APARELHO DE ESTADO EM SANTA CATARINA.⁶⁰

Florianópolis, no período colonial, tornou-se capital da Capitania de Santa Catarina, criada no início do século XVIII. O então povoado de N. S. do Desterro ascendeu à posição de vila. No período Imperial, foi a capital da Província de Santa Catarina. Em consequência, tornou-se cidade como todas as capitais de províncias do Brasil. Por fim, no período republicano, foi e continua sendo a capital do Estado de Santa Catarina.

Enquanto capital, no seu espaço urbano localizaram-se ao longo do tempo diversos equipamentos públicos, infra-estrutura e ainda concentraram-se as sedes dos órgãos públicos e funcionários públicos, entre outros. Neste sentido, o espaço urbano da cidade foi marcado, desde o seu princípio, pela presença do Estado. Mas a extraordinária expansão do Estado no Brasil nas décadas de 60 e 70 teve repercussões enormes no espaço urbano de Florianópolis. Não esquecendo de suas próprias peculiaridades históricas, em nenhum outro momento da história de Florianópolis a presença do aparelho de Estado transformou tanto o espaço urbano da cidade como nessas últimas décadas.

Nos próximos três capítulos veremos como ocorreu o crescimento do aparelho de Estado em Santa Catarina, a sua localização no espaço urbano de Florianópolis e, por fim, a transformação do espaço urbano de Florianópolis a partir da expansão do Estado nas décadas de 60 e 70.

⁶⁰Na análise sobre a evolução administrativa do Governo do Estado de Santa Catarina foram consideradas, para dar respostas aos objetivos da pesquisa, apenas as mudanças mais significativas, cujas alterações implicaram num aumento efetivo do estrutura administrativa de governo. Um trabalho sobre a evolução completa e detalhada da estrutura administrativa do Estado exigiria uma pesquisa específica sobre o assunto, infelizmente, um trabalho ainda inacabado.

3.1. A presença do Estado do período colonial à Primeira República.

Historicamente, a formação do espaço urbano de Florianópolis esteve ligada a questões estratégicas de dominação do território brasileiro. Durante o período colonial e imperial, a intervenção do Estado na capital da Capitania de Santa Catarina, século XVIII, e posteriormente, da Província de Santa Catarina, no século XIX, ocorreu por razões estratégicas militares de conquista e manutenção do território ao sul do país.

No período colonial, a administração pública da Capitania de Santa Catarina, submetida ao controle da administração metropolitana exercida pela Coroa Portuguesa, constituía-se de uma reduzida estrutura, cuja principal tarefa era a da manutenção da ordem, arrecadação fiscal e defesa do território nacional.⁶¹ As principais ações do Estado Colonial na Capitania de Santa Catarina foram as obras das Fortalezas, compondo um sistema de defesa da Ilha de Santa Catarina, e ainda, a construção do Palácio do Governo (1765), Casa de Câmara e Cadeia (1771-1780) e a Igreja matriz (1753-1773), localizados na praça central da vila de Desterro, atual praça XV de Novembro.⁶² Ainda na mesma praça foi construído, em 1775, um prédio que se destinava ao armazenamento de pólvora e do material bélico, sendo chamado de Casa dos Artigos Bélicos.⁶³

Proclamada a independência do país, as antigas Capitanias passaram a chamar-se Províncias. A administração de governo da Província de Santa Catarina era, inicialmente, constituída por um Presidente, uma Secretaria de Governo, uma Força Policial e pela Provedoria. (Grillo, s/d)⁶⁴ Posteriormente, foram criadas Assembléias Provinciais, possibilitando maior autonomia aos governos das Províncias. (Cabral,1970:120) A administração pública tornou-se um pouco mais complexa, sendo criados serviços de polícia, justiça, socorros e saúde pública, além de alguns investimentos em instrução pública. (Peluso,1991a:326) Em meados do séc. XIX, foi

⁶¹A administração de governo da Capitania de Santa Catarina era constituída por um governador, um ouvidor (Ouvidoria de Santa Catarina), um provedor, um escrivão e um Almojarife. (Grillo, Cláudia)

Segundo Cabral, "As Capitanias do Rei possuíam um Governador - Geral, chefe civil e militar, que superintendia todos os negócios de Estados a elas relativas. Dividam-se elas em termos, encabeçados por uma vila dentro de cujos limites era chefe-mor, nomeado em geral por três anos, podendo ser reconduzido após o término do aludido. (Cabral, 1970:54)

⁶²Mais informações sobre esses edifícios públicos ver: Veiga, 1993.

⁶³Esse prédio já demolido localizava-se onde hoje está a Agência sede dos Correios.

⁶⁴ Trata-se de um trabalho de pesquisa sobre a evolução da estrutura administrativa do Governo de Santa Catarina, feito por Cláudia Grillo no Governo de Pedro Ivo Campos, porém esse trabalho não foi concluído. Os rascunhos dessa pesquisa se encontram no Arquivo Histórico de Santa Catarina.

acrescida às tarefas de governo existentes a preocupação com a educação. Assim, nos anos de 1840 e 1854, foram criados um sistema público de instrução e a Biblioteca Pública, respectivamente.⁶⁵

Foram feitas obras de melhorias no porto da Ilha de Santa Catarina e, ainda, foram construídos, com recursos públicos federais, o Mercado Municipal, em 1849 e o teatro Santa Isabel, em 1857, atual teatro Álvaro de Carvalho. O Governo Imperial mantinha o interesse pela Província de Santa Catarina, cuja razão vinha da necessidade de defesa do território nacional. Nesse sentido, foram feitos investimentos para que os fortes fossem reequipados e remodelados; foi construído o Farol dos Naufragados, e ainda, foram instalados o Telégrafo e o serviço de cabo submarino, em 1871, ligando Desterro ao mundo.

As Alfândegas, nesse período, eram importantes postos de arrecadação e controle dos fluxos das riquezas, ocupando áreas importantes nos centros urbanos, juntamente com a Matriz, a Casa do Governo e a Casa de Câmara e Cadeia. A primeira Alfândega de Desterro foi construída em 1860, junto à Praça XV de Novembro, esquina com a rua Conselheiro Mafra. Em 1866, o prédio sofreu uma explosão e para substituí-lo um novo prédio foi construído pelo Governo Imperial, em 1875. O prédio, que ainda existe, foi localizado junto à atual rua Conselheiro Mafra.

No início do período republicano, no final do século XIX, a estrutura administrativa recebeu algumas reformulações. Além da reorganização dos órgãos, houve acréscimo de novas funções, principalmente na área de saúde pública e justiça.⁶⁶ Instituições públicas foram criadas para sustentar a nova ordem política, destacando-se a criação do Tribunal

⁶⁵O setor de educação possuía cerca de 130 escolas no território catarinense. Na capital Desterro, localizava-se uma repartição para o controle dessa rede escolar. As obras públicas eram administradas por dois inspetores, e a Força policial era comandada por um capitão e integrada por cerca de 133 soldados. (Peluso, 1991a:327)

A arrecadação fiscal, comandada pela Diretoria Geral da Fazenda Provincial, constituía-se de vários setores especializados como: Conselho Administrativo, Tesouro Provincial (Tomada de Contas, Escrituração, Contabilidade, Fiscalização, Expediente, Arrecadação) e Procurador Fiscal (Seção do contencioso Judiciário).

⁶⁶A estrutura administrativa de Governo, nesse período, estava reorganizada em duas secretarias: a Secretaria dos Negócios da Fazenda, mantendo, praticamente, as mesmas funções da antiga Diretoria Geral da Fazenda Provincial, de fiscalização e arrecadação; e a Secretaria dos Negócios do Interior, possuindo sob sua responsabilidade as funções já existentes no último período, como Obras Públicas, Instrução Pública, Biblioteca e Força Policial, agora organizadas em Diretorias, acrescidas de novas funções como: Diretoria de Higiene Pública, do Estado e Justiça. (lei nº 109/1893 e nº 328/1898) No primeiro Governo de Hercílio Luz (1898- 1899) a estrutura administrativa manteve-se organizada em duas secretarias, embora com reformulações: do Interior e Justiça e a secretaria de Obras Públicas. (Grilo, s/d)

de Justiça de Santa Catarina, da Junta Comercial do Estado, da Escola Normal Catarinense e da imprensa oficial, denominada "Diário Oficial". (Quadro 1)

Ainda no século XIX, foram feitas, pelo governo catarinense, obras de melhoria no porto da capital⁶⁷, foram construídas novas estradas e as antigas foram melhoradas, para que os produtos da região pudessem ser levados ao mercado da capital ou ao seu porto, para exportação. (Andrade, 1978:28)

Sob a influência do Higienismo, as ações dos governos da Primeira República concentraram-se em políticas de saneamento⁶⁸. As "reformas sanitárias" "envolveram aspectos bastantes amplos, como demolições de habitações na época julgadas insalubres, construções de edifícios públicos, abertura e pavimentação de ruas e avenidas, ajardinamento de praças", entre outras obras e serviços públicos. (Araújo, 1989:16)

As principais obras implantadas pelo Estado, nesse período, foram concentradas em Florianópolis. Foi construído o primeiro sistema de abastecimento de água de Florianópolis que funcionou a partir do ano de 1909. Implantou-se a iluminação pública através da energia elétrica (1910) e a rede de esgotos (1913-1917)⁶⁹. "Algumas áreas da cidade foram aterradas e drenadas, ruas foram calçadas, ajardinaram-se praças, foram construídos e reformados edifícios públicos". Reestruturou-se o órgão público de Higiene do Estado, ampliando o seu campo de atuação. (Araújo, 1989:17) Em 1906, foram plantadas mudas de figueira na praça XV de Novembro e na Av. Trompowski, "para melhorar o aspecto da cidade." (Andrade, 1978:29)

⁶⁷Foi construído aterro e cais na praia da Figueira, para facilitar a atracação dos vapores aos trapiches da cidade, foi executada a dragagem em uma faixa ao longo do litoral, desde a Arataca até a parte fronteira ao largo Badaró, onde havia o embarque e desembarque de passageiros e cargas. (Andrade, 1978:28)

⁶⁸"É, pois, a época de obras modernas e novos empreendimentos que assolam a capital federal, Rio de Janeiro, e também a capital catarinense"... Segundo Ramos, trata-se de um período em que se constroem "importantes obras de saneamento numa batalha incansável contra diversas epidemias ... vivia Santa Catarina afetada por problemas diversos como questões migratórias e do contestado, sem possuir infra-estrutura maior de saneamento básico. Porém, o que estava se passando de grandioso nas grandes capitais não deixava indiferente as figuras ilustres da época, que certamente almejavam também melhorias para sua terra" (RAMOS, 1991:45)

⁶⁹Florianópolis recebeu a primeira rede de abastecimento de água, o primeiro de esgoto sanitário e a instalação da primeira rede elétrica do Estado, recebeu a construção de um forno de lixo, a ponte ligando a ilha ao continente, no início do século XX. Tais obras "se constituíram em obras bastante avançadas para a época, inéditas porque não dizer, em relação a outros centros urbanos". (Ramos, 1986:7)

Nos governos de **Vidal Ramos** (1902-1905 e 1910-1914) e **Gustavo Richard** (1906-1910), o “espírito tecnocrata” norteou a administração pública, voltando-a para o “binômio: educação e viação”. (Vieira, in:Veiga,1993:261) No decorrer desse período, a educação expandiu-se com a reforma de ensino que destacou Santa Catarina a nível nacional⁷⁰. (Peluso, 1991a:329-330) Em 1909 e 1910, foram criados a Polícia Civil do Estado, primeiro órgão de segurança pública⁷¹ e o Montepio, órgão de seguridade social. (*Quadro1*) Uma unidade do Exército Nacional tinha sua sede na cidade, mantendo a tradição desde a criação da Capitania de Santa Catarina. Foram construídas obras para sediar o poder legislativo e judiciário. Em 1910, foi construído o “Palácio do Congresso Representativo do Estado”. (*Quadro 13*)

No governo de **Lauro Müller/Hercílio Luz** (1918-1922) foi criado o primeiro Corpo de Bombeiros da capital (1919) e construídos os prédios das duas principais escolas da época: Escola Normal, em 1922, e o Instituto Politécnico, em 1921.⁷² (*Quadro 1*) Esse último, foi o primeiro estabelecimento de ensino superior na capital⁷³. Constituíam-se, na época, depois da Escola Normal, no maior prédio da cidade de Florianópolis. (Veiga, 1993:262)

No governo de **Hercílio Luz**, Florianópolis também recebeu prioridade nas obras de saneamento básico. Foram feitas obras de ampliação no sistema de abastecimento de água, foi higienizada a área que margeava o Rio da Bulha e construída a Avenida Hercílio Luz, além da sua principal obra, a Ponte Hercílio Luz, que recebeu as pesadas adutoras de abastecimento de água para a cidade. (Ramos, 1991: 46)

Entre as obras públicas de maior impacto na estrutura urbana de Florianópolis, nesse período, estava a Avenida Hercílio Luz⁷⁴. A avenida “conferiu um aspecto inteiramente novo a Florianópolis”, pois a área onde foi implantada era considerada na

⁷⁰“Foi notadamente no Governo de Vidal Ramos que se reestruturou o ensino público catarinense”. (Veiga,1993:261)

⁷¹O Regimento de Segurança era comandado por um tenente-coronel, contando com dezesseis oficiais. (Peluso,1991a:329-330)

⁷²Não há data exata da conclusão final das obras do prédio, mas, em 1924, o Instituto já estava funcionando nesse prédio, localizado na Avenida Hercílio Luz, entre as ruas Nuno Machado e General Bittencourt. (Veiga, 1993:262)

⁷³O Ensino Superior de Santa Catarina teve seu início no ano de 1917, com a criação do Instituto Politécnico, sob o comando de José Arthur Boiteux. O Instituto oferecia os cursos de Farmácia, Odontologia, Agricultura, Engenheiros Geógrafos e de Comércio. (UFSC, 1992: 16)

⁷⁴A construção da Avenida Hercílio Luz, inicialmente denominada de “Avenida do Saneamento” iniciou-se em 1919, e foi inaugurada em 1922.

época uma zona de “infectos pardieiros” e assim, a avenida deu “um novo aspecto agradável e sadio” àquele trecho da capital. “Ela representou igualmente, um dos momentos de maior intensificação no ímpeto de reformar, retificar e demolir tudo aquilo que ainda restava da antiga paisagem de Nossa Senhora do Desterro. Momento também em que as palavras ‘remodelação’, ‘reforma’, ‘saneamento’ e ‘modernização’ estiveram intimamente associadas à palavra ‘picareta’...” (Araújo, 1989:20)

Outra obra de grande impacto urbano na capital construída pelo Governo Hercílio Luz foi a ponte de ligação ilha-continente. A ponte Hercílio Luz, inaugurada em 1926, custou ao Estado de Santa Catarina 10 vezes a sua receita orçamentária e os recursos foram obtidos com empréstimos externos. (Andrade, 1978)

Entre as justificativas para construir a ponte, encontrava-se a afirmação de que a ponte visava a consolidação de Florianópolis como capital⁷⁵. Segundo Andrade, “há muito tempo, Florianópolis estava prestes a perder a condição de capital⁷⁶, pois havia uma forte corrente política defendendo sua transferência para outras cidades do interior do Estado.” (Andrade, 1978:63) No entanto, como vimos, a construção da ponte teve repercussões muito mais a nível local, de ligação da Ilha com a sua região imediata, no lado continental, do que estadual como pretendiam os discursos de integração da capital com o estado.

Complementando o sistema judiciário e segurança pública, no final da década de 20, foram criadas a Penitenciária de Florianópolis, em 1926, a Polícia e Justiça Militar do Estado de Santa Catarina, em 1928. Em 1929, foi reformado o antigo prédio do Liceu de Artes e Ofícios para receber o “Palácio da Justiça”. (*Quadros 1 e 13*)

⁷⁵A idéia de construção da ponte não era unânime e havia inclusive descrédito quanto a sua realização. “Quando o governador Hercílio Luz anunciou a intenção de construir uma ponte ligando a Ilha ao Continente, o descrédito foi total. Seus inimigos políticos e os mais pessimistas afirmavam que a ponte ‘ligaria o nada a coisa alguma’.” (Diário Catarinense, 23/03/87:8)

⁷⁶“Já na segunda metade do sec. XVIII, o Governador Coronel Manoel Escudeiro pretendeu mudar para o continente a sede da Capitania da ilha de Santa Catarina, e na segunda década deste século, à pedido do governador Hercílio Pedro da Luz, foi elaborado um projeto da nova capital, que teria por local o planalto de Lages, às margens do rio Canoas. Argumentava-se, para tanto, que a cidade não tinha condições de se desenvolver, uma vez que Florianópolis não produzia nada (tudo vinha de outras cidades), que enfrentava dificuldades principalmente na travessia do mar, através das lanchas.” (Andrade, 1978:63)

3.2. O crescimento do Estado no período Vargas

Em consequência dos acontecimentos políticos de 1930, conhecidos como a “Revolução de 30”, teve início uma nova fase na economia e na política brasileira. O Estado teve suas funções ampliadas, para garantir as condições para o desenvolvimento da indústria no Brasil. Como vimos no capítulo anterior, além de promover a regulamentação das relações entre capital e trabalho, no período de governo Vargas foram feitas as primeiras iniciativas do Estado no sentido de atuar diretamente no setor produtivo.

Após a Revolução de 1930, Santa Catarina foi governada por interventores, entre esses, estava Nereu Ramos, nomeado por Getúlio Vargas Interventor Federal, ficando à frente do governo estadual no período de 1937 à 1945. Em 1947 assumiu o governo, através de eleições, Aderbal Ramos da Silva, até 1950.

Esse novo papel do Estado se refletiu nas ações de governo a nível estadual.⁷⁷ A partir desse momento, o Governo Estadual alargou seu campo de ação com a criação de novos serviços voltados para o campo da assistência social, marcando o início dessa mudança na administração pública. Foram criados os serviços de pré-natal, de higiene infantil, higiene escolar, odontologia, etc. (Peluso,1991a:332-340)

Em 1932, foi fundada a Faculdade de Direito, idealizada por José Arthur Boiteux. Ferreira Lima analisa esse empreendimento como um momento de audácia de seu idealizador, sendo inclusive “motivo de chacota pelos incrédulos”. Florianópolis não passava de uma pequena cidade, “porque não dizer aldeia?”. A Faculdade de Direito “teve expressivo papel político no período do Estado Novo, a partir de 1937, quando nela se concentrou uma oposição ferrenha à Ditadura”. (Ferreira Lima, 1980:22)

A política social assumida pelo Governo do Estado de Santa Catarina foi consequência da política nacional assistencialista voltada para a regulamentação da força de trabalho, necessária ao desenvolvimento da indústria. A União fez-se presente nos Estados, principalmente pelos órgãos arrecadadores, correios e telégrafos e guarnições

⁷⁷“A revolução de 30 foi o ponto de partida do processo de expansão das tarefas do poder Público Estadual. Iniciada timidamente, cresceu nos anos 50 com as inovações do Governo Juscelino Kubitschek na órbita federal e com a criação de sociedades de economia mista e autarquias.” (Peluso,1991a:332)

militares, mas foi a previdência social a área mais desenvolvida depois de 1930, especialmente nas capitais dos Estados. A regulamentação da força de trabalho resultou, igualmente, no aumento do funcionalismo público em serviços especializados. Em Florianópolis, tal orientação causou impactos urbanos na capital e a ação se fez sentir no aumento do volume de empregados do setor público. (Peluso,1991a:332,340)

No período de governo de **Nereu Ramos** (1935-1937 e 1937-1945) a estrutura administrativa do Estado teve uma significativa expansão.⁷⁸ Não apenas por aumentar o número de secretarias, de duas para quatro secretarias, mas porque foram criados diversos novos serviços na área social e de apoio à economia. Na área social foram criados o Departamento de Saúde Pública e o Serviço de Apoio a Psicopatas. Uma importante instituição social foi criada, em 1935, o “Abrigo de Menores” e sua sede foi localizada no bairro da Agrônômica.

Alguns serviços de assistência e melhoramento da produção, especialmente a produção agrícola, também foram criados como a: Diretoria do Serviço de Fomento da Produção Animal, a Diretoria do Serviço de Fomento de Produção Vegetal, a Diretoria de Economia e Assistência ao Cooperativismo e o Laboratório de Análises de Erva Mate. (Quadro 1)

O governo de **Aderbal Ramos da Silva** (1947-1951) manteve, praticamente, a mesma estrutura administrativa do governo anterior. Foram criados mais alguns serviços como o Serviço de Censura de Diversões Públicas, Consultoria Jurídica do Estado e o Serviço Florestal do Estado (Grillo, s/d). Cabe destacar, no entanto, a criação dos

⁷⁸A estrutura administrativa no **Governo de Nereu Ramos** se organizou em 4 secretarias com a criação de vários setores com prestação de serviços especializados: 1. Secretaria de Segurança Pública (Força Policial; Corpo de Bombeiros; Delegacia da Ordem Política e Social; Instituto de Identidade Médico-legal; Inspetoria de Veículos e Transportes; Serviço de Registro de Estrangeiros. 2. Secretaria dos Negócios da Fazenda: Montepio; Junta Comercial do Estado; Conselho Técnico de Economia e Finanças; Serviço de Inspeção da Fazenda; Serviço de Inspeção de Coletorias; Contadoria Geral do Estado; Tesouro do Estado. 3. Secretaria do Interior e Justiça: Penitenciária; Serviço de Assistência à Psicopatas; Biblioteca Pública; Abrigo de Menores (dec.lei de criação 78/1935) Diretoria do Interior e Justiça; Departamento de Saúde Pública; Departamento de Educação. 4. Secretaria dos Negócios da Viação, Obras Públicas e Agricultura: Diretoria de Estradas e Rodagem; Diretoria do Serviço de Sericicultura; Diretoria de Obras Públicas; Diretoria de Defesa Sanitária Vegetal; Diretoria do Serviço de Fomento da Produção Animal; Diretoria do Serviço de Experimentação e Fomento da Produção Vegetal; Diretoria de Terras e Colonização; Diretoria de Economia e Assistência ao Cooperativismo. Ainda existiam ligados diretamente ao Governador do Estado a Procuradoria Geral do Estado; Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais (CESPE); Departamento Estadual de Geografia e Geologia; Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda; Departamento de Estatística e Publicidade e o Departamento de Administração Municipal. (Grillo,s/d) Ver, também, Quadro 1.

museus Histórico e Artístico de Santa Catarina (1948) e de Arte Moderna (1949).
(Quadro1)

3.3. O Governo de Irineu Bornhausen e outros

O processo de industrialização brasileira foi ampliado na década de 50, principalmente pela ação do Estado criando as condições gerais de produção. O Estado atuou através de políticas de planejamento e aumentou a sua ação, diretamente, enquanto empresa do setor produtivo.

Em Santa Catarina, no início da década de 50, assumiu o governo **Irineu Bornhausen** (1952-1956) que pertencia à União Democrática Nacional - UDN. Seu plano de governo foi uma das primeiras iniciativas de planejamento estatal em Santa Catarina. O Plano de Obras e Equipamentos - POE, tinha como objetivo atingir o desenvolvimento através da construção de estradas de rodagem, energia elétrica, agricultura, educação e saúde.

De acordo com as tendências da política nacional, o governo de Irineu Bornhausen direcionou as ações de seu governo para garantir o desenvolvimento da indústria catarinense. Nesse sentido, seu governo concentrou os recursos financeiros na ampliação e melhoria de infra-estruturas. Do total dos recursos investidos, 45% foram para as estradas de rodagem, 35% para energia elétrica, e os 25% restantes foram para a agricultura, educação e saúde. (Michels,1993: 252, 257)

Os investimentos na área de transporte deram prioridade às estradas do Vale do Itajaí e norte do estado, duas importantes regiões industriais. A estrada que ligava Blumenau ao porto de Itajaí, importante via de escoamento da produção têxtil da região de Blumenau, recebeu pavimentação com paralelepípedos. E ainda, duas outras rodovias foram remodeladas: os trechos que ligavam Blumenau a Jaraguá do Sul e Joinville ao Porto de São Francisco do Sul. Também foram reconstruídas as estradas de ligação das cidades de Blumenau a Rio do Sul e de Joaçaba a Campos Novos. Também recebeu investimentos a estrada entre Florianópolis e um de seus principais distritos, Canasvieiras, localizado na Ilha de Santa Catarina.

O Governo de Irineu Bornhausen tomou a primeira iniciativa no sentido do Estado controlar a produção e o fornecimento de energia elétrica. Até a década de 50, o fornecimento de energia elétrica era feito por empresas de pequeno porte, que operavam em sistemas regionais isolados.⁷⁹ Nesse período, a energia elétrica estava se tornando um ponto de estrangulamento no crescimento das indústrias.

Assim, em 1951, foi criada a Comissão de Energia Elétrica de Santa Catarina, que resultou na criação da Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina, em 1955. Inicialmente, esse órgão foi utilizado como canalizador de recursos públicos para as empresas fornecedoras de energia elétrica, então existentes no estado. No mesmo ano de sua criação, a Celesc passou a operar como empresa 'holding', respondendo pelo planejamento do setor no estado. Suas principais subsidiárias eram a Empresa Luz e Força de Florianópolis, que servia à capital e à área litorânea vizinha, e a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade, que atuava principalmente no município de Joinville. (Eletrosul, 1993:9)

A estrutura administrativa do Governo de Irineu Bornhausen passou a se organizar em sete secretarias, quatro a mais do que as existentes no período anterior. Alguns novos órgãos foram criados, como a Bolsa Oficial de Valores de Santa Catarina (1951), a Administração do Porto de São Francisco do Sul (1955), Tribunal de Contas do Estado (1955) e em 1956, a ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, importante órgão de assessoria técnica aos produtores rurais e de extensão rural. (*Quadro1*)

Como consequência da ampliação das funções do Estado, foi construída, em Florianópolis, uma sede para abrigar as Secretarias de Estado, o Edifício das Secretarias⁸⁰ e o Palácio Residencial da Agrônômica. E, ainda, foi iniciada a construção

⁷⁹ Talvez a única exceção era o fornecimento de energia para a região de Blumenau que era feita por uma empresa de São Paulo, que inicialmente financiou a Usina de Salto, em 1915, e posteriormente tornou-se sócia do empreendimento (1920). Como a empresa recusava-se a aumentar os investimentos, formou-se um consórcio de empresas locais, para adquirir as ações em poder do capital de São Paulo. Entre essas estavam os grupos Hering e Renaux, a organização Hoepke entre outros. E assim, pode-se prosseguir com a expansão por mais algumas décadas.

⁸⁰ O Edifício das Secretarias está localizado na rua Tenente Silveira esquina com Praça XV de Novembro, área central de Florianópolis.

de um outro edifício para alojar os órgãos públicos, o Palácio das Diretorias ou Edifício das Diretorias, concluído em 1961.⁸¹

O governador **Jorge Lacerda** (1957-1958)⁸², seguindo praticamente as mesmas prioridades do governo anterior, construiu duas obras fundamentais ao crescimento da indústria catarinense: a primeira rodovia asfaltada feita com recursos estaduais, ligando Itajaí a Blumenau⁸³ e a constituição da Sociedade Termoelétrica de Capivari - SOTELCA, em 1957, (*Quadro1*), onde o Governo Catarinense participou como o maior acionista. Transporte e energia constituíam-se dois fatores que estrangulavam o crescimento da indústria catarinense e tais problemas eram de difícil solução a partir dos agentes capitalistas individualmente. Portanto, coube ao Estado a solução, atuando no sentido da socialização das condições gerais de produção.

No seu governo, foi feito o levantamento aerofotogramétrico do território de Santa Catarina. Na capital, foi iniciada a construção do Instituto Estadual de Educação e dado prosseguimento às obras do Edifício das Diretorias. E ainda, foi elaborada a planificação da Cidade Universitária, no bairro da Trindade, também na capital, onde implantou-se a Faculdade de Filosofia e foi aprovado o convênio de implantação da Faculdade de Medicina.

Heriberto Hülse⁸⁴ (1959-1960) assumiu o governo de Santa Catarina após a morte do então governador Jorge Lacerda. Entre as obras realizadas pelo seu governo destacam-se: a segunda etapa da SOTELCA - Sociedade Termoelétrica de Capivari S.A., hoje Usina Jorge Lacerda, no então município de Tubarão; conclusão da pavimentação da estrada Itajaí-Blumenau, atual Rodovia Jorge Lacerda. O governo de Heriberto Hülse manteve as mesmas prioridades dos dois governos anteriores, energia e sistema viário.

⁸¹ Localizado na rua Tenente Silveira, no centro da cidade.

⁸² Pertencia ao PRP - Partido da Representação Popular e chegou ao governo com o apoio da UDN, articulado pelo então governador Irineu Bornhausen.

⁸³ "Em 1956, não havia um quilômetro sequer de asfalto em todo o território catarinense..." (ACARESC, 1981/82:6)

No período entre 1956 e 1958, apenas a BR-2, atual BR-116, era asfaltada, obra do Governo Federal. (Diário Catarinense, 25/11/1993:78)

⁸⁴ Pertencia à UDN - União Democrática Nacional

Algumas obras que estavam em andamento foram concluídas no seu governo, como as obras do Instituto Estadual de Educação, do Edifício das Diretorias e da estrada de acesso ao aeroporto Hercílio Luz, atual avenida Jorge Lacerda, todas localizadas em Florianópolis. (Diário Catarinense, 25/11/1993) No governo de Heriberto Hülse, no ano de 1960, foi criada a UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, aprovada pelo Governo Federal.⁸⁵

Durante a gestão Lacerda/Hülse, a estrutura da administração estadual manteve-se organizada a partir das sete secretarias anteriores, apenas com o acréscimo de mais uma secretaria, a Secretaria do Trabalho (Lei 1460/1956). Entretanto, são criadas novas funções e serviços como a Procuradoria Administrativa (Lei 1556/1956); Casa Civil, Casa Militar, Assessoria Técnico-legislativa (Lei 2054/1959); Delegacia de Furtos, Roubos e Falsificações (Lei 2082/1959); Serviço de Luz e Força de Florianópolis; Polícia Rodoviária do Estado (Lei 2335/1960) e o Arquivo Público do Estado (Lei 2378/1960). (Grillo, s/d)⁸⁶

Os governos dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no final dos anos 50, consideravam que seus estados estavam em situação de desvantagem em relação à região sudeste. Após o incremento nos fluxos de investimentos públicos e privados, os primeiros de maior relevância norteando a ação econômica do período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-60), constatou-se que os mesmos investimentos públicos privilegiaram principalmente o Sudeste do país, acabando por aprofundar as desigualdades regionais. (Michels, 1993: 249)

Portanto, o impasse que estava colocado era entre o aprofundamento da condição de economias periféricas dos estados do sul em relação a São Paulo ou a ruptura com tal situação a partir da ação dos governos estaduais. Políticos, técnicos e elites locais consideravam que as questões relativas ao desenvolvimento econômico não poderiam nem deveriam ficar restritas ao Governo Federal, cabendo, portanto, aos governos estaduais a tarefa de formulação de metas e execução de programas. (Michels, 1993: 249-251) Nesse sentido, coube ao governo estadual, num primeiro momento, criar as condições gerais de produção, fundamentais ao desenvolvimento da indústria catarinense.

⁸⁵Ver ponto específico sobre a UFSC nesse capítulo e no seguinte.

⁸⁶A Secretaria da Educação ganha uma nova função, a Cultura (Lei 1463/1956) e se transforma em Secretaria da Educação e Cultura. Ver também Quadro1.

Foi dentro desse contexto, de tentativa de superar o agravamento das desigualdades regionais que surgiu a idéia de fundar, entre os três estados do sul, um banco regional de fomento às atividades produtivas da região. A idéia se concretizou com a criação o BRDE - Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul, em 1961.

3.4. O Governo de Celso Ramos e outros

Nos anos de 1959 e 1960, Celso Ramos, após derrota eleitoral⁸⁷ e na condição de presidente da FIESC, idealizou e dirigiu o 1º Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina sob o patrocínio da FIESC - Federação das Indústrias de Santa Catarina e apoio da CNI - Confederação Nacional das Indústrias⁸⁸. Foi o primeiro evento do gênero a ser realizado no País e se constituiu numa “autêntica radiografia dos problemas catarinenses”. (Diário Catarinense, 25/11/1993:85) Sob a Influência de Juscelino Kubitschek, Celso Ramos partiu para o diagnóstico e para o planejamento, a fim de construir uma plataforma de governo. (Besc, s/d:23)

Segundo Michels, as conclusões do Seminário afirmavam que “a economia não [poderia] ser regida somente por interesses particulares, reivindicando o planejamento global” e “evidenciou-se que o empresariado catarinense ao reconhecer a sua impossibilidade de dar continuidade à acumulação de capital, por conta e riscos próprios, chamou a intervenção estatal, para superar sua crise no período em análise.” Ou seja, ocorreu o “reconhecimento pela burguesia catarinense de que a ação individual de cada empresário não conseguiria superar os entraves à industrialização local”. (Michels, 1993: 252 e 265) No entanto, as conclusões do Seminário sobre a necessidade de intervenção do Estado na economia não devem ser vistas como um fato exclusivo da realidade catarinense. Como vimos, esse papel do Estado havia sido uma tendência dos governos a nível federal e também estadual, desde a década de 30.

Uma das resoluções do Seminário, sobre o desenvolvimento do turismo, apelava aos órgãos federais competentes medidas em caráter de urgência que resultassem no

⁸⁷Celso Ramos, candidato à governador do estado, perdeu as eleições.

⁸⁸Conseguiu da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) o apoio tecnológico necessário para a pesquisa que seria bancada pela própria FIESC. (BESC, s/d:23)

início da construção da projetada BR-36 (Florianópolis-Lages), visto constituir tal providência fator preponderante na vinculação do oeste catarinense à capital do estado, o que seria indispensável, inclusive ao incremento da indústria do Turismo em SC.⁸⁹

Celso Ramos⁹⁰, eleito governador para o período de 1961 a 1965, utilizou integralmente as conclusões do Seminário como plataforma de governo e as divulgou enquanto candidato. Foi essa plataforma que deu origem ao PLAMEG - Plano de Metas do Governo Estadual⁹¹, o primeiro planejamento plurianual feito por um estado brasileiro.

Quando assumiu o governo, Celso Ramos constatava que o “estado [estava] perdendo substância”. Dados econômicos mostravam que, “em 1947 o Estado participava com 3% da renda nacional. Em 1958, a marca baixava para 2,6%. De fato a década de 50 foi um tanto obscura para a maioria da sociedade catarinense, ao contrário da tendência nacional na época dos anos dourados. Dentro do seu Plano de Metas, Juscelino Kubitschek prosseguia com a industrialização, as novas estradas e a construção de Brasília. ... Santa Catarina parecia estar de fora desses tempos brilhantes” E mais, em termos econômicos, recursos do governo federal e investimentos no estado, o ano de 1960 obtiveram um resultado ainda pior que os anos anteriores. (Besc, s/d:22)

O Plano de Metas do Governo (PLAMEG I) surgiu com o objetivo de reverter o processo de estagnação econômica no Estado de Santa Catarina. Nesse sentido, consolidou e expandiu o planejamento governamental. Segundo Michels, cerca de 78% dos recursos disponíveis para aplicação do Plameg I foram investidos em infra-estrutura e expansão econômica. O desenvolvimento econômico catarinense, financiado em grande parte pelo estado, assumiu nesse período caráter industrializante. (Michels, 1993: 266)⁹²

O aparelho estatal foi reestruturado para dar conta das suas novas funções e demandas. Foram criadas instituições financeiras, órgãos de pesquisa e desenvolvimento técnico, investiu-se na reestruturação e ampliação da infra-estrutura, melhoria e readequação da educação, objetivando a qualificação da mão-de-obra

⁸⁹Resoluções do Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina. Florianópolis, Dezembro/1960.

⁹⁰ Eleito governador pelo PSD - Partido Social Democrata.

⁹¹Plano de governo para o período 1961/65, instituído pela lei 2.772, julho de 1961.

⁹²“Tal período caracteriza-se pela notória e crescente participação do governo estadual catarinense na busca da ampliação da acumulação de capital privado.” (Michels,1993: 252-253)

produtiva do Estado, entre outros.⁹³ A estrutura administrativa foi reorganizada. Além das oito secretarias anteriores foram criadas mais duas: a Secretaria dos negócios do Oeste e a Secretaria Sem Pasta, esta última com função estratégica de implementação do Plameg I.⁹⁴

A constituição de um banco de desenvolvimento foi uma das principais metas do Plameg, ou melhor, foi a sua “espinha dorsal”, cujo objetivo era transformar a economia catarinense. Nesse sentido, o BDE - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina⁹⁵, tornou-se “a grande ferramenta para os financiamentos”. (Besc, s/d:20-25)

Em 1962 foi inaugurada a primeira sede do BDE, no centro de Florianópolis. Nessa ocasião, o governador Celso Ramos afirmava: “Santa Catarina fala hoje a linguagem do Brasil moderno”. Segundo o boletim do Besc, “estava começando um novo tempo para o estado”. Aos poucos os sintomas de estagnação davam espaço a indicadores que colocavam o estado entre os de maior crescimento no país, e acrescenta, “Santa Catarina, então, começou a se sintonizar com a modernidade dos principais centros do país.” (Besc, s/d:25)

A importância da criação do banco estadual para o desenvolvimento do capital industrial de Santa Catarina pode ser medida pela afirmação feita pela própria instituição, através de uma publicação comemorativa dos seus 30 anos de existência. “Desde que surgiu, em 1962, o Banco é a referência chave de qualquer narrativa sobre o crescimento

⁹³“O agente estatal passa, a partir de então, a agir em suas múltiplas formas, incentivos, créditos, investimentos diretos, planejamento, formação profissional, infra-estrutura, etc.,...” e ainda, essas instituições públicas propiciaram as condições creditícias ao processo de industrialização de Santa Catarina. (Michels, 1993: 252, 253, 266)

Peluso também faz referências a criação de órgãos públicos no período de governo de Celso Ramos. O autor cita a criação dos seguintes órgãos: Banco de Desenvolvimento do Estado - BDE; Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul - CODESUL, com os governos do Paraná e Rio Grande do Sul e Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - FUNDESC. (Peluso, 1991/a:340)

⁹⁴Algumas secretarias foram reorganizadas, como a Secretaria do Trabalho que ganha uma nova responsabilidade, a Habitação, passando a ser Secretaria do Trabalho e Habitação (Lei 3608/1965). São criados vários conselhos ligados às secretarias: Conselho Estadual do Contribuinte (Lei 2825/1961); Conselho Estadual da Educação (Lei 1463/ ? - 2815/1961); Conselho Estadual de Turismo (Lei 3684/1965); Conselho Estadual de Telecomunicações (Lei 3635/1965). São criados ainda o IRASC - Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina, extinguindo-se a Diretoria de Terras e Colonização (Lei 2939/1961); a Fundação Médico-hospitalar Catarinense (Lei 2772/1961); a Fundação Catarinense de Saúde (Lei 3635/1965); o Serviço Estadual de Turismo (Lei 3684/1965); o Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária, extinguindo-se a Diretoria de Água e esgoto (Lei 3058/1962); por fim ligados ao Gabinete do governador são criados uma Assessoria Técnica (Lei 3103/1962) e um Departamento de Obras e Saneamento (Lei 3092/1962). (Grillo, s/d) Ver também Quadro 1.

⁹⁵Criado no início do governo de Celso Ramos (lei 2719/61). A primeira agência foi inaugurada em 21 de julho de 1962, em Florianópolis, praça XV de Novembro. Posteriormente, transformado em Banco do Estado de Santa Catarina - BESC. Ver Quadro 1.

do estado...., mudou definitivamente o perfil catarinense... E continua sendo o principal veículo do crescimento do estado ... Só que agora com a experiência de quem já ajudou a transformar alguns pequenos empresários catarinenses do passado em gigantes internacionais como Sadia, Perdigão, Cevai ou Weg.” (Besc, s/d:20)

Ainda sobre a importância do banco para o desenvolvimento econômico de Santa Catarina, Schmitz diz que “o Estado de Santa Catarina não possuía, no início da década de 60, um instrumento próprio de crédito e por essa razão toda a riqueza estava sendo encaminhada aos bancos privados que investiam em outros centros dinâmicos da economia brasileira, como São Paulo.” O BDE foi criado para captar recursos da economia e canalizar para atividades produtivas, fomentando o desenvolvimento do Estado. As diretrizes empreendedoras do BDE foram as metas principais da reforma no setor financeiro e do Plameg. (Schmitz, 1989)

Em 1963, foi criado o FUNDESC - Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina. Seus objetivos visavam atender os interesses das empresas, especialmente as indústrias, sendo “um dos impulsos mais importantes na ampliação das empresas que hoje são os gigantes do Estado, como Embraco, Hansen, Tupy, Weg ou Consul” (Besc, in:Michels,1993:268) Nos anos 70, o FUNDESC, administrado pelo BDE, “passaria a ser o grande responsável pela explosão da indústria catarinense”. (Besc,s/d:28)

O BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul⁹⁶, como foi visto anteriormente, foi fundado em 1962, objetivando superar a crise de acumulação de capital da região sul. “O BRDE nos primeiros anos teve uma atuação limitada para Santa Catarina e Paraná, privilegiando o Rio Grande do Sul. Entretanto, no final dos anos 60 e início dos anos 70, Santa Catarina teve sua participação ampliada no tocante ao volume de investimentos realizados. ‘Naqueles anos - início do Milagre - Santa Catarina foi o estado mais beneficiado, chegando a agência de Florianópolis a responder por 40% do valor das operações contratadas, enquanto a de Porto Alegre alcançou 42%.’” (Fonseca, in:Michels, 1993: 268)

Ainda no início da década de 60, ocorreu a incorporação à Celesc de praticamente todas as empresas regionais fornecedoras de energia elétrica, anteriormente,

⁹⁶Inicialmente, houve uma forte oposição da burguesia paulista e mesmo do governo federal à criação do BRDE. Por fim, em dezembro de 1962, o presidente João Goulart, autorizou o funcionamento do BRDE. (Michels, 1993)

subsidiárias.⁹⁷ A partir de então, o Estado, através da Celesc, passou a centralizar toda a produção e o fornecimento de energia elétrica para todo o Estado de Santa Catarina.

A Secretaria dos Negócios do Oeste foi criada numa tentativa de abafar o clima de descontentamento que crescia na região até então praticamente ignorada pelos governantes. Em 1962, foi criado o IPESC - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, substituindo o antigo Montepio. Em 1965, foram criados a Cohab/SC, a Companhia Telefônica de Santa Catarina e a Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e também intensificaram-se os investimentos em saneamento básico para todo o estado com a implantação de diversos sistemas, ampliação da rede e reservatórios. (Ramos,1991:57)

O governo de Celso Ramos marcou o início de uma enorme expansão do Estado que ocorreu nas décadas de 60 e 70. Através de um levantamento dos órgãos públicos criados ao longo dos últimos 100 anos⁹⁸, verificamos que, de um total de 159 órgãos públicos levantados, 41 desses órgãos foram criados na década de 60, o que representa cerca de 25% do total de órgãos criados em um período de 100 anos. Se considerarmos apenas o período de governo de Celso Ramos, foram criados 15 órgãos, representando quase 10% sobre o total. (Tabela 1)

Tabela 1: Órgãos públicos estaduais criados por períodos:

Períodos	número de órgãos públicos	%
Século XIX	9	5,66
1900 -1919	6	3,77
1920 - 1929	4	2,52
1930 - 1939	9	5,66
1940 - 1949	9	5,66
1950 - 1959	15	9,43
1960 - 1969	41	25,80
1970 - 1979	51	32,07
1980 - 1991	15	9,43
<i>Total</i>	159	100

fonte: Quadro 1

⁹⁷“Em 1962, o governo estadual desapropriou a maioria das ações da Empresa Força e Luz Santa Catarina S/A, que serve o Vale do Itajaí, e a integrou num plano estadual de eletrificação, que prevê a interligação dos sistemas de distribuição de energia do Estado e reforço geral do sistema conjunto pela instalação de uma usina termelétrica (SOTELCA), que em sua primeira fase terá 62.500 KW instalados, previstos para 1963/64. Somente com a realização destes planos é que o problema da energia elétrica deixará de constituir ponto de estrangulamento para o desenvolvimento industrial de Blumenau.” (Singer, 1977:135)

⁹⁸Ver Quadro 1, em anexo.

Cabe ressaltar, sobre a expansão do Estado, que, além da questão quantitativa, o que diferencia significativamente as décadas de 60 e 70, é que o Estado ampliou extraordinariamente suas ações para além de suas funções tradicionais, atuando diretamente na economia com a criação de órgãos públicos com autonomia para funcionar como uma empresa. Esse processo de expansão do Estado, como vimos anteriormente, iniciou-se a partir da década de 30, avançou nas décadas de 40 e 50, mas foi nas décadas de 60 e 70 que teve um enorme e inédito crescimento.

Ivo Silveira⁹⁹, governador eleito para o período de 1966 a 1970, deu continuidade ao PLAMEG I e às obras iniciadas no governo anterior através do PLAMEG II. “As bases ideológicas do PLAMEG II (1966-1970) foram a expansão econômica e o progresso social”, no entanto, os investimentos em expansão econômica receberam maior prioridade.¹⁰⁰

A partir do PLAMEG II, incrementou-se a participação do governo federal nos investimentos em Santa Catarina através de recursos para os programas do FUNDESC. O Fundo passou por modificações, tornando-se mais dinâmico, visando a industrialização catarinense. (Michels, 1993: 276)

O BDE, em 1969, passou a denominar-se Banco do Estado de Santa Catarina - BESC, adaptando-se à nova lei bancária que, entre outras modificações, criou o Banco Central. (Besc, s/d:29)

O governo de Ivo Silveira deu início a uma série de obras, dentre essas, algumas construções de sedes de instituições públicas, localizadas em Florianópolis. As mais significativas foram: o novo prédio da Assembléia Legislativa e o prédio do Tribunal da Justiça, ambos localizados na atual praça Tancredo Neves.

⁹⁹Ivo Silveira, eleito governador pelo PSD - Partido Social Democrático, era natural de Palhoça, onde começou sua carreira política. Venceu o candidato de Celso Ramos, Alcides Abreu, na convenção do PSD, com o apoio de Aderbal Ramos da Silva. Concorreu contra o prestigiado senador udenista, Antônio Carlos Konder Reis. (Diário Catarinense, 25/11/1993)

Durante a sua gestão ocorreu, a nível nacional, a extinção dos partidos e instalação do bipartidarismo. Santa Catarina foi o último estado a fundar a ARENA, que resultou de um entendimento entre os dois principais partidos adversários em Santa Catarina, o PSD - Partido Social Democrático (família Ramos) e a UDN - (família Konder/Bornhausen), o primeiro diretório foi formado por 40 membros de cada partido. Como parte da negociação de cargos, a UDN indicou o novo vice de Silveira, Jorge Bornhausen. (Carreirão, 1988)

¹⁰⁰Os investimentos foram de 77% para a expansão econômica e 23% para o progresso social. (Michels, 1993: 275)

Em termos de investimentos urbanos, concluiu-se a Avenida Beira-Mar Norte, em Florianópolis. Ainda, deu-se início às obras da ponte Colombo Salles, da segunda adutora de Pilões e da extensão da rede de abastecimento de água até a Barra da Lagoa, Canasvieiras e Ribeirão da Ilha.

A estrutura administrativa no governo de Ivo Silveira estava organizada em dez secretarias¹⁰¹, sendo que dessas, pelo menos oito já existiam anteriormente. Alguns órgãos importantes foram criados: a LOTESC - Superintendência Lotérica do Estado de Santa Catarina e o DETRAN/SC - Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina, ambos em 1966, a Caixa Econômica Estadual¹⁰², em 1968 e a COTESC - Companhia de Telecomunicações de Santa Catarina, em 1969, que deu origem à TELESC em 1974. E ainda, em 1969, foi autorizada a constituição da PRODASC - Companhia de Processamento de Dados de Santa Catarina, cuja criação ocorreu em 1975. (*Quadro 1*)

A mais importante reforma administrativa ocorreu no final do último ano de governo de Ivo Silveira, em dezembro de 1970. Como consequência da política nacional, a Reforma Administrativa, aprovada pela lei 4547/70, estabeleceu que a administração estadual compreenderia duas formas de organização: administração direta e indireta. A primeira foi constituída pelos órgãos integrados na estrutura das secretarias e subordinados ao Governador do Estado. A segunda forma seria constituída por autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, dando mais autonomia de ação para alguns setores estratégicos do Estado, especialmente aqueles com atuação direta na economia.

Assim, a lei estadual autorizou o Poder Executivo a constituir uma série de sociedades de economia mista, como Sociedade de Crédito Imobiliário de Santa Catarina; Sociedade Corretora de Valores Mobiliários de Santa Catarina; Companhia Catarinense de Águas e Saneamento; Banco de Investimentos do Estado de Santa Catarina e Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (lei 4547/70). Essas sociedades foram se concretizando ao longo da década de 70. (*Quadro 2*)

¹⁰¹ Durante o governo de Ivo Silveira funcionaram as seguintes secretarias: Secretaria de Segurança Pública; Secretaria da Fazenda; Secretaria da Educação e Cultura; Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura; Secretaria da Saúde Pública e Assistência Social; Secretaria do Trabalho e Habitação; Secretaria da viação e Obras Públicas; Secretaria do Interior e Justiça; Secretaria dos negócios do Oeste; Secretaria Sem Pasta (encarregada da aplicação do PLAMEG) e por fim o Gabinete do Governador. Ver também Quadro 1.

¹⁰² Em 1977, foi incorporada pela CEF - Caixa Econômica federal.

Referindo-se a reforma administrativa implantada no final do governo de Ivo Silveira, Ferlin constatou que ocorreu uma “abundância de legislação dispendendo sobre o funcionamento do Serviço Público a partir de 1970, quando foi introduzida a reforma administrativa”. (Ferlin, 1989)

3.5. O Governo Colombo Salles e outros

Em março de 1971, assumiu o governo o engenheiro **Colombo Machado Salles**¹⁰³, (1971 a 1975), indicado de forma autocrática pelo governo militar brasileiro. Assumiu o Governo de Santa Catarina em pleno período do “milagre brasileiro” o que lhe garantiu uma soma enorme de recursos financeiros para as obras de seu governo.

Segundo entrevista com o ex-governador Ivo Silveira, Colombo Salles teria dado continuidade à sua administração e assegurado que a partir de Celso Ramos até o final do Governo Salles, em 1975, administrativamente, Santa Catarina tivesse “15 anos de continuidade sem continuísmo”. (Diário Catarinense, 25/11/93:90) No entanto, a indicação de Colombo Salles representou uma ruptura, pelo menos temporária, com o poder das oligarquias catarinenses e possuía para tanto, aparentemente, “o respaldo do núcleo do poder federal”. (Carreirão,1988)

Seu Plano de Governo, o “PCD - Projeto Catarinense de Desenvolvimento”, posteriormente transformado em “Ação Catarinense de Desenvolvimento”, foi uma versão estadualizada do I PND - I Plano Nacional de Desenvolvimento do Governo Médici. “O PCD constatava obstáculos ao desenvolvimento catarinense, [tais como]: a desintegração sócio-econômica, deficiência nos transportes, comunicações e crédito e a insuficiência das elites”¹⁰⁴. Para superar os entraves o plano objetivou: a modernização

¹⁰³Transferiu-se de Brasília para Florianópolis, em 1969, para assumir o cargo de Secretário Executivo do PLAMEG, no governo de Ivo Silveira. Em abril de 1970, foi indicado, pelo governo federal, governador do Estado para o próximo período. (Diário Catarinense,25/11/93:90) Colombo Salles tinha as características de um tecnocrata no poder, em entrevista ao jornal local Diário Catarinense, o ex-governador afirmou: “Eu tinha uma vida independente de filiação partidária. Mesmo no período estudantil eu nunca tive participação política, ficando mais ligado aos meus estudos. Me filiei à Arena pouco tempo antes de ser indicado para o Governo. Mas acredito que a escolha foi consequência do meu trabalho no Rio de Janeiro e em Brasília.” Segundo Colombo Salles, o Governo Federal teve por Santa Catarina uma atenção especial porque ele provinha deste governo, nas suas palavras: “Eu morei cinco anos em Brasília e tinha uma convivência muito boa com todos os titulares dos ministérios e as instituições financeiras”, o Estado de SC viveu um período em que recebeu muitos recursos. (Diário Catarinense, 25/11/93: 94)

¹⁰⁴As diferenças entre o governo federal e os poderes regionais ficam claras com a caracterização que o PCD faz das elites catarinenses: desconhecimento da realidade...; ausência de perspectiva, falta de grandeza, medo à renovação

administrativa, integração estadual, modernização nos transportes e comunicações, consolidação do sistema energético, expansão industrial e a construção de sólido sistema financeiro e de assistência técnica aos três setores da economia. Durante o período de governo de Colombo Salles foram investidos na dinamização da economia 81% de todos os investimentos realizados pelo governo. (Berns, In: Michels, 1993: 281-283)

Colombo Salles governou com a estrutura de governo criada no período anterior através da lei 4547/70 de Reforma Administrativa. Com a aprovação da lei cerca de 12 novos órgãos públicos receberam autorização para a sua constituição e foram sendo criados no decorrer de sua gestão. Foi implantado todo um sistema financeiro em torno do Besc, com a criação de várias empresas especializadas em operações financeiras, como o Badesc - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, BESCOR, BESCREDI, BESCAM¹⁰⁵, entre outros. (*Quadro 1*)

Os recursos que vieram do governo federal através do Besc, nesse período, foram bastante significativos. “Para cada cruzeiro catarinense aplicado nas empresas havia pelo menos 10 cruzeiros nacionais ou internacionais. Foi a hora e a vez da Perdigão, da Weg e de outras grandes indústrias prepararem seus maiores saltos. (...) As fontes de recursos para linhas de crédito especializado eram 14 em 1972, 22 em 1974 e 31 em 1975. Eram fundos para habitação, para prefeituras, hotéis, equipamentos comunitários ou industriais e vários outros setores. O total de aplicações desses fundos contratados pelo Besc, foi de 130 milhões de cruzeiros (US\$ 21 milhões) em 1973 contra quase 430 milhões (US\$ 47 milhões) em 1975, ano em que surgiu o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc), pegando a parte principal das operações de fomento.” (Besc, s/d:29,30)

A situação do saneamento básico no estado, no início do Governo Colombo Salles, era de “grande atraso”, havia obras de esgoto apenas em Lages e Florianópolis. “A criação do PLANASA [Plano Nacional de Saneamento Básico], em 1971, pelo Governo

e à modernização das estruturas do poder político. (Berns, In: Michels, 1993: 281 a 283) A característica do governo Colombo Salles como um tecnocrata contra as oligarquias locais está presente em algumas análises sobre o período. “O período governamental de Colombo Machado Salles, ... , decorreu sob o talante de uma ditadura inclemente, cujo único aspecto positivo - mas passageiro - foi de manietar os donos das coleiras políticas que, até então, esganavam a vida pública de Santa Catarina, permitindo ao novo governador agir segundo seus planos próprios.” (Queiróz, Júlio. “Obras, a grande credencial”, in: Diário Catarinense, 25/11/93:94)

¹⁰⁵BESCOR - Besc Corretora de Seguros e Administração de Bens; BESCREDI - Besc Financeira, Crédito Financiamento e Investimentos; BESCAM - Besc Corretora de Títulos, Valores e Câmbio.

Médici, tornou prioritária a formação de Companhias de Saneamento em cada Estado”, transformando-se em uma condição exigida pelo BNH, para consecução das metas do PLANASA. A CASAN surgiu, em 1971, como imposição do PLANASA para realização de todas as metas previstas, tanto para os sistemas de abastecimento de água como para os serviços de esgotos. (Ramos, 1991:13-68)

Além dos órgãos já comentados, foram criadas duas secretarias, que tornaram-se importantes na estrutura administrativa de governo, as Secretarias da Administração e do Desenvolvimento Econômico e ainda foram criados a Procuradoria Geral do Estado, a Erusc - Empresa de Eletrificação Rural de Santa Catarina, incorporada posteriormente à Celesc e o CEAG/SC - Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. O governo de Colombo Salles foi responsável pela criação de pelo menos 20 novos órgãos públicos¹⁰⁶, representando cerca de 13% dos órgãos públicos criados nos últimos 100 anos. (*Tabela 1 e Quadro 1*)

A modernização da infra-estrutura, nos setores de comunicações, energia e transportes, somada aos financiamentos e incentivos assegurados pelo Estado às indústrias, permitiu dinamizar as atividades econômicas, principalmente a indústria de Santa Catarina.

O PCD previa, ainda, políticas para as áreas urbanas do estado, cuja estratégia era a dinamização dos centros urbanos já relativamente desenvolvidos, pólos microrregionais, que concentrassem parcelas de renda e permitissem um crescimento econômico com repercussões sociais. Nesse sentido, foram eleitos 29 centros urbanos e quatro estâncias balneárias, envolvendo cerca de 62% da população total do estado. (Diário Catarinense, 25/11/93:95) No entanto, o governo priorizou os investimentos governamentais na capital do estado, cujo objetivo era torná-la um polo urbano dinâmico, em razão das pressões exercidas pelas oligarquias locais.¹⁰⁷ Assim, Florianópolis recebeu grandes investimentos de infra-estrutura urbana como o Aterro da

¹⁰⁶Dos 20 novos órgãos públicos criados, 9 eram empresas públicas.

¹⁰⁷ Sobre a aplicação dos recursos em Florianópolis, Sugai diz que “ao justificá-las, o governador fez referências às disputas que ocorriam entre as oligarquias locais que, inclusive, estavam impedindo a aprovação do Plano Diretor”. (Sugai, 1994:115)

Baía Sul, a Ponte Colombo Salles e várias rodovias concluídas no interior da Ilha de Santa Catarina.¹⁰⁸

Em 1974, **Antônio Carlos Konder Reis**¹⁰⁹ foi indicado governador de Santa Catarina, para o período de 1975 a 1978, “pela identidade e íntima relação com a ditadura militar”, significando na realidade, um retorno das forças políticas regionais ao cenário político. (Carreirão, 1988)

O Presidente da República nesse período era o General Ernesto Geisel e a condução da política econômica brasileira baseava-se no II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND. O plano de governo de Konder Reis era “uma adequação do II PND para a realidade catarinense.” Seu governo manteve como ação prioritária a viabilidade das condições para o desenvolvimento da indústria catarinense, através de crédito, financiamentos, infra-estrutura, entre outras. (Michels, 1993: 286-288) Seu lema de governo, um velho adágio da política brasileira, expressava a importância do Estado para o desenvolvimento da economia catarinense: “Governar é encurtar distâncias”.

No governo de Konder Reis foi criada a CODESC - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, com a função de empresa *holding* de todas aquelas empresas do sistema financeiro BESC, criadas no período de governo anterior¹¹⁰. O FUNDESC transformou-se em Programa de Apoio à Capitalização de Empresas - PROCAPE. Foram criados mais 26 novos órgãos públicos, dentre esses uma

¹⁰⁸Ver Capítulo 4, sub-capítulo: “Os investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos urbanos em Florianópolis”.

¹⁰⁹Pertencia a ARENA - Aliança Renovadora Nacional.

¹¹⁰“A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC, foi criada em 1975 como um instrumento de execução da política de desenvolvimento do Governo Estadual, planejando, orientando e compatibilizando os planos e programas e concentrando todos os esforços do Sistema Financeiro Estadual para o crescimento ... de Santa Catarina” (SANTA CATARINA, s/d)

CODESC coordenou, durante um certo período, diversas empresas do sistema financeiro estadual, tais como o BESC, BADESC, BRDE, BESCREDI, BESCRI, BESCOR, BESCAM BESCVAL. “Como resultado do Sistema CODESC, surgem o fomento da produção industrial, comercial e agropecuária, o incentivo, atração e coordenação de iniciativas que visam a instalação, ampliação e reaparelhamento de indústrias, a melhoria na distribuição e comercialização da produção catarinense e a mobilização de recursos financeiros para execução de programas e projetos do setor público.” (SANTA CATARINA/CODESC, s/d)

Em meados da década de 80 a CODESC perde suas funções de “holding” do sistema financeiro, esteve em vias de ser extinta e por fim manteve-se como uma empresa viabilizadora de projetos e fomentadora do desenvolvimento econômico de Santa Catarina. Atualmente está desenvolvendo três projetos, são eles: Ferrovia do Frango, que liga a área de produção no Oeste Catarinense com o porto de São Francisco do Sul; Implantação de Regiões Metropolitanas e “Orla Norte - 2010”, um projeto de desenvolvimento do turismo para o Norte da Ilha de Santa Catarina - Florianópolis.

grande quantidade (12) de empresas públicas de desenvolvimento e pesquisa de diversos setores da economia, como a EMPASC - Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária e CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola, CODISC - Cia. de Distritos Industriais de Santa Catarina, CODOESTE - Cia. de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, a FATMA - Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente, entre outros. (*Quadro1*) A estrutura da administração direta não recebeu significativas alterações, sendo mantidas, praticamente, as mesmas 13 secretarias anteriores. Algumas das Secretarias teve suas funções ampliadas, como a Educação ficando responsável pela Cultura e a Secretaria da Agricultura passou a ser Agricultura e Abastecimento. Algumas foram extintas como a Secretaria do Governo, criada na reforma administrativa e outras foram criadas como a Secretaria da Indústria e Comércio.

Em Florianópolis, construiu-se o campus da UDESC, no bairro do Itacorubi, e um dos maiores investimentos em infra-estrutura urbana feito pelo Estado na cidade, a Via de Contorno Norte, continuação da avenida Beira-Mar Norte até a UFSC na Trindade.

Em consequência da política implantada pós-64 baseada na intensa intervenção do Estado, especialmente na economia, onde o Estado teve uma ação direta no processo produtivo, ocorreu uma grande expansão do Estado e um enorme crescimento do aparelho de Estado. Até o final da década, continuou o crescimento explosivo de todos os setores do Estado. Se tomarmos as décadas de 60 e 70 como referência, constatamos que nesse período o número de novos órgãos públicos criados foram de 41 e 51 órgãos, respectivamente, em um universo de 159 órgãos levantados. Somando os dados das duas décadas, eles representam, praticamente, 60% do total de órgãos criados desde o final do século XIX. Isso significou um crescimento extraordinário e inédito do Estado, não havendo comparação em nenhum outro momento da história catarinense e brasileira. (*Tabela 1*)

Jorge Konder Bornhausen¹¹¹ (1979 a 1982) foi o último governador indicado pelo regime militar. A escolha de seu nome também teve o apoio determinante do ministro Golberi do Couto e Silva. “Passada a tentativa realizada no começo da década de 70 pelo governo central de reduzir o poder oligárquico nos Estados, parece ter havido uma certa consideração pela correlação de forças políticas na indicação dos governadores de Santa

¹¹¹Pertencia a ARENA - Aliança Renovadora Nacional.

Catarina.” Ocorreu nesse sentido a ascensão ao poder da oligarquia Konder-Bornhausen na década de 70 e o declínio da oligarquia Ramos, força política dominante até a década de 60. (Carreirão, 1988:177)

O período de governo de Bornhausen pertencia a um outro momento político e econômico da história do país. O seu plano de governo refletia esse novo momento, apontando para uma diminuição da ação estatal na economia¹¹², já revelando os sinais da crise econômica e do estado brasileiro. Assim mesmo, as diretrizes básicas do seu plano de governo elegiam como prioridade “a agricultura, a indústria e o comércio, com destaque para o fornecimento de incentivos às agro-indústrias e aos empréstimos de apoio e concessão de estímulo especial às indústrias básicas, comunicações, energia, recursos naturais e transporte.” (Michels,1993:293)

Algumas de suas ações de governo foram a pavimentação das estradas de ligação do Pântano do Sul, Barra da Lagoa e do Sambaqui, a construção do Centro Integrado de Cultura - CIC e do Terminal Rita Maria, obras localizadas em Florianópolis. (Diário Catarinense, 25/11/1993)

Esse período de transição política brasileira, chamado de “Abertura”, iniciou um processo de declínio do Estado intervencionista e, em paralelo, ocorria o agravamento da crise econômica. O crescimento do aparelho do Estado sofre um visível declínio no governo de Jorge Bornhausen e nos governos posteriores de Espiridião Amin e Pedro Ivo Campos.¹¹³ Na década de 80 e início da década de 90, houve um crescimento de pouco menos de 10% na criação de novos órgãos públicos, um terço do crescimento da década anterior que foi de 32%, em relação ao total de órgãos levantados. (Tabela1)

¹¹²... o plano de governo de Bornhausen indicava a necessidade de uma menor intervenção do Estado”. (Michels, 1993: 293)

¹¹³Os governadores Espiridião Amin (1983-1987) e Pedro Ivo Campos/Cacildo Maldaner (1987-1991) foram eleitos por voto direto. Os mais significativos órgãos criados, nesse período, foram o Centro de Biometria Médica (dec. 19.324/83), no Governo Espiridião Amin e a criação de três secretarias: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente - SEDUMA, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e Secretaria Especial em Brasília (leis 7121/1987 e 7122/1987), no Governo Pedro Ivo Campos A PRODASC foi transformada em CIASC - Centro de Informação e Automação do Estado de SC (dec.lei 7/87) . (Quadro1)

3.6. A criação das Instituições Públicas Federais em Santa Catarina¹¹⁴

Dentre as instituições públicas federais implantadas, a partir da década de 30, na capital do Estado, certamente a Universidade Federal de Santa Catarina e a Eletrosul estão entre as mais importantes. Analisando-as, isoladamente, resultaram em um forte impacto no espaço urbano de Florianópolis, como veremos no capítulo seguinte.

Entretanto, não podemos deixar de considerar uma série de outras instituições federais que isoladamente não causaram tanto impacto no espaço urbano de Florianópolis, mas analisadas em conjunto ganharam dimensão. Principalmente, os órgãos e empresas públicas federais que foram criadas nas décadas de 60 e 70, durante o regime militar.

Na década de 40, foram construídos os prédios do Banco do Brasil¹¹⁵ localizado na Praça XV de Novembro e o Ed. IPASE¹¹⁶, localizado na Praça Pereira Oliveira, atual prédio do INSS. No final da década de 50, foram construídas as sedes do 5º Distrito Naval, no bairro da Agrônômica, da Escola de Aprendizes de Marinheiros¹¹⁷ e o prédio da Escola Técnica Federal¹¹⁸.

No entanto, foi a partir da década de 60 e mais intensamente, na década de 70, que as instituições públicas federais se fizeram mais presente no espaço urbano de Florianópolis. A política centralizadora do regime autoritário que se instalou a partir de 64, ampliou e centralizou o aparelho de estado tanto a nível federal como estadual, cujo objetivo era de possibilitar o controle das decisões. Essa concentração política e espacial de recursos financeiros ocorreu em dois níveis, na capital federal, Brasília, e nas capitais dos estados.

¹¹⁴Ver Quadro 4 sobre o levantamento dos órgãos públicos federais em Santa Catarina, 1995/1996, em anexo.

¹¹⁵Construído em 1943, foi a primeira sede do Banco do Brasil, localizado na Praça XV de novembro esquina com rua Tiradentes.

¹¹⁶Construído pelo IPASE - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos, a data provável da construção é 1945, sendo que em 1948 foi dado o "habite-se" do prédio.

¹¹⁷A Escola de Aprendizes de Marinheiros, existente desde 1857, foi construída, em 1957, no bairro de Barreiros no Município de São José, pertencente ao aglomerado urbano da Grande Florianópolis.

¹¹⁸Construído em 1959, na rua Mauro Ramos, centro.

A instância municipal perdeu poder e autonomia, principalmente financeira. Nas capitais estaduais, as sedes dos órgãos federais passaram a funcionar como braços, extensões dos órgãos centrais, na aplicação das políticas federais. Para formulação de políticas urbanas foram criados órgãos como o BNH - Banco Nacional de Habitação e o SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, com sede em Brasília. Passaram a formular e deliberar políticas para todo o território nacional, especialmente para as questões habitacionais, saneamento básico e urbanas. A eliminação da autonomia política foi obtida com a eliminação da autonomia econômico-financeira. “Criada deliberadamente a carência, os recursos são agora oferecidos sob condições.” (Serra, 1991:149)

Uma expressão dessa centralização política e administrativa pode ser conferida através do processo de constituição da Caixa Econômica Federal. A primeira iniciativa pública de criar um banco que visasse a arrecadação das poupanças dos trabalhadores ocorreu ainda no tempo do Império, com a criação da Caixa Econômica da Corte do Rio de Janeiro, pelo Imperador D. Pedro II¹¹⁹. Posteriormente, surgiram, nos Estados, várias Caixas Econômicas, autônomas entre si. Em 1969, o Governo Federal decidiu unificar as antigas Caixas Econômicas, constituindo assim a CEF - Caixa Econômica Federal¹²⁰, enquanto uma instituição financeira sob a forma de empresa pública.¹²¹ Em Santa Catarina, a Caixa Econômica Estadual de Santa Catarina foi incorporada à CEF.

Uma série de órgãos públicos, planos e programas de financiamentos foram criados pelo governo federal no sentido de centralizar e coordenar os serviços públicos e produção de infra-estrutura básica, incorporando sistemas regionais e locais que existiam, anteriormente, em todo território nacional, implicando em reformulações dos aparelhos de estado dos governos estaduais. Esse processo ocorreu, mais intensamente, entre o final da década de 60 até meados da década de 70, principalmente nos Governos Médici e Geisel.

Os órgãos ligados à previdência social sofreram profundas reformulações. Em 1966, o governo federal cria o INPS - Instituto Nacional da Previdência Nacional,

¹¹⁹Lei 1.083/1860 e Dec. lei 2.723/1861

¹²⁰Dec. lei nº 759/1969

¹²¹Informações obtidas na biblioteca da Superintendência da Caixa Econômica Federal em Florianópolis.

unificando através desse órgão vários Institutos de Previdência que existiam até então organizados por “ramos” de funcionários. No entanto alguns desses institutos continuaram existindo como o IPASE (servidores públicos) e o IABB (bancários). Em 1977, uma nova reforma estrutural conclui a unificação de todos os antigos institutos de previdência, inclusive o INPS, e cria o IAPAS, como órgão centralizador das arrecadações e distribuições de verbas e o INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.¹²²

O governo federal também assumiu o controle da produção de energia elétrica no país. Em Santa Catarina, incorporou, em 1971, através da Eletrosul, a SOTELCA - Sociedade Termoelétrica do Capivari S.A., controlando quase 100% da produção de energia elétrica no Estado como veremos mais adiante, em ponto específico.

O governo federal criou o PLANASA - Plano Nacional de Saneamento Básico, em 1971, impondo a necessidade de criação de Companhias de Saneamento nos estados. Em Santa Catarina como vimos, foi criada a Casan. O DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem¹²³, em 1969, foi reorganizado ganhando autonomia financeira, administrativa e operacional.

A TELEBRÁS - Empresa Brasileira de Telecomunicações, a partir de 1973 assumiu o controle acionário da COTESC - Companhia de Telecomunicações de Santa Catarina, empresa pública estadual e criou a TELESC, em 1974, para assumir as suas atribuições. Assim, com a EMBRATEL, criada em 1965, formou-se o sistema TELEBRÁS, centralizando e controlando todo o sistema de telecomunicações no Brasil.

Os principais órgãos do governo federal, instalados em Florianópolis, tiveram sua sedes construídas, na sua maioria, na década de 70. Foram construídas nesse período as sedes da TELESC (1976), do DNER (1978/79, 2ª sede), do Instituto de Previdência,

¹²² Posteriormente, somente no início da década de 90, a previdência sofre importantes reformulações de ordem estrutural, descentralizando a assistência médica através da criação do SUS - Sistema Unificado de Saúde. O INAMPS é transformado em Escritório de Representação do Ministério da Saúde. A centralização da arrecadação e o pagamentos dos benefícios continuaram sendo controlados por um órgão federal, em 1990, passou a denominar-se INSS - Instituto Nacional de Seguridade Nacional.

¹²³ O DNER foi criado em 1945, instala-se, em Santa Catarina, a partir de 1956.

atual INAMPS (1975), da EMBRATEL (1976), do IBAMA, antigo IBDF (1976), entre outros.¹²⁴

A criação da UFSC e a transferência da Eletrosul para Florianópolis tiveram um importante papel no contexto das transformações urbanas da cidade, por isso analisamos essas instituições em pontos específicos. Vejamos a seguir:

3.6.1. A criação da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

Na década de 50, começou-se a “idealizar” a criação de uma universidade para o Estado de Santa Catarina. No entanto, surgiram duas propostas diferentes no sentido de viabilizar a universidade. Um grupo de professores desejava uma Universidade Particular, proposta que evoluiu para uma Universidade Estadual, este grupo era liderado pelo Prof. Henrique da Silva Fontes. O outro grupo, liderado por Ferreira Lima, defendia uma Universidade Federal, pois acreditava que o governo do Estado não possuía recursos para a manutenção de uma universidade. (Ferreira Lima, 1980:51-53) A Faculdade de Direito, federalizada, em 1956 (lei 3.038/56), teria sido o germe da Universidade Federal de Santa Catarina.¹²⁵ (Ferreira Lima, 1980:22)

O Prof. Henrique Fontes obteve as primeiras vitórias nessa disputa, pois conseguiu junto ao Governo do Estado, em 1955, a aprovação da lei de criação da “Fundação Universidade Estadual de Santa Catarina”. Obteve ainda a doação de terreno, a então “Fazenda Assis Brasil”, no bairro da Trindade, para a construção do Campus da Universidade Estadual, a Cidade Universitária de Santa Catarina. A vitória obtida por Fontes junto ao Governo do Estado teria ocorrido por razões políticas, visto que o Governador Irineu Bornhausen e o Prof. Fontes pertenciam ao mesmo partido, a UDN. Por sua vez, Ferreira Lima pertencia ao PSD, partido rival da UDN, razão pela qual a idéia da Universidade Federal foi inicialmente preterida. (Barbosa, 1960)

A principal razão em defesa de uma Universidade Federal era a garantia dos recursos necessários para a sua implantação, recursos esses que o governo estadual

¹²⁴Ver Capítulo 4.

¹²⁵A Faculdade de Direito funcionava, nos altos do prédio situado à Rua Felipe Schmidt, esquina com a Praça XV de Novembro, no centro da cidade.

não dispunha. Assim, em 1960, a partir de uma nova conjuntura no Estado de Santa Catarina e contando com o apoio de Nereu Ramos¹²⁶, foi formada uma comissão suprapartidária, encabeçada pelo então governador, Heriberto Hülse, cujo objetivo era reunir-se em audiência com o presidente da República, Juscelino Kubitschek, para o pedido formal de criação da Universidade Federal de Santa Catarina, que foi aprovada pela Lei no 3.849, de 18 de dezembro de 1960. (Ferreira Lima, 1980: 51-57)

O Governo do Estado autorizou a doação dos terrenos da Fazenda “Assis Brasil”¹²⁷, na Trindade, à Universidade Federal. E tornou extinta a “Fundação Universidade de Santa Catarina”, criada em 1955, pelo então Governador Irineu Bornhausen. A Universidade foi, inicialmente, estruturada a partir das faculdades existentes na capital.¹²⁸

Foi estabelecido que a contratação de professores para a Universidade Federal deveria ser por meio de concurso público.¹²⁹ Lima, ao constatar que se incluiria neste procedimento também os professores das antigas Faculdades, encaminhou emenda para que os professores catedráticos fundadores das faculdades criadas ou em funcionamento, antes de 18 de setembro de 1946, fossem nomeados professores efetivos. Com base neste dispositivo, deu-se início ao processo de nomeação de cerca de 300 pessoas entre professores e funcionários para compor o quadro da Universidade Federal. (Ferreira Lima, 1980: 68,69,75)

Em setembro de 1961, o primeiro Conselho Universitário composto por 49 professores, elegeu para Reitor o Professor Ferreira Lima, sendo empossado como tal em 25 de outubro do mesmo ano. (Ferreira Lima, 1980: 86,87) A Universidade instalou-

¹²⁶Nereu Ramos era, então, presidente do PSD catarinense e Ministro da Justiça, o que teria contribuído, junto ao Governo Federal no encaminhamento da criação da universidade federal

¹²⁷Lei nº 2.664/61

¹²⁸ “A Universidade Federal de Santa Catarina, criada em 1960, teve seu início nos edifícios das antigas escolas particulares que incorporou, no centro da cidade.” (Peluso,1991:319) As faculdades eram: Direito (criada em 1932, federalizada em 1956), Farmácia e Odontologia (criada em 1946 e desmembrada em 1960), Ciências Econômicas (criada em 1944), Filosofia, Ciências e Letras (desde 1952) e Medicina (desde 1957), ainda, foi criada a faculdade de Engenharia, cuja expectativa era que fosse no futuro “um grande Centro Tecnológico”. O patrimônio destas faculdades, com exceção à última que não existia, foi repassado à Universidade Federal. (o patrimônio foi transferido por escritura pública passada no Cartório Stravos Kotzias) Em 1959 e 1960, respectivamente, foram fundadas as Faculdades de Serviço Social e Medicina.

¹²⁹“concurso de títulos e provas, realizados em estabelecimentos congêneres federais, designado em cada caso pela Diretoria do Ensino Superior, a esta cabendo a publicação dos editais dentro de três anos do primeiro provimento interino e até que a congregação disponha de número legal para a realização desses atos”. (Ferreira Lima, 1980: 68,69)

se, provisoriamente, no prédio da Faculdade de Direito. A partir de 1962, a sede da Reitoria instalou-se na rua Bocaiúva, na área central da cidade, e os cursos oferecidos mantiveram-se nos edifícios das antigas escolas isoladas que a Universidade incorporou, no centro da cidade, até a implantação do Campus Universitário na Trindade.¹³⁰

Os impactos urbanos gerados a partir da instalação da Universidade Federal ocorreram em dois momentos distintos. Nos primeiros 10 anos em que a universidade funcionou no centro da cidade¹³¹ e a partir da década de 70, com a implantação do Campus Universitário no bairro da Trindade.

3.6.2. A transferência da Eletrosul

As primeiras tentativas para suprir de energia elétrica os centros urbanos catarinenses datam da primeira década do século, através de iniciativas públicas e particulares. As iniciativas particulares ocorreram, principalmente, na região Norte, com destaque para os municípios de Joinville, São Francisco, e Vale do Itajaí, a partir de 1906. A iniciativa pública se lançou, em 1907, na construção da Usina Maroim, hidrelétrica situada no município de São José, visando o suprimento das instalações de luz e força para a capital catarinense. O sistema de iluminação pública a gás de Florianópolis foi substituído pelo sistema elétrico em 1910.¹³²

No início da década de 50, essa situação se manteve praticamente inalterada. A necessidade de energia no Estado de Santa Catarina era, até então, suprida por empresas de pequeno porte, que operavam sistemas isolados. Como vimos anteriormente, o governo catarinense constituiu, em 1955, a CELESC, que passou a operar como empresa *holding*, respondendo pelo planejamento do setor no estado.

¹³⁰O curso de Engenharia, que foi criado juntamente com a Universidade, se viabilizou por meio de convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para o empréstimo de professores, ainda em 1962, originando o que é hoje o Centro Tecnológico. Um dos professores cedidos, assumindo o cargo de Diretor do curso, foi o Prof. Caspar E. Stemmer, que viria a ser também Reitor da UFSC. O curso iniciou, em maio de 1962, no prédio construído, para esse fim, no terreno onde funcionava a Reitoria, na rua Bocaiúva. Funcionou neste local, até a sua transferência para o Campus da Trindade. (Ferreira Lima, 1980)

¹³¹Para se ter uma idéia do que representou a presença da Universidade Federal na cidade, Ferreira Lima afirma que nos primeiros 10 anos de sua existência, o seu orçamento foi sempre, várias vezes maior do que o da Prefeitura da Capital. (Ferreira Lima, 1980:54)

¹³²Grupo de pesquisa da Celesc, sobre a história da energia elétrica em SC.

(Eletrosul, 1993:9) Mesmo com essas iniciativas, o fornecimento de energia no estado de Santa Catarina ainda era insuficiente.

Essa situação começou a mudar apenas na década de 60 com a iniciativa do governo federal, que “representou um momento de grande importância para a consolidação de um novo padrão de desenvolvimento do setor de energia elétrica brasileiro, baseado na expansão da empresa pública e no esforço integrado de planejamento.” Com esse objetivo, foram criados o Ministério das Minas e Energia, em 1960, e a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., em 1962, conferindo um caráter irreversível à intervenção do Estado nas atividades de energia elétrica no Brasil e criando um sistema nacional, integrando as empresas regionais de fornecimento de energia. (Eletrosul, 1993:6)

Em 23 de dezembro de 1968 foi constituída a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - Eletrosul. A empresa foi criada numa conjuntura marcada por acelerado crescimento econômico, o chamado “milagre brasileiro”. Em 1973, a economia cresceu 11,4%, taxa jamais registrada na história do país. O desempenho do setor de energia elétrica durante esse período foi caracterizado por um intenso surto de expansão. (Eletrosul, 1993:13)

A Eletrosul foi constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, com sede em Brasília e escritório central no Rio de Janeiro. A empresa tinha por objetivo realizar estudos e projetos, construir e operar usinas produtoras e linhas de transmissão de energia elétrica na região Sul¹³³, integrando seu sistema ao resto do país. (Eletrosul, 1993:13) Atualmente a Eletrosul responde por 95,9% da produção de energia elétrica para Santa Catarina.¹³⁴

Em meados da década de 70, o Ministério das Minas e Energia determinou que as sedes das subsidiárias da Eletrobrás fossem localizadas nas respectivas áreas de atuação, consequência da política do governo federal de descentralização dos órgãos.

¹³³“Sua área de atuação correspondia aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.”(Eletrosul, 1993:13)

¹³⁴Para O Rio Grande do Sul a empresa responde por 71,3%; Paraná, 37,5% e Mato Grosso do sul responde por 85,7%. (Dados da Eletrosul)

Assim, a Eletrosul iniciou o processo de mudança no primeiro semestre de 1975 e em abril de 1977 já estava funcionando integralmente em Florianópolis.¹³⁵ (Eletrosul,1993:23)

Segundo Marcondes de Matos, “houve uma grande mobilização dos três estados para sediar a empresa, [era a] maior empresa federal, nenhum outro órgão público federal tinha a importância da Eletrosul, não apenas pela ocupação de mão-de-obra, pelos investimentos, mas pelo aspecto político das decisões que seriam tomadas pela empresa, existe uma influência do local na tomada de decisão, por mais imparcial que se queira ser.”

Em paralelo à disputa política, já com o indicativo de transferir a Eletrosul para Florianópolis, foi feita uma pesquisa para verificar a aceitação, pelos funcionários a serem transferidos, da cidade de Florianópolis para sediar a empresa. Foi feito, ainda, um levantamento da infra-estrutura que Florianópolis dispunha para atender a nova demanda. O resultado da pesquisa revelou preferência dos funcionários por Florianópolis.¹³⁶ Essa preferência, entre outras razões, teria ocorrido em função das semelhanças físico-ambientais de Florianópolis com o Rio de Janeiro, como a ligação com o mar e a existência de praias. A questão da melhor qualidade de vida pesou sobre outros aspectos no processo de escolha da cidade-sede. Curitiba e Porto Alegre já eram grandes cidades e dispunham de uma maior infra-estrutura, no entanto Florianópolis era uma “cidade tranquila”, onde a qualidade de vida compensaria as suas deficiências em termos de infra-estrutura e serviços urbanos.¹³⁷

Essa pesquisa, cujo resultado indicava a preferência dos funcionários a serem transferidos pela cidade Florianópolis, teria servido para consolidar uma decisão de

¹³⁵A transferência da sede e do escritório central da Eletrosul de Brasília e do Rio de Janeiro para Florianópolis também foi uma consequência do aumento da demanda por energia elétrica, sendo, a transferência, caracterizada como o “evento de maior destaque nesses anos no plano administrativo”. (Eletrosul,1993:23)

¹³⁶“Eu fiquei encarregado pela diretoria da Eletrosul de coordenar a montagem de um documento que fosse levado ao Ministério das Minas e Energia e ao Presidente da República sobre o processo de transferência. Então, fizemos pesquisas entre os funcionários, para sentir o que eles gostariam, fizemos um levantamento completo de toda a infra-estrutura, escolas, universidades, ... , terrenos para moradia. Eu coordenei este documento que foi finalmente submetido a decisão superior, aí nós concluímos por Florianópolis, e o Presidente da República acabou decidindo que a Eletrosul viria para Florianópolis.” Matos acrescenta que o “aspecto geográfico e a qualidade de vida foram os dois fatores mais importantes”. Nesse sentido, segundo Matos, teria sido a pesquisa entre os funcionários que determinou a vinda para Florianópolis. Entrevista com Sr. Marcondes de Matos, em 21 de agosto de 1995. Marcondes de Matos foi Diretor Financeiro da Eletrosul, e um dos principais articuladores do processo de transferência da empresa para o sul do país.

¹³⁷Entrevista com Sr. João Carlos Carneiro Bressane, funcionário da Eletrosul, tendo participado da equipe de trabalho responsável para viabilizar a transferência da Eletrosul para Florianópolis.

ordem política, na qual Santa Catarina e especificamente a sua capital foram os escolhidos para sediar a Eletrosul.

Com a decisão tomada, a empresa forneceu viagens a Florianópolis para os funcionários e suas famílias que seriam transferidos. Com duração de uma semana, a viagem tinha o objetivo de possibilitar o reconhecimento da cidade e viabilizar moradia. Em 1975, veio do Rio de Janeiro o primeiro grupo¹³⁸ constituído de seis funcionários da Eletrosul, cuja tarefa era de viabilizar a transferência da empresa para Florianópolis. Em julho do mesmo ano, foram criados dois departamentos, com a transferência de 40 funcionários vindos de Porto Alegre. Os funcionários transferidos do Rio de Janeiro vieram em três etapas, janeiro e julho de 1976 e janeiro de 1977.¹³⁹

Tabela 2: Funcionários da Eletrosul por período de contratação:

período	nº absoluto	%
Antes de 1975	313	9.40
1976 - 80	1.337	39.90
1981 - 85	466	13.90
1986 - 91	1.234	36.80
<i>total</i>	3.350	100

fonte dados brutos: Eletrosul

No período em que a Eletrosul se instalou em Florianópolis, entre 1976 a 1980, a empresa contratou quase 40% do seu quadro atual.¹⁴⁰ Constatou-se que além de receber os funcionários transferidos, Florianópolis recebeu um considerável aumento da oferta de trabalho, pois o quadro de funcionários para a sede administrativa da Eletrosul foi preenchido com pessoal local. A oferta de trabalho foi sendo ampliada, nos anos seguintes, a partir das aposentadorias. Justamente por isso, ressaltamos que os dados anteriores a 1975 não refletem o número real de funcionários transferidos, já que muitos desses se aposentaram.

¹³⁸GTT- Grupo Trabalho Transferência

¹³⁹Para facilitar a vinda das famílias foi feito um cronograma de viagens de reconhecimento da cidade viabilizadas pela Eletrosul e concluiu com as transferências a partir das férias escolares: em janeiro e julho de 1976; janeiro e julho de 1977.

¹⁴⁰Esse número representa todas as contratações da Eletrosul no Estado de Santa Catarina e fora dele.

3.7. O crescimento dos servidores públicos estaduais e federais.¹⁴¹

Uma das consequências da política de governo de ampliação e centralização das funções do Estado, nas décadas de 60 e 70, foi o aumento do número de órgãos públicos, tanto estaduais como federais. A expressão espacial desse processo em Florianópolis, cidade com as funções de capital do Estado de Santa Catarina, ocorreu principalmente de duas formas. A primeira foi através das construções das sedes centrais dos órgãos públicos, que influenciaram diretamente na organização espacial da cidade.¹⁴² A outra manifestação espacial ocorreu pelo aumento do número de servidores públicos estaduais e federais, que implicou em vários processos urbanos, como aumento da população da cidade, expansão da malha urbana e ainda, dinamização da economia urbana, entre outros.

Para verificar a influência da expansão do aparelho do Estado no espaço urbano de Florianópolis a partir do aumento do número de servidores públicos, adotamos para a análise somente os funcionários públicos lotados nas sedes centrais dos órgãos públicos estaduais e federais, localizadas em Florianópolis, exclusivamente pelo fato de esta ser a capital do Estado de Santa Catarina. Esses funcionários exercem funções de administração ou pesquisa¹⁴³, comumente denominadas atividades “meio”. Essas funções estão em sua maioria concentradas na capital do Estado e são distintas daquelas funções denominadas “fim”, cujo objetivo é o atendimento direto à população através dos serviços de saúde, educação, segurança, entre outros. Pelas características dessas funções, os funcionários que prestam esses serviços estão distribuídos pelo território catarinense, inclusive na capital, mas no entanto não foram incluídos nessa análise.

¹⁴¹Não foi possível obter registros completos e sistematizados sobre o número de funcionários públicos estaduais e federais anteriores à 1995/96, com exceção à 1973 (somente para a administração direta). Não houve qualquer preocupação dos governos estaduais em sistematizar essa informação e nem mesmo o Arquivo Público Estadual dispõe dessas informações. Portanto, a análise sobre o crescimento do número de servidores públicos estaduais e federais ficou de certa forma prejudicada pela ausência de informações que possibilitassem uma reconstituição temporal desse crescimento. Na ausência de outros dados, utilizamos as informações sobre a data de criação dos órgãos públicos, possibilitando assim verificar os períodos de maior crescimento do número de servidores públicos.

¹⁴²Este ponto será abordado no Capítulo 4.

¹⁴³Foi incluído na pesquisa as atividades ligadas ao ensino superior que estão localizadas em Florianópolis, como a UDESC e UFSC.

3.7.1. Administração estadual

A estrutura administrativa de governo do Estado de Santa Catarina passou por duas importantes reorganizações, implicando em aumento dos órgãos públicos. A primeira grande reestruturação administrativa ocorreu no governo de Celso Ramos (1961-1964), com a aplicação do PLAMEG. A segunda, foi a Reforma Administrativa de 1970, no final do governo de Ivo Silveira, implantada no Governo de Colombo Salles.¹⁴⁴ Uma das consequências da ampliação das funções e da estrutura do Estado foi o enorme crescimento do número de funcionários públicos.

A situação do quadro de servidores públicos estaduais em 1995/1996 foi verificada através de um levantamento das informações junto aos órgãos da administração direta e indireta. Os quadros de número 6,7 e 8, em anexo, mostram os números de servidores públicos discriminados por órgãos. A tabela 3 constitui-se em resumo desse levantamento.

Assim, foi levantado um total de 101.202 servidores públicos estaduais em Santa Catarina, sendo que desse total 76.172, ou seja, cerca de 75% dos servidores pertencem aos órgãos da administração direta, quase 23%¹⁴⁵ pertencem aos órgãos da administração indireta e um pouco mais de 2% do total de servidores públicos estaduais pertencem aos poderes legislativo e judiciário e ao Tribunal de Contas. (*Tabela 3*) Portanto, podemos constatar o enorme peso da estrutura da administração direta, que reúne sobre sua direção órgãos que prestam serviços à população, as chamadas atividades “fim”, como educação, saúde e segurança.

O número total de servidores estaduais lotados nas sedes dos órgãos públicos localizadas em Florianópolis é de 12.553 servidores, portanto 12,40% do total de servidores estaduais. Desse total 55% são constituídos por funcionários da administração indireta (38,32% pertencem às empresas governamentais). A administração direta constitui 25% e os poderes Legislativo e Judiciário correspondem a 17,41% do número total de servidores estaduais lotados nas sedes dos órgãos públicos localizadas em Florianópolis. (*Tabela 3*)

¹⁴⁴Os órgãos públicos do poder executivo do governo estadual de Santa Catarina foram organizados em administração direta e indireta. As Secretarias de Estado tornaram-se parte da administração direta. As fundações, autarquias e empresas tornaram-se parte da administração indireta.

Tabela 3: Servidores públicos estaduais ativos em Santa Catarina e em Florianópolis*, por grupos de órgãos, em 1995/96:

órgãos	em SC	%	em Florianópolis	%
Administração Direta-AD	76.172	75,26	3.125	24,89
Autarquias-AUT	2.856	2,82	1.202	9,57
Fundações-FUD	1.655	1,63	907	7,22
Empresas-EMP	18.333	18,11	4.810	38,32
Legislativo, Judiciário e Tribunal de Contas	2.186	2,16	2.186	17,41
outros**	-	-	323	2,57
<i>total</i>	101.202	100	12.553	100

Fonte: Dados dos respectivos órgãos, em 1995/96

Pensões especiais: 8.708 e Inativos: 30.953 (dados da Secretaria da Administração do Estado de Santa Catarina, 1995)

* Estão computados apenas aqueles servidores públicos lotados nas sedes centrais dos órgãos públicos estaduais e federais, localizadas em Florianópolis.

** Servidores lotados em órgãos que estão localizados em Florianópolis, cuja função não é administrativa, mas prestam um serviço de âmbito estadual. Ver quadro 9

Assim, o peso da administração indireta na composição do quadro de servidores localizados em Florianópolis é reforçado pelo fato de que cerca de 70% dos órgãos da administração indireta foram criados entre 1960 e 1979. (Tabela 5) Se considerarmos apenas as empresas governamentais, o índice sobe para 80%, ou seja, de um total de 15 empresas governamentais 3 foram criadas na década de 60 e 9 na década de 70. (Quadro 7)

Em 1973, o número de funcionários na administração direta do governo estadual era de 39.794 pessoas¹⁴⁶, sendo que cerca de 85%¹⁴⁷ desse total constituía-se de pessoal ligado à Secretaria da Educação, ou seja, em sua maioria professores. Portanto, tinha-se um universo de cerca de 6.548 funcionários públicos estaduais nas demais secretarias, para todo o Estado de Santa Catarina. (ver Tabela 4 e Quadro 5)

¹⁴⁵ autarquias: 2,82%, fundações: 1,63% e empresas: 18,11%

¹⁴⁶ Os números obtidos se referem apenas aos órgãos da administração direta. Não foi possível verificar se esse número era o universo total de funcionários na administração estadual.

¹⁴⁷ n° absoluto: 33.246 servidores

Tabela 4: Servidores públicos estaduais na Administração Direta, dados comparativos de 1973 e 1995/1996.

nº de servidores	1973	%	1995/96	%
Secretaria da Educação	33.246	83,54	43.918	57,65
Outras secretarias	6.548	16,45	32.254	42,35
<i>total na Administração Direta</i>	39.794	100	76.172	100

fonte: Quadros 5 e 6.

Em 1995/1996, o número total de funcionários referente à administração direta era cerca de 76.172 servidores, 58% desse total constituía-se de servidores da Secretaria da Educação, ou seja, 43.918 servidores em sua grande maioria professores. Os 42% restantes, que somam 32.254 servidores, pertenciam as demais secretarias. Comparando os dados de 1973 e 1995/96, constatamos, pelos números absolutos, que o quadro de professores teve um crescimento pequeno no decorrer desses 22 anos e até piorou, considerando que do número total de servidores da Secretaria da Educação, em 1995/1996, 21.428 são contratados em caráter de contrato temporário, apenas 19.478 são servidores efetivos.

Assim, comparando os dados relativos aos servidores nas Secretarias de Estado, excluindo os da Secretaria de Educação, entre os anos de 1973 e 1995/96, verificamos um aumento de 25.706 funcionários, em números absolutos, na administração direta nos últimos 22 anos¹⁴⁸. O crescimento, portanto, em 1995/96, foi de 5 vezes o total de funcionários existente em 1973. (Tabelas 3 e 4)

¹⁴⁸Esse crescimento ocorreu principalmente, na década de 70 e 80, esse número poderia ser ainda maior, pois, nos anos 90, houve uma diminuição das contratações, resultado da crise do Estado e da política de redução do Estado.

Tabela 5: Órgãos públicos da Administração Indireta (autarquias, fundações e empresas), em 1995/96, por período de criação:

Período	número de órgãos	%
Até 1929	2	7,70
1930 a 1949	1	3,85
1950 a 1959	3	11,54
1960 a 1969	6	23,07
1970 a 1979	12	46,15
1980 a 1983	2	7,69
<i>Total</i>	26	100

fonte: Quadro 7

Para verificar o crescimento do número de servidores públicos estaduais da administração indireta utilizamos, para efeito de comparação, além do levantamento de 1995/1996, os dados sobre o período de criação dos órgãos em questão. Assim, constatamos que 46% dos órgãos da Administração Indireta foram criados na década de 70, principalmente nos anos de 1975/76. (Tabela 5)

Se tomarmos como referência as décadas de 60 e 70, verificamos que, nesse período, foram criados quase 70% dos órgãos públicos da administração indireta. (Tabela 5 e Quadro 7) Além disso, algumas das empresas públicas que surgiram antes de 1964, tiveram no período militar seu maior crescimento, como foi o caso da ACARESC, criada em 1957 e do BESC, criado em 1961. (Quadro 10 e 11) A partir da análise da tabela 6, podemos constatar que quase 60% do número de empregos oferecidos pelo governo estadual em Santa Catarina surgiram a partir das décadas de 60 e 70. Se incluirmos a década de 50, que contém os dados da Celesc, esse índice sobe para quase 90%. (Tabela 6)

Tabela 6: Servidores públicos estaduais da administração indireta, em 1995/96, por período de criação do órgão:

período	nº de servidores		nº de servidores	
	em SC	%	em Florianópolis	%
até 1929	203	0,90	184	2,67
1930 a 1949	1.728	7,56	385	5,59
1950 a 1959	7.557	33,08	1.555	22,56
1960 a 1969	7.800	34,14	2.517	36,52
1970 a 1979	5.185	22,70	1.990	28,87
1980 a 1993	344	1,50	261	3,79
desconhecido	27	0,12	-	-
<i>total</i>	22.844	100	6.892	100

fonte: Quadro 12

3.7.2. Administração federal

A estrutura administrativa do Governo Federal em Santa Catarina concentrou-se especialmente na sua capital, Florianópolis. Como veremos a seguir essa estrutura governamental cresceu, extraordinariamente, no período político brasileiro governado pelo regime militar.

O total de servidores públicos federais levantados em Santa Catarina, em 1995/1996, é de 19.316 e, desse número, 8.980 servidores estão localizados em Florianópolis. Significa que 45% do total de servidores federais em Santa Catarina estão concentrados em Florianópolis (*Quadro 12*).

Foram levantados cerca de 33 órgãos públicos federais em Santa Catarina com sede em Florianópolis. A partir da tabela 8, podemos verificar que o período em que mais se criou órgãos públicos federais foi o período de governo militar, pelo menos 27% dos órgãos foram criados entre 1964 a 1984. Isso porque não foi possível verificar o período de criação de cerca de 39,39% dos órgãos levantados. (*Tabela 7*) Não considerando aqueles órgãos cuja data de criação é desconhecida, temos cerca de 45% dos órgãos criados entre 1960 e 1979.

Tabela 7: Órgãos públicos federais, em 1995/96, por período de criação:

período	número de órgãos	%
antes de 1929	2	6,06
1930 a 1949	4	12,12
1950 a 1959	1	3,03
1960 a 1969	4	12,12
1970 a 1979	5	15,15
1980 a 1993	3	9,09
desconhecido	13	39,39
<i>total</i>	33	100

fonte:Quadro 12

Para verificar o crescimento do número de servidores públicos federais, utilizamos para efeito de comparação, além do levantamento feito em 1995/1996, os dados sobre o período de criação dos órgãos em questão. Assim verificamos, segundo a tabela 8, que cerca de 74% do total de empregos oferecidos pelos órgãos federais em Santa Catarina, em 1995/1996, surgiram a partir das décadas de 60 e 70. Em Florianópolis esse índice é ainda maior, porque cerca de 90% das vagas oferecidas ocorreram a partir das décadas de 60 e 70.

Tabela 8: Servidores públicos federais em 1995/96, por período de criação dos órgãos*:

período	nº de servidores		nº de servidores em	
	em SC	%	Florianópolis	%
até 1929	3291	17,03	99	1,10
1930 a 1949	539	2,79	256	2,85
1950 a 1959	0	0,00	0	0,00
1960 a 1969	8.052	41,68	5555	61,85
1970 a 1979	6.335	32,79	2463	27,42
1980 a 1993	72	0,37	72	0,80
desconhecido	1027	5,31	535	5,95
<i>total</i>	19.316	100	8.980	100

fonte: Quadro 12

* A abrangência desse levantamento é de 23 órgãos pesquisados sobre um total de 33 órgãos federais constatados.

A extraordinária expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 pode ser verificada, também, analisando-se o caso individual de um órgão como a TELESC, um importante órgão federal, criado em 1974. Em 1969, quando ainda era Cotesc, órgão estadual,

posteriormente, incorporado pela TELESC, tinha 749 funcionários. Em 1976, dois anos após a criação da empresa o número de servidores públicos era de 1611, portanto houve um crescimento de 115%, enquanto que nos outros períodos o crescimento foi bem menor. (Tabela 9)

Tabela 9: Número de servidores da TELESC:

Ano	número de servidores	crescimento
1969	749	
1976	1611	115,00%
1980	1639	1,73%
1985	1898	15,80%
1990	1993	5,00%
1996	2326	16,70%

fonte: TELESC, 1996.

A enorme expansão do Estado, nas décadas de 60 e principalmente 70, refletiu significativamente sobre o crescimento do número de servidores públicos estaduais e federais em Santa Catarina e em Florianópolis, com repercussões no seu espaço urbano.

As localizações do aparelho de Estado no espaço urbano de Florianópolis

A função urbana de centro de gestão exercida por Florianópolis, enquanto capital do Estado de Santa Catarina, ganhou uma dimensão maior dentro do seu contexto urbano, principalmente pela cidade não ter desenvolvido outras funções urbanas de forma expressiva. Assim, a ação do Estado enquanto produtor e consumidor de espaço ganhou uma importância significativa no espaço urbano de Florianópolis.

Nesse sentido, a materialização do Estado, através da localização das sedes dos órgãos públicos no espaço urbano de Florianópolis, influenciou na sua organização espacial. Ao nível mais geral, a Ilha foi o lugar privilegiado para a instalação das sedes dos principais órgãos públicos, principalmente aqueles de importância do ponto de vista econômico. Essa opção pela Ilha ocorreu em contraposição ao continente, que se consolidou e expandiu como opção de moradia para as classes média e baixa. Praticamente todas as sedes dos principais órgãos do governo estadual e federal foram localizadas na parte insular, com algumas exceções como a sede da COHAB-SC, localizada no Estreito. No lado continental da cidade foram localizados, ainda, alguns setores dos órgãos públicos, como os almoxarifados. Esses setores, geralmente, por necessitar de áreas mais amplas e por não lidar com o público diretamente, foram instalados em lugares mais distantes e menos valorizados em relação às áreas mais centrais da cidade.

A localização das sedes dos órgãos públicos federais e estaduais ocorreu basicamente de duas formas. Na primeira forma, predominante desde o período colonial até o final da década de 60 desse século, constatamos uma concentração dos aparelhos de Estado nas proximidades da praça XV de Novembro. A partir da década de 60 e, principalmente, a partir da década de 70, a localização das sedes administrativas dos órgãos públicos adquiriu o papel de frente de expansão do espaço urbano de Florianópolis.

A política local implantada, principalmente, a partir do Governo de Irineu Bornhausen, ainda incipiente, na década de 50 e do Governo de Celso Ramos, no início da década de 60, somada à política centralizadora implantada pelo regime militar, a partir de 1964, resultaram no surgimento de novas funções do Estado. Como consequência, são criadas novas instituições públicas, que visaram principalmente promover a modernização da produção industrial e agrícola, criando as condições para o desenvolvimento da indústria brasileira e catarinense. A política instaurada pelo regime autoritário concentrou os aparelhos de Estado na capital federal e nas capitais dos estados, com repercussões na organização do espaço urbano das cidades brasileiras, em especial Florianópolis, pois, como vimos anteriormente, a função urbana de administração pública se sobrepôs a todas as outras, pelo menos até a década de 80, quando o turismo, entre outras atividades, surgiu como uma alternativa econômica para o município.

Assim, principalmente na década de 70, ocorreu uma extraordinária expansão do Estado, expressão de uma conjuntura nacional onde houve a disponibilidade de muitos recursos financeiros e, conseqüentemente, ocorreu uma ampliação geral de todo o aparelho estatal. Em especial, destacamos a construção de sedes administrativas para os órgãos públicos. Em Florianópolis, a expansão do aparelho de Estado, nas décadas de 60 e 70, causou um grande impacto no seu espaço urbano. Pois, como vimos, nas décadas anteriores a cidade viveu um período de estagnação, principalmente econômica. Com a decadência do porto e do comércio, nas primeiras décadas do século XX, Florianópolis entrou em um período de declínio econômico, dependendo quase exclusivamente, desde a década de 30, da função urbana de sede de governo.

O impacto causado no espaço urbano de Florianópolis pode ser verificado, entre outros fatores, a partir do crescimento de pessoal empregado na administração pública e através do aumento das sedes administrativas. Nunca antes construiu-se tanto em tão pouco tempo. Esse período, o do “milagre brasileiro”, encerrou-se no início da década de 80, com o crescimento da crise nacional.

Através das localizações das sedes dos órgãos públicos, novas áreas são incorporadas ao espaço urbano da cidade, como a área das imediações da Praça

Cívica¹⁴⁹, concebida sob influência do urbanismo moderno, para exercer as funções de centro administrativo do Estado. As áreas da Trindade, Itacorubi e adjacências, praticamente rurais até a década de 60, com a localização de importantes instituições públicas, como as universidades federal e estadual e as empresas públicas estaduais, tornaram-se áreas de expansão urbana, constituindo-se hoje em importantes bairros da cidade.

As localizações do aparelho de Estado influenciaram no processo de valorização fundiária/imobiliária, incorporando nesse processo, a partir da década de 70, as áreas da Trindade e arredores. Tal processo foi reforçado, nesse mesmo período, com a implantação de significativos investimentos urbanos promovidos pelo Estado.

4.1. A centralidade política da praça XV de Novembro

A cidade pré-industrial brasileira possuía uma distribuição espacial das instituições urbanas, estabelecida desde o início da colonização, com base nos modelos da península Ibérica. Assim, as principais instituições desse período, Igreja e Estado, ocupavam a praça central, ponto de origem dos núcleos urbanos no período colonial. As atividades do comércio, finanças e manufatura localizavam-se à sua volta, no centro, e as moradia circundavam essa área, formando os bairros residenciais. A heterogeneidade das funções, atividades e instituições era uma característica da organização do espaço urbano presente em todas as áreas da cidade. (Holston, 1993:151)

A praça XV de Novembro no centro histórico de Florianópolis, sendo a expressão desse modelo, como praça central, desde a colonização foi um dos elementos estruturadores na formação do espaço urbano. Na praça central da Vila de N.S. do Desterro foi construída a Igreja Matriz e ao longo de suas laterais foram construídos os prédios públicos.

Esta praça, desde os primórdios, teve um traçado irregular, ao contrário das orientações das Provisões Régias. “Sua forma trapezoidal traz ainda na face Norte, a igreja; na Oeste, o Palácio dos Governadores, e na face este, a Câmara. Esta praça não

¹⁴⁹Denominada inicialmente Praça da Bandeira, atual Praça Tancredo Neves.

ocupa posição central, mas se acha mais deslocada para Leste, de modo que a parte Oeste da cidade era a mais extensa.” (Veiga,1993:55)

A centralidade, exercida pela praça da pequena vila de Desterro, nos séculos VXIII e XIX, manteve sua força até a década de 60 deste século. Durante esse longo período, ali estiveram localizadas as principais sedes do aparelho do Estado Colonial, Imperial e posteriormente, Republicano.

No período colonial, foi construída, junto à Praça, a Casa do Governo da Capitania de Santa Catarina (c.1765), obra iniciada por Silva Paes, sendo uma das primeiras ações do poder público na vila. O prédio permaneceu sede de governo no período colonial até a República.¹⁵⁰ (Mapa 5)

Do outro lado da praça central, foi construída a Casa de Câmara e Cadeia, entre o ano de 1771 e 1780. Construção característica do período colonial, onde funcionava a sede do governo local ou municipal, exercido por um Conselho ou Câmara. O edifício servia, também, às funções de prisão. No século XIX, recebeu outras funções públicas, “foi utilizado como sede de Varas Judiciárias, do Tribunal do Júri, do Tribunal de Justiça¹⁵¹, do Paço da Assembléia Legislativa Provincial¹⁵² e do Senado.” As funções de cadeia pública ainda permaneceram no antigo prédio até o início do ano de 1930, quando foi inaugurada a Penitenciária do Estado. A partir de então, o prédio da Câmara e Cadeia passou a servir apenas às finalidades da Câmara Municipal, função que ainda exerce atualmente. (Veiga,1993:193-195) (Mapa 5)

¹⁵⁰Foi construído segundo os padrões arquitetônicos da colonização portuguesa e reformado totalmente, em 1898, no governo de Hercílio Luz, ganhando sua forma atual, sobrecarregada de elementos decorativos. “Com a conclusão das obras, em 1898, o edifício passou a abrigar, além das funções da sede principal do governo, as da Secretaria do mesmo nome, a Inspeção de higiene, a Diretoria Geral da Instrução Pública e a Junta Comercial.” (Veiga,1993:191-192)

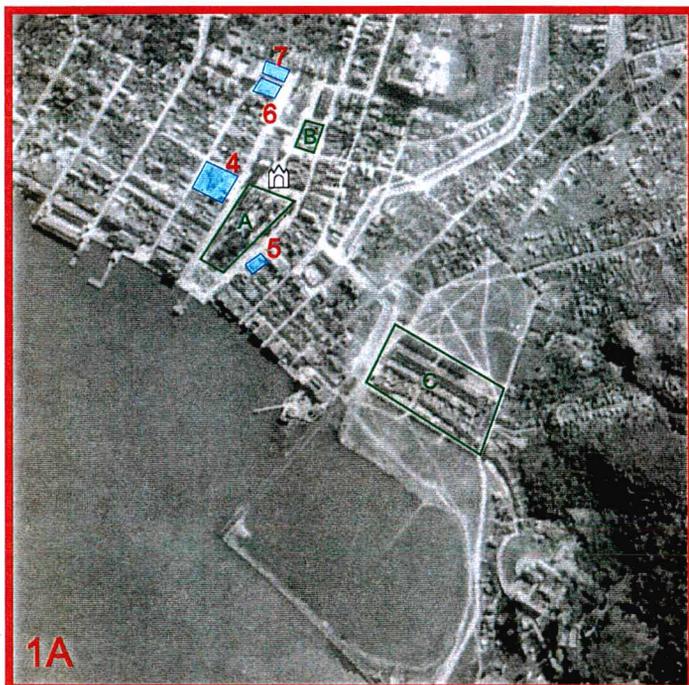
O prédio manteve as funções de sede de governo do Estado de Santa Catarina até 1983, quando foram transferidas para o edifício situado na praça Cívica /Tancredo Neves. A partir de então, o antigo palácio recebeu o nome de Palácio Cruz e Souza e passou a abrigar o Museu Histórico de Santa Catarina.

¹⁵¹A primeira sede onde instalou-se o Superior Tribunal de Justiça foi a Casa de Câmara e Cadeia, e ali funcionou no período de 1891 a 1908. A instalação do Superior Tribunal de Justiça ocorreu pela primeira vez em outubro de 1891. “O rígido centralismo da Carta do Império não permitiu tivessem as províncias a iniciativa da criação de Relações locais, e assim a Província de Santa Catarina, colocada em segundo plano em assunto de tanto relevo para seus habitantes, permaneceu até o começo da República jurisdicionada à Relação de Porto Alegre que, ... apresentava o inconveniente da distância, maior em vista da precariedade dos meios de transportes e comunicações.” (Medeiros, 1981: XXV, XXXVIII a XLII)

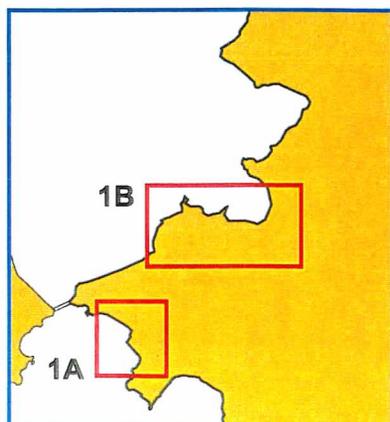
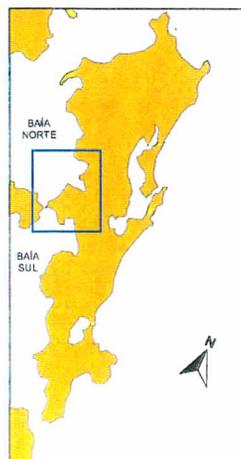
¹⁵²A Assembléia Legislativa Provincial permaneceu nesse local até 1880, quando foi transferida para prédio localizado na Rua Tenente Silveira esquina com Rua Jerônimo Coelho, onde permaneceu durante o período de 1880 a 1908.

No final do século XIX, com a implantação da República, a praça XV de Novembro manteve a centralidade exercida enquanto lugar de sede do poder. No entanto, com a ampliação das funções do Estado a partir da criação da República, ocorreu uma ampliação dos suportes físicos necessários ao estabelecimento do novo governo.

LOCALIZAÇÃO DO APARELHO DE ESTADO NO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS ATÉ 1938



Base Cartográfica: SEPLAN, Levantamento Aerofotogramétrico 1938



LEGENDA

1. Cemitério (Itacorubi) (1925)
2. Penitenciária (Agronômica) (1926)
3. Abrigo de Menores (Agronômica)
4. Palácio do Governo
(atual Museu Cruz e Souza)
5. Casa de Câmara e Cadeia (Câmara Municipal)
6. Palácio do Congresso Representativo do Estado (1910-1956)
7. Palácio da Justiça (1929-1968)

 Igreja Matriz

- A Praça XV de Novembro
- B Praça Pereira Oliveira
- C Praça Cívica (atual Praça Tancredo Neves)

A Assembléia Legislativa, em 1910, ganha uma nova sede, o “Palácio do Congresso Representativo do Estado¹⁵³”, situando-se na Praça Pereira Oliveira. (Piazza, 1984) Ao lado desse, em 1929, foi instalado o “Palácio da Justiça”, em prédio reformado, onde antes havia funcionado, por muito tempo, o “Liceu de Artes e Ofícios”. O “Palácio da Justiça” permaneceu nesse prédio até 1968.¹⁵⁴ (Medeiros, 1981:XLII - LV) (*Mapa 5*)

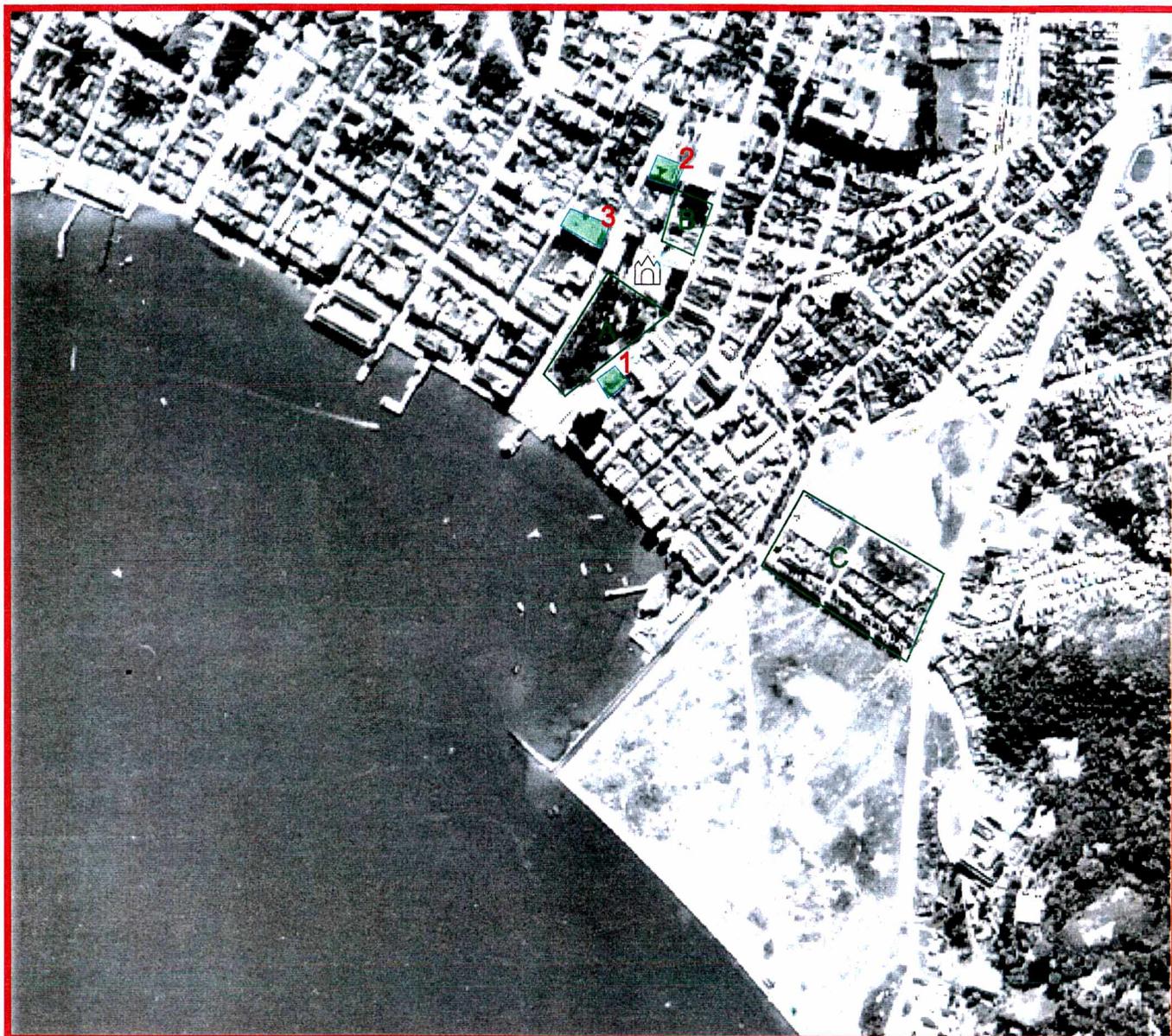
No final da década de 40, foi construído o prédio do IPASE - Instituto Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, atual INSS, situado na Praça Pereira Oliveira. A construção desse edifício reflete uma nova conjuntura política nacional, iniciada a partir de 1930, onde a assistência social torna-se uma importante função do Estado. Foi o terceiro edifício importante construído posterior à 1930, anterior a ele havia sido construído o edifício do Hotel La Porta de 4 andares, em 1932, e o edifício-sede do Banco do Brasil, com 2 pavimentos, em 1943, ambos localizados na Praça XV de Novembro. (Pereira, 1974:56) (*Mapa 6*)

Nas décadas de 50 e 60, o Governo Estadual construiu o Edifício das Secretarias (1951/56) (*Mapa 6*), o Edifício das Diretorias (1961), localizados na rua Tenente Silveira, e o edifício-sede do BDE - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (1962), atual BESC, na praça XV de Novembro. As formas desses edifícios marcam o início da verticalização do centro urbano de Florianópolis. Até a década de 60, esses foram os principais prédios públicos no espaço urbano de Florianópolis, ainda sob uma forte centralidade exercida pela Praça XV de novembro. (*Mapa 7*)

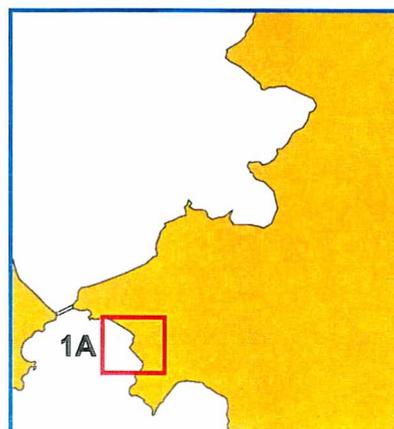
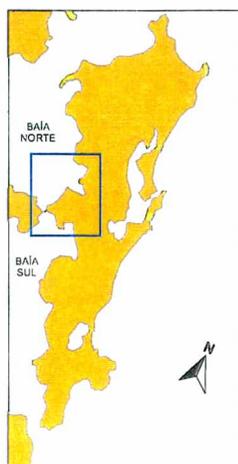
¹⁵³“Edifício de dois pavimentos, construído em estilo neoclássico...” (Veiga, 1991:260) , onde hoje está localizado o prédio da agência da TELESC - Empresa Telefônica Catarinense, foi totalmente destruído por um incêndio em 1956.

¹⁵⁴Instalou-se, anteriormente, no mesmo prédio onde havia funcionado a Assembléia Legislativa Provincial, localizado na Rua Tenente Silveira, durante o período de 1908 a 1929. (demolido)

LOCALIZAÇÃO DO APARELHO DE ESTADO NO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS ENTRE 1938 E 1957



Base Cartográfica: SEPLAN, Levantamento Aerofotogramétrico 1957



LEGENDA

1. Primeira Sede do Banco do Brasil (1938)
2. INSS (1948)
3. Edifício das Secretarias (1951-56)

 Igreja Matriz

- A Praça XV de Novembro
- B Praça Pereira Oliveira
- C Praça Cívica (atual Praça Tancredo Neves)

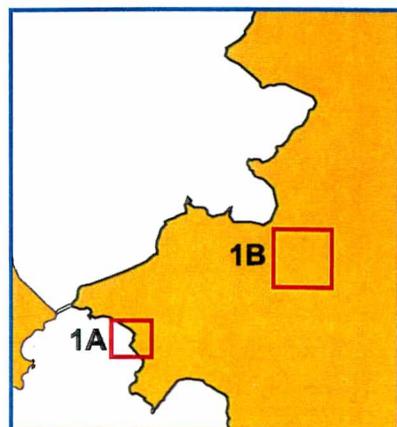
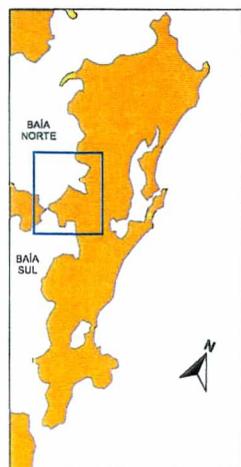
LOCALIZAÇÃO DO APARELHO DE ESTADO NO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS ENTRE 1957 E 1969



LEGENDA

1. Edifício das Diretorias (1961)
2. BESC (1962)
3. DNER (Primeira Sede) (1962-63)
4. CETRE - ACARESC/EPAGRI (1961-64)

Base Cartográfica: SEPLAN, Levantamento Aerofotogramétrico 1969



 Igreja Matriz

A Praça XV de Novembro

B Praça Pereira Oliveira

C Praça Cívica (atual
Praça Tancredo Neves)

4.2. As localizações do aparelho do Estado na década de 70

4.2.1. A praça Cívica

A localização do aparelho de Estado, no espaço urbano de diversas cidades brasileiras, principalmente a partir da década de 60, tiveram a influência do urbanismo modernista, que propunha entre outras questões, o zoneamento das funções. Assim, as funções relativas ao Estado assumiram a forma de Centros Cívicos, onde as instituições públicas foram concentradas em torno de uma praça.

A praça Cívica Tancredo Neves, localizada, em área de aterro, a leste da praça XV de Novembro, foi prevista enquanto tal no Plano Diretor elaborado para a capital, em 1952.¹⁵⁵ Entretanto, foi na década de 70 que praticamente todos os prédios localizados na praça foram construídos. Com uma única exceção: a primeira sede do DNER- Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, que foi construída na década de 60.¹⁵⁶ (*Mapa 7*)

Na praça foram instalados a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, no Palácio Barriga Verde, construído em 1970; o Tribunal de Justiça de SC, no Palácio da Justiça, inaugurado em 1975; o Tribunal de Contas do Estado de SC, em prédio inaugurado em 1976; a Celesc, cujo prédio foi inaugurado em 1970¹⁵⁷. (*Mapa 8*)

¹⁵⁵Os autores do Plano Diretor foram Demétrio Ribeiro (arquiteto), Edevaldo Paiva (urbanista) e Edgar Graeff (arquiteto).

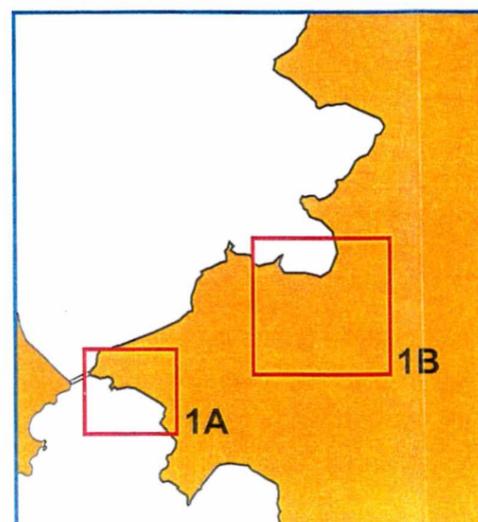
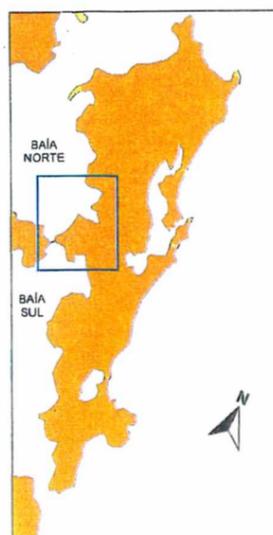
¹⁵⁶A data provável da construção da primeira sede do DNER foi em 1962/63. Posteriormente construiu-se nova sede nos fundos da primeira, em 1978/79.

¹⁵⁷Em 1983, o Governo de Estado instalou-se nesse edifício, denominando-o Palácio Santa Catarina.

LOCALIZAÇÃO DO APARELHO DE ESTADO NO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS ENTRE 1969 E 1978



Base Cartográfica: SEPLAN, Levantamento Aerofotogramétrico 1978



LEGENDA

1. Primeira Sede TELESC / Palácio do Governo (1970)
2. Palácio Barriga Verde (Assembléia Legislativa) (1970)
3. Palácio da Justiça (1975)
4. INAMPS (1975)
5. EMBRATEL (1976)
6. Tribunal de Contas do Estado (1976)
7. IBAMA (1976)

8. Secretaria da Educação (1977)
9. Delegacia Regional do Trabalho (1977)
10. Campus Universitário - UFSC (1970)
11. Eletrosul (1976-78)
12. Secretaria da Agricultura (EPASC / ACARESC) (1975)
13. TELESC (1976)
14. CCA - UFSC (1976-77)
15. UDESC

-  Igreja Matriz
- A Praça XV de Novembro
- B Praça Pereira Oliveira
- C Praça Cívica (atual Praça Tancredo Neves)

Nas imediações do núcleo urbano central, também foram construídas, na década de 70, várias sedes administrativas, porém sem qualquer critério de localização através de zoneamento urbano funcional. Assim foi construído o edifício do IAPC - Instituto de Aposentados e Pensões dos Comerciantes¹⁵⁸, onde atualmente funciona o Escritório de Representação do Ministério da Saúde (INAMPS), localizado na Praça Pereira Oliveira ao lado do Edifício IPASE. Na mesma Praça, foi construído, em 1976, o edifício da EMBRATEL. Na rua João Pinto, foi construída a sede da Secretaria da Educação, em 1977. Mais distantes do centro urbano, em direção à parte norte da península insular, foram construídas as sedes da Casan, em 1979; do IBAMA, antigo IBDF, em 1976; do MEC, em 1976 e do IPESC, em 1981. Nesse mesmo ano foi adquirida e reformada a sede da CEF, na Avenida Beira Mar Norte. (*Mapas 8 e 9*)

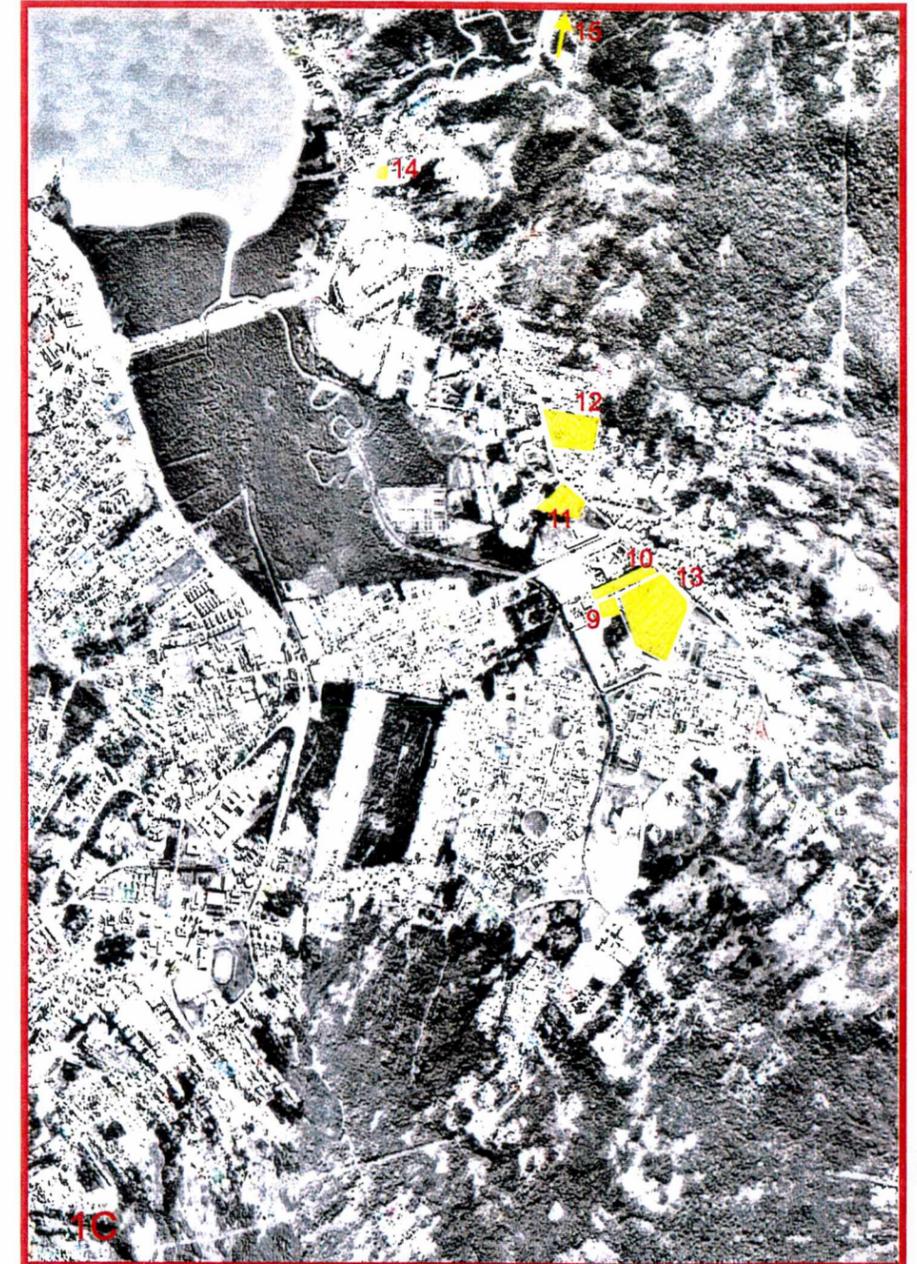
4.2.2. O bairro da Trindade : A implantação do Campus Universitário da UFSC

O Campus Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina foi implantado em área doada pelo Governo Estadual, terreno da Fazenda Estadual "Assis Brasil"¹⁵⁹, anteriormente destinada à construção do Campus da Fundação Universidade Estadual de Santa Catarina e onde já haviam iniciado algumas construções. (*Mapa 8*)

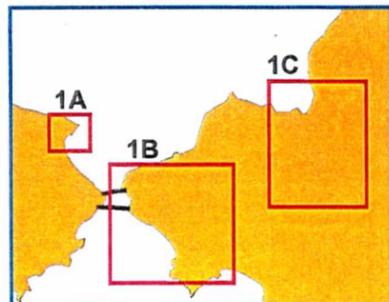
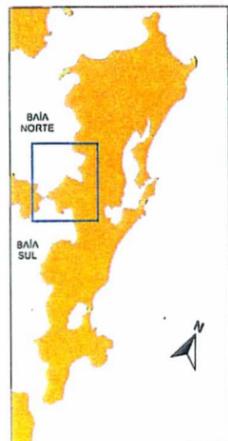
¹⁵⁸A data do "habite-se" é de 18/07/75.

¹⁵⁹O Estado e a Igreja Católica possuíam grandes extensões de terras, nas áreas da Trindade, sobressaindo-se entre os proprietários fundiários locais. As terras pertencentes ao governo estadual, originaram-se de apropriações das áreas rurais de uso comum existentes nos campos da Trindades, entre essas as terras da Fazenda Assis Brasil, através de um decreto estadual, dando poder ao Estado de apropriar-se tanto das áreas públicas como das terras de uso comum dos pequenos produtores. (Campos, in: Sugai, 1994:73)

LOCALIZAÇÃO DO APARELHO DE ESTADO NO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS ENTRE 1978 E 1994



Base Cartográfica: IPUF, Levantamento Aerofotogramétrico 1994



LEGENDA

- | | | |
|-------------------------|-------------------------------|---|
| 1. COHAB (1980) | 7. FATMA (1990) | 13. CELESC (CELOS) (1990) |
| 2. CASAN (1979) | 8. Secretaria da Saúde (1988) | 14. TELESC - Centro de Desenvolvimento de Software (TECNÓPOLIS) |
| 3. IPESC (1981) | 9. CETRE - BESC (1978) | 15. Centro Administrativo BESC (1993 - aquisição) |
| 4. JUCESC (1981) | 10. CIASC (1979-80) | |
| 5. CEF (1981) | 11. CIDASC (1982) | |
| 6. BESC (FUSESC) (1983) | 12. EPAGRI (1986) | |

-  Igreja Matriz
- A Praça XV de Novembro
- B Praça Pereira Oliveira
- C Praça Cívica (atual Praça Tancredo Neves)

A proposta de construção de uma cidade universitária na Trindade, gerou durante alguns anos muita polêmica. Segundo Sugai (1994:67), “havia o empenho de setores das elites locais na implantação do futuro campus universitário na área da Fazenda Estadual Assis Brasil, antigas terras comunais da Trindade.” No entanto, a proposição havia sido descartada pelos autores do Plano Diretor Municipal de 1954, que propuseram a instalação da universidade no centro urbano, na Baía Sul, próximo ao Hospital de Caridade, em terreno de aterro sobre o mar. (UFSC/SEPLAN/CEFI,1996) Consideravam que a área na Trindade estava fora da direção real do crescimento urbano.¹⁶⁰

Na década de 60, a polêmica sobre a localização do campus universitário continuou. Para alguns, Florianópolis já era uma cidade universitária¹⁶¹. A possibilidade de instalação do Campus na Trindade, nos anos sessenta, ainda era inimaginável, não havendo qualquer perspectiva, pelo menos por parte de alguns setores sociais, da expansão urbana crescer em direção à área da Trindade.¹⁶²

Parecia difícil imaginar que a cidade poderia expandir-se para “além morro”. A área destinada para instalação do Campus Universitário na Trindade era, então, imaginada apenas para as instalações do curso de Agronomia, portanto um espaço rural, e não um espaço que pudesse vir a ser urbano. A cidade estava restrita à área insular delimitada pelas baías Norte e Sul e o morro da Cruz.¹⁶³

¹⁶⁰“a cidade cresce na direção do continente e esse processo será acelerado pela construção do porto. A idéia de um possível crescimento na direção da Trindade não tem nenhuma base real, nenhuma possibilidade histórica de efetivação.” (Paiva, in: Sugai,1994:67)

¹⁶¹“Metrópole sem condições de se transformar em área industrial. Município paupérrimo, comendo e bebendo através da Ponte Hercílio Luz, com terras áridas e improdutivas, a Capital do Estado alcançou, agora, o sentido de desenvolvimento, que é o cultural. Para nossa pequenina terra, a primeira das duas fórmulas de salvação se encontra, mercê de Deus, em fase executiva: a Universidade: A outra será o turismo. Com esse binômio Florianópolis irá para a frente. A Faculdade mais afastada, e que é a de Filosofia, dista, a pé, a 15 minutos do centro urbano”. (Barbosa, Renato. Artigo Jornal “O Estado” em 16 de dezembro de 1960, dois dias antes da criação da UFSC.)

¹⁶²Em artigo de jornal, em 1960, Barbosa afirmava que a cidade de Florianópolis era “calma” e “sem perspectivas de tentacular desenvolvimento urbano...”, portanto, defendia que a universidade deveria localizar-se no centro da cidade. Falava ainda sobre o fracasso da Fundação Universidade Estadual de SC e “a inviabilidade de uma Cidade Universitária Estadual” e afirmava que “a Reitoria deverá destruir a área da Trindade, inteirinha, e ainda será pouca terra, para as instalações modernas, exigidas por lei, para a Escola de Agronomia, ...” (Barbosa, 1960)

¹⁶³“Suas ruas estreitas exibiam um número maior de çasinhas geminadas, de porta-e-janela coloridas com ninhos de pardais nos beirados e tufo de capim e hera coroados os telheiros. Velhinhas dormitavam em cadeiras de palha postas na calçada, frente às casas, respirando a fresca da tarde e só despertando com o chocalhar dos cascos dos cavalos que puxaram nossos últimos carros” Assim é descrita Florianópolis na época em que se iniciava a UFSC. (Hamms. Citado por STEMMER, 1992)

Ferreira Lima, um dos idealizadores da universidade Federal, também considerava inviável a implantação do Campus na Trindade. A área estava localizada na “bacia hidrográfica de um panelão cercado de morros”, o terreno alagadiço exigiria obras de canalização, drenagem e estaqueamento muito caros para viabilizar as construções; a estrada que fazia a ligação entre a cidade e a Trindade era de terra, não havendo quase condução coletiva; o serviço de água e luz eram precários; inexistia tratamento de esgoto. (1980:159-160)

Por fim, o Conselho Universitário¹⁶⁴ decidiu, em 1962, instalar o Campus Universitário na Trindade. Segundo Sugai, a decisão ressaltava a existência de interesses dos setores dominantes da elite local na expansão da cidade para as áreas ao norte e nordeste da península e da Ilha de Santa Catarina. “Sabia-se que a implantação do campus universitário na Trindade iria interferir, a médio prazo, e dependendo dos investimentos urbanos efetuados pelo Estado, na expansão e na estruturação urbana de Florianópolis. Representava, sem dúvida nenhuma, uma imensa frente de expansão e investimentos para o capital imobiliário.”(Sugai, 1994:79)

Por outro lado, havia uma tendência internacional e nacional de localizar o campus universitário fora do ambiente urbano. Na escolha do local para instalar o campus da Universidade Federal “prevaleceram, além, naturalmente, dos aspectos econômicos relacionados a custos de desapropriações, a concepção de afastamento da vida universitária das demais atividades urbanas, tanto as centrais como aquelas vinculadas ao comércio e à atividade industrial.” (UFSC/SEPLAN/CEFI,1996:139)

Acreditava-se que as tendências de crescimento da cidade voltar-se-iam para o continente, onde estava prevista a implantação de um porto, segundo o Plano Diretor de 1954. Assim, o porto atuaria como catalisador do crescimento da cidade enquanto a Trindade não manifestava tal tendência. Nesse sentido, o campus foi implantado para dentro de si próprio, mantendo uma postura de isolamento com relação ao espaço urbano. Isso porque “o espaço urbano em suas imediações não apresentava grandes atratividades. Ao contrário, era um espaço por se fazer e, sobretudo, por se fazer a partir da própria dinâmica da Universidade, e não o inverso.” (UFSC/SEPLAN/CEFI,1996:139))

¹⁶⁴15ª sessão do Cun, em 27/11/1962. (Sugai, 1994:78)

As verbas disponíveis para a construção do Campus, segundo Ferreira Lima, eram limitadas e, assim, optou-se por construir um Campus concentrado, para redução das despesas. “A área para construção do Campus foi fixada em pouco menos de 40 hectares”, com “prédios de até dois andares e de preferência térreos, com o que seriam afastadas as altas despesas de elevadores, consumo maior de energia e estaqueamento mais profundo”. Por último, foi fixado um número máximo de 10.000 alunos, considerado “o número ideal de alunos para uma Universidade de tipo médio”. (Ferreira Lima, 1980:162-163)

O início efetivo da ocupação do Campus da Universidade Federal, na Trindade, ocorreu a partir de 1965 e na década de 70, recebendo seus maiores investimentos.¹⁶⁵ A reforma universitária implantada em 1970 teve em grande parte a responsabilidade pela consolidação do Campus na Trindade, tornando-o uma realidade irreversível, impulsionando a mudança das faculdades para o Campus Universitário.¹⁶⁶

4.2.3. A implantação da Eletrosul no bairro do Pantanal

O processo de transferência dos funcionários da Eletrosul, em sua maioria vindos do Rio de Janeiro, iniciou-se em 1975 e foi concluído em 1977. No período entre 1975 e 1978, a empresa funcionou, provisoriamente, no centro da cidade em vários imóveis alugados.¹⁶⁷ (Eletrosul, 1993)

¹⁶⁵ Na década de 70, ocorreu “um significativo processo de expansão universitária”, através da criação de novos cursos de graduação, ampliando, nesse período, o número de 21 para 52 cursos de graduação; da ampliação do nº de professores e de funcionários: crescimento de 47,31% e 70,64%, respectivamente de 1976 a 1980; do crescimento de 110,46% do número de alunos frequentando cursos de graduação entre 1970 e 1980. Considerando apenas o Campus Universitário o crescimento de alunos foi de 172%. Para efeito de comparação, o crescimento do número de alunos em cursos de graduação, no período de 1980 a 1994, foi de 55,44%. (UFSC/SEPLAN/CEFI)

¹⁶⁶ “Só com a implantação da reforma universitária, em 1970, o campus na Trindade tornou-se irreversível. Ocorreu, paralelamente, uma centralização das eleições na Reitoria. A federação de escolas que até então havia caracterizado a universidade, cedeu lugar para uma nova estrutura. Até certo ponto adotou-se o modelo imposto ao país pós-64.” (Santos, 1990)

A Reforma Universitária da UFSC, implantada em 1970, ocorreu em consequência dos decretos-lei nº 53 e 252/67, do Governo Federal, que tratava de Reforma Universitária nas universidades brasileiras. A Reforma extinguiu as antigas Faculdades e Escolas e organizou a estrutura básica da Universidade em departamentos. (Ferreira Lima, 1980:187-200)

¹⁶⁷ A empresa se instalou por vários imóveis alugados “espalhados” pela cidade, entre esses estavam: o Edifício Trajanos, localizado na rua Trajano; os Edifício Aliança e Carlos Maia, na rua Felipe Schmidt; Edifício Apoio, na rua Tenente Silveira; a garagem estava localizada, antiga fábrica da Hoepcke, na rua Hoepcke; o setor de almoxarifado foi localizado em Barreiros. Foi um período de muitas dificuldades de ordem administrativa, no sentido de coordenar todos os setores da empresa. entrevista com Sr. João Carlos C. Bressane, funcionário da Eletrosul.

A sede administrativa da empresa foi localizada no bairro do Pantanal, próximo à Universidade Federal, em terreno doado pelo governo estadual. A obra foi iniciada em 1976 e inaugurada em 1978, com um total de 22.000 m² de área construída. (Eletrosul, 1993) (*Mapa 8*) Além da sede administrativa, foi construído, posteriormente, no Sertão de Imaruí, São José, uma grande unidade, constituída de laboratórios na área de engenharia de sistemas, térmicas, entre outras.¹⁶⁸

Florianópolis não possuía infra-estrutura urbana suficiente para receber o acréscimo de demandas provocada pela instalação da Eletrosul na cidade. Assim, surgiram os mais variados problemas, desde encontrar moradia para os funcionários transferidos até contratar mão-de-obra para completar o quadro de funcionários da empresa.¹⁶⁹ Florianópolis não dispunha de oferta de imóveis e serviços urbanos para atender essa nova demanda, constituída por cerca de 600 famílias.

Os funcionários transferidos enquadravam-se nos níveis mais altos de qualificação profissional e enquadramento salarial.¹⁷⁰ Assim, o impacto causado pelo acréscimo populacional não foi devido apenas ao aspecto numérico, mas, principalmente, pela capacidade de consumo desse grupo, gerando uma enorme demanda por todo o tipo de serviços e infra-estruturas urbanas.

O grupo de funcionários transferidos constituía-se de pessoas com qualificação profissional acima da média local e, ainda, dispunham de salários muito acima da renda média da cidade. Além disso, os funcionários tiveram um adicional de 30% nos salários, por dois anos, como forma de incentivo à transferência. Esses salários causaram um significativo impacto sobre a economia local.

A primeira e mais importante dificuldade encontrada, para efetuar a transferência, foi viabilizar moradia para os funcionários, pois a cidade não dispunha de oferta de imóveis para alugar ou comprar. Quando isso era possível, por um certo

¹⁶⁸ Entrevista com Sr. João Carlos C.Bressane, funcionário da Eletrosul.

¹⁶⁹ Apenas para citar como exemplo dessa falta de mão de obra, minimamente qualificada, destacou-se a falta de pessoas que soubessem usar máquina de datilografia elétrica, tendo que num primeiro momento trazer mão de obra contratada do Rio de Janeiro. Posteriormente, se implantou cursos de datilografia com máquinas elétricas, instalou-se empresas, vindas do Rio de Janeiro, de fornecimento de mão de obra. Entrevista com Sr. João Carlos Carneiro Bressane, em 14 de novembro de 1996, concedida à autora.

¹⁷⁰ Não foram transferidos os funcionários de nível médio e serventes, esses cargos foram preenchidos com pessoal local.

“conservadorismo local”, não o faziam para pessoas solteiras. O edifício Arthur, no alto da rua Felipe Schmidt, num primeiro momento, foi uma das poucas alternativas encontradas, chegando a ter mais de 30% de sua ocupação constituída por funcionários solteiros da Eletrosul.¹⁷¹

Diante dessas dificuldades, a Eletrosul teve que viabilizar várias alternativas para garantir moradia para os seus funcionários. “Para suprir as necessidades de moradia dos seus empregados, a Empresa empreendeu um programa de construção de unidades residenciais¹⁷², vendidas aos empregados através da Fundação ELOS¹⁷³”. (Eletrosul, 1993:23)

Para os funcionários mais “graduados”, a empresa construiu dois condomínios fechados, na Carvoeira, próximo à Eletrosul, e em Itaguaçu, área residencial de classe mais alta localizada na parte continental da cidade. Também foram adquiridos vários terrenos, entre esses, cerca de 50 lotes no Jardim Anchieta. A aquisição de moradia num plano de financiamento oferecido pela Eletrosul teve o caráter de incentivo à transferência dos funcionários.

Para funcionários de outros níveis, foi construído o Condomínio Elos, no início do bairro Córrego Grande, próximo à UFSC. Entre outras alternativas, incluía-se ainda os financiamentos promovidos pela ELOS. Nesse aspecto, a vinda da Eletrosul contribuiu muito para a expansão do mercado imobiliário.¹⁷⁴ O setor imobiliário, principalmente, e os setores de comércio e serviços tiveram um enorme crescimento e expandiram-se no decorrer dos anos seguintes.¹⁷⁵

A implantação do Campus Universitário da UFSC, na Trindade, e da Eletrosul, no Pantanal, na década de 70, provocou grande impacto no espaço urbano de Florianópolis,

¹⁷¹ “Eu mesmo não conseguia alugar um apartamento, porque eu era solteiro! solteiro tinha dificuldade de alugar um apartamento, ... eu morei três meses em Hotel porque eu não conseguia alugar, na hora que tinha que fazer a fixa de cadastro ... o próprio condomínio não aceitava, isso em 1975! ... Houve os mais diversos tipos de problemas com a questão imobiliária...” Sr. João Carlos C.Bressane, funcionário da Eletrosul.

¹⁷² Um exemplo desses empreendimentos imobiliários promovidos pela empresa foi a construção do condomínio Elos, localizado no bairro do Córrego Grande.

¹⁷³ ELOS: Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social.

¹⁷⁴ Entrevista com Sr. João Carlos C.Bressane, funcionário da Eletrosul.

¹⁷⁵ “Imagina 500 apartamentos numa cidade do tamanho de Florianópolis isso é um impacto fantástico, supermercados, comércio, cabeleireiro, casa de praia, a injeção de dinheiro na cidade é espetacular,”.... Entrevista com Fernando Marcondes de Mattos

contribuindo especialmente para a transformação do bairro da Trindade e para a abertura de uma vasta área de expansão urbana na bacia do Itacorubi. Ocorreu uma transformação da cidade, nos anos seguintes, sob vários aspectos, desde a paisagem até mudança de valores culturais.

4.2.4. O bairro do Itacorubi e as empresas públicas agrícolas

Na década de 60, o Itacorubi era uma área rural. O núcleo de moradores existente nesse lugar se dedicava às atividades rurais e possuía, principalmente, produção de gado leiteiro. Existiam grandes propriedades rurais, como a “fazenda do José Elias”, que abrangia toda a área da TELESC até a área do loteamento residencial do Parque São Jorge, cuja produção era de gado leiteiro.¹⁷⁶

Glauco Olinger idealizou, no período do governo de Celso Ramos¹⁷⁷, instalar na área do Itacorubi todo o sistema público agrícola do Estado de Santa Catarina, porque os agricultores tinham muita dificuldade em chegar na capital e procurar os órgãos ligados à agricultura, que estavam espalhados pela cidade. O local escolhido, segundo Glauco Olinger, para centralizar esses órgãos, foi o Itacorubi, porque era uma área muito próxima de Florianópolis e tinha áreas públicas vagas.¹⁷⁸

O primeiro órgão instalado no Itacorubi foi o Laboratório de Análises de Solos e Minerais¹⁷⁹, no governo de Celso Ramos e foi situado próximo ao limite do terreno ocupado hoje pela UDESC. Houve um descontentamento dos funcionários em relação à transferência para a nova sede do Laboratório, porque o Itacorubi era uma área totalmente rural.¹⁸⁰

¹⁷⁶Entrevista com Glauco Olinger, dia 25/11/96.

¹⁷⁷Glauco Olinger era assessor de agricultura do PLAMEG no Governo de Celso Ramos (1961-65), as funções de direção ligadas ao PLAMEG, eram mais importantes que as próprias secretarias, pois controlavam toda a liberação de recursos. “Eu mandava mais que o secretário da Agricultura porque o dinheiro estava na minha mão, eu é que distribuía o dinheiro, então, eu tinha uma força muito grande no desenvolvimento da agricultura de Santa Catarina.” Entrevista com Sr. Glauco Olinger, 25/11/96. (*Sobre o PLAMEG ver capítulo 3*)

¹⁷⁸Entrevista com Glauco Olinger, dia 25/11/96.

¹⁷⁹ Localizado, anteriormente, na Trindade numa área remanescente da Penitenciária Agrícola. Entrevista com Sr. Glauco Olinger, 25/11/96.

¹⁸⁰Houve na época fortes críticas da imprensa a respeito da localização dos órgãos públicos em áreas tão distantes da cidade. Diziam que “estavam instalando edifícios à 3 km da Lagoa e à 10 km da Transamazônica”. Entrevista com Glauco Olinger, dia 25/11/96.

Ainda no governo de Celso Ramos foi instalada a segunda instituição do governo estadual no Itacorubi. O CETRE - Centro Prático de Treinamento¹⁸¹ foi implantado em área pública ocupada até então com produção agrícola¹⁸² para o “Abrigo de Menores” que estava localizado na Agrônômica, totalizando cerca de 35 hectares. (Mapa 7)

No governo de Colombo Salles (1970-1975), foi construído, no Itacorubi, o prédio para sediar a Secretaria da Agricultura¹⁸³, concluído em 1975. (Mapa 8) No entanto, a secretaria não se transferiu para a nova sede, permanecendo no centro da cidade. No prédio foram instaladas a ACARESC, EMPASC e ACARPESC¹⁸⁴. Somente em 1986 a Secretaria da Agricultura ocupou o prédio, quando a ACARESC transferiu-se para sede nova.¹⁸⁵

Assim, a ACARESC transferiu-se para o Itacorubi em 1975, juntamente com a EMPASC e ACARPESC. As ligações viárias entre o centro da cidade e o Itacorubi eram muito precárias. Estava em construção a rodovia SC-401, atual trecho da Av. da Saudade, que melhoraria o tráfego, mas até a sua conclusão não havia acesso por esse caminho. Para se chegar ao Itacorubi, era necessário percorrer um caminho cheio de atalhos. Para quem vinha do centro da cidade, percorria-se a estrada em direção à Trindade até a Academia de Polícia, desse ponto em diante até o Itacorubi era necessário atravessar o terreno da Academia e terminar o percurso por uma estrada de terra, onde hoje cresceu o bairro Santa Mônica.¹⁸⁶

¹⁸¹ O Centro Prático de Treinamento objetivava, principalmente, capacitar técnicos agrícolas para as atividades de extensão rural, assistência técnica promovida pelo Estado ao produtor rural. Antes da Criação do CETRE, no Itacorubi, o 1º centro de treinamento do Estado de Santa Catarina, os treinamentos eram feitos na Fazenda Ipanema, no município de Sorocaba, São Paulo ou no CETRE-SUL, em Pelotas, Rio Grande do Sul, com custos muito altos. Entrevista com Glauco Olinger, dia 25/11/96.

¹⁸² A área de produção agrícola era administrada pelos Padres Maristas, onde, produzia-se mandioca, feijão, milho e possuía um rebanho de gado leiteiro. Segundo Glauco Olinger, os Padres Maristas estavam desistindo do empreendimento, pois a produção não era mais viável financeiramente, principalmente, porque o governo do Estado cortou a ajuda financeira.

¹⁸³ O secretário da Agricultura era Glauco Olinger.

¹⁸⁴ A instalação da ACARESC no prédio recém construído, no Itacorubi, para sede da Secretaria da Agricultura, ocorreu, segundo Glauco Olinger porque a “ACARESC era mais importante que a Secretaria da Agricultura, essa é que é a verdade, a ela tinha mais força que a própria Secretaria.”

¹⁸⁵ Entrevista com Glauco Olinger, dia 25/11/96.

¹⁸⁶ Entrevista com Sr. Nivaldo, funcionário da EPAGRI.

Os funcionários desses órgãos, para transferirem-se para o Itacorubi, receberam uma ajuda de custo acrescida ao salário, no valor que cobrisse os custos de transporte e alimentação.¹⁸⁷

No decorrer da década de 70, iniciou-se um relativo movimento de fluxos em direção ao Itacorubi, que começou a atrair interesses de outros órgãos para aquela localidade. A TELESC, criada em 1974, construiu sua sede¹⁸⁸, no Itacorubi, com recursos federais. O prédio foi inaugurado em 1976. (*Mapa 8*)

Nesse período, o Itacorubi não se constituía ainda em um bairro. Era apenas um pequeno distrito muito distante do centro da cidade. Os acessos a essa localidade eram precários. A atual avenida Madre Benvenuta era apenas uma estrada sem pavimentação de difícil percurso.¹⁸⁹

Houve uma resistência muito forte, por parte dos funcionários, à transferência da sede localizada no centro da cidade para a nova localização. Para viabilizá-la, a empresa forneceu transporte gratuito, através de ônibus, a todos os funcionários. Foi uma das maneiras encontradas para “convencê-los” a irem para o Itacorubi e esse serviço durou até o final dos anos 80.¹⁹⁰

No governo de Konder Reis foi construído o Campus da UDESC¹⁹¹, localizado em frente à sede da TELESC e próximo aos órgãos públicos ligados à agricultura. Em 1982, a sede da CIDASC foi construída em terreno localizado entre o Campus da UDESC e o prédio da Secretaria da Agricultura, ocupada então pela ACARESC. (*Mapa 9*)

¹⁸⁷Entrevista com Sr. Nivaldo, funcionário da EPAGRI.

¹⁸⁸O terreno onde a TELESC instalou-se era uma parte de uma Fazenda de gado leiteiro, que pertencia ao Sr. José Elias. Posteriormente, outra parte da fazenda foi loteada, tornando-se o loteamento urbano residencial do Parque São Jorge. A articulação para compra da área teria sido feita pelo então presidente da TELESC, Sr. Douglas Mesquita e pelo Sr. Glauco Olinger, responsável pela vinda das primeiras instituições públicas da área agrícola para o Itacorubi.

¹⁸⁹Entrevista com Sr. Manfred A. Boer, funcionário da TELESC.

¹⁹⁰Entrevista com Sr. Manfred A. Boer, funcionário da TELESC.

¹⁹¹Inaugurado em 1979.

O CCA - Centro de Ciências Agrárias da UFSC foi criado em 1976¹⁹² e decidiu-se por localizar suas instalações, também, no Itacorubi de acordo com projeto de reunir todas as atividades públicas ligadas à área da agricultura. (*Mapa 8*) Nesse sentido, o prédio foi construído, em 1976/77, em parte da área do CETRE, terreno cedido pela ACARESC. Em 1980, foi construído nessa mesma área um prédio para instalar o Departamento de Tecnologia de Alimentos¹⁹³ da UFSC, que veio transferido do centro da cidade.¹⁹⁴

A sede da EPAGRI¹⁹⁵ foi construída em 1986, então destinada a instalar a ACARESC. O prédio foi construído com recursos do BIRD por meio da EMBRATER¹⁹⁶, órgão federal. O então presidente da EMBRATER, Glauco Olinger viabilizou, nessa oportunidade, a liberação da verba para a construção de uma sede para a ACARESC. Com a instalação da ACARESC na nova sede, em 1986, a Secretaria da Agricultura transferiu-se para o Itacorubi ocupando o prédio deixado pela ACARESC, que havia sido construído, inicialmente, para sediar a própria Secretaria. Com isso, concluiu-se o projeto de concentrar numa mesma área todos os órgãos públicos ligados à agricultura.¹⁹⁷ (*Mapa 9*)

No decorrer dos anos seguintes, muitos funcionários estabeleceram moradia nos bairros próximos ao local de trabalho, entre a Trindade e o Itacorubi.¹⁹⁸ Entretanto, essas áreas já possuíam um valor imobiliário bem mais alto que as áreas localizadas no continente. Assim, o bairro do Itacorubi e proximidades constituíram-se em opção de moradia para os funcionários públicos com renda mais alta.

Outras instituições importantes vieram para o Itacorubi, como a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, que veio na primeira metade da década de 70,

¹⁹² Em 1975, Glauco Olinger, Secretário de Agricultura no governo de Colombo Salles, assumiu a função de Diretor da Universidade Federal de Santa Catarina, com a tarefa de criar o Centro de Ciências Agrárias.

¹⁹³ Localizava-se na rua Esteves Júnior.

¹⁹⁴ Entrevista com Glauco Olinger, dia 25/11/96.

¹⁹⁵ A EPAGRI foi constituída em 1991, a partir da junção da ACARESC e EMPASC - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina. Ver quadro 1.

¹⁹⁶ A EMBRATER, possuía recursos de 300 milhões de dólares do BIRD para construção de centros de treinamentos, sedes de serviços de extensão em todo o país, e também para o pagamento de salários do sistema brasileiro de extensão rural.

¹⁹⁷ Entrevista com Glauco Olinger, dia 25/11/96.

instalando-se em terreno cedido pela Secretaria da Agricultura no Governo Colombo Salles. Posteriormente, construíram-se as sedes do CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e da FIESC - Federação das Indústrias de Santa Catarina. Ainda foram construídas as sedes sociais dos funcionários da CIDASC e da ACARESC em áreas dos respectivos órgãos públicos.

Existem alguns indícios de que se pretendia, no início dos anos 80, construir no Itacorubi um novo Centro Administrativo do Governo do Estado, que seria construído na área onde hoje está localizado o CETRE - Centro de Treinamento da ACARESC. Esse projeto teria sido abandonado, muito provavelmente, pela diminuição dos recursos do Estado.

A sede do Palácio do Governo que, historicamente, vinha ocupando o prédio localizado na praça XV de Novembro, em 1983, transferiu-se para o edifício localizado na praça Tancredo Neves. Funcionava nesse prédio, desde 1970, quando foi construído, a sede central da CELESC, sendo “desalojada”, ficando até 1991, “espalhada” em vários locais alugados no centro, até se instalar no bairro do Itacorubi.¹⁹⁹

Em 1990, numa conjuntura distinta daquela dos anos 70, foi construído, no bairro do Itacorubi, o edifício que abrigou a sede da CELESC. A peculiaridade da nova conjuntura ficou expressa nas condições em que foi construído o prédio, não mais com recursos públicos ou através de empréstimos feitos pelo Estado, mas sim com recursos dos fundos de seguridade social dos funcionários da Celesc, arrecadados através da Fundação CELOS - Fundação Celesc de Seguridade Social. A Fundação é a proprietária do edifício e o Estado seu inquilino. (*Mapa 9*)

4.3. Os investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos urbanos

As ações de intervenção urbana, promovidas pelo Estado nas décadas de 60 e 70, contribuíram para a intensificação do processo de expansão urbana da cidade de

¹⁹⁸ Cerca de 30% dos funcionários da TELESC teriam fixado residência, no bairro do Itacorubi e proximidades. Entrevista com Sr. Manfred A. Boer, funcionário da TELESC.

¹⁹⁹ Nas entrevistas com Sr. Nivaldo, funcionário da ACARESC e com Sr. Manfred A. Boer, funcionário da TELESC, falou-se sobre o projeto de transferência do Centro Administrativo para o Itacorubi.

Florianópolis. Dentre essas, destacam-se as obras vinculadas ao complexo viário, como a Avenida Beira-mar Norte e sua ampliação, a Via de Contorno Norte, a Ponte Colombo Salles e o Aterro Beira-mar Sul construídas na década de 70. Essas obras fizeram desaparecer os entraves à expansão urbana de Florianópolis.

No final da década de 60 e início da década de 70, foi construída a Avenida Beira-Mar Norte²⁰⁰. Segundo Peluso, a Avenida Beira-Mar Norte foi a obra de maior importância realizada nos anos 60, desde logo aproveitada pelas empresas incorporadoras para construção de edifícios de até doze andares destinados a apartamentos. A Beira-Mar Norte, posteriormente denominada Av. Jornalista Rubens de Arruda Ramos, possibilitou maior valorização da parte norte da península insular, que já se constituía em área “nobre” da cidade. O acesso a essa parte da cidade era feito através das avenidas Othon Gama D’Eça e Osmar Cunha, construídas em 1958²⁰¹. (Peluso,1991:320)

Outra obra importante de infra-estrutura do Estado com repercussões no espaço urbano de Florianópolis foi a rodovia Br-101, que, iniciada na década de 40, teve o seu asfaltamento concluído em 1971. A conclusão da BR-101 permitiu melhorar as ligações da capital do Estado de Santa Catarina com os estados vizinhos e também com o País, ligação que havia sido interrompida com o fim do transporte marítimo através do porto de Florianópolis.

Outro aspecto da influência da Br-101 no espaço urbano de Florianópolis ocorreu a partir da ligação entre a Ilha e a rodovia, essas áreas continentais constituíram-se em áreas de expansão urbana²⁰². A Br-101 e a ligação desta com a capital possibilitou

²⁰⁰ A Av. Beira-Mar Norte foi construída pelo governo estadual através do DER-SC. As obras da avenida iniciaram em meados da década de 60, no governo Celso Ramos, sendo concluída e pavimentada no início da década de 70, no governo de Ivo Silveira. O traçado da via iniciava na Praça Celso Ramos, limite com o bairro Agrônômica até a Ponte Hercílio Luz. Esta avenida teria sido a única via executada dentre aquelas propostas no Plano Diretor de 1955, em detrimento de outras mais importantes consideradas pelo Plano.

²⁰¹ Segundo Sugai (1994), com a construção dessas duas avenidas “criou-se uma maior acessibilidade dentro da península”, em especial à sua área norte, estimulando o desenvolvimento comercial e a verticalização da área. A abertura dessas vias e com o desmembramento de algumas antigas chácaras, constituíram-se ainda em abertura de novas áreas para o desenvolvimento do setor imobiliário.

²⁰² “A implantação da BR-101 exerceu grande influência no plano urbano de Florianópolis. Os seus acessos constituíram artérias nas quais se instalaram depósitos, oficinas e pequenas atividades industriais, ao redor dos quais reuniram muitos trabalhadores. Os loteamentos surgiram por toda parte, inclusive de vilas do BNH, que nas margens da rodovia e sua vizinhança conta com diversos núcleos.” A cidade de São José teve, entre 1960 e 1970 um incremento médio geométrico de 17,70%; Palhoça, 11,59% e Biguaçu, 10,26%. “O espaço entre o perímetro urbano de Florianópolis e a Br-101 passou a constituir a vila de Barreiros com sua zona rural, tendo a sede, em 1970, a população de 13.064 habitantes.” (Peluso,1991:320)

também o desenvolvimento urbano das cidades mais próximas de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu iniciando um processo de aglomeração urbana. Favorecidas pela proximidade do mercado e das economias externas concentradas na capital iniciaram “um incipiente processo de industrialização voltado para as atividades de insumo urbano”. (Silva, 1978:129)

Fruto da mesma conjuntura política que possibilitou o enorme crescimento do aparelho de Estado, as obras viárias também foram desenvolvidas com maior intensidade na década de 70.²⁰³ No governo Colombo Salles, na primeira metade da década de 70, foram construídas, além do Aterro da Baía Sul e da Ponte Colombo Salles, várias rodovias no interior da Ilha²⁰⁴.

A Ponte Colombo Machado Salles, inaugurada em 1975, viabilizou a expansão urbana para o lado continental da cidade que estava limitada pelos constantes congestionamentos na Ponte Hercílio Luz. Possibilitou a ocupação dos bairros tanto pelas classes de mais alta renda²⁰⁵ como pelas classes médias e baixa. O Aterro da Baía Sul²⁰⁶, construído entre 1971 e 1975, possibilitou o deslocamento mais rápido aos bairros de José Mendes e Saco dos Limões e ao aeroporto. (Peluso,1991:321)

Na segunda metade da década de 70, no Governo Konder Reis, foi dado início, também, à obras do sistema rodoviário da Ilha²⁰⁷. Porém, a obra viária mais significativa desse período foi a Via de Contorno Norte-Ilha, “para efetuar a conexão rodoviária entre a área central da cidade e os bairros e balneários situados a norte e leste da Ilha de Santa Catarina.” A via foi construída no período de 1977 a 1982 e “apresentou maior evidência e repercussão no conjunto da cidade”. Foi a primeira via expressa intra-urbana a ser

²⁰³O impulso que ajudou a viabilizar as obras previstas foi a criação, em 1972, através do Decreto Federal, do Programa Especial de Vias Expressas - o PROGRESS. O Programa administrado pelo DNER, “procurava, acima de tudo, viabilizar as metas previstas pelo Governo Federal de Integração nacional, através da expansão da rede rodoviária urbana e regional, garantindo a disseminação do transporte rodoviário.”(Sugai, 1994:116)

²⁰⁴A SC-401-norte (Itacorubi-Canasvieiras/Ingleses) teve a sua pavimentação concluída março de 1974; a SC-402 (SC-401-Jurerê) e SC-403 (SC-401-Canasvieiras), foram concluídas em 1974 e a SC-404 (SC-401/Itacorubi-Lagoa da Conceição) foi implantada em 1973.

²⁰⁵Na orla continental sul, Coqueiros, Bom Abrigo e Itaguaçu. (Sugai,1994)

²⁰⁶No Aterro da Baía Sul estava previsto, segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado, a implantação do Centro Metropolitano que deveria ter prioridade absoluta sobre todos os demais projetos. O Centro Metropolitano “viria a consolidar o centro administrativo-institucional-financeiro da área metropolitana”.²⁰⁶ (Sugai, 1994: 116a119)

²⁰⁷Foram construídas as rodovias SC-401-sul (centro-aeroporto), SC-406 (costa leste da Ilha:Ingleses-Lagoa-Pântano) e SC-405 (ligação entre aeroporto, Ribeirão da Ilha e Pântano do Sul).

construída na cidade, priorizada em detrimento da via Expressa Sul, prevista no Plano de Desenvolvimento Integrado. (Sugai, 1994:6-7e119-120)

A Via Expressa de Contorno Norte possibilitou fácil acesso à Trindade e ao Norte da Ilha²⁰⁸, antes dificultado pelas condições de tráfego das ruas que contornavam o Morro do Antão. As áreas ao leste do Morro do Antão, onde formaram-se os bairros da Trindade, Córrego Grande, Serrinha, Carvoeira, Pantanal, Santa Mônica e Itacorubi receberam outros investimentos²⁰⁹, além da Via de Contorno Norte, contribuindo para um grande crescimento desses bairros a partir da década de 70. Destacando que nessas áreas foram instaladas praticamente todas as sedes dos órgãos públicos estaduais e federais, construídas na década de 70, com exceção daquelas localizadas no centro da cidade.

Assim, as obras de infra-estrutura, tiveram um forte impacto sobre o espaço urbano da cidade, viabilizando a expansão urbana principalmente e abrindo, para o setor imobiliário, áreas com grande potencial para os seus empreendimentos, valorizando terras a partir da facilidade de acesso.

Segundo Sugai, “deve-se evidenciar que, durante a década de 70, com exceção da pavimentação da Avenida Ivo Silveira e outros logradouros já existentes, não foi executada nenhuma grande obra viária na parte continental. Apesar da alta concentração populacional existente no lado continental da cidade, onde habitava 1/3 da população do município, os investimentos urbanos do Estado foram efetuados, fundamentalmente, na Ilha.” (1994:120)

No período militar ocorreu uma excessiva centralização e controle dos recursos financeiros e das ações do Estado em políticas urbanas. No entanto, ocorreu uma certa influência das elites dominantes locais nas decisões sobre a aplicação dos investimentos em infra-estrutura, especialmente quanto às localizações desses investimentos.

²⁰⁸Ver Sugai, 1994.

²⁰⁹O Plano Plurianual - Cura-Ilha I (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada), de 1978, elegeu os bairros da Agrônômica, Trindade, Saco Grande, Itacorubi, Santa Mônica, Córrego Grande, Pantanal, Saco dos Limões, Prainha e José Mendes, para investimentos de infra-estrutura e implantação de conjuntos habitacionais. (Sugai, 1991:175)

Para a liberação dos recursos necessários para as obras urbanas, o governo federal exigia a elaboração de Planos Diretores e de Desenvolvimento. Em Florianópolis, foi elaborado, com a supervisão da SERPHAU, o Plano Integrado de Florianópolis²¹⁰. As diretrizes e prioridades desse Plano foram várias vezes ignoradas em favor de outras prioridades.

Como ressalta Sugai, “dentre as rodovias previstas no município, as duas obras priorizadas para serem executadas”, nesse período, “foram a Avenida Beira-Mar Norte e a SC-401, que vieram a facilitar o acesso às zonas residenciais do norte da península e aos balneários situados ao norte da Ilha.” (Sugai,1994:114) Mas não se constituíam em prioridades do Plano Integrado de Desenvolvimento.

Colombo Salles assumiu o Governo do Estado, inicialmente, em oposição às oligarquias locais, mas acabou por ceder às pressões políticas locais. Foram eleitas como rodovias prioritárias para Florianópolis, no plano de governo de Colombo Salles, a implantação e pavimentação do trecho Florianópolis-Canasvieiras-Ingleses (SC-401)²¹¹ e a pavimentação do trecho Florianópolis-Base Aérea, ao sul. “A via Expressa-Sul, principal rodovia do Plano Integrado de Florianópolis, não se constituía, porém, numa obra prioritária do governo estadual.” (Sugai, 1994:116)

E, ainda, no que diz respeito às instalações das sedes dos órgãos públicos federais, os governos estaduais do período também tiveram grande influência quanto as suas localizações. As áreas onde se instalaram, por exemplo, a UFSC e Eletrosul, foram doações do Governo Estadual.²¹² A instalação da Telesc no Itacorubi, como vimos, também recebeu influência dos órgãos públicos estaduais ligados à agricultura, já instalados nesse bairro.

210 Em 1969, foi elaborado o Plano Diretor pelo ESPLAN; em 1976/77, foi aprovado o Plano Diretor elaborado pelo ESPLAN.

211 A construção da SC-401 (centro/norte da Ilha) iniciou em 1968 e foi concluída em 1974.

212 Ver, no presente trabalho, ponto sobre a implantação do Campus Universitário na Trindade.

4.4. Situação atual das localizações das sedes dos órgãos públicos estaduais e federais

Para alcançar o objetivo estabelecido pela pesquisa, qual seja, verificar como a expansão do Estado influenciou no crescimento urbano de Florianópolis, concentrou-se esforços na análise das sedes dos órgãos públicos que se constituem em patrimônio público, ou seja, sedes construídas ou adquiridas pelo Estado localizadas em Florianópolis.

Assim, foram levantados 90 órgãos públicos, 55 estaduais e 35 federais, desse total quase 50% estão localizados em prédios do patrimônio público e cerca de 12% estão em prédio alugados. (tabela 10)

Tabela 10: Condição de instalação dos órgãos públicos em Florianópolis:

condição de instalação	órgãos públicos	órgãos públicos	total	%
	estaduais	federais		
instalados em prédios públicos	24	20	44	48,88
instalados em prédios alugados	7	4	11	12,22
desconhecido	24	11	35	38,88
total	55	35	90	100

fonte: quadros 3, 4, 13 e 14

Foram selecionados os 44 prédios públicos que abrigam órgãos governamentais, segundo os quadros 13 e 14, com objetivo de verificar o período em que foram construídos ou adquiridos e como estão localizados no espaço urbano de Florianópolis. Constatamos que cerca de 43% das sedes dos órgãos governamentais selecionadas foram construídas no decorrer da década de 70. (Tabela 11)

Tabela 11: Sedes dos órgãos públicos estaduais e federais em 1995/1996, por período de construção:

Período	prédios públicos estaduais		prédios públicos federais		total	%
		%		%		
até 1929	1	4,16	-	0,00	1	2,27
1930 -1949 (20 anos)	-	0,00	1	5,00	1	2,27
1950 - 1959 (10 anos)	1	4,16	-	0,00	1	2,27
1960 -1969 (10 anos)	2	8,35	2	10,00	4	9,09
1970 - 1979 (10 anos)	10	41,66	9	45,00	(1) 19	43,18
1980 - 1984 (4 anos)	5	20,85	2	10,00	(2) 7	15,90
1985 - 1996 (11 anos)	4	16,66	2	10,00	(3) 6	13,63
desconhecido	1	4,16	4	20,00	5	11,36
<i>total</i>	24	100	20	100	44	100

fonte: quadros 13 e 14

(1) desse total 1 sede foi adquirida

(2) desse total 2 sedes foram adquiridas

(3) desse total 5 sedes foram adquiridas

Na primeira metade da década de 80, mantém-se um número significativo de construções de sedes, embora com um ritmo menor que o crescimento da década de 70. Nos capítulos anteriores, constatamos que o período de maior expansão do Estado concentrou-se nas décadas de 60 e 70. No entanto, a espacialização desse processo de expansão do Estado através da implantação das sedes dos órgãos governamentais ocorreu, principalmente, na década de 70 e primeira metade da década de 80. (Tabela 11)

Isso porque os processos sociais e econômicos e a espacialização desses processos não ocorrem de forma imediata ou simultânea, possuindo dinâmicas de tempo próprias, embora saibamos que na década de 70 ocorreu uma enorme quantidade e disponibilidade de recursos financeiros que possibilitou uma proximidade temporal muito grande entre os processos sociais, econômicos e políticos e o reflexo desses processos no espaço.

Importante destacar ainda que as sedes implantadas, na década de 70, foram praticamente todas construídas pelo Estado, com exceção de um imóvel que foi adquirido. Nas décadas seguintes, ocorreu a diminuição do crescimento do número de sedes em razão da diminuição da expansão do próprio Estado. Além disso, nesse período houve um aumento do número de prédios alugados para a instalação dos órgãos

públicos ²¹³ e, os que foram instalados em sede própria, após a década de 70, em sua maioria ocorreram em imóveis adquiridos pelo Estado.

Isto significa que na década de 70, o surgimento das sedes para os órgãos públicos em expansão através da construção de novos imóveis, certamente influenciou na dinâmica da construção civil em Florianópolis, contribuindo para que esse setor ganhasse um crescimento inédito até então.

As localizações das sedes dos órgãos públicos, como vimos num primeiro momento, ocorreu junto ou nas imediações da Praça XV de Novembro. A centralidade política exercida pela praça através da concentração de importantes órgãos públicos junto a ela, a partir da década de 70, modificou-se. A consolidação da ocupação da Praça Cívica, atual Tancredo Neves, com a construção das sedes dos mais importantes órgãos públicos do governo estadual, como a Assembléia legislativa, o Palácio da Justiça, o Tribunal de Contas e por último a instalação do Palácio do Governo, criou uma nova centralidade política. (*Mapa 10A*)

A Praça XV de Novembro, no entanto, não perdeu sua força, pois ali permaneceram importantes sedes de órgãos governamentais, sendo ainda reforçada pela construção do edifício do Banco do Brasil junto à praça, em 1971, e das sedes do INAMPS e Embratel, em 1975 e 1976, junto à Praça Pereira Oliveira, ao norte da Praça XV de Novembro. (*Mapa 10A*)

A partir da década de 70, em paralelo à expansão das localizações das sedes no centro da cidade, os bairros da Trindade e Itacorubi tornaram-se lugares privilegiados para a implantação de várias sedes de órgãos públicos. Nesse sentido, as localizações, no bairro da Trindade, do Campus Universitário da UFSC e da Eletrosul e, no bairro do Itacorubi, dos órgãos públicos estaduais ligados à agricultura e da Telesc ocorreram de forma praticamente simultânea. (*Mapa 10B*)

Dessa forma, a expansão urbana da cidade para as áreas da bacia do Itacorubi, situadas a leste do Morro do Antão, formando os bairros da Trindade, Itacorubi e adjacentes ocorreu de forma quase paralela, em processos de crescimento urbano simultâneo.

²¹³ Os exemplos mais significativos desse novo momento político e econômico foram as construções das sedes do Besc, no centro e da Celesc no bairro do Itacorubi, foram construídas, respectivamente, no início da década de 80 e 90, pelas fundações de seguridade social dos servidores dos órgãos em questão.

LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS SEDES DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAL E FEDERAL NO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS EM 1995/96

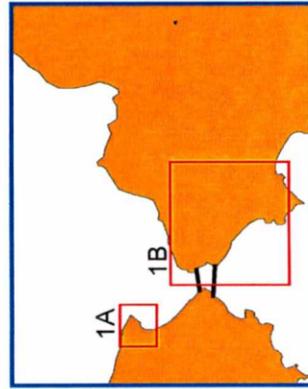
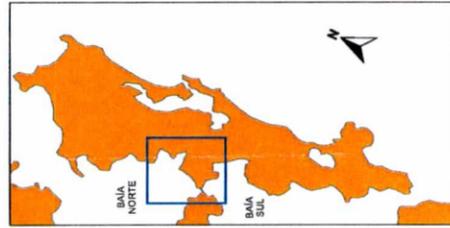


Sedes (Centro)	Data de construção	Governo Estadual	Governo Federal
1 PMSC	1927		
2 INSS	c. 1948		G.D.
3 Edifício das Secretarias	1951-56	I.B.	G.V.
4 Edifício das Diretorias	1961	H.H.	J.Q.
5 BESEC (Primeira Sede)	1962	C.R.	J.G.
6 Ministério de Minas e Energia	1962-63	C.R.	J.G.
7 Polícia Rodoviária Federal (1ª sede DNER)	1970	I.S.	C.S.
8 Palácio Barriga Verde (Assembleia Legislativa)	1970	I.S.	C.S.
9 Banco do Brasil	1971	I.S.	C.S.
10 Palácio da Justiça	1975	K.R.	E.G.
11 INAMPS	1975	K.R.	E.G.
12 MEC	1982	J.B.	J.F.
13 IOESC	1968	I.S.	C.S.
14 EMBRATEL	1976	K.R.	E.G.
15 IBAMA	1976	K.R.	E.G.
16 Tribunal de Contas do Estado	1976	K.R.	E.G.
17 Delegacia Regional do Trabalho	1977	K.R.	E.G.
18 Secretaria da Educação	1977	K.R.	E.G.
19 DNER	1978-79	K.R.	E.G.
20 CASAN	1979	J.B.	E.G.
21 CEF	1981	J.B.	J.F.
22 IPESC	1981	J.B.	J.F.
23 JUCESS	1981	J.B.	J.F.
24 BESEC (FUSESC)	1983	E.A.	J.F.
25 Secretaria da Saúde	1988	P.I.	J.S.
26 FATMA	1990(*)	W.K.	F.C.

(*) Data de instalação

Sedes (Estreito)	Data de construção	Governo Estadual	Governo Federal
27 COHAB - SC	1979-80	J.B.	E.G.

I.B.- Irineu Bornhausen; H.H.- Heriberto Hülse; C.R.- Celso Ramos; I.S.- Ivo Silveira; C.S.- Colombo M. Salles; K.R.- Konder Reis; J.B.- Jorge Bornhausen; W.K.- Wilson Kleinubing; E.A.- Espiridão Amin; P.I.- Pedro Ivo G.D.- Gaspar Dutra; G.V.- Getúlio Vargas; J.Q.- Jânio Quadros; J.G.- João Goulart; C.S.- Costa e Silva E.G.- Ernesto Geisel; J.F.- João Figueiredo; J.S.- José Sarney; F.C.- Fernando Collor; I.F.- Itamar Franco



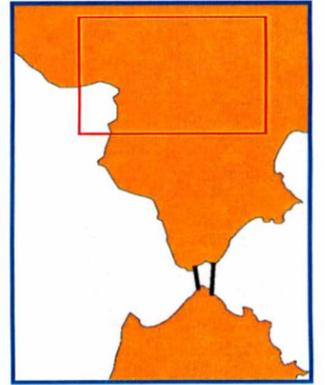
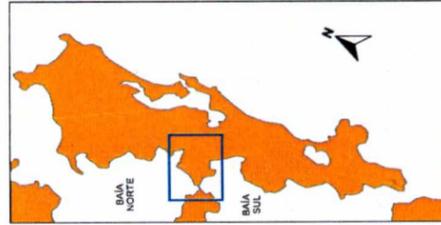
LEGENDA

- 1930 - 1949
- 1950 - 1959
- 1960 - 1969

- 1970 - 1979
- 1980 - 1984
- 1984 - 1996

- Igreja Matriz
- A** Praça XV de Novembro
- B** Praça Cívica (atual Praça Tancredo Neves)

LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS SEDES DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAL E FEDERAL NO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS EM 1995/96



Sedes (Itacorubi)		Data de construção	Governo Estadual	Governo Federal
1	CETRE - EPAGRI	1960-64	C.R.	J.G.
2	Secretaria da Agricultura	1975	C.S.	E.G.
3	CCA - UFSC	1976-77	K.R.	E.G.
4	TELESC	1976	K.R.	E.G.
5	CETRE - BESC	1978	K.R.	E.G.
6	CIASC	1979-80	K.R.	E.G.
7	UDESC	1979	K.R.	E.G.
8	CIDASC	1982	J.B.	J.F.
9	EPAGRI	1986	E.A.	J.S.
10	CELESC (ELOS)	1990	P.I.	F.C.

Sedes (Trindade)		Data de construção	Governo Estadual	Governo Federal
11	UFSC	1970-80	-	-
12	ELETROSUL	1976-78	K.R.	E.G.

Sedes (Saco Grande)		Data de construção	Governo Estadual	Governo Federal
13	TELESC - Centro de Desenvolvimento de Software (TECNÓPOLIS)			
14	Centro Administrativo BESC (antiga sede da WEG - Automação) SC-401, 4600	1993	W.K.	I.F.

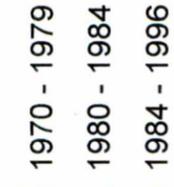
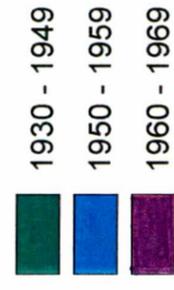
C.R.- Celso Ramos; C.S.- Colombo M. Salles; K.R.- Konder Reis;

J.B.- Jorge Bornhausen; E.A.- Esperidião Amin; P.I.- Pedro Ivo

J.G.- João Goulart; E.G.- Ernesto Geisel; J.F.- João Figueiredo; J.S.- José Sarney; F.C.- Fernando Collor

I.F.- Itamar Franco

LEGENDA



A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

Como vimos nos capítulos anteriores, no período militar, especialmente entre 1968 e final da década de 70, ampliou-se enormemente o processo de expansão do Estado, que vinha se desenvolvendo desde a década de 30, no Brasil, visando dar condições para o desenvolvimento da indústria brasileira. Em Santa Catarina, as primeiras iniciativas no sentido de criar as condições para o desenvolvimento da indústria catarinense ocorreram na década de 50, mas foi no Governo de Celso Ramos, 1961-1965, que as ações governamentais intensificaram-se, sendo ampliadas, na década de 70, a partir de uma nova conjuntura nacional, sob o regime militar.

Durante esse período, muitos órgãos públicos foram criados em consequência da ampliação das funções do Estado, nas questões sociais e, principalmente, nas questões econômicas. Uma das expressões espaciais desse processo foi a construção de sedes administrativas dos órgãos públicos, localizada na capital catarinense.

No período militar, intensificou-se o processo de centralização dos serviços e setores administrativos, esta centralização influenciou o desenvolvimento urbano de diversas capitais. Florianópolis, pelas características da formação e desenvolvimento do seu espaço urbano, sofreu uma grande transformação urbana em consequência da expansão do Estado, impulsionando uma nova dinâmica urbana para a capital catarinense.

A ampliação e localização dos diversos órgãos públicos em Florianópolis, principalmente na década de 70, constituíram-se em um dos elementos principais de transformação do seu espaço urbano nas décadas de 70 e 80. Algumas das consequências da expansão do Estado no espaço urbano de Florianópolis foram o crescimento populacional, aumento da população migrante em relação à população nativa, ampliação da classe média, expansão da malha urbana, especialização maior do setor de serviços, entre outros.

Segundo Peluso (1991), dois fatores foram reponsáveis pelo crescimento da população de Florianópolis, na década de 60: a fundação da Universidade Federal de Santa Catarina e a implantação da BR-101. No entanto, os elementos indutores do crescimento urbano de Florianópolis mostraram-se mais amplos diante da dimensão tomada pelo crescimento do Estado como um todo, tanto a nível federal como estadual. Assim, embora algumas instituições públicas tenham tido algum destaque, em termos de impacto urbano, o processo de crescimento urbano ocorreu, principalmente, devido ao crescimento do aparelho de Estado como um todo, especialmente na década de 70, com consequências diretas no espaço urbano da capital nas décadas de 70 e 80.

5.1. Crescimento populacional

O crescimento populacional de Florianópolis, aparentemente, não está expresso nos dados sobre população, já que as taxas de crescimento populacional nas últimas décadas decresceram, com exceção do ano de 1950, que registrou um elevado aumento populacional, mas esse fato deve-se à anexação da área continental²¹⁴ ao município de Florianópolis em 1943. (*Tabela 12*)

No entanto, uma das consequências do crescimento urbano na década de 70 foi a expansão e adensamento da malha urbana na área continental, ultrapassando os limites territoriais dos municípios vizinhos, dando início ao processo de aglomeração urbana entre os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. Justamente nesses municípios foram registrados índices bastante altos de crescimento populacional desde a década de 60. Na década de 70, foram registradas as maiores taxas de crescimento, especialmente nos municípios de São José (7,52%) e Palhoça (6,30%). Esses índices sofreram uma redução, na década de 80, no entanto continuaram bastante altos. (*Tabela 12*)

²¹⁴Vila de João Pessoa, atual bairro do Estreito, antes pertencente ao município de São José.

Tabela 12: População e taxa de crescimento anual de Florianópolis e municípios vizinhos, entre 1950 e 1991:

	1949	1949-59	1959	1959-70	1970	1970-80	1980	1980-91	1991
Florianópolis	67.630	3,83%	98.520	3,13%	138.337	3,11%	187.871	2,81%	254.941
São José	14.562	3,99%	21.537	6,38%	42.535	7,52%	87.817	4,28%	139.318
Biguaçu	12.265	1,15%	13.751	1,00%	15.337	3,40%	21.434	4,29%	34.027
Palhoça	11.716	1,99%	14.266	3,42%	20.652	6,30%	38.031	5,47%	68.298
G. Celso Ramos	2.915	3,49%	4.107	5,65%	7.521	0,38%	7.812	1,92%	9.630
S. A. Imperatriz	7.122	2,04%	8.716	1,59%	10.362	0,89%	11.317	1,49%	13.323

fonte: Sugai, 1994:233

Na década de 70, ocorreu a consolidação da parte continental do Aglomerado Urbano de Florianópolis como área de expansão periférica da cidade, onde se localizaram, principalmente, as moradias das população de renda baixa e média baixa. Um levantamento dos conjuntos habitacionais populares promovidos pela COHAB-SC, no Aglomerado Urbano de Florianópolis - AUF, revelou que de um total de 22 conjuntos habitacionais 20 estão localizados na área urbana continental.²¹⁵ O município de São José recebeu o maior número de conjuntos habitacionais, cerca de 56% do total de conjuntos habitacionais no AUF. Em Florianópolis foram localizados quase 30%, em Palhoça foram um pouco mais de 13% e Biguaçu, município um pouco mais distante da capital, recebeu menos de 1% do total.

Na Ilha foram implantados, pela COHAB-SC, dois conjuntos habitacionais Monte Verde e Parque da Figueira, localizados no bairro Saco Grande. Mas a grande maioria dos conjuntos habitacionais populares foram localizados no continente. O Bela Vista, localizado em São José, próximo à BR-101, é o maior e mais antigo conjunto habitacional. Foi construído em várias etapas, somente a primeira, construída no final da década de 60, possuía cerca de mil moradias unifamiliares. Na área conhecida como "Pasto do Gado", nos limites dos municípios de Florianópolis e São José, próximo à via Expressa, foram construídos os conjuntos habitacionais Promorar, Monte Cristo (lotes urbanizados), Sapé, e Panorama, a maioria construídos na década de 80.

A relação direta entre os processos de crescimento urbano de Florianópolis e dos municípios vizinhos pode ser verificada, também, pelo crescimento populacional dos

²¹⁵ Levantamento dos conjuntos habitacionais populares promovidos pela COHAB-SC, no período de 1966 a 1990.

distritos municipais. Constatamos que os distritos ou bairros de Barreiros e Campinas, pertencentes a São José, localizados entre os limites territoriais de seu município e Florianópolis, tiveram um enorme crescimento populacional. Barreiros, localizado ao norte da porção urbana continental, cresceu às margens da BR-101, sendo ponto de acesso a Florianópolis para quem vem do Norte pela rodovia. Em 1970, esse distrito apresentava uma população de 14.567 habitantes; em 1980, sua população saltou para 41.159 e, em 1991, sua população, de 58.769 habitantes, já era maior que a população do distrito sede de São José, que era de 52.769. O distrito de Campinas, incluindo o bairro do Kobrasol²¹⁶, cresceu próximo aos limites territoriais a partir da antiga estrada de ligação entre Florianópolis e o centro antigo de São José. Surgiu provavelmente no decorrer da década de 80, pois o primeiro registro populacional desse distrito é verificado no ano de 1991, apresentando uma população significativa de 24.567 habitantes. (*Tabela 1 do anexo*)

Outro fator importante no processo de transformação do espaço urbano de Florianópolis foi o aumento da população não natural do Aglomerado Urbano de Florianópolis em relação ao total da população. Destacam-se os índices sobre população não natural de São José e Palhoça. O primeiro apresentava em 1960 um índice populacional de 15,39% de habitantes não naturais esse índice aumentou para 32,62 e 55,74%, nos censos de 1970 e 80. Mais da metade da população de São José constituiu-se de população não natural, ou seja, população migrante. Palhoça apresentava em 1960 um índice de 3,77% de população não natural, passando para 12,38% e 41,60% nos anos de 1970 e 1980, respectivamente. Florianópolis, igualmente, apresenta aumento da população não natural em relação à população total do município, porém com intensidade um pouco menor. Em 1960, apresentava um índice de 17,16% de população não natural. Nos anos de 1970 e 1980, esse índice aumentou para 22,33% e 35,74%, respectivamente de população não natural. (*Tabela 13*)

Esses elementos, sobre o crescimento e transformação do quadro populacional do Aglomerado Urbano de Florianópolis, revelam mais um exemplo do padrão de crescimento urbano da maioria das cidades brasileiras, qual seja, os efeitos, especialmente os efeitos negativos do intenso crescimento urbano das cidades, aglomerados urbanos e metrópoles, foram registrados nas suas periferias.

²¹⁶Empreendimento imobiliário do setor privado voltado para a produção de residências para classe média.

Na Ilha o crescimento urbano foi mais seletivo. Com o crescimento do corpo funcional do aparelho de Estado e dinamização da economia urbana da cidade, principalmente a partir da década de 70, ocorreu uma ampliação dos setores médios da população. Com poder aquisitivo bem acima da média do poder aquisitivo local, esses setores, entre outras coisas, puderam escolher as melhores áreas para moradia. Nesse sentido, “as melhores áreas” estavam localizadas na Ilha, pois possuíam, além da proximidade com o local de trabalho, com as instalações das sedes dos órgãos públicos, possuíam, também, amenidades, como a proximidade com o mar e as baías. Além disso, a área urbana localizada na ilha foi a parte da cidade melhor servida de infraestrutura e equipamentos urbanos.

Tabela 13: População não natural dos municípios do Aglomerado urbano de Florianópolis em relação à sua população total

nº absolutos

	1960		1970		1980	
	total	não naturais	total	não naturais	total	não naturais
Florianópolis	97.827	16.786	138.337	30.894	187.871	67.147
São José	31.192	4.801	42.535	13.875	87.817	49.155
Palhoça	27.789	1.049	20.652	2.557	38.031	15.822
Biguaçu	22.380	503	15.337	1.333	21.434	5.807

Fonte: IBGE, Censo; 1960; 1970; 1980

(%)

	1960		1970		1980	
	total	não naturais	total	não naturais	total	não naturais
Florianópolis	100	17,16	100	22,33	100	35,74
São José	100	15,39	100	32,62	100	55,97
Palhoça	100	3,77	100	12,38	100	41,60
Biguaçu	100	2,25	100	8,69	100	27,09

Os bairros da Trindade, Itacorubi e adjacências foram as localidades da Ilha que mais expandiram-se em razão da proximidade com os diversos órgãos públicos instalados²¹⁷. Bairros residenciais de classe média e média alta formaram-se após a implantação das sedes das instituições públicas, como o Parque São Jorge e Jardim Anchieta, localizados na bacia do Itacorubi.

²¹⁷ A avaliação numérica desse crescimento foi dificultado pela não disponibilidade de dados específicos desses bairros. Pois, sua população está incluída na população geral do distrito sede.

Os distritos de Florianópolis que mais cresceram, a partir da década de 70, foram os distritos da Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa. (Tabela 1 do anexo) Esses distritos tiveram um grande crescimento populacional nas décadas de 70 e 80,²¹⁸. Essas localidades, a partir da década de 70, tornaram-se áreas de expansão urbana sendo, também, uma opção de moradia para uma população com nível de renda mais elevado, especialmente a Lagoa da Conceição e Santo Antônio de Lisboa, localidades mais próximas do distrito sede²¹⁹ e privilegiadas em amenidades.

O processo de transformação urbana que Florianópolis passou a viver, a partir da década de 70, também foi verificado em outras localidades da Ilha. Por exemplo, a Costa da Lagoa, uma das localidades mais isoladas da Ilha, não deixou de sentir o crescimento da economia urbana em Florianópolis, que implicou em transformação no modo de vida daquela população.

Segundo Gimeno, com o desenvolvimento e constituição de um mercado consumidor em Florianópolis, desenvolveu-se a atividade de pesca do camarão na Lagoa da Conceição, surgiram ofertas de emprego para “os homens nos serviços da construção civil e [para] as mulheres nos serviços de domésticas”. As populações nativas passaram a vender suas terras, motivadas pela especulação imobiliária, abandonando a agricultura como meio de sobrevivência. (Gimeno, 1992:68-77)

O Estado atuou não só como regulador do espaço urbano, mas enquanto produtor e consumidor de espaço, influenciando diretamente nos processos de expansão e valorização urbana, através da localização das sedes dos órgãos públicos.

A produção e consumo do espaço urbano de Florianópolis pelos órgãos do aparelho do Estado em Florianópolis ocorreram em dois momentos distintos quanto ao processo de valorização do solo urbano.²²⁰ Num primeiro momento, as localizações dos

²¹⁸As taxas de crescimento períodos de 1970/1980 e 1980/1991 foram, respectivamente, de 4,61% e 5,96% da Lagoa da Conceição, 4,24% e 7,53% do Ribeirão da Ilha, que inclui a localidade da praia do Campeche e 7,41% e 5,33% de Santo Antônio de Lisboa. No último período as praias de Canasvieiras e Ingleses apresentaram taxas de crescimento bastante elevadas, que justificam pelo crescimento da atividade do turismo no decorrer da década de 80. Sugai (1994:135) apresenta tabela completa das taxas de crescimento da população de Florianópolis por distritos.

²¹⁹O distrito sede de Florianópolis é formado pelos bairros continentais, pelo triângulo central e bairros localizados detrás do Morro da Cruz, entre eles Trindade, Itacorubi, Saco Grande, Pantanal e Saco dos Limões

²²⁰A produção do espaço urbano, embora apresente uma aparente desordem, se dá dentro de uma ordem coerente como modo de produção dominante. Ao espaço são adicionados infra-estrutura, sistema viário, equipamentos, que,

órgãos públicos produziram, diretamente, uma valorização do solo urbano. Isso ocorreu, principalmente, nos bairros da Trindade, Itacorubi e adjacências.

Outro momento no processo de valorização do solo ocorreu quando as localizações de determinados setores de órgãos públicos foram orientadas a partir de um valor do solo já estabelecido. Isso ocorreu, por exemplo, na instalação de setores que necessitavam de grandes áreas para suas instalações, como almoxarifados, depósitos, atividades de menor “status” e com menor potencial de valorização de terra. Nesse caso as áreas escolhidas foram as áreas continentais por serem mais baratas.²²¹

Mais recentemente, setores de maior “prestígio” social e econômico, e também por lidar diretamente com o público, como o serviço de Telefonia Celular, instalaram-se em áreas super valorizadas do centro da cidade.²²²

As localizações do Campus da Universidade Federal e da sede da Eletrosul nos bairros da Trindade e Pantanal e do Campus da Universidade Estadual, da sede da Telesc e de diversos órgãos públicos estaduais no Itacorubi, foram fatores de expansão e valorização urbana das áreas localizadas na bacia do Itacorubi. O Estado, ao concentrar as sedes de seus órgãos públicos em determinados lugares da cidade, concentrou também pessoal empregado nesses órgãos. Assim, ocorreu uma concentração de população com capacidade de consumo, criando uma demanda por moradia próxima ao local de trabalho. Com isso possibilitou ao capital imobiliário ampliar sua ação através da produção imobiliária, na lógica do sistema de produção formal de habitação. Esses aspectos da produção do espaço urbano, acrescentados a outros, como investimentos em infra-estrutura promovidos pelo Estado, possibilitaram uma constante valorização fundiária e imobiliária, especialmente dos bairros localizados a nordeste e leste da península central.

Por outro lado, os grupos sociais sem capacidade de consumo, excluídos do mercado de consumo pela baixa renda, deslocaram-se para outras áreas menos valorizadas. Como vimos, a partir da década de 70, ocorreu uma consolidação da parte

juntamente com a existência ou falta de amenidades, compõem o valor da terra. A ocupação do espaço urbano é regulada por esse valor, principal elemento mediador de sua apropriação.” (Rezende, 1982: 20)

²²¹ Serviço de manutenção de transportes - SSP, Estreito; Setor de almoxarifado - DER, Capoeiras; Setor de microfilmagem - DER, Estreito; Setor de Almoxarifado e Gráfica - BESC Capoeiras/via Expressa; Setor de microfilmagem - BESC, Trevo de Barreiros; Setor de Compensação Bancária - BESC, São José; Almoxarifado Central - TELESC, Barreiros, São José; Departamento de Redes - TELESC, Capoeiras.

²²² Edifício Casa do Barão, rua Bocaiúva, empreendimento de alto valor imobiliário.

continental do município de Florianópolis e municípios vizinhos, como São José e Palhoça como área periférica do Aglomerado Urbano de Florianópolis, onde localizaram-se as moradias das população de renda média baixa e baixa e onde os investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos urbanos foram bastante limitados e insuficientes.

Assim, a cidade enquanto mercadoria, com valores diferenciados, foi sendo ocupada segundo as possibilidades de renda de seus habitantes. A incapacidade de consumir caracterizou a ocupação das áreas periféricas da cidade, onde o valor do solo urbano é baixo e onde não são satisfatórios os serviços de infra-estrutura e acessibilidade a centros de empregos e serviços. (Rezende, 1982: 20)

5.2. Expansão Urbana

A expansão urbana de Florianópolis ocorreu a partir da península insular central, em dois sentidos. Na Ilha ocorreu na direção nordeste e leste, para além do Morro do Antão. As antigas localidades da Trindade, Pantanal e Itacorubi tornaram-se grandes bairros residenciais e outros formaram-se nesse processo como os bairros Santa Mônica, Córrego Grande, Anchieta, Parque São Jorge, Carvoeira, entre outros. No lado continental, a expansão urbana ultrapassou os limites dos municípios vizinhos, dando início ao processo de aglomeração urbana entre os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu.²²³

A concentração das sedes dos órgãos públicos nos bairros da Trindade e Itacorubi, especialmente no decorrer da década de 70, foi um dos principais fatores responsáveis pelo crescimento dos bairros que se formaram a nordeste e leste do centro da cidade. Os investimentos em infra-estrutura e equipamentos urbanos ali localizados contribuíram para consolidação dessa ocupação.

²²³“A partir do início da década de 60 a intervenção governamental engendra uma rápida expansão das funções centrais, de que decorre um processo de crescimento urbano em Florianópolis que, inclusive, extrapola os seus limites municipais, envolvendo num processo de conurbação as áreas continentais próximas de São José, Palhoça e Biguaçu. Na realidade, a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina e de diversas repartições federais e estaduais (bancos, concessionárias de serviços públicos, etc.) ampliam significativamente o seu mercado interno, gerando um processo de crescimento em cadeia da economia urbana..... Estimulada pelo crescimento da renda interna, inicia, no final da década passada, a rápida expansão da construção civil, que em poucos anos transforma a feição urbana da capital, com um bloco de edificações verticais, registrando seu dinamismo no presente e promovendo em poucos anos a descaracterização do centro tradicional.”(Silva,1978: 129)

No final da década de 50, a área urbana insular de Florianópolis estava, praticamente, restrita à península insular delimitada pelas baías Norte e Sul e, a leste, pelo Morro da Cruz, formando o “triângulo central” da cidade. O centro comercial e de serviços da cidade ainda estava restrito ao centro antigo, no lado sul do “triângulo”. As terras ao norte da península central constituíam-se em áreas ocupadas por chácaras, pertencentes às famílias mais ricas da cidade, em processo de expansão urbana. No levantamento aerofotogramétrico de 1957, podemos identificar grande parte dessas terras ainda não ocupadas pela malha urbana. (Mapa 4A) Surgiram também alguns vetores de expansão urbana pelas estradas ao norte e ao sul partindo do triângulo central, consolidando uma ocupação onde hoje estão localizados os bairros da Agrônômica, ao norte, e do Saco dos Limões, ao sul. (Mapa 4B)

As localidades da Trindade e Itacorubi, até a implantação dos órgãos e instituições públicas, constituíam-se em áreas de uso rural²²⁴. O primeiro Plano Diretor elaborado para a cidade, em 1952, não considerava essas terras com potencial para a expansão urbana de Florianópolis. Elaborado por Demétrio Ribeiro, Edevaldo Paiva e Edgar Graeff, segundo os paradigmas do urbanismo moderno, o Plano Diretor mantinha a expansão urbana da cidade praticamente restrita à península central. O Plano apontava duas alternativas econômicas impulsionadoras do desenvolvimento da cidade: o incentivo ao turismo na ilha e a construção de um porto marítimo localizado no lado continental norte, vislumbrando a expansão urbana para o continental.

No final da década 60, ampliava-se o processo de adensamento e verticalização do triângulo central da cidade, especialmente do centro antigo. Na Praça cívica a leste da Praça XV de Novembro iniciavam-se as construções de vários prédios públicos onde foram instalados os poderes legislativo, judiciário e executivo do governo do Estado de Santa Catarina. (Mapa 11A) Além disso ampliava-se o processo de expansão da malha urbana, na estrada ao norte do triângulo central em direção ao local onde já estava sendo implantado o Campus Universitário da UFSC. Começaram a surgir vários parcelamentos de solos com uma incipiente ocupação urbana no bairro da Trindade. A partir das

²²⁴“A Trindade, antiga freguesia situada a leste do Morro da Cruz, constituía-se no início da década de 50, em um bairro periférico de características semi-rurais. A partir da praça da Igreja da Trindade, havia apenas quatro caminhos de terra: Três destas ‘estradas’ faziam a ligação da Trindade com a península central, contornando o Morro da Cruz pelo norte, outra contornando pelo sul e uma terceira cruzando o morro; uma quarta via direcionava-se para o Córrego grande e para a Lagoa da Conceição, situada a leste da Ilha. Ao longo destes quatro caminhos localizavam-se algumas casas, com ocupação bastante esparsas.” (Sugai, 1994:73)

estradas que ligavam a localidade do Saco dos Limões à Trindade e desta à Lagoa da Conceição, formando a estrada do Córrego Grande, surgiram também, em menor quantidade, alguns parcelamentos de terras com baixa ocupação. (*Mapa 11B*)

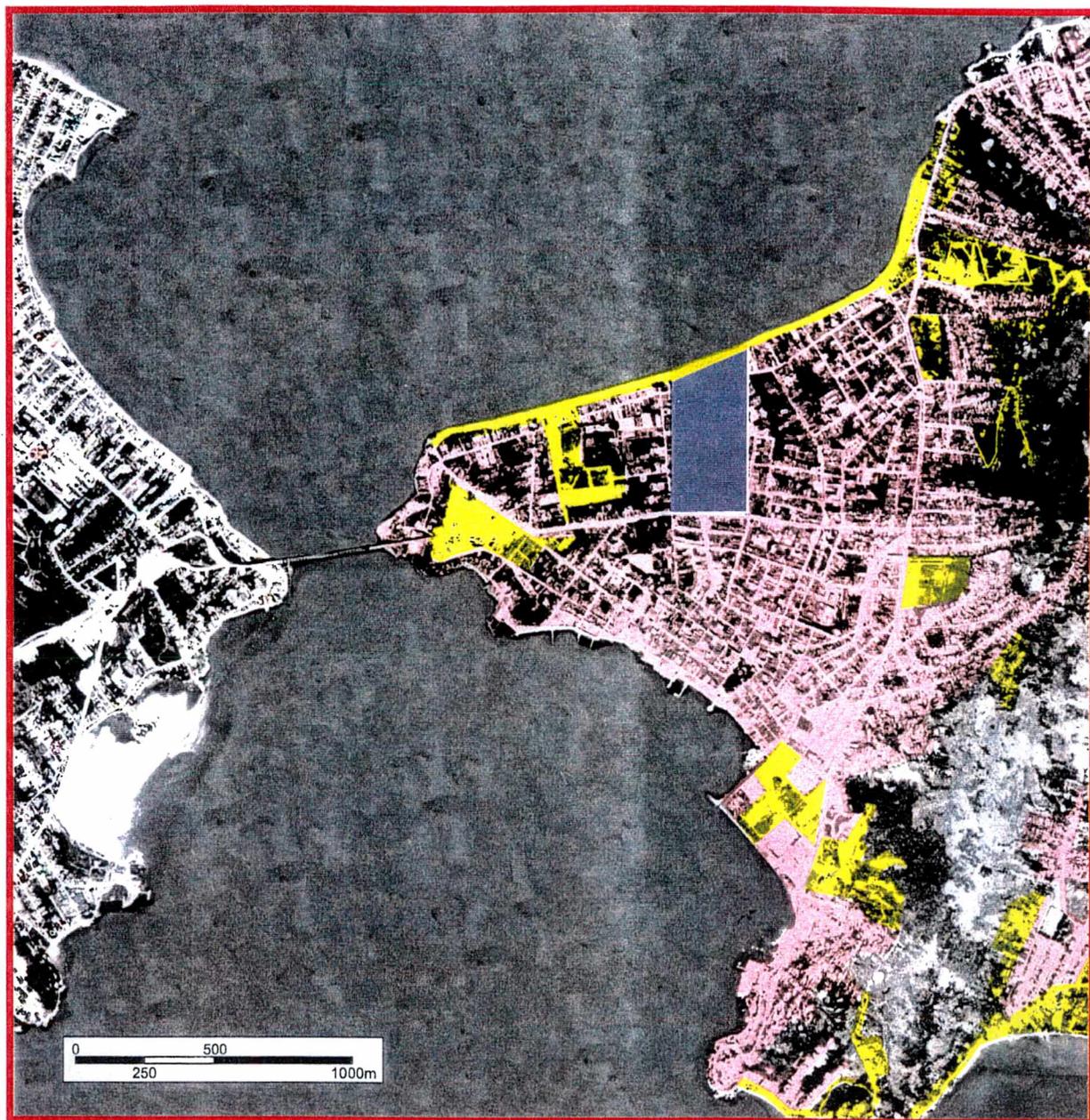
A localidade do Itacorubi mantinha-se ainda com características rurais, possuindo pequenas fazendas de produção de gado leiteiro. No entanto, desde o início da década de 60, havia se instalado nessa localidade o CETRE - Centro de Treinamento da ACARESC, uma instituição pública cuja atividade era de produção agrícola e pecuária de caráter didático e experimental. Esse órgão público estadual ocupou grande extensão de terra no Itacorubi. (*Mapa 7*) Como vimos, anteriormente, a partir da localização desse órgão público na localidade do Itacorubi estimulou-se a vinda de vários outros órgãos públicos estaduais ligados à agricultura, na primeira metade da década de 70, da Telesc em 1976 e UDESC em 1979. (*Mapa 7 e 11B*)

No decorrer da década de 70, foram implantadas as principais sedes dos órgãos públicos que se localizaram na Trindade e Itacorubi (*Mapa 8*), responsáveis pelo rápido crescimento urbano das localidades detrás do morro, a leste e nordeste do triângulo central. “O deslocamento da malha urbana no sentido Centro-Trindade, com a implantação, principalmente, da Universidade Federal, ..., promoveram grande valorização das terras, ascensão do setor imobiliário, e crescimento da indústria da construção civil, provocando investimentos maciços em infra-estrutura urbana e sistema viário.” (UFSC/SEPLAN/CEFI, 1996:7)

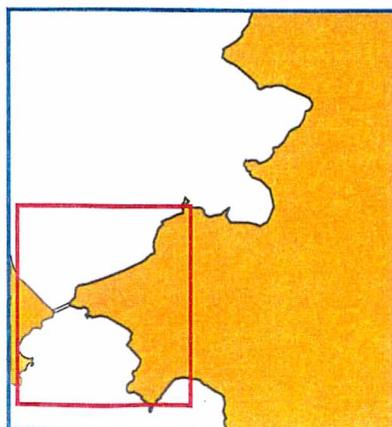
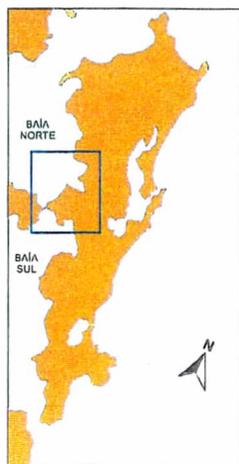
Ferreira Lima, primeiro reitor da UFSC, analisa que “fica em dúvida quanto ao desenvolvimento da Trindade, do Pantanal, da Carvoeira e bairros adjacentes se a UFSC tivesse permanecido no centro.” (Ferreira Lima, in: Santos, *Diário Catarinense*, s/d) Na época do início da implantação da UFSC havia muitos problemas de infra-estrutura, porque as estradas de acesso à UFSC e o transporte coletivo eram precários. Em pouco mais de uma década os bairros próximos ao Campus da UFSC e Eletrosul sofreram um processo de transformação bastante intenso.

SITUAÇÃO DA MALHA URBANA DE FLORIANÓPOLIS EM 1969

(Estudo da área de influência das localizações do aparelho de Estado)



Base Cartográfica: SEPLAN, Levantamento Aerofotogramétrico 1969

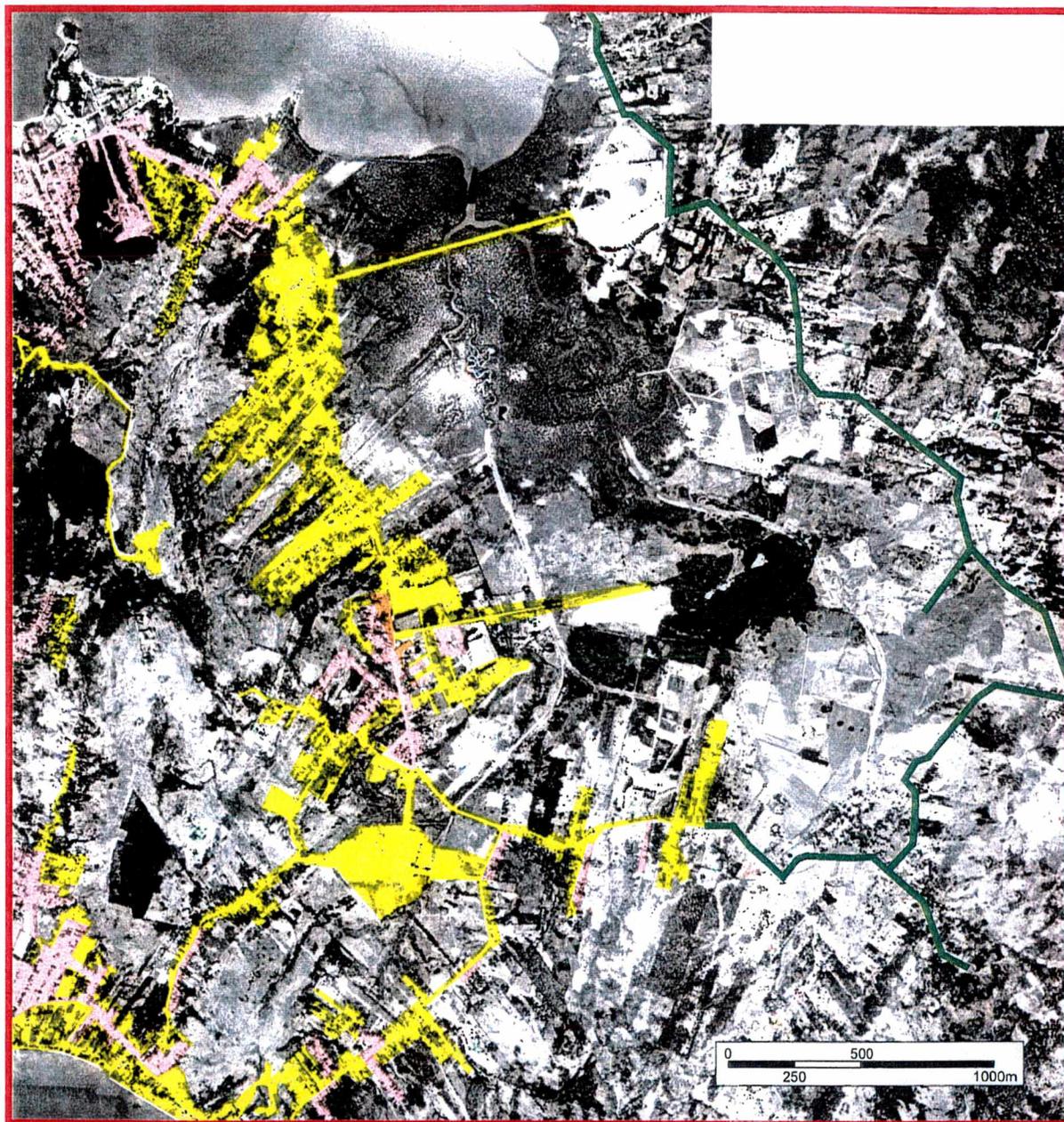


LEGENDA

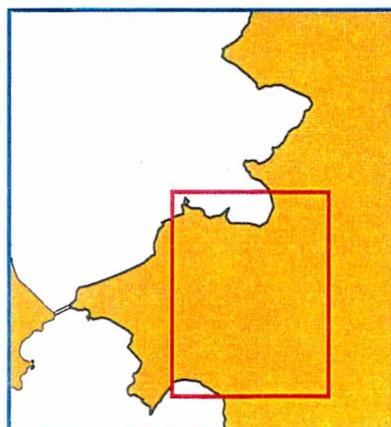
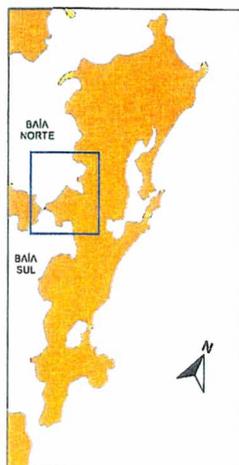
- Área Urbana Ocupada
- Área em Expansão Urbana
- Aerofoto extraviada

SITUAÇÃO DA MALHA URBANA DE FLORIANÓPOLIS EM 1969

(Estudo da área de influência das localizações do aparelho de Estado)



Base Cartográfica: SEPLAN, Levantamento Aerofotogramétrico 1969



LEGENDA

-  Área Urbana Ocupada
-  Área em Expansão Urbana
-  Vias Rurais

Na segunda metade da década de 70, a Eletrosul transferiu-se para Florianópolis e construiu, em 1978, sua sede próxima à UFSC, no bairro do Pantanal. As localidades próximas da sede ainda possuíam características rurais. Tudo “era meio sítio”, afirma um funcionário da Eletrosul, transferido do Rio de Janeiro para Florianópolis. E acrescenta, que a avenida César Seara construída entre a UFSC e Eletrosul, ligando o bairro do Pantanal com o bairro da Carvoeira ainda não existia e a via geral do Pantanal, que liga o bairro do Saco dos Limões, na baía sul, com a UFSC era uma estrada de terra, com poucas casas. O bairro Tercasa e vários condomínios na Carvoeira e no Pantanal surgiram depois da construção da sede da Eletrosul, em 1978.²²⁵

Foi, também, na década de 70 que se implantaram vários loteamentos nas imediações dos bairros da Trindade e Itacorubi. Alguns desses loteamentos tornaram-se bairros, como o Jardim Santa Mônica, loteado pelas Irmãs da Divina Providência, em 1970. Posteriormente foram surgindo os loteamentos do Parque São Jorge I e II, em 1973 e 1982, Jardim Cidade Universitária, em 1973, Jardim Flor da Ilha I e II, em 1974 e 1981 e Jardim Anchieta, em 1975. Na Lagoa da Conceição, uma das antigas localidades da Ilha, foi feito um grande loteamento, Village I, II e III, no decorrer da década de 70. Esse empreendimento incluía, ainda, um clube social, o LIC- Lagoa late Clube, cuja sede projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer foi concluída em 1975. (Sugai, 1994:124) No final da década de 70, vários desses loteamentos implantados na década de 70 ainda se encontravam apenas parcialmente ocupados. (*Mapa 12 B*)

Em 1978, já estavam consolidadas as instalações de diversas sedes dos órgãos governamentais que se localizaram nos bairros da Trindade, Pantanal e Itacorubi. Porém os acessos para esses bairros, para quem vinha do centro da cidade, ainda eram muito precários.²²⁶ Em paralelo às instalações dos órgãos públicos, grandes obras de infraestrutura foram sendo implantadas no decorrer da década de 70, principalmente obras de sistema viário. O aterro da Baía Sul e a Ponte Colombo Salles, concluídos em 1975, facilitaram os acessos entre a Ilha e o Continente. A península insular foi praticamente toda ocupada pela malha urbana, ampliando-se para as áreas do continente. (*Mapa 12A*)

²²⁵Entrevista com Sr. João Carlos Carneiro Bressane, funcionário da Eletrosul.

²²⁶O trajeto era feito até a praça Celso Ramos, ao norte da península central, pela via Beira-Mar Norte, desse ponto em diante, o trajeto era feito pela estrada antiga, pela atual rua Lauro Linhares. “Era um sacrifício...”, dependendo do horário, havia ainda o fluxo gerado pela UFSC, causando muita demora no percurso. Outra alternativa de trajeto era através do bairro do Saco dos Limões, entretanto, possuía as mesmas dificuldades de acesso. Entrevista com Sr. João Carlos Carneiro Bressane.

A Via de Contorno Norte teve seu início em 1977 e a sua conclusão, em 1982, reduziu o tempo de percurso entre a península central e a Trindade e bairros vizinhos, contribuindo para a ampliação da ocupação urbana dessas áreas, na década de 80. (Mapa 12B)

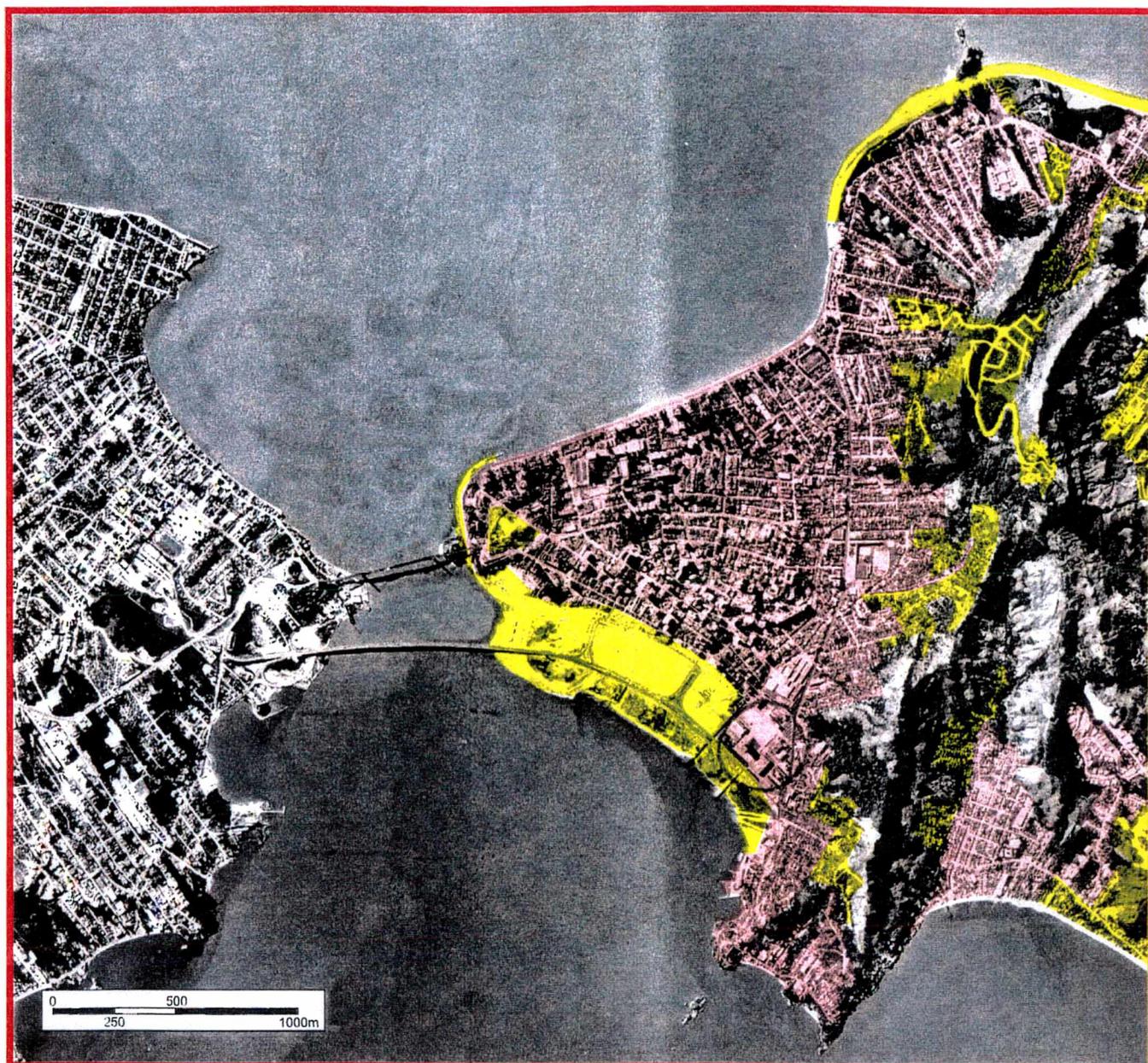
O setor de comércio em Florianópolis, até a década de 70, não era muito dinâmico. Como o setor imobiliário, o comércio também recebeu um grande estímulo em função do surgimento da nova demanda gerada pelo crescimento do aparelho de Estado, dando condições para um grande crescimento do setor terciário, dinamizando a economia urbana de Florianópolis. Por exemplo, a presença dos funcionários da Eletrosul, que vieram transferidos de outros lugares para Florianópolis, causou um enorme impacto para a economia da capital, especialmente nos setores do comércio e imobiliário. Os seus salários eram bastante altos e possuíam capacidade de consumo acima da média local. Esse fato proporcionou um certo “status” aos funcionários da Eletrosul.²²⁷ Por outro lado, os funcionários, de um modo geral, possuíam em Florianópolis uma capacidade de consumo que não dispunham na sua cidade de origem. Assim, entre outras coisas, puderam comprar terrenos, que eram vendidos a preços bastante reduzidos.²²⁸

²²⁷ Era muito fácil comparar, quando a gente chegava no comércio, se era da Eletrosul, as portas se abriam... hoje é bem diferente! Entrevista com Sr. João Carlos Carneiro Bressane

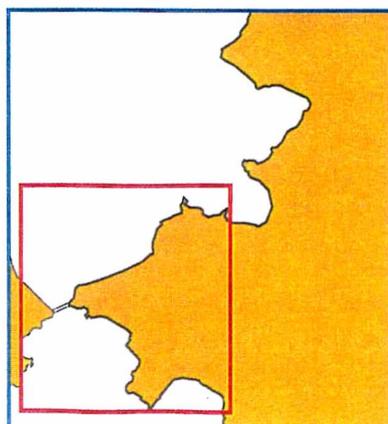
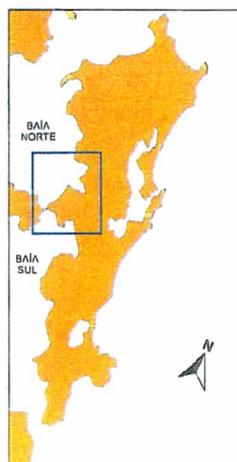
²²⁸ Havia facilidade para comprar terrenos ... era fácil, comprava a preço de banana! Entrevista com Sr. João Carlos Carneiro Bressane

SITUAÇÃO DA MALHA URBANA DE FLORIANÓPOLIS EM 1978

(Estudo da área de influência das localizações do aparelho de Estado)



Base Cartográfica: SEPLAN, Levantamento Aerofotogramétrico 1978

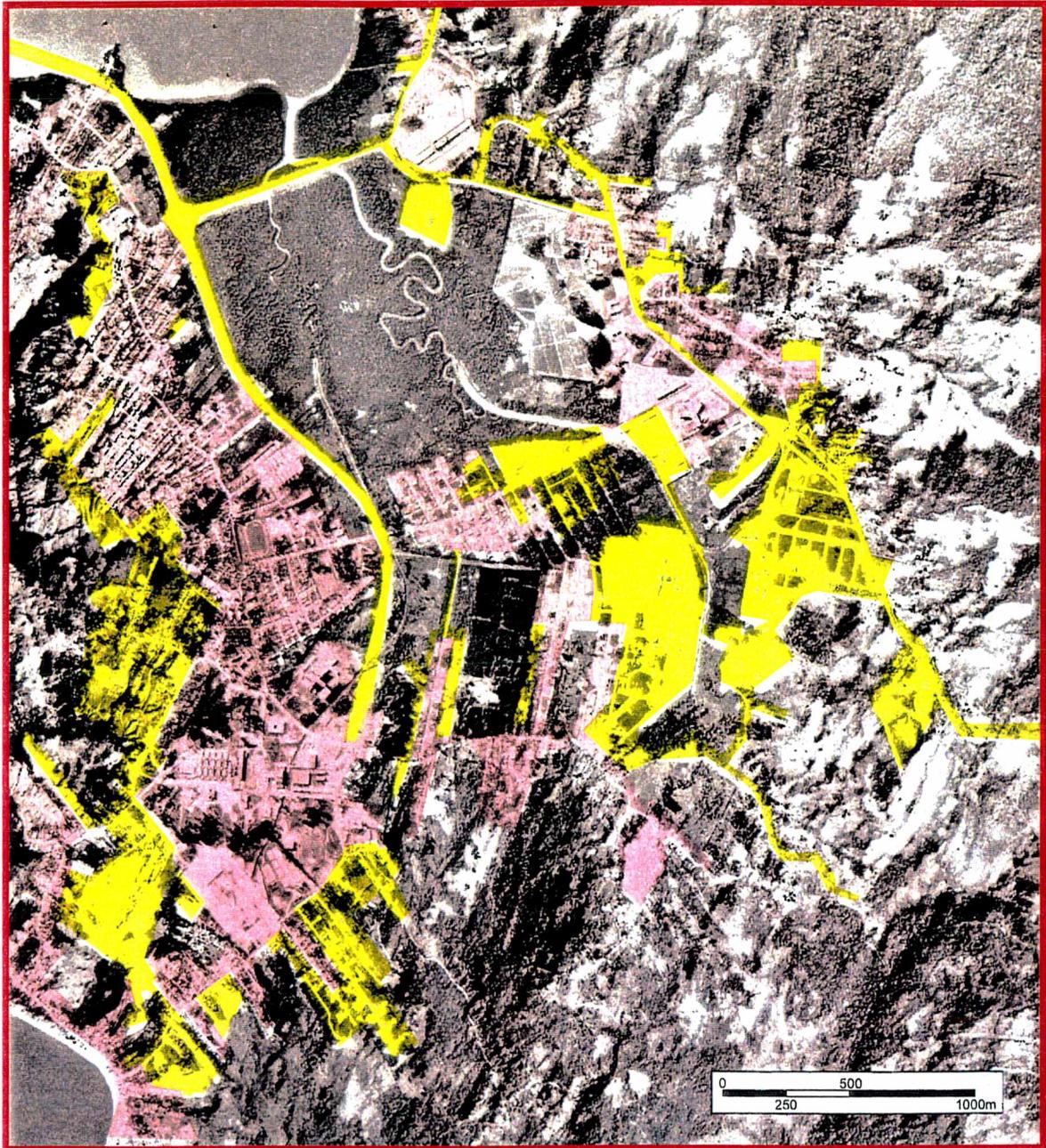


LEGENDA

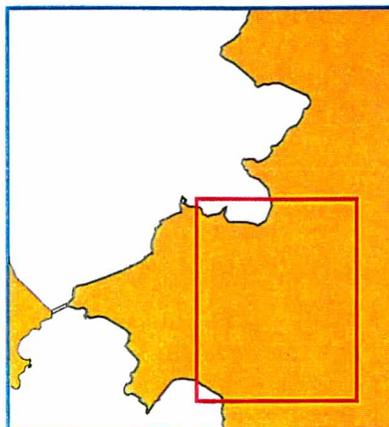
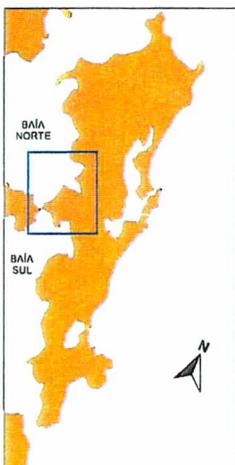
- Área Urbana Ocupada
- Área em Expansão Urbana

SITUAÇÃO DA MALHA URBANA DE FLORIANÓPOLIS EM 1978

(Estudo da área de influência das localizações do aparelho de Estado)



Base Cartográfica: SEPLAN, Levantamento Aerofotogramétrico 1978



LEGENDA

-  Área Urbana Ocupada
-  Área em Expansão Urbana

Até meados da década de 70, “toda atividade comercial, de serviço e de lazer, [ainda] estava concentrada na área central da cidade, ...” (Sugai, 1994:179) O primeiro supermercado a funcionar no bairro da Trindade ocorreu por volta de 1977. No decorrer da década de 80, pela influência da UFSC, cresceram as atividades comerciais e de serviços no bairro da Trindade expandindo-se para os bairros próximos.

O desenvolvimento do turismo como alternativa econômica para Florianópolis, em meados da década de 70, ainda era praticamente inexistente. O trajeto percorrido pelos ônibus de turismo, nesse período, reduzia-se à passagem pela Ponte Hercílio Luz, uma parada em frente a Igreja Matriz na Praça XV de Novembro e a ida até a praia de Canasvieiras, no norte da Ilha de Santa Catarina, única praia que possuía acesso por estrada asfaltada. O acesso para o sul da Ilha era feito por estradas sem pavimentação. O setor hoteleiro era pouco desenvolvido. Em 1975, existiam poucos hotéis na cidade, destacando-se apenas os Hotéis Royal, Querência, surgindo logo depois o Hotel Floph e o Ivoram, todos localizados no centro da cidade.

Na década de 80, ocorre um grande adensamento e verticalização das áreas centrais da cidade, em especial das áreas próximas à Avenida Beira-Mar Norte, ao norte da península central, com o surgimento de edifícios residenciais para setores sociais de renda mais alta. (Sugai, 1994) (*Mapa 13A*)

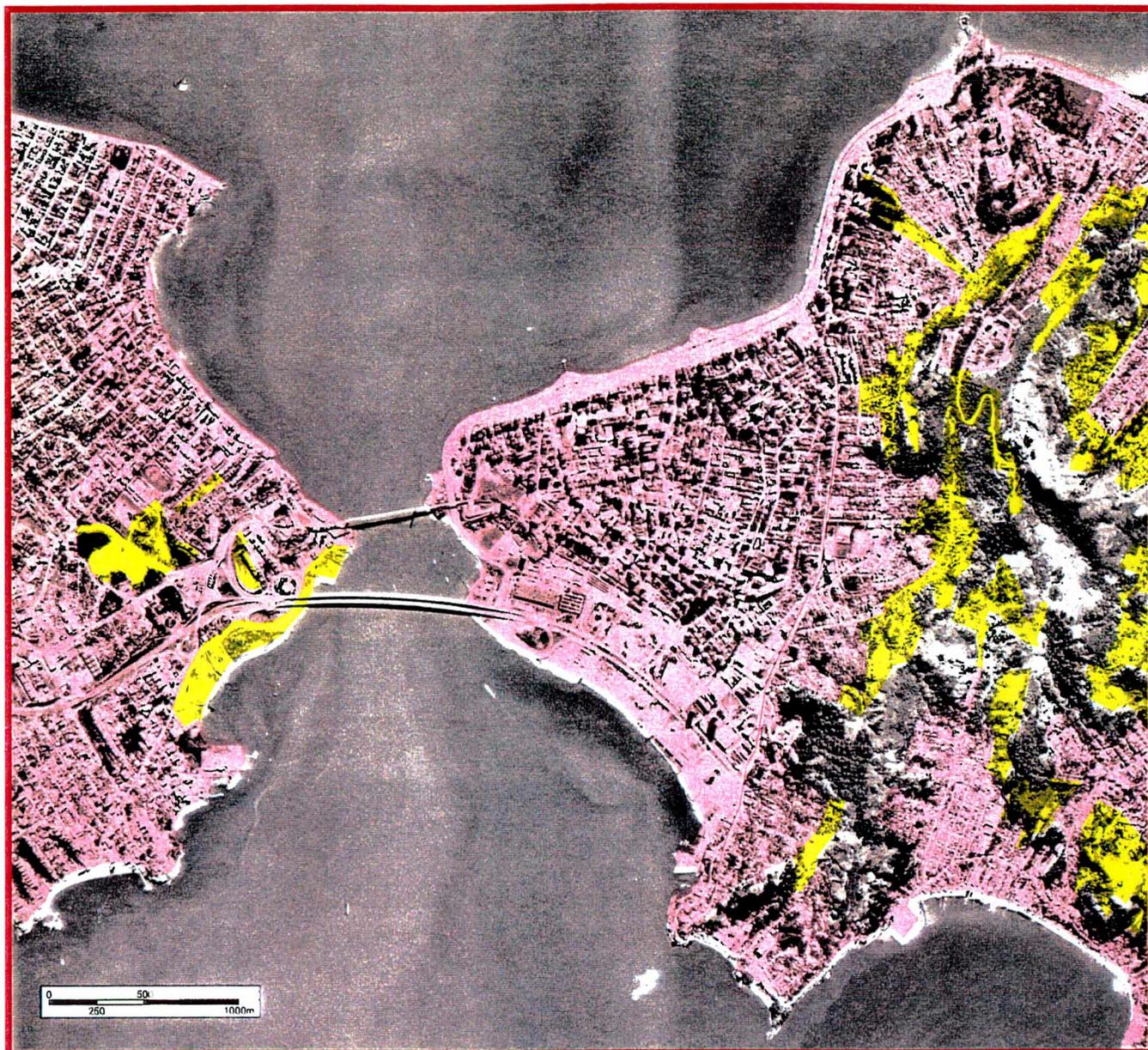
Nas áreas a nordeste e leste da península central a expansão urbana consolidou-se. Ocorreu também em alguns desses bairro, especialmente na Trindade, um processo de adensamento com verticalização limitada por lei em cerca de 4 pavimentos. (*Mapa 13B*) Determinadas atividades que foram implantadas nesses bairros, entre as décadas de 20 e 40, tornaram-se incompatíveis com os usos urbanos. O aterro sanitário do Itacorubi, após mobilização popular, foi parcialmente desativado, o estábulo da Cavalaria do Centro de Ensino da Polícia Militar e o Estande de Tiros da Polícia Militar, na Trindade, também foram desativados. A sede do “Abrigo de Menores”, localizada na Agrônômica desde a década de 30, foi transferida, no início da década de 80. O Complexo Penitenciário, localizado nos limites dos bairros da Agrônômica e Trindade, há muitos anos reivindica-se a sua transferência para outro lugar.

A partir de meados da década de 80, a redução do intenso crescimento do aparelho de Estado, verificado na década anterior, não afetou a dinâmica urbana de

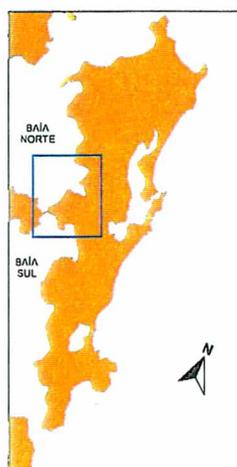
Florianópolis. O desenvolvimento urbano ocorrido nas décadas de 70 e 80, gerou uma economia urbana mais complexa, possibilitando que o espaço urbano de Florianópolis ganhasse uma dinâmica própria, não dependendo, exclusivamente, das funções governamentais. As atividades ligadas ao turismo, confecções, comércio, entre outros, contribuíram para que, a partir da década de 80, o espaço urbano de Florianópolis tivesse uma nova dinâmica.

SITUAÇÃO DA MALHA URBANA DE FLORIANÓPOLIS EM 1994

(Estudo da área de influência das localizações do aparelho de Estado)



Base Cartográfica: IPUF, Levantamento Aerofotogramétrico 1994



LEGENDA

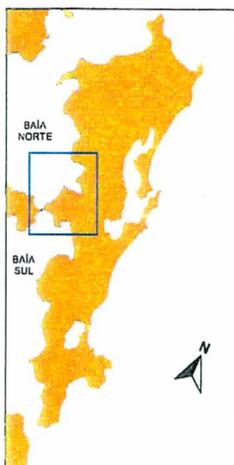
-  Área Urbana Ocupada
-  Área em Expansão Urbana

SITUAÇÃO DA MALHA URBANA DE FLORIANÓPOLIS EM 1994

(Estudo da área de influência das localizações do aparelho de Estado)



Base Cartográfica: IPUF, Levantamento Aerofotogramétrico 1994



LEGENDA

-  Área Urbana Ocupada
-  Área em Expansão Urbana

CONCLUSÃO

O período entre 1968 e final dos anos setenta foi o ápice de um processo de ampliação das funções do Estado que teve início na década de 30. O Estado nesse período assumiu mais intensamente a forma de agente da produção. Marcado pelo centralismo autoritário, o Estado interviu na economia através da criação das empresas estatais ou de participação mista com o capital privado.

Em geral, sabe-se que a função do Estado capitalista “é a de garantir as condições materiais de produção e o sistema legal que ordena as relações capitalistas...” (Martins, 1985 :19) No entanto, a ação do Estado no Brasil, especialmente no período militar, foi além disso. Ele atuou diretamente, através das empresas governamentais, em determinados setores econômicos que por falta de capacidade do capital nacional e desinteresse do capital estrangeiro estrangulavam o crescimento da indústria no Brasil.

Assim, a ampliação do Estado foi necessária para que a indústria brasileira e mais especificamente a indústria catarinense pudesse crescer e ampliar a sua produtividade. Portanto, a ação do Estado viabilizou e financiou o processo de industrialização brasileira, possibilitando que ela desse um salto de crescimento em poucos anos.

A enorme expansão do Estado ocorreu de várias formas, com a criação de empresas estatais, atuando diretamente no setor produtivo, a criação de um complexo sistema financeiro, como órgão arrecadador e investidor e através da criação de órgãos de pesquisa e assistência à produção, entre outros. Em nenhum outro momento da história do Brasil ocorreu um aumento tão grande do aparelho de Estado.

Uma das consequências da política de governo de ampliação e centralização das funções do Estado, foi o aumento do número de órgãos públicos, tanto estaduais como federais. O aparelho de Estado em Santa Catarina representado pela criação de novos órgãos públicos, teve um crescimento extraordinário, nas décadas de 60 e 70. Nesse período, foram criados quase 60% do total de órgãos públicos estaduais surgidos ao longo dos últimos 100 anos.

A ação do Estado em relação ao urbano, em geral, é abordada sob a ótica de sua ação normativa, determinando leis e planos de ordenamento. No entanto, as consequências da enorme expansão do Estado colocou-nos diante de uma outra dimensão de análise. O Estado, nesse caso, ocupou um lugar, produziu e consumiu espaço e é, justamente, essa característica, a sua materialização, que foi o principal fator de transformação do espaço urbano de Florianópolis a partir da década de 70.

Assim, Florianópolis, uma inexpressiva capital de estado até a década de 60, transformou-se radicalmente a partir da enorme expansão do Estado ocorrida, principalmente, no período do regime militar. A função urbana de centro de gestão exercida pela capital do Estado de Santa Catarina, ganhou uma dimensão maior dentro do seu contexto urbano, principalmente pela cidade não ter desenvolvido outras funções urbanas de forma expressiva. Como vimos, nas décadas anteriores a 1960, a cidade viveu um período de pouco crescimento urbano, principalmente, como decorrência do fechamento do seu porto e conseqüente decadência do seu comércio. A partir da década de 30, a economia da cidade passou a depender, quase exclusivamente, da função urbana de sede de governo. Assim, a grande expansão do Estado, nas décadas posteriores, desencadeou um processo de transformação urbana da capital catarinense.

Algumas das consequências da expansão do Estado, em Florianópolis foram o crescimento do número de órgãos, empresas e servidores públicos estaduais e federais e o aumento das construções das sedes centrais dos órgãos públicos. Constatou-se que cerca de 43% das sedes dos órgãos públicos estaduais e federais pesquisados foram construídas no decorrer da década de 70. Esses fatores repercutiram no espaço urbano de Florianópolis influenciando diretamente na sua dinâmica espacial.

Cabe ressaltar que foram concentrados em Florianópolis os técnicos e pesquisadores mais qualificados do quadro funcional do Estado, responsáveis pelos avanços tecnológicos no campo da infra-estrutura e da produção econômica em Santa Catarina promovidos pelo Estado, além dos setores "burocratizados", que existem, isso é óbvio. Esses setores do funcionalismo lotado nas sedes dos órgãos públicos na capital, concentraram, em geral, os melhores salários do corpo funcional do Estado, com consequência direta e indireta para a economia urbana da cidade.

Sobre a implantação das sedes dos órgãos públicos, constatou-se que a Ilha foi o lugar privilegiado para a sua localização, em contraposição ao continente que se consolidou e expandiu como opção de moradia para as classes médias e baixa.

As localizações das sedes dos órgãos públicos, historicamente, haviam se localizado junto ou nas imediações da Praça XV de Novembro. A partir da década de 70, surgiu uma nova centralidade política e espacial, com a construção das sedes dos mais importantes órgãos públicos do governo estadual, como a Assembléia legislativa, o Palácio da Justiça, o Tribunal de Contas e por último a instalação do Palácio do Governo, consolidou-se a ocupação da Praça Cívica, atual Praça Tancredo Neves.

A localização das sedes administrativas dos órgãos públicos, a partir da década de 70, adquiriu o papel de frente de expansão do espaço urbano de Florianópolis. Em paralelo às novas localizações das sedes no centro da cidade, os bairros da Trindade e Itacorubi tornaram-se lugares privilegiados para a implantação de várias outras sedes de órgãos públicos. Assim, foram instalados, no bairro da Trindade, o Campus Universitário da UFSC e, no bairro do Pantanal, a sede da Eletrosul. No bairro do Itacorubi, foram instaladas as sedes dos órgãos públicos estaduais ligados à agricultura, a Telesc, a UDESC e, posteriormente, vieram outros órgãos, como a Celesc.

Com isso, as áreas da bacia do Itacorubi, situadas a leste do Morro da Cruz, praticamente rurais até a década 60, tornaram-se áreas de expansão urbana. Nas décadas de 70 e 80, as antigas localidades da Trindade, Córrego Grande, Pantanal e Itacorubi tornaram-se grandes bairros residenciais e outros formaram-se nesse processo, como os bairros Santa Mônica, Jardim Anchieta, Parque São Jorge, Carvoeira, entre outros.

As ações de intervenção urbana, promovidas pelo Estado, contribuíram para a intensificação do processo de expansão urbana da cidade de Florianópolis. As obras de sistema viário, como a Avenida Beira-mar Norte e sua ampliação, a Via de Contorno Norte, a Ponte Colombo Salles e o Aterro Beira-mar Sul, construídas na década de 70, fizeram desaparecer os entraves à expansão urbana para as áreas ao norte e leste do Morro da Cruz, especialmente aquelas localizadas na bacia do Itacorubi e para o lado continental.

A expansão e adensamento da malha urbana em direção à área continental, ultrapassou os limites territoriais entre os municípios vizinhos, dando início ao processo de aglomeração urbana entre os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. As áreas continentais do Aglomerado Urbano de Florianópolis tornaram-se áreas de expansão urbana periféricas, tanto no sentido geográfico como social.

A materialização do aparelho de Estado no espaço urbano de Florianópolis, através da localização das sedes dos órgãos públicos, influenciou, diretamente, na organização espacial da cidade. Indiretamente, influenciou outros agentes sociais na produção e consumo do espaço urbano. Além disso, surgiram outros elementos que repercutiram no espaço urbano, como o aumento do corpo funcional, dos salários, dos recursos financeiros, dos investimentos urbanos, a ampliação dos serviços, entre outros. Assim, o conjunto de todos esses elementos, que surgiram a partir da enorme expansão do Estado, foi responsável pelo crescimento urbano de Florianópolis a partir da década de 70.

ANEXO

Quadro 1: Reconstituição do crescimento do aparelho de Estado do Governo do Estado de Santa Catarina, pela ordem da data de criação dos órgãos:

SÉCULO XIX

Órgão Público	Lei/Ano de criação	Lei de extinção/Alteração
Biblioteca Pública	lei 373/1854	
Serviço de remoção do lixo, águas servidas e materiais fecais	1877	regime de concessão, por vinte anos
Tribunal de Justiça de SC	1891	
Escola Normal Catarinense	dec 155/1892	passou por várias alterações de denominação até seu nome atual: Instituto Estadual de Educação
Diretoria de Higiene Pública	lei nº109/1893	
JUCESC - Junta Comercial do Estado de SC	lei 68/1893	lei 4285/69, reorganiza; lei 5516/79, transforma em autarquia
Repartição de Terras e Colonização	lei 70/1893	lei 1186/1917, transforma em Serviço de Terras e Colonização
"Diário Oficial"	lei 162/1895, cria imprensa oficial com a denominação "Diário Oficial"	
Diretoria do Estado e Justiça.	lei nº 328/1898	

1900-1919

Órgão Público	Lei/Ano de criação	Lei de extinção/Alteração
MONTEPIO	lei 825/1909, criação	lei 3138/62, transforma o Montepio em IPESC
Diretoria de Viação, Terras e Obras Públicas	1910	órgão do Governo do Estado, encarregado das principais obras realizadas em Florianópolis.
Polícia Civil do Estado	lei 856/10, organização policial do estado	lei 1297/19, reorganiza
Serviço de Terras e Colonização	lei 1186/1917	lei 1316/19, transforma em Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura
Corpo de Bombeiros da Capital	lei nº1288/1919	
Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura	lei 1316/19, transforma o Serviço de Terras e colonização em Diretoria ...	dec 82/31, altera denominação para Diretoria de Terras, Colonização e Cadastro Parcelário Territorial do Estado.

1920-1929

Órgão Público	Lei/Ano de criação	Lei de extinção/Alteração
DOP - Diretoria de Obras Públicas	lei 1539/26, antes Diretoria de viação, Terras e Obras Públicas	lei 4547/70 - transforma em DAE
Inspetoria de Estradas e Rodagens	lei 1539/26	dec 42/33, extingue, transforma em Diretoria de Estradas e Rodagens
Penitenciária Florianópolis	de lei 1547/26	
Justiça Militar do Estado/ Polícia Militar	lei 1618/28, criação	

1930-1939

Órgão Público	Lei/Ano de criação	Lei de extinção/Alteração
Laboratório de Análises de Erva Mate	dec 1/30, criação	lei 503/51, altera denominação para Laboratório Geral do Estado
Diretoria de Terras, Colonização e Cadastro Parcelário Territorial do Estado.	dec 82/31, altera denominação: Diretoria de Terras, Coloniz. e Agricultura para ...	lei 134/48, altera denominação para Diretoria de Terras e Colonização
Diretoria de Estradas e Rodagens	dec 42/33, criação, a partir da Inspetoria de Estradas e Rodagens	dec 217/44, extingue, transformada em DER - Departamento Estadual de Estradas e Rodagens
Secretaria de Viação e Obras Públicas	lei 13/35, criação	
Abrigo de Menores	dec 78/35, criação	dec 8026/69, altera denominação para Educandário 25 de novembro
DEE - Departamento Estadual de Estatística	lei 119/36	lei 5275/76, extingue, suas atribuições são transferidas para o ITEP - Instituto Técn. de Economia e Planejamento
DESP - Departamento Estadual de Saúde Pública	1937	
Departamento das Municipalidades	dec 31/38, criação	lei 180/48, extingue, substituído pela Assessoria Municipal
Serviço de Atendimento a Psicopatas	dec 416/39, criação	

1940-1949

Órgão Público	Lei/Ano de criação	Lei de extinção/Alteração
DEIP- Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda	dec 543/41	dec. 1396/45, transforma em Departamento Estadual de Informações
CESPE - Comissão de Estudos dos servidores Públicos Estaduais	dec 748/43	lei 2961/61, extingue, suas atribuições são assumidas pelo DORSP
DEGC - Departamento Estadual de Geografia e Cartografia	dec 811/43, criação	lei 5295/77, extingue, suas atribuições são transferidas para a FATMA
DER - Departamento Estadual de Estradas e Rodagens	dec 217/44, criação, a partir da Diretoria de Estradas e Rodagens	
Departamento Estadual de Informações	dec. 1396/45	dec 122/46, extingue
Diretoria de Terras e Colonização	lei 134/48	lei 2939/61, extinção, substituído pelo IRASC
Assessoria Municipal	lei 180/48	lei 4547/70, extingue
Museu Histórico e Artístico de Santa Catarina	lei 196/48	lei 5476/78, extinção, substituído pelo Museu Histórico de Santa Catarina
Museu de Arte Moderna	dec 433/49, criação	

1950-1959

Órgão Público	Lei/Ano de criação	Lei de extinção/Alteração
Laboratório Geral do Estado	lei 503/51, criação	lei 1337/55, altera denominação para Laboratório de Química Agrícola e Industrial
CEE - Comissão de Energia Elétrica de Santa Catarina	lei 505/51, criação	lei 5089/75, extinção
Bolsa Oficial de Valores de Santa Catarina	lei 581/51	1978, fundida c/ a Bolsa do RS

Serviço de Metrologia do Estado	dec 454/53, criação	
ELFA - Empresa Luz e Força de Florianópolis	dec 21/55, constitui como sociedade anônima	
Laboratório de Química Agrícola e Industrial	lei 1337/55, criação	dec 672/71, altera denominação para Laboratório de Análises de Solo e Minerais
CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina	lei 1365/55, autoriza constituir; dec 22/55, institui	lei 4547/70, transforma em autarquia; lei 5516/79, transforma em sociedade de economia mista; dec 1375/88, absorveu os empregados do ERUSC
TC - Tribunal de Contas do Estado	lei 1366/55, criação	
APSFS - Administração do Porto de São Francisco do Sul	lei 1404/55	
CAGESC - Companhia de Armazéns Gerais de Santa Catarina	lei 1431/56, criação	
Diretoria do Serviço de Fiscalização de Armas e Munições	lei 1438/56, criação	
Secretaria do Trabalho	lei 1460/56, criação	
ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina/ EMATER/SC	29/02/56, fundação, como associação de caráter privado, sem fins lucrativos;	reconhecida de utilidade pública pelo dec. federal nº 50.622/61, e lei estadual nº 2.977/61, sendo vinculada à Secretaria da Agricultura; Dec 6429/78, constitui como empresa pública; 1991 é substituída pela EPAGRI.
SOTELCA - Sociedade Termelétrica do Capivari S.A.	1957, instalação	1962, tornou-se empresa associada à Eletrobrás. 1971, incorporada à Eletrosul.
Museu Histórico e Arqueológico de Santa Catarina	lei 1974/59, criação	lei 5476/78, extinção, substituído pelo Museu Histórico de Santa Catarina

1960-1969

Órgão Público	Lei/Ano de criação	Lei de extinção/Alteração
Polícia Rodoviária de Santa Catarina	lei 2335/60, criação	dec 2599/77, institui e dispõe sobre fiscalização do trânsito nas rodovias estaduais, a cargo do DER
Arquivo Público do Estado	lei 2378/60	
Diretoria de Água e Esgoto	lei 2427/60, criação a partir da transformação do Serviço de Água e Esgoto	lei 3058/62, extinção, substituído pelo DAES - Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária.
BRDE - Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul (RS, PR e SC)	lei 744/61, aprova convênio entre RS, PR e SC para criação do BRDE	dec 06/76, integra BRDE/agência - SC ao sistema CODESC
CODESUL - Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (PR, SC e RS)	lei 744/61, institui	
BDE - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina	lei 2719/61, autoriza constituir, governo Celso Ramos; 21/07/62, iniciou suas atividades	1969, altera denominação, passa a designar-se Banco do Estado de Santa Catarina S/A - BESC
ITESC - Instituto Tecnológico de Santa Catarina	lei 2771/61, autoriza criação	órgão não funcionou
Secretaria Sem Pasta (implementar o PLAMEG - Plano de Metas do Governo)	lei 2772/61, criação	lei 3791/65, dispõe sobre PLAMEG período de 1966-70; dec 8852/70, Cria no Plameg grupo Executivo de Obras da Capital lei 4547/70, extinção, suas

		atribuições são absorvidas pela Secretaria do Governo e Secretaria do Desenvolvimento Econômico
Fundação Médico-hospitalar Catarinense	lei 2772/61	lei 4547/70, altera denominação para Fund. Hospitalar de Santa Catarina
DCC - Departamento Central de Compras	lei 2772/61, autoriza constituir dec 382/61, constitui	lei 5089/75, transforma em órgão autônomo dec 23.749/84, altera denominação para Departamento de Administração de Material - DAM
IRASC - Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina	lei 2939/61, criação, extingue a Diretoria de Terras e Colonização	lei 5295/77, extingue
DORSP - Departamento de Orientação e Racionalização dos Serviços Públicos	lei 2961/61, transforma em DORSP o CESPE (1943)	lei 4547/70, extingue, suas funções são absorvidas pela Secretaria da Administração
DECAPESC - Departamento Estadual de Caça e Pesca	lei 3003/61, criação, extingue o Serviço de Caça e Pesca	lei 5295/77
CIMENVALE - Mineração e Cimento do Vale do Itajaí	dec 2268/62, autoriza governo constituir empresa para exploração de calcário	1981, liquidação, vendida à Cia Catarinense de Cimento Portland
DAES - Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária	lei 3058/62, criação, extingue Diretoria de Água e Esgoto	lei 4701/71, extinção: suas atribuições passam a ser exercidas pela CASAN
DEOS - Departamento de Obras e Saneamento	lei 3092/62, criação	lei 4174/68, extinção
Assessoria Técnica - Gab. do Governador	lei 3103/62, criação, cria 7 cargos	extinto
IPESC - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	lei 3138/62 criação, substitui o Montepio	lei 5516/79, transforma em autarquia
SIESC - Serviço Integrado de Engenharia Sanitária de Santa Catarina	1962	Desse serviço participam os seguintes órgãos: DAES(estadual), FSESP (federal) e USAID.
FESC - Fundação Educacional de Santa Catarina	lei 3191/63, autoriza criação	
Secretaria dos Negócios do Oeste	lei 3283/63	dec 2803/77, transforma em Autarquia
FUNDESC - Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina	lei 3390/63, institui	lei 5159/75, extinção e substituído pelo PROCAPE
Escola de Polícia Civil/ Academia de Polícia	lei 3427/64, criação	
Fundação Catarinense de Saúde	lei 3555/64, institui	lei 4547/70, extinção, incorporada pela FHSC
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina	dec 2820/65, criação	lei 8092/90, transforma em fundação
Departamento de Habitação	lei 3608/65, criação	
CTC - Companhia Telefônica de Santa Catarina	lei 3642/65	extinta, substituída pela COTESC (1969)
Serviço Estadual de Turismo	lei 3684/65	lei 4240/68, extinção

COHAB/SC - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	lei 3698/65, criação	lei 5516/79, dispõe que é Sociedade de economia mista;
CASA CIVIL	lei 3792/66 - cria cargo de Secretário dos Negócios da Casa Civil.	
LOTESC - Superintendência Lotérica do Estado de Santa Catarina	lei 3812/66, criação	
DETRAN/SC	- 1966 - constituído nos termos da Lei Federal 5108/66, art. 10,11 e 12	
IEE - Instituto Estadual de Educação	1966, passa a ser denominado como tal, originado a partir da Escola Normal Catarinense (1892)	possuiu várias denominações: desde Instituto de Educação de Florianópolis, em 1935, a Colégio Estadual "Dias Velho" em 1957; dec 2610/77, integra à estrutura da Sec. da Educação e Cultura
CODEC - Comissão de Desenvolvimento da Capital	lei 868/67, aprova convênio c/ município de Florianópolis p/ constituição	
FCEE - Fundação Catarinense de Educação Especial	lei 4156/68, constitui	lei 5089/75, extingue, incorporada à FUCABEM
CEE - Caixa Econômica Estadual S.A.	lei 4222/68	lei 5295/77, extingue, incorporada pela CEF
DEATUR - Departamento Autônomo de Turismo	lei 4240/68	lei 5089/75, extinção
Fundo de Desenvolvimento da Pecuária	lei 4258/68	
COTESC - Companhia de Telecomunicações de Santa Catarina	lei 4299/69, autoriza constituição, como sociedade de economia mista	dec 4822/73, razão social da COTESC é substituída pela TELESC, tornando-se subsidiária da TELEBRÁS, Telecomunicações Brasileiras S.A.
PRODASC - Companhia de Processamento de Dados de Santa Catarina	lei 4384/69, autoriza constituição dec 736/75, constitui	lei 5516/79, transforma em sociedade de economia mista e integrante do sistema CODESC dec 7/87, transforma em CIASC
Educandário 25 de Novembro	dec 8026/69, altera denominação do Abrigo de Menores para Educandário ...	dec 68/76, extinção, incorporado à FUCABEM
BESC - Banco do Estado de Santa Catarina	1969, criado a partir da alteração de denominação do BDE - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina para BESC	dec 7/87, integra sistema CODESC

1970-1978

Órgão Público	Lei/Ano de criação	Lei de extinção/Alteração
ADFESC - Administradora Financeira do Estado de Santa Catarina	lei 4424/70, constitui (controla empresas do sistema financeiro do estado)	lei 4547/70, extingue, substituída pela CODESC
FHSC - Fundação Hospitalar de Santa Catarina	lei 4547/70, altera denominação da Fundação Médica Hospitalar Catarinense para FHSC	
Secretaria da Administração	lei 4547/70, criação	
CASAN - Companhia de Águas e Saneamento de Santa Catarina	lei 4547/70 - art.43, autoriza constituição; 1971, criação, substitui DAES	lei 5516/79, transforma em sociedade de economia mista

DAE - Departamento Autônomo de Edificações	lei 4547/70 confirmar	
Secretaria do Desenvolvimento Econômico	lei 4547/70	lei 5089/75, extingue, transforma em Secretaria de Estado da Tecnologia e Meio Ambiente
Procuradoria Geral do Estado	lei 4547/70, dispõe sobre o Ministério Público	lei 6107/82, dispõe sobre organização
BADESC - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina	lei 4547/70 - art. 43, autoriza constituir lei 4950/73, constitui 1975, início do funcionamento, absorve parte principal das operações de fomento do BESC.	dec 7/87, integra sistema CODESC
BESCOR - Besc Corretora de Seguros e Administradora de Bens	lei 4547/70, autoriza constituir e 1972, criação	
BESCVAl - Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	lei 4547/70, autoriza constituir	dec 6/76, integra sistema CODESC
BESCREDI - Besc Financeira - Crédito, Financiamento e Investimentos	lei 4547/70, autoriza constituir	dec 6/76, integra sistema CODESC
BESCTUR - Besc Turismo (agência de viagens)	lei 4547/70, autoriza constituir	1973, passou a BESC Empreendimentos e Turismo, encarregada de projetar e implantar a Área Industrial da Grande Florianópolis; extinta
BESCAM - Besc Corretora de Títulos, Valores e Cambio	lei 4547/70, autoriza constituir	dec 6/76, integra sistema CODESC
Laboratório de Análises de Solo e Minerais	dec 672/71, criação	dec 2612/77, altera denominação para Instituto Físico-químico e Biológico do Estado de Santa Catarina
DASS - Departamento Autônomo de Serviço Social	dec 933/71, cria como autarquia	
Manicômio Judiciário do Estado	lei 4559/71, criação	
CEAG/SC - Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina, sistema SEBRAE	06/07/72, data fundação: BRDE e UDESC	
Centro de Recepção e Triagem do Menor	lei 4743/72, criação	dec 68/76, extinção, incorporado à FUCABEM
Centro Educacional para Menores	lei 4744/72	
ERUSC - Empresa de Eletrificação Rural de Santa Catarina	lei 4824/73, autoriza criação	lei 5516/79, transforma em sociedade de economia mista dec 440/87, extinção, suas atribuições e pessoal são incorporados à CELESC
Gabinete Militar do Governo do Estado	dec 69/73, organiza	substituído pela Casa Militar
Companhia Hidromineral de Piratuba	dec 696/74	dec 440/87, extingue
SUDEUR - Superintendência do Desenvolvimento Urbano	lei 5089/75, criação	lei 5295/77, extinção
EMPASC - Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária	lei 5089/75, autoriza criação dec 1217/75, constitui como empresa pública	1976 - inicia suas atividades

COCAR - Companhia Catarinense de Armazenamento	lei 5089/75, criação de	lei 5516/79, transforma em Sociedade de economia mista dec 440/87, extingue
CODISC - Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina	lei 5089/75, autoriza constituição	lei 5392/77, determina que terá sede em Laguna e Foro na capital lei 5516/79, dispõe que será Sociedade de economia mista
CIPASC - Companhia de Conservação e Industrialização de Produtos Agrícolas	lei 5089/75 - art.61, criação	
CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola	lei 5089/75	lei 5516/79, transforma em sociedade de economia mista
DICESC - Companhia de Divulgação e Comunicação de Santa Catarina	lei 5089/75, autoriza constituir lei 5101/75, constitui	lei 5295/77, extingue
Secretaria da Indústria e do Comércio	lei 5089/75, criação	
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Tecnológico e Meio Ambiente	lei 5089/75	
CODOESTE - Companhia de Desenvolvimento do Oeste	lei 5089/75 - art.46	lei 5516; dec 856/76; dec14.048/81; dec 19.390/83
CODESC - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina	lei 5089/75, autoriza constituição como sociedade de economia mista dec 6/76, constitui	seu papel inicial era de holding de todas as empresas do sistema financeiro do governo estadual
TURESC - Empresa de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina	lei 5101/75, criação	lei 5295/77, extinção
PROCAPE - Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas	lei 5159/75, criação e extingue o FUNDESC	lei 5516/79, transforma em autarquia; dec 28.718/86, extinção
FATMA - Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente	dec 662/75, constitui	
FUCABEM - Fundação Catarinense de Bem Estar do Menor	dec 664/75, institui	dec 68/78, incorpora ao seu patrimônio bens do Educandário XXV de Novembro, do Centro de Recepção e Triagem do Menor e do Centro Educacional de Biguaçu
FUCAT - Fundação Catarinense do Trabalho	dec 733/75, constitui	
IOESC - Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina	dec 921/75, constitui como empresa pública, substitui ex-Imprensa Oficial	lei 5516/79, dispõe que é empresa pública; 29.284/86, transforma em autarquia
ITEP - Fundação Instituto Técnico de Economia e Planejamento	dec 1216/75	dec 19.525/83, extinção
CEASA/SC - Central de abastecimento de Santa Catarina	lei 5238/76, autoriza o Estado a participar da constituição	
CITUR - Companhia de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina	1977, resultou da fusão da CITUR - Centro de Promoções e Informações Turísticas com a TURESC	lei 5516/79, transforma em sociedade de economia mista Diário Oficial, 11.11.87, altera denominação para SANTUR
CESCA - Centrais de Estocagem de Santa Catarina	1977, escritura de constituição	constituída pela COCAR e Empresa de Frigoríficos e Conexos Ltda, Belo Horizonte

COLECATE - Coordenação de Legitimação de Terras Devolutas	lei 5295/77 e dec 2612/77, criação, substitui o IRASC	dec 1675/88, transformado em Coordenadoria de Terras e Reforma Agrária
HIDROESTE - Companhia Hidromineral do Oeste Catarinense	lei 5362/77	dec 440/87, extinção
Instituto Físico-químico e Biológico do Estado de Santa Catarina	dec 2612/77, criação	dec 9370/79, suas atribuições são absorvidas pela CIDASC; de 16.510/82, extinção
Museu Histórico de Santa Catarina	lei 5476/78, criação	lei 6900/86, transfere sede para o Palácio Cruz e Souza
ITEP - Instituto de Pesquisa e Extensão da Pesca	dec 4806/78, criação	

1979-1984

Órgão Público	Lei/Ano de criação	Lei de extinção/Alteração
FUCADESC - Fundação Catarinense de Desenvolvimento da Comunidade	lei 5516/79, autoriza constituir de dec 74 09/ 79, constitui da	criada a partir do órgão FCDC
FCC - Fundação Catarinense de Cultura	lei 5516/79, autoriza constituir dec 7439/79, constitui	
GAPLAN - Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral	lei 5516/79, criação	Lei 7375/?, transforma em SEPLAN
EMCATER - Empresa Catarinense de Transporte	lei 5683/80, autoriza constituição dec 11.479/80, constitui	dec 29.281/86, transforma em DETER
IASC - Instituto de Apicultura do Estado de Santa Catarina	dec 15.227/81, criação	dec 6144/90, altera
CEAGRI/SC - Centro Estadual de Informação Documental Agrícola	dec 19.323/83, criação	
Centro de Biometria Médica	dec 19.324/83	dec 3242/89, transforma em Centro de Perícia Médica
HIDROCALDAS - Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz	dec 19.381/83	dec 440/87, extingue

Pós - 84

DETER - Departamento de Transportes e Terminais	dec 29.281/86, criação como autarquia, a partir da	lei 1431/88, torna nulo dec. 29.281/86
SEDUMA - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente	dec 4/87, criação	
Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia das Minas e Energia	lei 7121/87 e dec 5/87, criação	dec 1254/87, extinção
Secretaria Especial em Brasília	lei 7121/87, criação	
CIASC - Centro de Informação e Automação do Estado de Santa Catarina	dec 7/87	criada a partir da extinção/trans formação da PRODASC
SEPLAN - Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento	dec 1014/87, altera denominação do GAPLAN para SEPLAN	teve alterada a sua denominação

SANTUR - Santa Catarina Diário Oficial -11.11.87, Altera
Turismo S.A. denominação de CITUR para
SANTUR

ACARPESC - Associação de dec 1675/88, vincula o órgão à
Crédito e Assistência Secretaria da Agricultura
Pesqueira do Estado de
Santa Catarina

Centro de Perícia Médica dec 3242/89

EPAGRI - Empresa de 1991, criada a partir da junção da
Pesquisa Agropecuária e de ACARESC e EMPASC
Extensão Rural de Santa
Catarina

fonte principal dos dados brutos: Secretaria da Administração

Quadro 2: Estrutura administrativa do Governo Estadual de Santa Catarina, estabelecida pela lei estadual nº 4547/70

Órgão Público	Forma De Administração
Secretaria da Administração	AD
Imprensa Oficial	AI - autarquia
Secretaria da Agricultura	AD
IRASC - Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina	AI - autarquia
Departamento Estadual de Caça e Pesca	AI - autarquia
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	AD
Fundação Educacional de Santa Catarina	AD
Instituto Técnico de Economia e Finanças	AI - autarquia
Departamento Estadual de Estatística	AI - autarquia
Departamento Estadual de Geografia e Cartografia	AI - autarquia
Secretaria da Educação	AD
Instituto Estadual de Educação Dias Velho	AD
Fundação Catarinense de Educação Especial	AD
Secretaria da Fazenda	AD
PRODASC - Centro de Processamento de Dados do Estado de SC	AI-Soc.de Econ. Mista
Junta Comercial do Estado	AI- autarquia
LOTESC - Loteria do Estado de Santa Catarina	AI- autarquia
Secretaria do Governo	AD
DEATUR - Departamento Autônomo de Turismo	AI- autarquia
Secretaria da Justiça	AD
Secretaria da Saúde	AD
DASP - Departamento Autônomo de Saúde Pública	AI- autarquia
FHSC - Fundação Hospitalar de Santa Catarina	AD
Secretaria de Segurança e Informações	AD
Polícia Militar	AD
Escola e Polícia Civil	AD
Secretaria dos serviços Públicos	AD
CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina	AI-Soc.de Econ. Mista
COTESC - Companhia Catarinense de Telecomunicações	AI-Soc.de Econ. Mista
CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento	AI-Soc.de Econ. Mista
Secretaria de Serviços Sociais	AD
Departamento Autônomo do Serviço Social	AI- autarquia
IPESC - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	AI - autarquia
COHAB/SC - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	AI-Soc.de Econ. Mista
Secretaria dos Transportes e Obras	AD
DAE - Departamento Autônomo de Edificações	AI - autarquia
Departamento de Estrada e Rodagem de Santa Catarina	AI - autarquia
Administração Porto de São Francisco	AI - autarquia
Secretaria do Oeste	AD
Governador do Estado	AD

BESC - Banco do Estado de Santa Catarina S.A.	AI
Companhia Catarinense de Crédito, Financiamento e Investimentos	AI
Companhia Distribuidora de Valores de Santa Catarinense	AI
FUNDESC - Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina	AI
Caixa Econômica do Estado de Santa Catarina	AI

Fonte: lei 4547/70

AD - Administração Direta: fazem parte da administração direta as Secretarias de Estado e os órgãos a elas ligados de forma centralizada. Os órgãos centralizados se apresentam, principalmente, na forma de Coordenações. No quadro acima foram especificados somente as Secretarias, um ou outro órgão da administração direta mais significativo e as fundações.

AI - Administração Indireta: fazem parte da administração indireta os órgãos ligados às Secretarias de Estado, porém de forma descentralizada, possuindo autonomia. São as Autarquias, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

Quadro 3: Estrutura administrativa do Governo Estadual, em 1995.

Órgãos públicos estaduais	Forma de Administração	Criação do órgão
Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina		sec.XIX
Tribunal de Contas do Estado		1955
Tribunal de Justiça de Santa Catarina		1891
Procuradoria Geral de Justiça		-
GG - Gabinete do Governador		-
GVG - Gabinete do Vice - governador	AD	1961
PGE - Procuradoria Geral do Estado	AD	1970
SJC - Secretaria da Justiça e cidadania	AD	1975
FATMA - Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente	AI - FUND.	-
STO -Secretaria dos Transportes e Obras	AD	-
DER - Departamento de Estradas e Rodagens	AI - AUT.	1933 (Diretoria)
DETER - Departamento de Transportes e Terminais	AI - AUT.	1980 (Emcater)
DEOH - Departamento de Obras Hidráulicas	AI - AUT.	1970 (DAE)
SEF - Secretaria da Fazenda	AD	-
CIASC - Centro de Informática e Automação de Santa Catarina	AI - EMP.	1975 (Prodasc)
JUCESC - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina	AI - AUT.	1893
SAA - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura	AD	-
CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento de Agricultura de Santa Catarina	AI - EMP.	1975
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão Técnica	AI - EMP.	1957 (Acaresc)
SSP - Secretaria da Segurança Pública	AD	-
PMSC - Polícia Militar do Estado de Santa Catarina		1928
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito		-
SES - Secretaria da Saúde	AD	-
SED - Secretaria da Educação e do Desporto	AD	-
IEE - Instituto Estadual de Educação	AD	-
FCEE - Fundação Catarinense de Educação Especial	AI - FUND.	1968
FCD - Fundação Catarinense de Desportos	AI - FUND.	-
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina	AI - FUND.	1965
CC - Secretaria da Casa Civil	AD	1966
Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família	AD	-
COHAB/SC - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	AI - EMP.	1965
SEC - Secretaria da Cultura e Comunicação Social	AD	-
FCC - Fundação Catarinense de Cultura	AI - FUND.	1979
SDM - Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul	AD	1961/1970/1975/ 1994
CODESC - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina	AI - EMP.	1975

SANTUR - Santa Catarina Turismo	AI - EMP.	1977
SEA - Secretaria da Administração	AD	1970
IOESC - Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina	AI - AUT.	1895
IPESC - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	AI - AUT.	1962
Arquivo Público	AD	-
SEDUMA - Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	AD	1987
Secretaria Extraordinária para Implantação da Qualidade e Produtividade	AD	-
CASAN - Companhia de Águas e Saneamento	AI - EMP.	1971
CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina	AI - EMP.	1955
BESC - Banco do Estado de SC	AI - EMP.	1961
BESCOR - Besc Corretora de Seguros e Administração de Bens	AI - EMP.	1972
BESCAM - Besc Corretora de Títulos, Valores e Câmbio	AI - EMP.	1970*
BADESC - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina	AI - EMP.	1975
BESCRI -	AI - EMP.	1970*
BESCREDI -	AI - EMP.	1970*
Administração do Porto de São Francisco do Sul	AUT.	1955
Companhia Hidromineral Piratuba	AI - EMP.	1974
Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz	AI - EMP.	1983
HIDROESTE	AI - EMP.	1977
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	AI - EMP.	1964

fonte: Secretaria da Administração

AD - Administração Direta: fazem parte da administração direta as Secretarias de Estado e os órgãos a elas ligados de forma centralizada. Os órgãos centralizados se apresentam, principalmente, na forma de Coordenações. No quadro acima foram especificados somente as Secretarias, um ou outro órgão da administração direta mais significativo e as fundações.

AI - Administração Indireta: fazem parte da administração indireta os órgãos ligados às Secretarias de Estado, porém de forma descentralizada, possuindo autonomia administrativa. São as Autarquias (AUT), Fundações (FUND), Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista (EMP).

* autorização para a constituição

Quadro 4 : Órgãos federais em Santa Catarina, em 1995/1996:

órgão público federal	criação do órgão
BB - Superintendência do Banco do Brasil/SC	1916 - SC
Capitania dos Portos - agência Florianópolis	
CEF/SC - Superintendência da Caixa Econômica Federal /SC	1969
CEASA/SC - Central de Abastecimento do Estado de SC	
CORREIOS - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	
DAM - Delegacia de Administração do Ministério da Fazenda	
Delegacia do Ministério da Comunicações	
Delegacia do Ministério de Minas e Energia	1981
Delegacia do Tesouro Nacional	
Delegacia Regional do Trabalho / SC	1932
DNER Departamento Nacional de Estradas de Rodagem	1956 - SC
DSPU - Delegacia do Serviço do Patrimônio da União	1946
Eletrosul	1975 - SC
EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações	1965
Escola de Aprendizes de Marinheiros	195_ ?
Escritório de Representação do Ministério da Saúde - INAMPS	1977
ETFESC - Escola Técnica Federal	1959
FUNDACENTRO	1966
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente	1976 (IBDF)
IBGE	1938
IPHAN -	-
Justiça Federal	-
MEC -Ministério da Educação	-
Polícia Federal	-
Procuradoria da Fazenda Nacional	-
Procuradoria da União em Santa Catarina	1993 - reestruturação
Procuradoria Geral da República	-
Receita Federal/SC	-
Superintendência Estadual do INSS	1966 (INPS)
TELESC -	1974 -SC
TRE - Tribunal Regional Eleitoral	-
Tribunal de Contas da União	1891
Tribunal Regional do Trabalho	-
UFSC -Universidade Federal de Santa Catarina	1960
63º Batalhão de Infantaria e Hospital da Guarnição	-

Obs. Os Comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica estão localizados no Rio Grande do Sul.

Quadro 5 : Número de servidores públicos estaduais, em 1973:

órgãos	nº de servidores
Gabinete do Vice-Governador	6
Gabinete Militar	6
Ministério Público	117
Secretaria da Administração	318
Secretaria da Agricultura	868
Secretaria do Desenvolvimento Econômico	151
Secretaria da Educação	33.246
Secretaria da Fazenda	1.537
Secretaria do Gabinete Civil	96
Secretaria do Governo	40
Secretaria da Justiça	304
Secretaria do Oeste	54
Secretaria da Saúde	1.785
Secretaria de Segurança e Informações	709
Secretaria dos Serviços Públicos	99
Secretaria dos Serviços Sociais	137
Secretaria dos Transportes e Obras	321
<i>Total</i>	39.794

fonte: SANTA CATARINA. Relatório do Censo dos Funcionários Públicos Estaduais do poder executivo até 31 de dezembro de 1973. Governo Colombo Machado Salles, maio/1974.²²⁹

²²⁹O relatório traça um perfil do funcionalismo estadual. Ele constata que 72,01% dos funcionários são do sexo feminino (28.655), enquanto que apenas 27,99% são do sexo masculino (11.139). Provavelmente esta diferença seja em razão do grande número de funcionários alocados na Sec. da Educação, desses em grande parte são professores que reúne nessa categoria uma grande maioria de mulheres.

Sobre o nível de instrução: 19,05% possuem curso primário, 15,82% possuem 1º ciclo, 43,79% possuem o 2º ciclo, 18,30% possuem curso superior e 3,04% curso de pós-graduação. O relatório mostra, ainda, que 90,16% dos funcionários tem dedicação exclusiva ao serviço público. E 93,49% dos funcionários tem a participação dos salários oriunda do serviço público na renda familiar entre 91 a 100%. (SANTA CATARINA, maio/1974)

Quadro 6: Servidores públicos estaduais ativos, por órgãos da administração estadual direta, em 1995/96:

Órgãos Públicos da Administração Direta	ano de criação (**)	servidores em SC	servidores em Florianópolis
Gabinete do Governador (1)	-	15	15
Gabinete do Vice-Governador	1961	31	31
Secretaria da Casa Civil	1966	11	11
Procuradoria Geral do Estado	1970	272	251
Procuradoria Geral / Tribunal de Contas do Estado	?	48	48
SEDUMA	1987	94	94
Secretaria da Administração	1970	224	157
Secretaria de Estado do Desenv. Rural e Agricultura	-	351	49
Secretaria da Fazenda	-	1.380	424
Secretaria da Educação e do Desporto	-	(2) 43.918	573
Secretaria de Cultura e Comunicação Social	1987	80	80
Secretaria da Justiça e Cidadania- SJC	-	736	96
Secretaria de Segurança de Pública -SSP	-	(3) 3.074	533
Secretaria da Saúde - SES	-	12.200	450
Secretaria dos Transportes e Obras - STO	-	(*)39	?
Secretaria do Desenv. Social e da Família	1979/83	540	195
Sec. do Desenv. Econômico e Integração ao Mercosul	1961/94	118	118
Polícia Militar de SC - PMSC	1928	(*)13.041	?
TOTAL		76.172	3.125

fonte: Dados dos respectivos órgãos, em 1995/96

(*)Secretaria de Estado da Administração /gerência de Estatística e Informática, junho de 1995.

(**) As datas de criação desses órgãos se referem à criação da função, não necessariamente com a mesma denominação, pois uma das grandes dificuldades de se fazer essa reconstituição são as constantes alterações na organização e denominação das funções do aparelho administrativo feitas pelos governos estaduais. Os órgãos que não possuem data são aqueles cujas funções são mais antigas, criadas, principalmente, com o surgimento da República. (ver Quadro 1)

(1) possui mais 120 funcionários, contratados por empresa

(2) Do nº total de servidores da SED, 19.478 são professores efetivos e 21.428 são professores com contrato temporário - ACT.

(3) O número total de servidores dessa secretaria inclui pessoal do corpo policial e pessoal administrativo (220 funcionários), nas funções administrativas, além do corpo administrativo, estão exercendo essas funções pessoal do corpo policial.

Quadro 7: Servidores públicos estaduais ativos por autarquias, fundações e empresas públicas, em março/1996:

Autarquias	ano de criação	em SC	em Florianópolis
APSFS	1955	(*) 57	-
DEOH	(DAE)1970	240	200
DER	1933 (Diretoria)/1944	1.728	385
DETER	1980 (Emcater)/1986	292	261
IOESC	1895 (imp. oficial)/1975	161	161
IPESC	1962	336	172
JUCESC	1893	42	23
<i>Subtotal</i>		2.856	1.202

Fundações	ano de criação	em SC	em Florianópolis
FATMA	1975	211	126
FCC	1979	199	199
FCEE	1968	(*) 226	-
FESPORTE		(*) 27	27
UDESC	1965	992	555
<i>Subtotal</i>		1.655	907

Empresas Públicas/Sociedades de Economia Mista	ano de criação	em SC	em Florianópolis
BADESC	1975	162	144
BESC	1961	5.959	1.515
BESCOR	1972	37	37
CASAN	1971	2.585	473
CELESC	1955	5320	1200
CIASC	1975	380	380
CIDASC	1975(Prodasc)/1987	1028	177
CODESC	1975	211	211
COHAB/SC	1965	148	136
CIA.HID.PIRATUBA	1974	(*) 22	-
CIA.HID.CALD.IMP.	1983	(*) 52	-
EPAGRI	1957(Acaresc)/1990	2180	355
HIDROESTE	1977	(*) 4	-
SANTUR	1977(Citur)/1987	106	43
BRDE	1961	139	139
<i>Subtotal</i>		18.333	4.810
<i>TOTAL</i>		22.844	6.919

Fonte: Dados dos respectivos órgãos, em 1995/96

(*)Secretaria de Estado da Administração /Gerência de Estatística e Informática, junho de 1995.

Quadro 8: Servidores públicos estaduais nos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e Tribunal de Contas do Estado, em março/1996:

Órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e outros	servidores em SC	servidores em Florianópolis
Assembléia Legislativa	1.099	1.099
Tribunal de Justiça do Estado	(a) 641	641
Tribunal de Contas do Estado	446	446
<i>total</i>	2.186	2.186

Fonte: Dados dos respectivos órgãos, em 1995/96

(a) Foi considerado apenas a Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Poder Judiciário de Santa Catarina pois esta estrutura do Governo do Estado presta serviço a nível estadual e está localizado na capital, os outros níveis do Poder Judiciário estão organizados em diversas Comarcas (regionais) e prestam serviços locais. Em Florianópolis, existe uma Comarca ou Fórum e possui um total de 225 funcionários.

Quadro 9: Servidores públicos em órgãos, localizados em Florianópolis, cuja função não é administrativa, mais é um serviço estadual.

Outros órgãos *	em Florianópolis
Complexo Penitenciário (Penitenciária Est. de Fpolis; Presídio Masculino e Feminino; Casa do Albergado; Hospital de Custódia e tratamento psiquiátrico. (SJC)	228
Arquivo Público (SEA)	9
Perícia Médica (SEA)	45
Plantão Institucional de Atendimento ao Menor (SJC)	21
Academia da Polícia Civil (SSP)	20
<i>total</i>	323

Fonte: Dados dos respectivos órgãos, em 1995/96

* O nº de funcionários desse quadro já está incluído no número de funcionários de suas respectivas secretarias.

Quadro 10: Servidores da ACARESC / EPAGRI em SC e em Florianópolis, na sede administrativa.

Ano	servidores em SC	servidores em Fpolis
1956	38	-
1966	273	-
1976	834	153
1980	1031	198
1990*	1477	293
1995	2180	355

fonte: 1956 e 1966: ACARESC, 1981/82:8

1976, 1980, 1990 e 1995: escritório central da EPAGRI, Florianópolis.

* Até 1980, os dados referem-se à ACARESC. Após 1990 os dados referem-se à EPAGRI órgão criado a partir da junção de órgãos ligados à agricultura: ACARESC, EMPASC, ACARPESC e IASC. Por esta razão os dados mostram um grande crescimento nos anos 90, ao contrário da tendência geral no setor público de retraimento das contratações e até criação de programas de incentivo às demissões.

Quadro 11: Servidores do BESC em Santa Catarina e na sede administrativa, em Florianópolis.

Ano	servidores em SC	servidores em Fpolis
1961	14	14
1980	4.350	?
1995*	5.959	1.515

fonte: BESC

* nº de funcionários nas agências: 4.007; e na direção geral: 1952

Quadro 12: Servidores públicos ativos por órgão público federal em Santa Catarina e Florianópolis e ano de criação, em 1995/96:

Órgão Público Federal	ano de criação	servidores em SC	servidores em Florianópolis
BB - Superintendência do Banco do Brasil	1916 (em SC)	3.264	72
CEF - Superintendência da Caixa Econômica Federal	1969	2.741	(2) 350
Delegacia da Receita Federal		119	93
Delegacia de Administração, Ministério da Fazenda		65	65
Delegacia do Ministério de Minas e Energia	1981	32	32
Delegacia do Patrimônio da União, Minist. da Fazenda	1946	38	38
Delegacia Regional do Trabalho	1932	252	104
Depto. de Polícia Rodoviária Federal, Min. da Justiça		476	50
DNER - Depto. Nacional de Estradas de Rodagem (1)	1945/1956(SC)	110	56
Eletrosul	1975(SC)	2.000	1.200
EMBRATEL	1965	176	105
FUNDACENTRO	1966	14	14
IBAMA	1976(IBDF) 1996	157	70
IBGE	1938	139	58
INAMPS - Escritório de Representação do Ministério da Saúde.	1977	1826	183
INCRA		102	68
MEC - Ministério da Educação e do Desporto		39	39
Procuradoria da Fazenda Nacional		43	39
Procuradoria da União	1993(restrut.)	40	40
TELESC (3)	1974(SC)	2352	1010
TRE -Tribunal Regional Eleitoral		183	181
Tribunal de Contas da União	1891	27	27
UFSC - Universidade Federal de SC	1960	5121	5.086
<i>Total</i>			

fonte de dados brutos: nos respectivos órgãos

(1)O DNER, em 1985, possuía mais de 500 funcionários, através da política de diminuição do estrutura do Estado chegou em 95 com apenas 110 funcionários em SC.

(2) A CEF possui, nas agências bancárias de Florianópolis, 520 funcionários

(3)Está Incluído além da sede o Centro de Desenvolvimento de Software - Telesc

Quadro 13: Reconstituição histórica e localização atual das principais sedes dos órgãos públicos estaduais.

denominação do prédio/ uso atual	localizações anteriores (ano de construção/locação, endereço)	localização atual (ano de construção/locação, endereço)
EPAGRI (ACARESC/ EMATER-SC/ EMPASC)	1956, Agronômica, rua Aristides Lobo, escritório central do Projeto ETA-17, projeto inicial de extensão, que posteriormente veio a ser ACARESC 1959-1975, Agronômica, (construção sede própria) Rod. Leoberto Leal fundos c/ rua Aristides Lobo. Uso atual: FAESC - Federação da Agricultura do Estado de SC. 1975-1986, Itacorubi, Rod. Admar Gonzaga, (atual prédio da Secretaria da Agricultura do Estado)* (ACARESC) 1976-1991, Itacorubi, Rod. Admar Gonzaga. (atual prédio da Secretaria da Agricultura do Estado)* (EMPASC) * Esse prédio foi construído em 1975 para alocar, inicialmente, a Secretaria da Agricultura, no entanto, a secretaria não se transferiu para o Itacorubi permanecendo no centro da cidade. Foram alocados no prédio a ACARESC, EMPASC, ACARPESC. Somente em 1986 a Secretaria da Agricultura ocupou o prédio.	1986, inauguração sede, Itacorubi, Rod. SC-404
BADESC	1975 - 1984, Estreito, rua Manuel Oliveira Ramos, esquina c/ Rua Fúlvio Aducci, nº 1287. (em cima da loja André Maykot)	1984, Centro, av. Mauro Ramos, 1277 (alugado)
BESC	1962, Centro, praça XV de Novembro nº 1, inauguração da 1ª agência e 1º sede do Banco.	01/05/83, locação, Centro, rua Pe. Miguelinho, nº 80, ed. Gov. Celso Ramos, imóvel de propriedade da FUSESC - Fundação dos funcionários do BESC. 30/11/93, aquisição, Saco Grande, Rodovia SC 401, 4.600 (Centro Administrativo BESC)
BESCOR	1972 a 1989, Centro, Praça Pereira Oliveira, nº10, casa já demolida.	1989, locação, Centro, rua Saldanha Marinho, nº392, prédio onde já funcionava a CODESC.
BRDE	1961 -1975, Centro, rua Felipe Schmidt esquina com rua Álvaro de Carvalho.	1975, aquisição, Centro, rua Hercílio Luz.
CASAN	1971-1973, Centro, locação de duas salas no 2º andar do edifício APLUB, rua dos Ilhéus e prédio na rua Anita Garibaldi, para comportar setor de cadastro e arrecadação 1973-1979, locação; Centro, rua Tiradentes, nº 17.	1979, inauguração sede própria; Centro, rua Emílio Blum, nº11; Governo Antônio Konder Reis. Atualmente, além desse edifício a Casan possui prédios alugados próximos a sede.
CELESC	1955, Centro, rua Saldanha Marinho, nº 2 1959, Centro, rua Almirante Alvin, nº 36 1963, Agronômica, rua Frei Caneca, nº 152 (atual Escola Autonomia) 1970 (set.), inauguração; Centro, rua José Costa Moellmann, nº 129, pça. Tancredo Neves. Construção de sede própria para abrigar a Celesc, atual Palácio do Governo. 1983, locação; Centro, rua Trajano, nº18, sede principal, entre outros prédios alugados.	1990, Itacorubi, Rodovia SC-404, Km3 (propriedade da Fundação CELOS - Fund. Celesc de Seguridade Social)
CIDASC		1982, Itacorubi, Rod. SC-404. O prédio foi construído por permuta, o governo doou área localizada na av. Gama D'Éça (área da Kimoto), centro, em troca da construção do prédio no Itacorubi em área do governo.
CODESC	1975 a 1978, locação; Centro Ed. Otília Elisa, Pça	1985, locação; Centro - rua Saldanha

	XV de Novembro; 1978 a 1983, locação; Centro, Ed. Alfa Centaurus; 1983, por 6 meses, locação, Itaguaçu, prédio onde funciona hoje a RBS; 1983 a 1985, sede do Besc; Centro, praça XV de Novembro;	Marinho, 392
COHAB/SC	1966-1973, Centro, rua Felipe Schmidt, nº 113. 1973/74-1980, Centro, rua Almirante Lamego, s/n.	1980, Estreito, rua Fúlvio Aducci, nº 767 (prédio adquirido e reformado em 1979)
DEOH		1975, Capoeiras. Av. Ivo Silveira, nº 1436. Prédio do antigo DAE-Depto Autônomo de Edificações
Edifício das Diretorias: SEA; SJC; STO; DER		1961, Centro, rua Tenente Silveira. Inauguração, no governo de Heriberto Hülse, construído durante os governos de I. Bornhausen, J. Lacerda e H. Hülse.
Edifício das Secretarias: SEF		1951-1956 construído no Governo Irineu Bornhausen. Centro - rua Tenente Silveira
DETER (EMCATER)	1980-1983, locação; Centro, rua Saldanha Marinho e rua Rio Branco. 1983-1992, locação; Centro, rua Rio Branco	1992, prédio alugado, Centro, rua Rio Branco, nº 701; Centro, Terminal Rita Maria (administração terminal e fiscalização estadual)
FATMA	? - 1990, Centro, Praça Pereira Oliveira, nº 64, Ed. M. Daux, vários andares	1990, instalação, Centro, rua Felipe Schmidt, nº 485 (antigo prédio da FIESC)
FCC	1979 - 1983, locação; Centro, rua Vítor Konder. 1983 - 1991, Agronômica, CIC - Centro Integrado de Cultura. 1991 - 1992, Centro, rua Tenente Silveira, Edifício das Diretorias	1992, Centro, rua Rio Branco, nº387, edifício da Junta Comercial.
IOESC		,Saco dos Limões. Rua Duque de Caxias, nº 3
IPESC	(?), Centro, rua Trajano esquina c/ rua Conselheiro Mafra.	1981, Centro. rua Visconde de Ouro Preto, nº 291.
JUCESC	1893, Centro, rua da República, nº6, sede destruída por incêndio em 1919; 1919, Centro, rua Arcipreste Paiva, nº11; 1924, Centro, praça XV de Novembro, nº20; 1928, Centro, rua Deodoro s/n; 1932, Centro, rua Conselheiro Mafra, nº1; 1936, Centro, rua Trajano, nº41; 1954, Centro, rua Felipe Schmidt, nº5; 1954, Centro, praça XV de Novembro, nº20; 1965, Centro, rua Felipe Schmidt, ed. Zahia, 3º e 4º andares;	1981, inauguração sede própria; Centro, rua Rio Branco, nº 387, Gov. Jorge K. Bornhausen

Palácio Barriga Verde: Assembléia Legislativa	sec.XIX, "Assembléia Legislativa Provincial", Centro, Praça XV de novembro: Casa de Câmara e Cadeia e prédio ao lado onde hoje está localizado o prédio dos Correios. 1836-37 e 1861-1963, Centro, Quartel do "Campo do Manejo" 1880, Centro, rua Tenente Silveira esquina com rua Jerônimo Coelho 1910, construção sede própria; Centro, "Palácio do Congresso Representativo do Estado", praça Pereira Oliveira, onde hoje está localizado o prédio da TELESC - Empresa Telefônica Catarinense. Em 1956, um incêndio destruiu-o totalmente. 1956-1970, Centro, Teatro Álvaro de Carvalho. (Piazza, 1984)	1970/dez, construção de sede própria; Centro, Praça Tancredo Neves, "Palácio Barriga Verde", praça Tancredo Em 1982, foi inaugurado um anexo, para comportar a expansão desse órgão.
Palácio da Justiça: Tribunal de Justiça de SC	1891 a 1908, Centro, Casa de Câmara, (construída de 1768 a 1771), Praça XV de Novembro; 1908, Centro, prédio reformado, rua Jerônimo Coelho esquina com a rua Tenente Silveira, onde até essa data havia funcionado a Assembléia Legislativa. 1929, Centro, prédio reformado, Praça Pereira Oliveira, ao lado do prédio construído para abrigar a Assembléia Legislativa, onde antes havia funcionado, o Liceu de Artes e Ofício. 1968, funcionou, em prédio alugado até o término das obras da nova e atual sede do Tribunal (MEDEIROS, 1981)	Maio/1975, inauguração sede própria, Centro, Praça Tancredo Neves Obra iniciada no Gov. de Ivo Silveira e concluído no Gov. de Colombo M. Salles
Palácio Santa Catarina: Gabinete Militar; SEC; GVG PMSC	c.1765, centro, Praça XV de Novembro, construção iniciada por Silva Paes; 1898, reformado no governo de Hercílio Luz, conferiu ao prédio o aspecto atual. (Veiga,1993:191)	1983, a sede do Governo do Estado foi transferida para Praça Tancredo Neves. De 1970 (inauguração) a 1983, funcionou como sede da CELESC.
Procuradoria Geral do Estado	1983, locação; Centro, rua Deodoro.	c.1888, Centro, Praça Getúlio Vargas (em 1927, a sede foi reformada e ampliada) 1984, locação; Centro, rua Saldanha Marinho, nº1 89, ed. Guilherme (sede central) 1991, prédio do Estado, Centro, rua Vítor Meirelles (anexo 2) 1995, prédio do Estado, Centro, rua Rio Branco (Procuradoria Fiscal)
CIASC (PRODASC)	1975 a ago/1977, alugado, Centro, rua Saldanha Marinho esquina com rua Tiradentes. Constituída a partir da aquisição da Contemplan, empresa privada que prestava serviço para o Governo do Estado. 1977 a ago/1980, alugado, Estreito, Rua Secundino Peixoto.	1979 a 1980, construção sede, Itacorubi, SC-404. (foi incorporado à sede prédio já existente na área do Centro de Processamento de Dados do BESC) 1980 a ? , alugado, centro, Praça Pereira Oliveira, Ed. EMEDAUX, funcionou as Diretorias dos setores administrativos 1980 a 1992, Setor de Almoxarifado funcionou no Trevo de Barreiros e Setor de Microfilmagem funcionou no Centro, rua Mauro Ramos, posteriormente, vieram para a sede.
Secretaria da Educação e do Desporto - SED	1961-1978, Centro, rua Tenente Silveira, Prédio das Diretorias, 3ºandar.	1977, inauguração sede própria, Centro, rua João Pinto, nº111

Secretaria da Saúde		17.08.88, Inauguração, Centro, rua Esteves Júnior, nº 160; construído pelo Governo Pedro I. Campos. rua Mauro Ramos, nº 1880 (Almoxarifado/marcenaria)
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura	1956 - 1975, Centro, rua Tenente Silveira, Edifício das Secretarias. 1975 - 1986, Centro, rua Deodoro, nº ? .	1986, instalação, Itacorubi, Rod. 404 (sede construída para sediar a secretaria da agricultura em 1975, mas ocupada pela Acaresc, até 1986, quando essa foi para a nova sede)
SSP Secretaria de Segurança Pública		(?) ,Centro. Rua Esteves Júnior, 80, 5ºandar. patrimônio do Estado. (Central); rua Osmar Cunha, nº263 (Delegacia Geral, Corregedoria); rua Lacerda Coutinho, nº44 (Instituto de Identificação); Estreito, rua Santos Saraiva, 2011 (DEIC, Investigação Criminal); Estreito, (DETRAN); Balneário do Estreito, (DPTC, Polícia Técnica e Científica);
Tribunal de Contas do Estado	de 1956/fev, Centro, Palácio Cruz e Souza, Praça XV de novembro 1956/abr, sede própria, Centro, Praça XV de novembro esquina com rua Vítor Meirelles.	1976, inauguração sede própria, Centro, pça. Tancredo Neves; 1973-1975, período de construção do prédio. nos anos de 1983, 89/90 e 94 foram construídos anexos.
UDESC		1979, Itacorubi, Campus Universitário, Rodovia SC-404

Quadro 14: Reconstituição histórica e localização atual das principais sedes dos órgãos públicos federais:

prédio/órgão público	localizações anteriores (ano de construção/locação, endereço,)	localização atual (ano de construção/locação, endereço,)
CEF - Superintendência da Caixa Econômica Federal/SC -	1962, adquirido e reformado pela CEF, Centro, esquina da rua Conselheiro Mafra com Praça XV de Novembro. (1932, construção do prédio do Hotel La Porta, com 4 andares e Elevador, implodido em 05/08/1990. VEIGA, 1993:211-212)	1981, instalação, Centro, rua Almirante Lamego, nº1389. adquirido pela CEF em 1978, de EMEDAUX, por dação de pagamento de dívida
DAM - Delegacia de Administração, Ministério da Fazenda	? -1985, Centro, Praça XV de Novembro, nº , ao lado do Besc Cobrança, (antigo prédio da União, em reformas) ver histórico do prédio	1985, instalação, Centro, rua Nunes Machado, nº192. (antigo prédio do 5º Distrito Naval. construção?)
Delegacia do Ministério da Comunicações em SC		(?), Centro, rua Saldanha Marinho, nº205
Delegacia do Ministério de Minas e Energia	1981-1987, locação; centro rua Jaime Câmara, nº 40 e 37 (casas) 1987- 1990, locação; centro, Av. Rio Branco 1990/ago, Centro, rua Saldanha Marinho (setor administrativo) e praça Tancredo Neves, prédio antiga sede do DNER (setor técnico)	1992/93, Centro - Pça Tancredo Neves (antiga sede do DNER, construção: 1962/63)
Delegacia do Serviço Patrimônio da União, Minist. da Fazenda	? - 1995, Centro, Praça XV de Novembro, antigo prédio do Banco do Brasil. ao lado do Banco Meridional.	1995, locação, Centro, Praça XV de Novembro, nº312, ed. Otília Elisa.
Delegacia Regional do Trabalho no Estado de SC	1932 - 1960, Centro, rua Pe. Miguelinho esquina com rua Anita Garibaldi. 1960 - 1977, Centro, Praça Pereira Oliveira, Ed. IPASE (nesse período o órgão acumulou a função da previdência social)	10/11/1977, inauguração, Governo E. Geisel, Centro, rua Víctor Meirelles, nº 198. (a partir de 1977, suas atribuições restringiram-se à área trabalhista)
DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem	1956, locação, Centro, Rua Frei Caneca; 1962/63 (data aproximada da construção da sede; 1959, data do projeto de cálculo estrutural do prédio), Centro, Centro Cívico, Pça Tancredo Neves;	1978/79, construção sede, Centro, Centro Cívico, Pça Tancredo Neves (fundos da sede anterior);
Eletrosul	1975-1978, Centro, Edifício Trajanos, rua Trajano; Edifício Aliança e Carlos Maia, rua Felipe Schmidt; Edifício Apoio, rua Tenente Silveira; antiga fábrica da Hoepcke, na rua Hoepcke (garagem); o setor de almoxarifado foi localizado em Barreiros. (imóveis alugados)	1976/78, construção sede, Pantanal.
EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações	1965-1976, Centro, Rua Saldanha Marinho nº 205, (frente Faculdade de Educação)	1976, construção sede, Centro, Praça Pereira Oliveira, nº 92
Escritório de Representação do Ministério da Saúde - INAMPS.		18/07/1975, data do "habite-se", Centro, Praça Pereira Oliveira. Construído pelo IAPC, Instituto de aposentados e Pensões dos Comerciantes.

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente		1976, construção sede, Centro, Rua Mauro Ramos, 187. (?), Córrego Grande, Horto Florestal (Base Técnica)
Justiça Federal		199-?, Centro, Rua Arcipreste Paiva, nº107, (adquirido)
MEC - Delegacia do Ministério da Educação		1984, construção sede, Centro, rua Dom Joaquim, nº 757
Procuradoria da Fazenda Nacional		Centro, locação, Praça XV de Novembro, nº312, ed. Otília Elisa.
Procuradoria da União em SC, Advogacia Geral da União- Brasília		1993, locação, Centro, Praça XV de Novembro, nº312, ed. Otília Elisa.
Procuradoria Geral da República		(?), Centro, rua Bulcão Vianna, 198
Receita Federal em Santa Catarina	? - 1991, Centro, Rua Arcipreste Paiva, nº107 (cedido, imóvel em juízo)	1991, locação, Centro, Av. Osmar cunha, 220
BB - Superintendência do Banco do Brasil	1916 - 1938, ? 1938, construção 1ª sede, Praça XV de Novembro esquina com rua Tiradentes	1971, construção de sede, Centro, Pça XV de novembro, 321
Superintendência Estadual do INSS		19/11/48, data do "habite-se", Centro, Praça Pereira Oliveira, nº 13. Construído pelo IPASE - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.
TELESC	1969*-1976, Centro, Praça Getúlio Vargas, atual prédio do IPUF; 1972-1976, Estreito/Canto, Rua Gaspar Dutra, almoxarifado e alguns Deptos. * No período de 1969 a 1974, o órgão funcionava como COTESC. Agência da Telesc: 1969-1976, Centro, Praça XV, prédio demolido, onde está localizado o prédio do Banco Bradesco; 1976, Centro, Praça XV de Novembro.	1976, Itacorubi, 21/7/76-inauguração da sede, centralizou todos os deptos. com exceção ao almoxarifado. 1973, BR-101, São José/Barreiros, Almoxarifado Central. 1992, Saco Grande, Tecnópolis - Centro de Desenvolvimento de Software - Telesc 1994, Capoeiras, rua Barreiros Filho, Depto. de Redes 1995, Centro, rua Bocaiúva - Ed. Casa do Barão, Depto. Telefonia Celular(transferido da sede central)
TRE - Tribunal Regional Eleitoral		1986/87, aquisição, Centro, rua São Francisco, 234
Tribunal de Contas da União		1993, aquisição, Centro, Rua Esteves Júnior, 157.
Tribunal Regional do Trabalho		(?), Centro, rua Esteves Júnior, 93
UFSC	1960, locação, Centro, rua Bocaiúva - localização da Reitoria (os cursos estavam instalados em vários prédios isolados pelo centro da cidade)	1970, Trindade, início das construções no Campus Universitário

Tabela 1: População de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu por distrito:

FLORIANÓPOLIS	1939	1949	1959	1970	1980	1991
Florianópolis	30.564	51.317	79.214	115.547	153.652	191.664
Cachoeira do Bom Jesus	1.727	1.518	2.228	2.116	3.070	4.473
Canasvieiras	1.662	1.550	1.750	1.996	2.431	4.096
Inglese	2.332	2.726	2.001	2.016	2.695	5.865
Lagoa da Conceição	3.251	3.589	3.656	4.4985	7.821	14.784
Pântano do Sul	-	-	1.692	2.102	2.379	3.974
Ratones	670	666	887	795	.902	1.080
Ribeirão da Ilha	4.589	4.365	3.584	4.229	6.404	14.229
Santo Antônio de Lisboa	1.976	1.899	2.476	3.570	7.294	12.909
S.J. do Rio Vermelho	-	-	1.032	981	1.223	1.867
total	46.771	67.630	98.520	138.337	187.871	254.941

Fonte: IBGE - Censo 1970, 1980, 1991.

SÃO JOSÉ	1960	1970	1980	1991
São José (distrito sede)	17.116	22.946	41.957	52.133
Barreiros	--	14.567	41.159	58.769
Angelina	3.571	--	--	--
Garcia	3.903	--	--	--
Rancho Queimado	2.181	--	--	--
São Pedro de Alcântara	4.421	5.022	4.701	4.024
Campinas	--	--	--	24.567
total	31.192	42.535	87.817	139.493

Fonte: IBGE - Censo 1970, 1980, 1991.

PALHOÇA	1960	1970	1980	1991
Palhoça (distrito sede)	9.203	14.636	31.302	59.809
Enseada do Brito	5.063	6.016	6.729	8.621
Garopaba	6.620	--	--	--
Paulo Lopes	4.265	--	--	--
São Bonifácio	2.638	--	--	--
total	27.789	20.652	38.031	68.430

Fonte: IBGE - Censo 1970, 1980, 1991.

BIGUAÇU	1960	1970	1980	1991
Biguaçu (distrito sede)	10.317	11.354	16.942	29.973
Guaporanga	3.434	2.059	3.260	3.078
Antônio Carlos	4.522	--	--	--
Ganchos	4.107	--	--	--
Sorocaba do Sul	--	1.924	1.232	1.012
total	22.380	15.337	21.434	34.063

Fonte: IBGE - Censo 1970, 1980, 1991.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Djanira Maria Martins. **A influência da Ponte Hercílio Luz no desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis, 1978. Dissertação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do Litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República.** São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP.
- BARBOSA, Renato. História da Universidade. **O Estado**, Florianópolis: 16 dez. 1960.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina.** Florianópolis: Imprensa Universitária, 1970.
- CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade Social em Florianópolis.** São Paulo: Companhia Editora nacional, 1969.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistemas partidários em Santa Catarina (1945-1979).** Florianópolis, 1988. Dissertação (mestrado em Sociologia Política), UFSC
- CASTRO, Antônio de Castro; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- Diário Catarinense**, Suplemento especial: Governadores de Catarinenses, 25/11/1993
- ELETROSUL. **Relatório da Administração, 1993: 25 anos de história.** Florianópolis: Eletrosul, 1993.
- ESPLAN - ESCRITÓRIO CATARINENSE DE PLANEJAMENTO INTEGRADO. **Plano de desenvolvimento local integrado micro-região da Grande Florianópolis.** Florianópolis: [s.n.], 1967.
- EVANS, Peter. **A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais, e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro.** Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1980.
- FERLIN, Romualdo B. O serviço público visto de frente e de perfil. **Ágora: Revista da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis, n. 10, ano V, dez. 1989.
- FERREIRA LIMA, João David. **UFSC : sonho e realidade.** Florianópolis : UFSC, 1980.
- GIMENO, Sílvia Inês Dufech. **O destino viaja de barco: um estudo histórico, político e social da Costa da Lagoa e de seu processo de modernização (1930 - 1990).** Florianópolis, 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), UFSC.
- GRILLO, Cláudia. Trabalho de pesquisa sobre a evolução da estrutura administrativa do Governo de Santa Catarina. Iniciado no Governo de Pedro Ivo Campos. Arquivo Histórico de Santa Catarina. Inacabado.
- HOLSTON, James. **A cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.** São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

- HÜBENER, Laura Machado e BARRETO, Maria Theresinha Sobierajski. **Contribuição para o Estudo da Integração Catarinense**. Florianópolis: Departamento de História/Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da UFSC, s/d.
- IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- MANTEGA, Guido. **Economia política brasileira**. 4. ed. Petrópolis: Vozes/Polis, 1987.
- MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós 64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985
- MEDEIROS, Marcílio. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina: 90 anos de retidão e trabalho. In: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Jurisprudência Catarinense**. Florianópolis: EDEME, n. 33, ano IX, 3º trimestre, 1981.
- MICHELS, Ido Luiz. **Uma crítica à economia política catarinense**. Campina Grande, 1993. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba.
- MIRA, Crispim. **Terra Catharinense**. Florianópolis: Typ. da livraria Moderna, 1920.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano no Brasil. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n. 6, p. 37-54, 1982.
- PECHMAN, Robert Moses. A invenção do Urbano: A construção da ordem da cidade. In: PIQUET, Rosélia e RIBEIRO, Ana Clara T. (Orgs.). **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- PELUSO, Victor Antônio. O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade. In: _____. **Estudos de Geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC/Sec. de Estado da Cultura e do Esporte, 1991a.
- _____. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC ed./Ed. da UFSC, 1991b.
- PEREIRA, Nereu do Vale. **A modernização de Florianópolis**. Florianópolis, 1974. Tese (Livre Docência em Sociologia), UFSC.
- PIAZZA, Walter. **O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias, 1834 - 1984**. Florianópolis: Ed. da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.
- _____. **A colonização de Santa Catarina**. Porto Alegre: Ed. Palloti/BRDE, 1982.
- _____. Elementos básicos da história catarinense. In: SILVA, J. et al. **Fundamentos da Cultura Catarinense**. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.
- RAMOS, Átila. **Memória do saneamento desterrense**. Florianópolis: Ed. Casan, 1986.
- RAMOS, Átila. **Saneamento básico catarinense: resgate da história do saneamento básico em Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 1991.
- REVISTA DA ACARESC: **extensão rural, 25 anos como pequeno agricultor**. Florianópolis: ACARESC, dez. 1981 - jan. 1982.

- REZENDE, Vera. **Planejamento urbano e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- RIBEIRO, Luis César de Queirós; CARDOSO, Adauto Lúcio. Plano Diretor e gestão democrática da cidade. **Revista da Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 196, p. 8-20, jul/set 1990.
- _____. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. **Revista Espaço & Debates**, n. 37, p. 77-89, 1994.
- SANTA CATARINA. BESC - BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **BESC: O saldo positivo de 30 anos de trabalho**. [S.l.]: Brasiliana, s/d.
- SANTA CATARINA. GABINETE DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.
- SANTA CATARINA. **Relatório do Censo dos funcionários Públicos Estaduais do poder executivo até 31 de dezembro de 1973**. Florianópolis: Governo Colombo Machado Salles, mai. 1974.
- SANTA CATARINA. **Sistema Codesc: participando do desenvolvimento da terra da gente**. [S.l. : s.n.]
- SANTA CATARINA/CODESC. **Conheça o sistema Codesc, uma orquestra bem afinada**. [S.l. : s.n.]
- SANTOS, Bernadete. UFSC - 30 anos: A fazenda e a Universidade. **Diário Catarinense**, Biblioteca central, setor de obras raras.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. UFSC - 30 anos: Proclamar o respeito. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 26/12/90.
- SCHMIDT, Benício Vieiro. **O Estado e a política urbana no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, L&PM, 1983.
- _____; FARRET, Ricardo L.. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- SCHMITZ, Sérgio. BDE: um banco empreendedor. **Ágora: Revista da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, n. 10, ano V, dez. 1989.
- SERRA, Geraldo. **Urbanização e centralismo autoritário**. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991.
- SILVA, Etienne L. **O desenvolvimento econômico periférico e a formação da rede urbana de Santa Catarina**. Porto Alegre, 1978. Dissertação (mestrado em planejamento urbano), UFRGS/PROPUR.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- _____. **Economia política da urbanização**. 10. ed. São Paulo : Brasiliense, 1985.

STEMMER, Caspar Erich. **Discurso proferido na Sessão Solene - 30 anos da UFSC.** Florianópolis: fotocópia, 12/03/92.

SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de Contorno Norte Ilha.** São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado) - FAU, USP.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Mudanças no padrão de urbanização: novas abordagens para a década de 90. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n. 36, 1992.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, **Boletim Informativo**, Ano XI, n. 71.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Universidade Federal de Santa Catarina: 30 anos de história.** Florianópolis: UFSC, 1992.

_____; Secretaria Especial de Planejamento; Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação. **Boletim de Dados.** Florianópolis: UFSC, 1990.

_____; SEPLAN; CEFI. Plano Diretor Físico: diagnóstico geral - 1995. Florianópolis: UFSC, 1996

VEIGA, Eliane Veras. **Florianópolis: memória urbana.** Florianópolis: Editora da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.

Jornais Consultados

Diário Catarinense, Suplemento especial: Governadores Catarinenses, Florianópolis, 25/11/1993.

Diário Catarinense, Florianópolis, 23/03/87.

O Estado, Florianópolis, 14/05/76

Entrevistas

BRESSANE, João Carlos Carneiro. Florianópolis, 14 nov. 1996.

BOER, Manfred. Florianópolis, 20 nov. 1996.

MARCONDES DE MATOS, Fernando. Florianópolis,

OLINGER, Glauco. Florianópolis, 25 nov. 1996.